ISBN: 978-85-7267-124-8

DOI: 10.5102/978-85-7267-124-8

ANAIS DO

V EnCUCA

V Simpósio Internacional de Pesquisa e XX Encontro de Iniciação Científica do CEUB

BRASÍLIA - DF

2022

22 a 24 de novembro de 2022

CNPq fapdf Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal CEUB

APRESENTAÇÃO

O V EnCUCA, evento que reúne o V Simpósio Internacional de Pesquisa e o XX Encontro de Iniciação Científica do CEUB, foi promovido pela Diretoria Acadêmica e pela Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa do CEUB.

As atividades foram realizadas nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2022, nos três turnos, em formato híbrido e contou com palestras, mesas–redondas, oficinas, dentre outras atividades, e apresentações dos resultados finais de pesquisas de graduação e pós-graduação de todas as áreas do conhecimento.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Clara Coelho Paranhos Motta – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Fernanda Costa Vinhaes de Lima – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Fernando de Araújo Portela – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Michele Rodrigues Sales – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Rafaella Rocha de Carvalho – Centro Universitário de Brasília/CEUB

William Roberto Malvezzi – Centro Universitário de Brasília/CEUB

COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Eliete de Pinho Araujo – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Fernanda Costa Vinhaes de Lima – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Joao Gabriel Nunes Modesto – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Marcelo Dias Varella – Centro Universitário de Brasília/CEUB

Nitish Monebhurrun - Centro Universitário de Brasília/CEUB

SUMÁRIO

GRUPOS DE PESQUISA 22

ARQUITETURA, QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA E SAÚDE 23

CITOGENÉTICA APLICADA 24

CIDADE E HABITAÇÃO, NOVAS PERSPECTIVAS 25

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES (GP–CED) 26

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E O PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NO EIXO DA GESTÃO 27

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE CONVIVÊNCIA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL – LAECOVI/BR 28

LEI E SOCIEDADE 29

PALIMPSESTO CRÍTICO: ESTRATIGRAFIAS, ESTEREOTOMIAS E OUTRAS DERIVAS 30

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADE FÍSICA 31

REDE DE REQUISITOS 32

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS 33

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA 34

VOZES – TEORIA CRÍTICA CONSTITUCIONAL E DOS DIREITOS HUMANOS 35

MESAS–REDONDAS 36

A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE E DA PSICOLOGIA CULTURAL 37

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 39

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AMPLIADA (CAA) AOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 40

DISCUSSÕES SOBRE A REUMANIZAÇÃO DA DOCÊNCIA. QUATRO APROXIMAÇÕES DESDE O CORPO 42

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS, CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ 43

HACKATHON EAD: ABORDANDO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU, POR MEIO DO EMPREENDEDORISMO EM TI 45

INCLUSÃO, PROCESSOS COMPENSATÓRIOS E DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO 46

USO DE METODOLOGIAS ATIVAS DESENVOLVIDAS NOS CAMPI/CEUB 47

OFICINAS 48

DESAFIO INTEGRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÕES DE SISTEMAS (DEVOPS) 49

PROCESSAMENTO DE DADOS GEORREFERENCIADOS UTILIZANDO PYTHON 50

PALESTRAS 51

AFINAL, O QUE NOS (DES)MOTIVA A APRENDER? 52

EDUCAÇÃO PARA MOBILIDADE NA ATUALIDADE: EDUCAÇÃO RESTAURATIVA E DIREITOS HUMANOS, UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA NO MARISTA ESCOLA SOCIAL 53

O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO BRASIL 55

MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO 56

A FLEXIBILIDADE ARQUITETÔNICA COMO UM DOS CRITÉRIOS PARA HABITAÇÃO DIGNA EM PROJETOS SOCIAIS 57

AVALIAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ARQUITETÔNICA EM EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS DE PROJETO DE SEDES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 58

OBTENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS – ANÁLISE DE TIPOS, MODELOS, EFICIÊNCIA E ESTUDOS DE CASO 59

MESTRADO EM DIREITO 60

A AVALIAÇÃO DO RISCO DE JUDICIALIZAÇÃO NA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: TEORIA E EXPERIÊNCIAS NO BRASIL 61

A DIFICULDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO 62

A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO AMBIENTE MARINHO: GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE E SUA REGULAÇÃO NO BRASIL 63

A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E OS LIMITES DA ELISÃO FISCAL 64

A GOVERNANÇA CORPORATIVA AMBIENTAL NO SETOR BANCÁRIO: DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NO PROCESSO DE CRÉDITO ÀS PRÁTICAS ADOTADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 65

A IDENTIDADE DE SUBSTITUÍDOS NAS AÇÕES COLETIVAS: UMA RECONSTRUÇÃO DOS INSTITUTOS PROCESSUAIS 67

A INSUFICIÊNCIA DO DIREITO PENAL PARA PREVENIR OS DELITOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM OLHAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA 68

A INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 69

A INTERSEÇÃO RECURSAL ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 70

A MITIGAÇÃO DO SISTEMA INQUISITÓRIO SOB O OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO – AED: UMA PERCEPÇÃO A PARTIR DA ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA OAB 71

A PERSECUÇÃO PENAL FEDERAL DOS DELITOS CONTRA A CORRUPÇÃO 72

A REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS EM FACE DA INSUFICIENTE REGULAÇÃO DOS CONTRATOS DE COMPENSAÇÃO TECNOLÓGICA 74

A REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY NO BRASIL À LUZ DA ACESSÃO DO PAÍS À OCDE .. 75

A RELEITURA DA DOUTRINA TRADICIONAL DA PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES FRENTE AO DESAFIO DO MUNDO DIGITAL 76

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AGENTES DE TRATAMENTO PELAS OPERAÇÕES IRREGULARES DE DADOS PESSOAIS 78

A TRIBUTAÇÃO DA RIQUEZA LÍQUIDA NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL 79

A UTILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EM CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS 80

ABORDAGEM JURÍDICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO: UMA ANÁLISE JURÍDICO INSTITUCIONAL DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO 81

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CORONAVÍRUS: AS MEDIDAS RESTRITIVAS DE CONTENÇÃO DA PANDEMIA MATERIALIZADAS PELO PODER DE POLÍCIA DA ADMINISTRAÇÃO EM CONTRAPONTO ÀS LIBERDADES FUNDAMENTAIS 82

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: A CLÁUSULA MARTENS E OS SISTEMAS DE ARMAS LETAIS AUTÔNOMOS 83

ALTERAÇÃO DAS LICENÇAS POR NASCIMENTO OU ADOÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ISONOMIA DE GÊNERO 84

ANÁLISE ACERCA DAS POLÍTICAS DE CREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL 86

AS CONSEQUÊNCIAS DO DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA EM VIRTUDE DE CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EM NEGÓCIOS JURÍDICOS CÍVEIS E EMPRESARIAIS NA GESTÃO JUDICIAL E PROCESSUAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA-DF 87

AS CONSEQUÊNCIAS HERMENÊUTICAS DAS DECISÕES DE ABANDONO AFETIVO PROFERIDAS NO ÂMBITO DO TJDFT 88

AS MANIFESTAÇÕES DA LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS 89

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E PERSECUÇÃO PENAL: O USO DA INTELIGÊNCIA MINISTERIAL 90

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ALIENAÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS DE EMPRESAS ESTATAIS CONTROLADAS PELA UNIÃO: O CASO DO BANCO DO BRASIL S.A. 91

CODIFICAÇÃO DO PROCESSO (E NÃO DO DIREITO) ADMINISTRATIVO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PERSPECTIVA RUMO À CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 93

COMPATIBILIDADE ENTRE AS DOAÇÕES ELEITORAIS POR PESSOAS JURÍDICAS E O COMBATE À CORRUPÇÃO 94

CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA DEFINIÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL PREVISTO NA LEI No 14.181/2021 95

DECISÕES JUDICIAIS SOBRE PUNIÇÕES APLICADAS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES DAS INSTITUIÇÕES MILITARES DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO EMPÍRICO ACERCA DO CONTROLE JUDICIAL SOBRE O MÉRITO ADMINISTRATIVO 96

DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO ENTRE MINIMALISMO E ATIVISMO JUDICIAL 97

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E RETROATIVIDADE DA LEI DISCIPLINAR MAIS BENÉFICA 98

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UMA PROPOSTA DE MICROSSISTEMA SINGULAR NO ÂMBITO DO SISTEMA JURÍDICO À LUZ DA TEORIA DO SERVIÇO PÚBLICO DE LÉON DUGUIT 99

DIREITO PROCESSUAL, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA TIPOLOGIA DESENVOLVIDA A PARTIR DA JURISDIÇÃO COLETIVA URBANÍSTICA 100

DIREITO URBANÍSTICO E DEMOCRACIA: UMA CORRELAÇÃO PELA PRESENÇA DOS APARELHOS URBANOS DO JUDICIÁRIO E A VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA 101

EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL NO PROCESSO DECISÓRIO COLEGIADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ADPF 102

EM BUSCA DE NOVOS ARRANJOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO DEMOCRÁTICA DA CONSTITUIÇÃO: O PODER LEGISLATIVO COMO POSSÍVEL ATOR NO PROCESSO DELIBERATIVO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PÓS–88 103

FAKE NEWS: O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NA ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA NA ERA DIGITAL 105

FUNDAMENTOS, ESTRUTURA E LIMITES DO PROCESSAMENTO ANTECIPADO COMO ESTRATÉGIA ADUANEIRA DE REDUÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO ASSOCIADOS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL 107

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EM ACORDOS NO CONTROLE CONCENTRADO 109

LIMITES PARA A COMPATIBILIZAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL COM AS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS 110

MÉTODOS CONSENSUAIS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS, URBANÍSTICOS E FUNDIÁRIOS: UMA PORTA A SER ABERTA 111

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS: ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 191, DE 2020, À LUZ DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS. 112

O ABUSO DO PODER ECONÔMICO PELO INDEVIDO USO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: A DESINFORMAÇÃO E SEUS EFEITOS 114

O CAMPO E O HABITUS: A RUA COMO ESPAÇO DE MORADIA E SUSTENTO EM CONTRAPONTO À DESTINAÇÃO NORMATIVA DO ESPAÇO PÚBLICO 115

O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS E A JUSTIÇA TRIBUTÁRIA ESPECIALIZADA, CÉLERE E IMPARCIAL 117

O CONSEQUENCIALISMO COMO MÉTODO DE ATUAÇÃO UTILIZÁVEL PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS ESTATAIS 119

O CONTROLE DO GASTO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA A PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL 120

O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIO DE GARANTIA DA EFETIVIDADE DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO BÁSICA 121

O CONTROLE JUDICIAL DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DOS FATOS NAS SANÇÕES DISCIPLINARES APLICADAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS: MÉRITO ADMINISTRATIVO OU ANÁLISE DE LEGALIDADE? 122

O DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO E AS DISCUSSÕES RELATIVAS À JUSTIÇA DAS INDENIZAÇÕES NO CONTEXTO DA DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS REFORMA AGRÁRIA: O PAPEL DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO 124

O IMPACTO DAS AS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO E AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS VIGENTES EM 2021– ATIVISMO JUDICIAL OU DEFICIÊNCIA REGULATÓRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES? 125

O PAPEL DO “PROGRAMA PARAÍBA UNIDA PELA PAZ” NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL NO ESTADO DA PARAÍBA (2010–2019): ESTUDO DE CASO 126

O PROCESSO ESTRUTURAL EM MATÉRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO PARA FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES 127

O TEXTO CONSTITUCIONAL COMO PROTAGONISTA NA RESISTÊNCIA AO CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO 128

O TRATAMENTO DE DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PREVISTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 129

O USO DA TECNOLOGIA E DO DIÁLOGO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 131

OPERACIONALIZAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A FORMA AGREGATIVA DE DELIBERAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUA SINTONIA COM O SISTEMA DE PRECEDENTES 132

ORÇAMENTO POR RESULTADOS: UM APRENDIZADO SOCIAL 133

OS LIMITES À AUTONOMIA DA VONTADE NA COLABORAÇÃO PREMIADA E SUAS REPERCUSSÕES NOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS RÉUS E NA EFICIÊNCIA DO ACORDO 134

OS LIMITES DO CONTROLE EXTERNO DAS ESCOLHAS NORMATIVAS NA EDIÇÃO DE DECRETOS REGULAMENTARES: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO STF E DO TCU EM LICITAÇÕES E CONTRATOS 136

OS LIMITES DO USO DA NORMA TRIBUTÁRIA INDUTORA COMO FORMA DE INTERVENÇÃO ESTATAL SOBRE O DOMÍNIO ECONÔMICO 137

OS ÓBICES AO AVANÇO DA PRÁTICA DA CONSENSUALIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA PESQUISA EMPÍRICA JUNTO A SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL 138

PATENTES E AS LICENÇAS COMPULSÓRIAS: O DUALISMO ENTRE A PROTEÇÃO E A "LIBERAÇÃO" 139

POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO CDC AOS CARTÓRIOS E A CONSEQUENTE AMPLIAÇÃO DE SANÇÕES PELA LGPD 140

PROCESSOS AVALIATIVOS EM PROGRAMAS DE GRUPOS REFLEXIVOS DE HOMENS: UM ESTUDO SOB O CRITÉRIO DE EFICÁCIA 141

PROCESSOS ESTRUTURAIS NA CONCREÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 142

RELEITURA OBJETIVA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL: INSTRUMENTO DE PREVALÊNCIA DO MODELO DE INTERVENÇÃO MÍNIMA SOB IMPERATIVOS GRADATIVOS DE NÃO PUNIÇÃO E DE PUNIÇÃO MENOS SEVERA 143

RESPONSABILIDADE CIVIL – DANO MORAL COLETIVO: PRESSUPOSTOS PARA SUA APLICAÇÃO EM CASO DE TRATAMENTO ILÍCITO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 144

SISTEMAS AUTÔNOMOS E RESPONSABILIDADE PENAL: ASPECTOS DE IMPUTAÇÃO OBJETIVA E SUBJETIVA 145

STANDARDS PROBATÓRIOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL MILITAR: UMA VALORAÇÃO RACIONAL DA HIERARQUIA E DISCIPLINA 146

TRIBUTAÇÃO E GÊNERO: EXTRAFISCALIDADE, IGUALDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS 147

UM OLHAR EMPÍRICO SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS ESTADUAIS E DISTRITAIS IMPLEMENTADORAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR 148

UMA ANÁLISE JURÍDICA DA INICIATIVA CINTURÃO E ROTA: OS IMPACTOS NO CENÁRIO BRASILEIRO DE UMA ABORDAGEM CHINESA NÃO BASEADA EM TRATADOS 150

UMA ANÁLISE SOBRE USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÕES JUDICIAIS EM PROCESSO PENAL: PORQUE A PADRONIZAÇÃO DE DECISÕES FERE O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS 151

MESTRADO EM PSICOLOGIA 152

A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NA VISÃO DE PSICÓLOGOS E PEDAGOGOS DO SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM E DE PROFESSORES REGENTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: PERCEPÇÕES, QUEIXAS E CRÍTICAS..... 153

A RELAÇÃO DESENVOLVIDA COM A DIMENSÃO TEÓRICA DA PSICOLOGIA NA GRADUAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA DO TORNAR-SE PSICOTERAPEUTA.. 154

ANÁLISE DE PROBLEMAS DA MERCANTILIZAÇÃO EM UM CURSO DE PSICOLOGIA SEGUNDO A VISÃO DE PROFESSORES..... 155

BLACK FRIDAY BRASIL: PERSUASÃO A FRAUDES AO CONSUMIDOR 156

O EFEITO DE VERBALIZAÇÕES DE EMPATIA DO PSICÓLOGO SOBRE O COMPORTAMENTO DO CLIENTE EM UMA SITUAÇÃO ANÁLOGA À PSICOTERAPIA 157

PROCESSOS GRUPAIS, CRENÇAS NO MUNDO JUSTO E CORRUPÇÃO NA PANDEMIA 158

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO FENÔMENO DA AUTOMUTILAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA, SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE..... 159

DOUTORADO EM DIREITO 160

A (DES)LEGITIMAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO 161

A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA AOS CRIMES PRATICADOS COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIANTE DA POSIÇÃO ASSIMÉTRICA OCUPADA PELA VÍTIMA EM RELAÇÃO AO AGRESSOR 162

A ATENÇÃO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS COMO REFLEXO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA 164

A ATUAÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS COMO CONTRIBUTO À EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PESSOAL..... 166

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG E/OU A NECESSIDADE DE PENSAR NOVAS TÉCNICAS PARA A CONCRETIZAÇÃO..... 167

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CONCILIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS FRENTE ÀS MEDIDAS SANITÁRIAS ADOTADAS PARA O CONTROLE DA PANDEMIA COVID-19 168

A EMULAÇÃO DE UM PROCESSO QUE DO PAPEL EVOLUI-SE PARA O DIGITAL 169

A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A DEFESA DO DIREITO ACUMULADO DOS PARTICIPANTES/BENEFICIÁRIOS FRENTE A POTENCIAL PASSIVO JUDICIAL A DESCOBERTO: IMPLICAÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO-PREVIDENCIÁRIO E EVENTUAL REPARAÇÃO CÍVEL DECORRENTE DO ATIVISMO JUDICIAL 170

A MULHER NOS TRIBUNAIS: GÊNERO, JUSTIÇA E IMAGINÁRIO 171

A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE GÊNERO E RAÇA NA JUSTIÇA E SEUS EFEITOS NA RELAÇÃO DE PODER E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES DAS MULHERES NEGRAS NA OCUPAÇÃO DE CARGOS DE GERENCIAIS 172

A POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS ZONAS DE AMORTECIMENTO COM BASE NO ASPECTO SOCIAL: UMA RELEITURA DA POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (TÍTULO PROVISÓRIO) 174

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A AMPLIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 176

A REGULAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA NO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS 177

A RELAÇÃO ENTRE O CONTROLE EXTERNO REALIZADO PELO TCU E A GOVERNANÇA PÚBLICA COMO ELEMENTO ESSENCIAL À EFETIVIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE INOVAÇÃO NO BRASIL 178

A RESPONSABILIDADE AGRAVADA NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO 179

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELAS CONDUTAS ILÍCITAS DOS ROBÔS AUTÔNOMOS INTELIGENTES EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE NATUREZA PRIVADA 180

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO DAS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES 182

A TRIPLA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS PAUTADAS EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O REDIMENSIONAMENTO DA FUNDAMENTAÇÃO PELA EXPLICABILIDADE DA LINGUAGEM ALGORÍTMICA 184

A UTILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS COMO MÉTODO DE DESJUDICIALIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CONFLITUOSIDADE: NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO JUDICIÁRIO COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA 186

A VIRTUALIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL E O REDIMENSIONAMENTO PRINCIPIOLÓGICO PROCESSUAL: ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DO E-PROC NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS 187

ALCANCE E EFEITOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ADOÇÃO DA GOVERNANÇA COLABORATIVA COMO RESPOSTA AO PROBLEMA DA EFETIVIDADE 189

ANÁLISE DO IMPACTO DA MUDANÇA DO QUADRO NORMATIVO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL NO SETOR DE MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2016-2022 191

APRIMORAMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO 194

AS CONTADORIAS JUDICIAIS UNIFICADAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS DO BRASIL NA PERSPECTIVA DA CELERIDADE PROCESSUAL 196

AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUEM PARA MINORAR A DESIGUALDADE NO TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO DAS MULHERES 198

ATIVISMO CONTROLADOR: O QUE ACONTECE QUANDO O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SE EXCEDE AO PRESTIGIAR A ECONOMICIDADE EM DETRIMENTO DA LEGALIDADE 199

CONTRASTES NORMATIVOS E CULTURA DIGITAL NA PANDEMIA DA COVID-19: POLÍTICAS PÚBLICAS E TENSÕES ENTRE OS PODERES COMO UM LEGADO PÓS PANDÊMICO 201

DA NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES QUANDO DO EXERCÍCIO DO CONTROLE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 204

DE QUEM É O DEVER E O DIREITO DE CONSENSUALIZAR? POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: FORÇAS POLÍTICAS DO (DE UM) DIREITO E SUAS CONTINGÊNCIAS 206

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O DISCURSO EM CONTRASTE COM A REALIDADE DE IMPERATRIZ/MA 210

GOVERNANÇA AMBIENTAL EM RONDÔNIA: PROPOSTA DE UMA DOUTRINA ESTADUAL DE ATUAÇÃO INTEGRADA DE COMANDO E CONTROLE AO ENFRENTAMENTO DO DESMATAMENTO ILEGAL POR MESORREGIÕES 212

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19SOBRE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL 214

IMPLEMENTAÇÃO DA TEORIA DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA INSTITUCIONAL NO PROCESSO INTERPRETATIVO DECISÓRIO CONSTITUCIONAL 215

IMPLICAÇÕES DO MECANISMO DO FUNDEB NAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA SOLIDARIEDADE 216

INDEPENDÊNCIA JUDICIAL EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMATIZAÇÃO PROCESSUAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS 217

INTERPRETAÇÃO INSTRUMENTALIZADORA DE INSTITUTOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE PROCESSUAL E DA EFICIÊNCIA JURISDICIONAL – A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOCIAL SOB A ÓTICA DOS PRECEDENTES VINCULANTES 220

INTERRELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO, ESTRUTURAS GOVERNAMENTAIS DE ACADEMIA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MELHORIAS NO ENSINO DO DIREITO ... 222

JUSTIÇA MULTIPORTAS A OBRIGATORIEDADE PRÉVIA DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS 224

MATRIZ TRIBUTÁRIA REGRESSIVA: O IMPACTO DA CARGA TRIBUTÁRIA INDIRETA SOBRE O CONSUMO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA BENEFICIADAS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020/2021 227

MIGALHAS ALÉM DA FOME: O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 228

MUNICÍPIO E TRIBUTAÇÃO 229

O BOICOTE NO MERCADO TRANSNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA: EM BUSCA (OU RUMO À) DO RESPEITO AOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS? 230

O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA NO CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ... 231

O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE COMO PARADIGMA PARA A CONDENAÇÃO AO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL (REDUZIR ALGUÉM A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO) NAS JURISPRUDÊNCIAS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO 232

O CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS EM POLÍTICA PÚBLICA DE INVESTIMENTO EM MERCADO DE RENDA VARIÁVEL EXECUTADA PELA BNDESPAR 233

O DEVER INTERNACIONAL DE COOPERAR 234

O DIREITO HUMANO À PRIVACIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA ORDEM ECONÔMICA 235

O JOGO DA PAUTA NO STF: DECIDINDO NÃO DECIDIR AS ADCS 43, 44 E 54 237

O LEGO DA CERTIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA TRANSNACIONAL PARA O PLANTIO DE SOJA RESPONSÁVEL 239

O PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE COMO LIMITE À TUTELA PENAL DOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS 240

O PRINCÍPIO-DEVER DE PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NA APLICAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO 241

O PROCESSO CIVILIZADOR APLICADO À INSOLVÊNCIA CIVIL: UMA HISTÓRIA DA FALÊNCIA 242

O QUE AS POLÍCIAS DEVEM SABER? MAPEAMENTO DOS ARRANJOS INTERINSTITUCIONAIS SOB A PERSPECTIVA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 243

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL 244

O USO DA FORÇA CIBERNÉTICA NO CONTEXTO DOS CONFLITOS ARMADOS: A PARTICIPAÇÃO DIRETA DE CIVIS NAS HOSTILIDADES CIBERNÉTICAS E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS 246

O USO DO TELETRABALHO NO JUDICIÁRIO E SEU IMPACTO NOS GRUPOS DE VULNERÁVEIS: UM RECORTE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE MINEIROS-GO PÓS COVID-19 247

OS DESAFIOS DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR NA ERA DA PUBLICIDADE COMPORTAMENTAL ONLINE 249

OS FATORES JURÍDICOS E EXTRAJURÍDICOS NA PRODUÇÃO E VALORAÇÃO DA PROVA 251

POLÍTICA JUDICIÁRIA E FONTES DO DIREITO: OS DILEMAS PRÁTICOS DO JURISTA NA GESTÃO DOS PRECEDENTES QUE DISCIPLINAM A TRIBUTAÇÃO 252

POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PROPOSTA DE UMA SMART CITY: QUO VADIS, VITÓRIA? 253

POLÍTICA PÚBLICA E ESTRUTURA ESTATAL DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL 254

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALOCAÇÃO DO BEM PÚBLICO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA 255

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESJUDICIALIZAÇÃO: A MIGRAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS 256

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: RUMOS PARA SUA EFETIVIDADE 257

POR UMA TEORIA DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA: MODELO DECISIONAL CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADO 259

PRECEDENTES QUALIFICADOS E OS DESAFIOS DA SUA APLICABILIDADE: A REALIDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS 261

PRESSUPOSTOS MATERIAIS DA RESPONSABILIZAÇÃO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS, CONSIDERADA A SUA AUTONOMIA CONSTITUCIONAL 262

PROCESSO PENAL PSICOEDUCATIVO 263

QUIS CUSTODIET IPSOS CUSTODES: O PROBLEMA DAS DECISÕES ILEGAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 264

REABILITAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO HOMEM AUTOR DA AGRESSÃO DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DESCONSTRUINDO O MITO DE "AMÉLIA" NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO 265

REFORMA TRIBUTÁRIA E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 266

REIFICAÇÃO DOS DADOS UNDER SKIN, SUA FUNÇÃO SOCIAL E SEUS LIMITES NO CONTROLE PENAL DA CRIMINALIDADE 267

RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRATIVA REGRESSIVA: A QUEBRA DO PACTO SOCIAL 268

RESPONSABILIDADE FISCAL E OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DELITOS CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM SOB O PONTO DE VISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 269

RETROCESSO DEMOCRÁTICO E (IN)CAPACIDADES INSTITUCIONAIS 271

SAÚDE E TRABALHO: DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO TRABALHADOR BRASILEIRO E A SAÚDE FÍSICA E MENTAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO 273

SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS QUE INTEGRAM O SISTEMAS: REFLEXÕES EM ABORDAGEM CONSTITUCIONAL 274

SISTEMA MULTIPORTAS: UM CAMINHO EM PROL DA EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA 275

SISTEMA PUNITIVO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: PARADOXO DAS PENAS RADICAIS 276

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PIBIC 2021/2022 277

A (IN)FELICIDADE EM TEMPOS NEOLIBERAIS: RELAÇÕES COM MODOS DE EXISTÊNCIA NAS CIDADES 278

A CORRELAÇÃO ENTRE MICROBIOTA INTESTINAL E DISTÚRBIOS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM ESTUDANTES DE MEDICINA 279

A DINÂMICA DO DATING VIOLENCE ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS NA CAPITAL FEDERAL BRASILEIRA 280

A HOSPITALIDADE COMO FATOR DE SUCESSO PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO 281

A NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELO GOVERNO FEDERAL, POR MEIO DO INSTRUMENTO “COVAX FACILITY”, E A SUJEIÇÃO A INTERESSES PRIVADOS PARA GARANTIR O INTERESSE PÚBLICO NA AQUISIÇÃO DE VACINAS 282

A PREVALÊNCIA E REPERCUSSÕES CLÍNICAS DA COVID-19EM PACIENTES TRANSPLANTADOS CARDÍACOS 283

A RELAÇÃO ENTRE O USO DO INSTAGRAM COMO COMPORTAMENTO DE RISCO ASSOCIADO AOS TRANSTORNOS ALIMENTARES EM JOVENS ADULTAS 284

A VIVÊNCIA DA MORTE NO CONTEXTO HOSPITALAR POR PSICÓLOGOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 285

ACESSO, ATENDIMENTO E CUIDADO À SAÚDE VOLTADA À POPULAÇÃO TRANSGÊNERA DA CAPITAL FEDERAL BRASILEIRA 286

ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA CURTA E SEU PAPEL NA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DO CÂNCER COLORRETAL 287

ANÁLISE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, PRESSÃO ARTERIAL SISTÊMICA, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO, LACTATO SANGUÍNEO, GLICEMIA E A CAPACIDADE CARDIORRESPIRATÓRIA EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS USUÁRIOS CRÔNICOS DE NARGUILE E CIGARRO ELETRÔNICO 289

ANÁLISE DA MORBIDADE CAUSADA PELA DEMORA NA REALIZAÇÃO DA COLECISTECTOMIA NA LITÍASE BILIAR – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 290

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA VILA DE SÃO JORGE, ALTO PARAÍSO, GO, EM RELAÇÃO AO IMPACTO DE CÃES DOMÉSTICOS EM ÁREAS PROTEGIDAS COMO SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 291

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE ADESÃO À DIETA SEM GLÚTEN NA POPULAÇÃO SAUDÁVEL 292

ANÁLISE DO INTERVALO ENTRE O DIAGNÓSTICO E O TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA 293

ANÁLISE DO POTENCIAL ENZIMÁTICO DE FUNGOS FILAMENTOSOS VISANDO A BIORREMEDIAÇÃO DE SOLOS TRATADOS COM GLIFOSATO E 2-4D 295

AS REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL MASCULINA NA VIDA ADULTA 296

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DE ENFERMEIROS RELACIONADAS À ESPIRITUALIDADE EM CUIDADOS PALIATIVOS 297

AVALIAÇÃO DE TRANSTORNOS NUTRICIONAIS EM PACIENTES COM SOBREPESO E OBESOS PORTADORES DE DOENÇA INFLAMATÓRIA INTESTINAL 298

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE CIMENTO PORTLAND PELA CINZA DE CASCA DE ARROZ E DIÓXIDO DE TITÂNIO NAS PROPRIEDADES FÍSICAS DE ARGAMASSA 299

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO NA AUTOIMAGEM E AUTOESTIMA 300

AVALIAÇÃO POSTURAL E DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM PACIENTES SUBMETIDAS À MASTECTOMIA 301

CADÊ A COMIDA QUE ESTAVA AQUI? ANÁLISE DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA POPULAÇÃO VULNERÁVEL DO DISTRITO FEDERAL 302

COMPLETUDE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO EM TUBERCULOSE: UM ESTUDO ECOLÓGICO DO PERÍODO DE 2010 A 2019 NO DISTRITO FEDERAL 303

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NA AVALIAÇÃO DE PRODUTOS 305

COMPREENDER OS IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DAS FACULDADES DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL NO CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19 307

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SEXISMO E O RACISMO NA CULTURA BRASILEIRA: PSICANÁLISE, GÊNERO E RAÇA 309

EFEITO DA CONVERSÃO DE HABITATS SOBRE A DIVERSIDADE DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO (INSECTA, APIDAE, MELIPONINI) NO DISTRITO FEDERAL 310

EFEITO DA MASSAGEM DO TECIDO CONJUNTIVO EM MULHERES COM ENXAQUECA 311

EFEITO DO RUÍDO RODOVIÁRIO NO CANTO DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*) 312

EFEITO DO TREINAMENTO DE FORÇA ASSOCIADO AO TREINAMENTO AERÓBICO NA FORÇA, FUNCIONALIDADE, PERCEPÇÃO DE FADIGA E QUALIDADE DE VIDA DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA 313

ESTUDO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES ANATOMOPATOLÓGICAS DA APENDICITE AGUDA ENTRE PACIENTES IDOSOS E JOVENS 314

ESTUDO COMPARATIVO DOS USOS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DA CIDADE DONA SARAH KUBITSCHEK DE BRASÍLIA O CENTRAL PARK DE NOVA YORK 316

ESTUDO DAS REAÇÕES ADVERSAS DAS VACINAS DE COVID-19 EM INDIVÍDUOS VACINADOS NO DISTRITO FEDERAL 317

ESTUDO DE CORREDORES VERDES PARA O ESCOAMENTO DA SOJA NO BRASIL 319

ESTUDO DE PACIENTES ACOMETIDOS POR COVID-19 EM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL 320

IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTIDIROFILÁRIA EM CÃES RESIDENTES DO DISTRITO FEDERAL 321

IMPACTO DO TREINAMENTO DE OCLUSÃO VASCULAR PARCIAL DE BAIXA INTENSIDADE EM PACIENTES COM OSTEOARTRITE DE JOELHO: ENSAIO CLÍNICO RANDOMIZADO 322

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE A COBERTURA VACINAL DE SARAMPO NO BRASIL 2020–2021 323

IMPACTOS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EM UM RESTAURANTE COMUNITÁRIO DO DF EM TEMPOS DE PANDEMIA 324

INCIDÊNCIA DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS RESPIRATÓRIAS APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA A PROPAGAÇÃO DA COVID-19 325

INIBIDORES DE BOMBA DE PRÓTONS, SEGURANÇA E EFEITOS ADVERSOS: REVISÃO SISTEMÁTICA 326

INTERFACES ENTRE GÊNERO E PSICANÁLISE: MASCULINIDADES, SOFRIMENTO PSÍQUICO E VIOLÊNCIA 327

JORNALISMO POLICIAL: O COMPONENTE RACIAL NA EDITORIA DO “MONITOR DA VIOLÊNCIA” DO PORTAL G1 328

LOBBY AMBIENTAL: DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DA REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE DESMATAMENTO E INTERESSES ENTRE 2019 E 2020 329

MANEJO CLÍNICO E TERAPÊUTICO DE PACIENTES GRAVES ACOMETIDOS POR COVID-19 EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL 330

MANIFESTAÇÕES CARDIOVASCULARES PELO CONSUMO EM EXCESSO DE PRODUTOS CONTENDO TAURINA E/OU CAFEÍNA 332

NEGACIONISMO CIENTÍFICO, FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E PÓS–VERDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO DA NECROPOLÍTICA BRASILEIRA 334

O DIREITO À ÁGUA E A TAXA DE MORTALIDADE POR COVID-19 NAS REGIÕES AMAZÔNICAS: UM ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS MAIS ATINGIDOS EM CADA REGIÃO INTEGRADA PARAENSE 335

O IMPACTO DA MASTECTOMIA NA QUALIDADE DE VIDA DE HOMENS TRANS ESTUDO EM UM INSTITUTO PARTICULAR DE BRASÍLIA 336

O IMPACTO DA PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO NO BEM-ESTAR SUBJETIVO 337

O IMPACTO DAS ILHAS DE CALOR NA ESCALA GREGÁRIA DE BRASÍLIA 338

O MEIO AMBIENTE, A SUSTENTABILIDADE E O CONSUMO: UMA ANÁLISE DESSA INTER–RELAÇÃO COM O MERCADO EMPREENDEDOR E SUAS PERSPECTIVAS NO DISTRITO FEDERAL 339

O MUNDO DO DIREITO PERCEBIDO À DISTÂNCIA E A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM EM CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ETNOGRAFIA SOBRE SOCIABILIDADES REMOTAS ENTRE JOVENS ESTUDANTES DE DIREITO 340

O PAPEL MEDIADOR DO AUTORITARISMO DE DIREITA NA RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE POLÍTICA E RACISMO REVITIMIZADOR 341

OCUPAÇÕES INFORMAIS DO DISTRITO FEDERAL: MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL .. 342

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO USO DE PSICOTRÓPICOS POR UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE 344

OUVINDO AS PARLAMENTARES: UM ESTUDO PARA O INCREMENTO DA REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NO CONGRESSO NACIONAL 345

PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA FRENTE À PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS 346

PERCEPÇÃO DOS PAIS ACERCA DA ANSIEDADE DOS FILHOS AUTISTAS DURANTE A PANDEMIA 347

PERFIL DAS ALTERAÇÕES HEMATOLÓGICAS, CITOGENÉTICAS E IMUNOFENOTÍPICAS DE PACIENTES COM SÍNDROMES MIELODISPLÁSICAS 348

PERFIL DOS MARCADORES LABORATORIAIS DE PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAIS DO DISTRITO FEDERAL E SUA IMPORTÂNCIA PROGNÓSTICA 349

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS: PESQUISA SOBRE CONHECIMENTO E CONSUMO NA REGIÃO DE BRASÍLIA-DF 351

PREVALÊNCIA DE PANCREATITE AGUDA IDIOPÁTICA EM UM AMBULATÓRIO DE PÂNCREAS EM HOSPITAL PÚBLICO TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL 352

PREVALÊNCIA DO USO DE DROGAS DE DESEMPENHO ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADA DE BRASÍLIA 354

REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA: A PERCEPÇÃO DE MÉDICOS DO DISTRITO FEDERAL 356

RELAÇÕES SOCIAIS E ESPAÇO PÚBLICO ENTRE INFLUÊNCIAS MÚTUAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE 357

REPERTÓRIO VOCAL DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*) E SEU PAPEL NA COMUNICAÇÃO INTRAESPECÍFICA 358

RESÍDUOS SÓLIDOS NO DF E NOVO MARCO DO SANEAMENTO: UM ESTUDO DA CONCESSÃO ALIADO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 359

SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE MENTAL: PERCEPÇÃO DO IMPACTO A PARTIR DAS MUDANÇAS EXIGIDAS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM FUNÇÃO DA PANDEMIA 360

SERPENTES DA FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA: DIVERSIDADE E ECOLOGIA 361

SÍNDROME DE COMPRESSÃO MEDULAR METASTÁTICA: AS BARREIRAS QUE IMPEDEM A DESCOMPRESSÃO CIRÚRGICA PRECOCE E O SEU IMPACTO NO QUADRO NEUROLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES 362

SONHOS EM UM ESTADO SUICIDÁRIO: EFEITOS DA IMPOSSIBILIDADE DO LUTO NAS SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS 364

UM OLHAR SOBRE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: ESTUDO SOBRE AS CALÇADAS DA ASA NORTE 365

USO DE MODELO PREDITIVO EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA NA UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM ZOONOSES DO DISTRITO FEDERAL-DF 366

USO DE PLANTAS MEDICINAIS CONTRA BACTÉRIAS CAUSADORAS DE DERMATITES EM CÃES 367

USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE OS ENFERMEIROS QUE ESTÃO/ESTIVERAM NA LINHA DE FRENTE DA COVID-19 368

UTILIZAÇÃO DA ESCALA DE ALVARADO NO DIAGNÓSTICO DA APENDICITE AGUDA EM PACIENTES IDOSOS 369

UTILIZAÇÃO DE ANTICORPOS MONOCLONAIS NO TRATAMENTO DE ENXAQUECAS 371

VALIDAÇÃO DO PROTOCOLO 4–C MORTALITY SCORE NA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DA COVID-19 EM PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN) 372

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PIBITI 2021/2022 373

A INFLUÊNCIA DA ELETROESTIMULAÇÃO NO CONTROLE DE GLICEMIA DE PACIENTES COM DIABETES MELLITUS DO TIPO II 374

ANÁLISE COMPARATIVA DE PERFIL CICATRICIAL UTILIZANDO EXTRATO SUCUPIRA BRANCA (*PTERODON PUBESCENS*) EM PACIENTE COM DIABETES MELLITUS II 375

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ACERCA DA PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO (PEP) PARA HIV EM UM HOSPITAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (DF) 377

ESTRATÉGIA MOLECULAR PARA O DESENVOLVIMENTO DE INSUMO PARA DIAGNÓSTICO E/OU VACINA DO VÍRUS CHIKUNGUNYA 379

MODELO DE TALHER AUTORREGULADOR INTELIGENTE PARA PACIENTES COM PARKINSON UTILIZANDO MICROCONTROLADOR ATMEGA328-P 381

PONTOS DE ALAGAMENTO NO DF: UM WEBSITE EM CONSTRUÇÃO 382

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PARCEIROS 2021/2022 383

"POR QUE ELAS VOLTAM?" – UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE VIVÊNCIAS E AFETOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, EMERGÊNCIAS E DESASTRES 384

ANÁLISE DE MATERIAIS E ESTRUTURAS DE PROJETO DE ABRIGO PÓS-DESASTRES. 385

ANÁLISE DO VALOR PREDITIVO DO QUESTIONÁRIO "HAGOS" NA EFICÁCIA DO TRATAMENTO CONSERVADOR DA SÍNDROME DO IMPACTO FEMOROACETABULAR 386

AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM ENDOVASCULAR EM ANEURISMAS INTRACRANIANOS GIGANTES TRATADOS COM "STENTS" DE FLUXO VS EMBOLIZAÇÃO COM MICROMOLAS 388

AVALIAÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA LUXAÇÃO ACROMIOCLAVICULAR COMPLETA EM CASOS AGUDOS: ARTIGO DE ATUALIZAÇÃO 390

DOPING NO CONTEXTO DO FUTEBOL 391

EFEITO DA SUPLEMENTAÇÃO DA INSULINA TRANSFERRINA SELÊNIO (ITS) NA PRODUÇÃO E QUALIDADE DE EMBRIÕES BOVINOS 392

EFETIVIDADE DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL INSTRUMENTAL PARA RECUPERAÇÃO MUSCULAR EM ATLETAS DE SUBMISSION: ESTUDO RANDOMIZADO CONTROLADO 393

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DAS ALTERAÇÕES ORAIS EM CÃES DE RAÇAS TOYS NO DISTRITO FEDERAL 394

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES HISTOPATOLÓGICAS TESTICULARES EM CÃES DO DISTRITO FEDERAL 396

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES PRÉ-ANALITICAS DE EXAMES LABORATORIAIS DE GATOS DOMÉSTICOS DO DISTRITO FEDERAL 397

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COM FOCO EM ALTERAÇÕES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL DE GATOS DOMÉSTICOS DO DISTRITO FEDERAL 398

EXPRESSÃO HETERÓLOGA DAS PROTEÍNAS GDF9 E BMP15 DE BOVINOS EM SISTEMA PROCARIOTO PARA IMUNIZAÇÃO DE FÊMEAS *HYDROCHOERUS HYDROCHAERIS* CAPIVARA 400

IMPLANTAÇÃO DE REASSENTAMENTOS DE COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ASPECTOS DE DESENHO URBANO E CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA 401

INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DE TRANSGÊNERO NO DISTRITO FEDERAL 403

O DIREITO À MORADIA À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL: UMA APLICAÇÃO DAS ZEIS E DA LEI Nº 13.465/2017 COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA PARA CONTRIBUIR COM O ATENDIMENTO HABITACIONAL A VÍTIMAS DE DESASTRES 405

TRADUÇÃO, ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E ANÁLISE DAS PROPRIEDADES DE MEDIDA DA VERSÃO BRASILEIRA DO QUESTIONÁRIO HOSPITAL FOR SPECIAL SURGERY – KNEE SURGERY EXPECTATIONS SURVEY (HSS KNEE SURGERY) 407

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/VOLUNTÁRIO 2021/2022 408

A INFLUÊNCIA MICROCLIMÁTICA DA VEGETAÇÃO NA ESCALA RESIDENCIAL DE BRASÍLIA 409

A PSICOLOGIA DAS CORES NA ARQUITETURA COMO A UTILIZAÇÃO DAS CORES DENTRO DA ARQUITETURA EM DUAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS INFLUENCIA O COMPORTAMENTO HUMANO – ESTUDOS DE CASO 410

AVALIAÇÃO DA GRAVIDADE DOS SINAIS E SINTOMAS DA COVID-19 EM PACIENTES SUBMETIDOS A CIRURGIA BARIÁTRICA 411

AVALIAÇÃO DA MOTIVAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTE UNIVERSITÁRIOS 412

AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES GLICÊMICAS BASEADAS NA HEMOGLOBINA GLICADA E GLICEMIA MÉDIA ESTIMADA EM PACIENTES DO CENTRO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO DO UNICEUB (CAC) 413

CONSUMO VERDE: PEGADAS HÍDRICA E DE CARBONO EM CARDÁPIOS DE RESTAURANTES DO DISTRITO FEDERAL 414

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: BENS NATURAIS E CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL 416

ESTUDO COMPARATIVO DA MEMÓRIA DE CURTO PRAZO EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM COVID-19 E CONTROLES NÃO INFECTADOS 417

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A TÉCNICA DE LICHTENSTEIN E A TÉCNICA VIDEOLAPAROSCÓPICA NA ABORDAGEM TERAPÊUTICA DE HÉRNIA INGUINAL, TENDO POR ESCOPO A AVALIAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE RECIDIVAS E COMPLICAÇÕES 418

ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE RISCOS DE MANIPULADORES, GERENTES E /OU RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DE RESTAURANTES A RESPEITO DAS DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS 419

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EFETIVIDADE DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DOS ÓBITOS PELAS PRINCIPAIS PARASITOSES INTESTINAIS INFANTIS NA REGIÃO NORDESTE 420

IMPACTO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DEVIDO À PANDEMIA DE COVID-19 NO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL DOS ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL 421

IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL INFANTIL 422

MEMÓRIA E AFETIVIDADE: CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UM MAPA GASTRONÔMICO DE BRASÍLIA-DF 423

O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PODCASTS DA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA 424

PELA INCLUSÃO DAS DIFERENÇAS: UM ESTUDO SOBRE O RECONHECIMENTO E A VALORIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS EMERGENTES E MARGINALIZADOS NO DISTRITO FEDERAL 425

PERCEPÇÃO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CONCEITO DE NEUROARQUITETURA EM ESPACIALIDADES NO DISTRITO FEDERAL NA CONTEMPORANEIDADE 426

PERFIL HEMATOLÓGICO, IMUNOFENOTÍPICO E CITOGENÉTICO DE PACIENTES COM LEUCEMIA LINFÓIDE AGUDA (LLA) 427

SUBJETIVIDADE, PSICOTERAPIA E RELAÇÕES CONJUGAIS: DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS DA TERAPIA DE CASAIS EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA 428

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E SUBJETIVIDADE: DESAFIOS PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 429

ANAIS DO
V EnCUCA
GRUPOS DE PESQUISA
2022

ARQUITETURA, QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA E SAÚDE

Eliete de Pinho Araujo – CEUB, professora líder do grupo
eliete.araujo@ceub.edu.br

Os projetos de pesquisa têm o auxílio do CNPQ, da CAPES, da FINEP, da FAP DF e do CEUB. A área de concentração dos trabalhos é a arquitetura envolvendo a qualidade ambiental e a eficiência, de um modo geral, e a saúde, com o produto final voltado para a sustentabilidade. O curso no CEUB possui professores que trabalham na área de pesquisa. Este grupo é composto por três doutores. Todos apresentam e publicam artigos em congressos e possuem alunos do PIC, PIBIC e BITEC, tanto da graduação como do ensino médio. O grupo utiliza os laboratórios informatizados com mais de 30 micros e servidor de rede, além dos equipamentos de medições dos laboratórios de instalações prediais, de conforto e de estrutura, que complementam as atividades do curso de Arquitetura e Urbanismo da FATECS. Participam de Encontros Nacionais, Internacionais e Congressos da área, em especial os da ANPUR, PLEA, ANTAC, ENTAC, TECHAB, W CIB, UIA, FAPECS, FIOCRUZ, SBPC, JORNADA NORTE-NORDESTE, CIÊNCIA E CULTURA, PARJAP.

Palavras–Chave: arquitetura; qualidade ambiental; saúde.

CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima – CEUB, professora líder do grupo
fernanda.lima@ceub.edu.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e de suas anomalias. Os cromossomos foram descritos no século XIX como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa apresenta três linhas de pesquisa que se resumem, principalmente, a estudos citogenéticos sobre casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo Philadelphia em pacientes com leucemia mieloide crônica, após o uso de inibidores de tirosinocinase. O grupo de pesquisa concluiu estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição. Esses distúrbios abrangem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Novos projetos de pesquisa foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica, portadores do cromossomo Philadelphia, sob o efeito de inibidores de tirosinocinase. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos citados servem como material de estudo para estudantes do CEUB que se interessem por este campo de trabalho.

Palavras–Chave: leucemia; infertilidade; abortamento.

CIDADE E HABITAÇÃO, NOVAS PERSPECTIVAS

Eliete de Pinho Araujo – CEUB, professora líder do grupo
eliete.araujo@ceub.edu.br
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – CEUB, professor líder do grupo
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

As pesquisas nesta área de concentração poderão tanto qualificar profissionais para atuar no ensino superior, como também para atuar na gestão pública, com o objetivo de ampliar o campo de investigação. Destaca-se que este grupo do mestrado acadêmico tem como fator diferencial estabelecer uma correlação entre a área de concentração Cidade e Habitação com as experiências já consolidadas do Mestrado e Doutorado em Direito na Instituição. Tal fato revigora a investigação das questões correlatas à cidade e à habitação com as questões correlatas do campo do Direito.

Palavras–Chave: teoria; tecnologia; saúde.

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES (GP–CED)

Mônica Igreja do Prado – CEUB, professora líder do grupo
monica.prado@ceub.edu.br

O GP–CED dedica-se a estudos e pesquisas de comunicação que envolvem desastres e emergências. O referencial é a comunicação pública que compreende a informação como interesse coletivo e o cidadão como construtor de sua autoproteção e atuação social. A Plataforma JF continua ativa e a produzir o Boletim Informativo quinzenal sobre a evolução da COVID-19 em todo o país (linha de pesquisa – Plataforma Estatística). A sua história e o relato de experiência de como a comunicação da Plataforma contribuiu para reduzir o cenário de infodemia no ambiente local da cidade de Juiz de Fora (MG) foi tema de artigo científico apresentado no Intercom (45º Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação) – Relato de Experiência: comunicando ciência com a Plataforma JF de acompanhamento estatístico da pandemia de COVID-19. A Plataforma JF contabiliza 227 aparições na imprensa, sendo 20 presenças em telejornais ao vivo ou em entrevistas gravadas para emissoras locais de Juiz de Fora (MG), 6 em rádio, 1 em revista segmentada e 200 em sites noticiosos. Dois projetos foram desenvolvidos (linha de pesquisa – Formação de Profissionais de Comunicação). Os Projeto de Iniciação Científica (PIC) se referem à (i) comunicação pública realizada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) durante a pandemia de COVID-19 em rede social, entre março de 2020 e janeiro de 2022, e aos (ii) pontos de alagamento que ocorrem no Distrito Federal durante o período chuvoso, que normalmente se situa entre outubro e abril de cada ano, utilizando o corte temporal de 2020–2021. As peças do GDF utilizaram séries veiculadas em streaming para motivar o uso de máscaras e o emprego do medo para incentivar a prevenção e os cuidados de autoproteção contra a COVID-19. Os pontos de alagamento são recorrentes no DF e podem ser visualizados no *website* desenvolvido, sendo que a parte documental foi coletada a partir de veículos de imprensa. No campo da ludicidade (linha de pesquisa – Lúdico, Clima e Divulgação Científica), houve participação do GP–CED no Projeto GIRO, um *game* em forma de QUIZ destinado a estudantes universitários do Centro Universitário de Brasília (CEUB). Foram duas cápsulas: Aquecimento Global e Economia Verde. As perguntas focaram em soluções para a emergência climática e em comportamentos individuais que podem ser adotados. No âmbito da linha de pesquisa Cidades Sustentáveis e Agenda 2030, dois estudos foram desenvolvidos: embalagens e cerrado e uma oficina. O de embalagens mostrou que elas são pouco informativas sobre como devem ser descartadas, dificultando a atuação do consumidor. O do cerrado evidenciou que estudantes universitários modificam sua percepção sobre o cerrado quando há informação sobre sua importância e os serviços ambientais que oferece. A oficina permitiu uma imersão em sustentabilidade, a partir de uma cidade lúdica e a Agenda 2030. O GP–CED reuniu no *e-book* Arte & Texto – Publicações 2020 – 2022 os *posts* mais significativos publicados durante os últimos dois anos na página do GP em rede social.

Palavras–Chave: comunicação pública; proteção e defesa civil; desastres.

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E O PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NO EIXO DA GESTÃO

Elda Alves Oliveira Ivo – CEUB, professora líder do grupo
elda.ivo@ceub.edu.br
Murilo Silva Rezende – CEUB, professor líder do grupo
murilo.rezende@ceub.edu.br

Debater sobre o saber científico, a importância da informação e seus desafios é muito relevante no cenário contemporâneo. A rediscussão acerca do que é a pós–verdade e análise crítica das intenções e dos seus possíveis efeitos, permite amplas reflexões quanto ao contexto histórico e cultural. A pós–verdade pode ser definida como uma distorção deliberada da realidade, haja vista a manipulação de crenças e emoções com o objetivo de influenciar a opinião pública e as atitudes das pessoas. Isso se intensifica com as mídias digitais, justamente pela proporção e velocidade com que a ressonância de sentidos pode acontecer, pois, em princípio, realidade e língua se relacionam apenas em uma dimensão imaginária da discursividade fundadora de sentidos e sujeitos E, nesse sentido, destaca-se que a pós–verdade é muito atrativa em razão da narrativa. Justaposta a essa questão, as discussões sobre o conceito de lugar de fala também se intensificam, talvez, como resposta às lacunas discursivas deixadas pela pós–verdade. O lugar de fala, por sua vez, é um conceito que define a perspectiva do discurso a partir do campo de vivência do indivíduo. Desse modo, o lugar de fala também tende a ser permeado pelas emoções como a pós–verdade, mas neste caso, as emoções intentam significar o discurso e não distorcer a realidade. Assim, busca-se traçar um percurso de análise da perspectiva discursiva do que se tem chamado de pós–verdade e qual o papel do lugar de fala nesse contexto. Objetiva-se verificar se os termos se constituem como acontecimentos discursivos, e ainda, como se apresentam na contemporaneidade. Diante do exposto, a mesa se propõe a discutir as possibilidades, dificuldades e estratégias utilizadas na pós–verdade, sob o viés do que há entre o mundo real e o discursivo, entre as verdades do mundo e as da língua.

Palavras–Chave: pós–verdade; lugar de fala; discurso.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE CONVIVÊNCIA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL – LAECOVI/BR

Julliane Messias Cordeiro Sampaio – CEUB, professora líder do grupo
julliane.sampaio@ceub.edu.br
Ester Oliveira Mascarenhas – CEUB, professora líder do grupo
ester.oliveira@ceub.edu.br

A violência que ocorre no namoro é multifacetada e tem sido conceituada como *dating violence* e constitui em um conjunto de violências multifacetadas que podem ser simbólica, verbal, psicológica, moral e física, podendo se manifestar isolada ou de forma associada, que causa sofrimento, dor, angústia, medo, danos e até mesmo a morte do parceiro íntimo. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo identificar as manifestações do *dating violence* na literatura científica. Foi realizada uma revisão integrativa e foram selecionados 07 artigos das bibliotecas virtuais SciELO e LILACS que responderam à pergunta norteadora. Para construir a questão e nortear as buscas foi utilizada a estratégia SPIDER, que permitiu identificar e incluir, nesta revisão, estudos com diferentes delineamentos e tipos de pesquisa. Os estudos incluídos na amostra final ainda foram avaliados com relação ao nível de evidência, o que permitiu a classificação dessas evidências em fracas, moderadas ou fortes. Para a compilação dos dados, optou-se por categorizar as manifestações do *dating violence* em três grupos: 1. violência psicológica; 2. violência física; e 3. violência sexual. Houve maior predomínio de estudos publicados nos anos de 2016 e 2017. Com relação ao tipo de estudo, três artigos consistiam em pesquisas qualitativas, dois em estudos epidemiológicos transversais e dois estudos eram de natureza mista (quantitativa e qualitativa). Com relação à classificação das evidências, todas foram consideradas moderadas (Nível IV). Duas pesquisas foram realizadas em Portugal, uma no México e quatro no Brasil. A presente investigação obteve como resposta as principais manifestações do *dating violence* nas agressões psicológicas, como as chantagens, a intimidação e as humilhações. Porém, salienta-se que os outros tipos de violência foram mencionados, esses fatos despontam a necessidade de medidas dialógicas e interventivas sobre o tema nos contextos permeados por jovens e adolescentes a fim de subsidiar o reconhecimento de situações abusivas ou violentas, assim como, condutas de autoproteção e busca por ajuda pelas vítimas.

Palavras–Chave: *dating violence*; violência; conflitos.

LEI E SOCIEDADE

Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor líder do grupo
frederico.silva@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa Lei e Sociedade tem como finalidade a discussão de teorias, metodologias e modelos de análise de políticas públicas nas suas relações com o direito em suas diferentes formas. Produz reflexões a respeito das interdependências entre atores na sua multiplicidade e no agenciamento de ações entre eles e o Estado. A linha de pesquisa do grupo relaciona-se com bases teóricas da etnografia das políticas públicas, da sociologia da ação e do pragmatismo sociológico. A produção do grupo de pesquisa inclui trabalhos de iniciação científica, orientação de monografias de graduação, dissertações de mestrado, participação em congressos nacionais e internacionais e livros e artigos publicados.

Palavras–Chave: políticas públicas; pragmatismo; sociologia da ação pública.

PALIMPSESTO CRÍTICO: ESTRATIGRAFIAS, ESTEREOTOMIAS E OUTRAS DERIVAS

Rossana Maria Delpino Sapena – CEUB, professora líder do grupo
rossana.sapena@ceub.edu.br

O grupo propicia uma aproximação ao pensamento crítico, colocando em tensão estratos múltiplos, com o propósito de discutir, compreender e comunicar no nosso campo de indagação. A motivação surge a partir de perspectivas difusas, mestiças e de contornos insurretos, onde a complexidade e, em não poucos casos, a incerteza, serão territórios possíveis para as derivas operativas de montagem e desmontagem próprias das práxis estereotómica. Além disso, a ideia de estratografia sugere indexar, pegar, dobrar e contrastar capas de várias espessuras, podendo ser imaginárias, textuais, históricas, diagramáticas, filosóficas, digitais e materiais. Tudo isso, conducente a novas incrustações, pós-produções, decantadas como sedimentos da ação crítica. Assim, a investigação é palimpséstica, uma prática coletiva, especulativa, acumulativa e cambiante as quais nutrem uma topologia flexível e adaptável. Multifocalizações, intertextualidades e polisensorialidades caracterizam o modo de fazer, ajustando a ênfase no procedimento, no meta-metodológico e no meta-epistêmico.

Palavras–Chave: arquitetura; crítica; projetos.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADE FÍSICA

André Almeida Cunha Arantes – CEUB, professor líder do grupo
andre.arantes@ceub.edu.br
Tácio Rodrigues da Silva Santos – CEUB, professor líder do grupo
tacio.santos@ceub.edu.br

O Grupo de Pesquisa em Esporte, Educação Física e Atividade Física (GPEFAT) pretende levantar informações acerca dos programas do Governo do Distrito Federal no campo do esporte, da educação física e da atividade física e a proposição de intervenções que impactem na melhoria dessas políticas. Cumpre também o papel de formação complementar ao programa de graduação, que visa apoiar os alunos do CEUB nos caminhos da iniciação científica. São duas linhas para o desenvolvimento de estudos e pesquisa do GPEFAT: Esporte e Educação; e Atividade física, esporte e saúde. Inicialmente foram desenvolvidas pesquisas sobre o tema Jogos Escolares do Distrito Federal. Aspectos como implicações da condição financeira na composição da delegação escolar dos Distrito Federal, diferença de apoio entre os sexos, distribuição da delegação em função de modalidades coletivas e individuais foram alguns dos temas discutidos e pesquisados nos últimos anos. Mais recentemente, e, em função da pandemia do COVID-19, a produção foi reorientada para discutir os impactos da pandemia em atletas e estudantes. As discussões derivaram em dois trabalhos, um voltado a verificar o impacto da COVID 19 nos Jogos Olímpicos de Tóquio e outro sobre a percepção dos alunos de Educação Física de uma instituição de ensino superior privada sobre o ensino em tempos de pandemia. O estudo sobre os Jogos Olímpicos de Tóquio recebeu convite para fazer parte do acervo virtual da *The Olympic Studies Centre*, vinculada ao Comitê Olímpico Internacional e situado em Lausanne, na Suíça. Por sua vez, a pesquisa relativa à percepção dos alunos de educação física contribuiu para o trabalho de conclusão de curso dos participantes deste grupo de estudo. Os resultados dessa pesquisa foram requisitados pelo coordenador do curso de Educação Física da instituição, com o intuito de compor um acervo de informações referentes aos impactos causados por esta situação de exceção vivida pelos estudantes.

Palavras–Chave: jogos escolares do Distrito Federal; esporte escolar; COVID-19.

REDE DE REQUISITOS

Roberto Avila Paldês – CEUB, professor líder do grupo
roberto.paldes@ceub.edu.br

O grupo tem como objetivo buscar conhecimentos relativos à Engenharia de Requisitos (RE) e à experiência do usuário com sistemas de informação nas suas diversas áreas de atuação, com foco na melhoria da qualidade do software. Como contribuições, espera-se aprimorar o processo de cooperação entre especialistas em desenvolvimento de sistemas e seus clientes. Busca-se, também, identificar e propor técnicas e métodos que apoiem o trabalho de produção e gerenciamento de requisitos. O grupo já teve artigos publicados nos Anais da Conferência Iberoamericana de Software Engineering (CIbSE 2018), no 21st Workshop on Requirements Engineering (WER 2018), na Conferência Iberoamericana de Software Engineering (CIbSE – Havana 2019), no Simpósio Brasileiro de Engenharia de Software (SBES 2019 – Salvador) e no IEEE International Symposium on Empirical Software Engineering and Measurement (ESEM 2019 – Porto de Galinhas). Em 2020, o artigo "Functional Requirements Elicitation in IoT systems: a follow-up study' foi escolhido como Best Paper no XIX Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software (SBQS 2020). Em 2021, o grupo acolheu na capital federal do Brasil, com apoio do Centro Universitário de Brasília (CEUB), o 24th Workshop on Requirements Engineering (on line), evento de projeção ibero-americana. Ainda em 2021 o grupo participou da Conferência IoT 2021 apresentando o tema “Internet das Coisas para a Gestão Pública". Atualmente o grupo tem se concentrado na validação de requisitos no contexto da Internet das Coisas (IoT). Os objetivos específicos são identificar as abordagens atuais adotadas pela Engenharia de Requisitos nesse contexto e analisar como elas estão lidando com a validação de requisitos. Os resultados iniciais encontrados no presente momento apontam que apenas uma metodologia de RE na IoT descreveu um processo de validação de requisitos. O grupo de pesquisa pretende chegar a um modelo mais abrangente que possa apoiar a maior parte das diversas abordagens e particularidades da Engenharia de Requisitos.

Palavras–Chave: requisitos; software; sistemas.

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS

Fabrício Ofugi – CEUB, professor líder do grupo
fabricio.ofugi@ceub.edu.br
Gislane Pereira Santana – CEUB, professor líder do grupo
gislane.santana@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa Tecnologias Disruptivas, a partir do objetivo de conceber, dimensionar e implementar sistemas computacionais que estabeleçam uma ruptura com os padrões, modelos ou tecnologias em pesquisa computacional, tem mantido sua ênfase na linha educação, gamificação e jogos eletrônicos. Atualmente desenvolve uma proposta de acompanhamento e investigação de projetos do curso da Ciência da Computação relacionados ao Núcleo de Computação Competitiva (NCC). Compreende-se que a participação em competições de programação permite aos estudantes aperfeiçoar seus conhecimentos e, consequentemente, aprimorar suas condições ao mundo do trabalho. Segue-se também na perspectiva de investigar questões relacionadas à educação, sobretudo no que diz respeito ao ensino da Ciência da Computação e os desafios na reestruturação do projeto pedagógico do curso estar alinhada à linha de pesquisa Governança de TI, Gerência de Projetos e Segurança da Informação. Nesse âmbito, correlacionam-se atividades realizadas no curso, como os projetos integradores e as atividades de extensão, diante da inserção e aproximação dos discentes ao mundo do trabalho. Nesse caso, a proposta é manter a atualidade do curso no contexto de tecnologias emergentes integrando os estudantes nesse processo. Por fim, as outras linhas de pesquisa, Comunicação de Dados e Sistemas Distribuídos e Inteligência Artificial e Computação Cognitiva encontram-se em estudos sobre a perspectiva de sua convergência. Uma ideia é que o uso de sistemas distribuídos viabilize a infraestrutura necessária e, consequentemente, o processamento de dados que contribua para o desenvolvimento de projetos relacionados à Inteligência Artificial e Computação Cognitiva. Os estudos sobre o uso de redes privadas no ensino da computação também geraram apresentações e publicações em eventos como o IX Fórum EaD do IFB. O sistema operacional CEUB-OS, em desenvolvimento, também é objeto prioritário no grupo.

Palavras–Chave: gamificação; governança e ensino de TI; sistemas computacionais.

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Marcos Chedid Abel – CEUB, professor líder do grupo
marcos.abel@ceub.edu.br

Em funcionamento desde 2012/1, com reuniões semanais e temas semestrais, atualmente trabalhando "Neurose Histérica". O grupo de pesquisa é coordenado pelo professor Marcos Abel e realiza orientações de pesquisas, apresentações e publicações de trabalhos, realização de Seminários nacionais e internacionais e intercâmbios com colegas. Participação no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em "Teoria Psicanalítica", iniciado em 2004, com a 28ª Turma em curso.

Palavras–Chave: psicanálise; teoria psicanalítica; tratamento psíquico.

VOZES – TEORIA CRÍTICA CONSTITUCIONAL E DOS DIREITOS HUMANOS

Hector Luis Cordeiro Vieira – CEUB, professor líder do grupo
tedney.silva@ceub.edu.br
Tédney Moreira da Silva – CEUB, professor líder do grupo
tedney.silva@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa intitulado "Vozes – Teoria Crítica Constitucional e dos Direitos Humanos" tem o objetivo de desenvolver pesquisas científicas sobre os desafios de superação da dogmática constitucional em descompasso com a pós-modernidade e refletir sobre os modos de implementação de direitos subjetivos de sujeitos que façam parte de grupos de vulnerabilidade social, considerados, pela doutrina jurídica majoritária, como minorias sociais. O enfoque é, a partir da teoria crítica e realista do constitucionalismo e dos direitos humanos, promover eventos acadêmicos, artigos científicos e demais publicações que destaquem a instrumentalidade jurídica dos direitos especiais de grupos vulneráveis na sociedade brasileira, aprofundando sua interrelação com outras áreas do conhecimento jurídico, como, por exemplo, a efetividade de direitos fundamentais constitucionalmente assegurados.

Palavras–Chave: direitos humanos; direito constitucional; teoria crítica.

ANAIS DO

V EnCUCA

MESAS–REDONDAS

A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE E DA PSICOLOGIA CULTURAL

Mediador:
Ana Flávia do Amaral Madureira – CEUB, professora do Curso de Graduação em Psicologia e Programa de Mestrado em Psicologia
ana.madureira@ceub.edu.br

Debatedores:
Juliano Moreira Lagôas – CEUB, professor do Curso de Graduação em Psicologia e Programa de Mestrado em Psicologia
juliano.lagoas@ceub.edu.br
Ana Flávia do Amaral Madureira – CEUB, professora do Curso de Graduação em Psicologia e Programa de Mestrado em Psicologia
ana.madureira@ceub.edu.br

A mesa-redonda proposta tem como objetivo promover o debate e a reflexão crítica acerca do papel da psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, na prevenção da violência, na direção da construção cotidiana de uma cultura de paz em nosso país. Se, por um lado, a psicologia é uma ciência diversa, em termos epistemológicos, teóricos, metodológicos e de campos de atuação profissional; por outro lado, em sintonia com os princípios fundamentais expressos no nosso Código de Ética Profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2005), a psicologia tem como um dos seus compromissos éticos centrais a promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e das coletividades. Tal compromisso ético confere, portanto, um eixo norteador de fundamental importância para a pesquisa e a atuação profissional de todos(as) os(as) psicólogos(as). Nesse sentido, na mesa-redonda em questão serão abordadas, de forma mais específica, algumas contribuições teórico-conceituais da perspectiva psicanalítica e da perspectiva da psicologia cultural em sua vertente semiótica. Mesmo correspondendo às perspectivas teóricas distintas, o desafio de compreender, de forma mais aprofundada, as bases sociais e psicológicas do fenômeno da violência se mostra como um desafio multifacetado e complexo e que, portanto, instiga a construir "pontes" teórico-conceituais ao invés de "muros" que separam rigidamente diferentes tradições teóricas. Tal desafio deve ser enfrentado pela psicologia para, assim, se construir estratégias efetivas de prevenção da violência, ainda mais em um país profundamente marcado pela violência, incluindo a reprodução recorrente de preconceitos contra diversos grupos sociais, historicamente discriminados, como, por exemplo, as mulheres, as pessoas negras (pretos/as e pardos/as), as comunidades indígenas e a população LGBTQIA+. Cabe destacar que as diferentes formas de preconceito são expressões da violência que provocam dor e sofrimento em inúmeras pessoas e cumprem, lamentavelmente, um papel estratégico na manutenção de uma ordem social profundamente excludente. Os pesquisadores compartilham a convicção de que a psicologia deve buscar, de diferentes formas, construir vias favoráveis para caminhar em uma direção oposta em nosso país: de valorização de formas não violentas de lidar com os conflitos, de valorização das práticas

dialógicas e dos princípios democráticos. Acredita-se que a promoção de uma cultura de paz no cotidiano é um caminho estratégico para avançar no respeito aos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais fraterna, justa e igualitária.

Palavras–Chave: prevenção da violência; cultura de paz; perspectiva psicanalítica; perspectiva da psicologia cultural.

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Mediador:
***André Almeida Cunha Arantes* – CEUB, professor do Curso de Graduação em Educação Física**
andre.arantes@ceub.edu.br

Debatedores:
Tácio Rodrigues da Silva Santos – CEUB, professor do Curso de Graduação em Educação Física
tacio.santos@ceub.edu.br
João Batista dos Santos Junior – CEUB, aluno do Curso de Graduação em Educação Física
joaojuniordf@sempreceub.com
Maria Aline Alves Barbosa – CEUB, aluna do Curso de Graduação em Educação Física
maria.aline@sempreceub.com

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) relata que, em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus. O primeiro caso confirmado da COVID-19no Brasil foi em 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo. Nesse mesmo mês, em meio à insuficiência de conhecimento acerca do vírus, começaram as primeiras ações governamentais ligadas à pandemia. Em função desse quadro pandêmico, muitas instituições de ensino superior, professores e alunos tiveram que se adaptar ao ensino remoto como a solução possível para manter as aulas e mitigar o prejuízo do cancelamento do contato acadêmico. O objetivo desta pesquisa foi verificar a percepção dos alunos de Educação Física de uma Instituição de Ensino Superior particular no Distrito Federal, sobre o impacto do ensino remoto durante o período da pandemia de COVID-19. A população da pesquisa foi formada por alunos de Educação Física de uma Instituição de Ensino Superior no Distrito Federal. A participação esteve condicionada a aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essa pesquisa foi realizada com 45 alunos, do sexo masculino e feminino, com média de idade 23, 31 anos, no ano de 2022. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário desenvolvido no *Google Forms* e enviado aos estudantes pela Coordenação do Curso de Educação Física. Os resultados demonstram que a decisão da Instituição de Ensino em manter o calendário acadêmico durante o período pandêmico foi bem recebida pelos alunos, embora a maior parte dos alunos não considere este modelo atrativo.

Palavras–Chave: educação física; ensino remoto; COVID-19.

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AMPLIADA (CAA) AOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Mediador:
Emerson Moreira Gonçalves – CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância
emerson.goncalves@ceub.edu.br

Debatedores:
Ana Paula Sampaio Barbosa – CEUB, professora do Núcleo de Educação a Distância
ana.sbarbosa@ceub.edu.br
Jefferson Diego de Paulo – professor do Núcleo de Educação a Distância
jefferson.paulo@ceub.edu.br

As dificuldades comunicativas presentes nas pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são descritas de forma marcante nos seus diferentes quadros, sendo comum encontrar fala ininteligível, alterações no discurso espontâneo, inversões de pronomes, fala repetitiva (ecolalia) e sem funcionalidade na clareza de conteúdo, até a ausência de fala e gestos com função comunicativa. Na ausência da fala, torna-se imprescindível o uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) para que tanto o professor quanto o estudante com TEA possam estabelecer um canal de comunicação comum e propiciar um ambiente interativo e comunicativo dentro da sala de aula ou mesmo, na sala de recursos multifuncionais e nos outros ambientes dentro do espaço escolar. A CAA se caracteriza por um conjunto de métodos e técnicas que facilitam a comunicação, ampliando as possibilidades de troca, de experimentação individual e de relacionamento com o outro. Os Sistemas Alternativos e Ampliados de Comunicação, também chamados de comunicação não oral ou comunicação aumentativa/suplementar/ampliada, referem-se a um ou mais recursos gráficos visuais e/ou gestuais que complementam ou substituem a linguagem oral comprometida ou ausente. Mais especificamente, a Comunicação Alternativa é utilizada como meio de efetuar a comunicação face a face de indivíduos incapazes de usar a linguagem oral. A comunicação suplementar ou ampliada, por outro lado, promove o apoio suplementar à fala. Com a utilização de formas alternativas de comunicação acredita-se que, ao conseguir compreender e ser compreendido, a pessoa com autismo estabelece um canal comum de comunicação e muitos dos seus distúrbios de conduta podem ser diminuídos ou mesmo substituídos por um comportamento comunicativo mais claro e eficaz. Não se pode negar o direito de expressão às pessoas com TEA e nem melhores condições para uma comunicação mais clara, evidente e padronizada, da mesma forma que ocorre quando usamos a fala ou escrita para nos comunicarmos. Dessa forma, é importante elaborar programas alternativos de comunicação que possam suprir as necessidades comunicativas tanto no ambiente escolar como no ambiente familiar, uma vez que as pessoas com autismo permanecem muito mais tempo em casa do que na escola. As formas alternativas de comunicação devem proporcionar um estreitamento na relação entre pais e filhos, de modo que necessidades, desejos e emoções possam ser expressos e compreendidos, sendo a CAA direcionada à facilitar o convívio dessas pessoas, tanto na escola como em casa. Vale destacar que nem todos os aspectos da comunicação

podem ser substituídos quando a Comunicação Alternativa é utilizada, pois há muito mais em jogo quando estamos nos relacionando com o outro. No entanto, a ênfase no ato de comunicar algo a alguém deve se sobressair a qualquer procedimento ou técnica utilizada, porque comunicar é uma ação existencial e vital na relação humana. Na mensagem está implícita a relação, o que evidencia que a comunicação não é feita somente de conteúdos, mas também de aspectos emocionais, de movimentos e de expressões faciais que complementam e direcionam para o conteúdo do diálogo em questão.

Palavras–Chave: comunicação alternativa e aumentativa; transtorno do espectro autista; inclusão.

DISCUSSÕES SOBRE A REUMANIZAÇÃO DA DOCÊNCIA. QUATRO APROXIMAÇÕES DESDE O CORPO

Mediador:
Rossana Maria Delpino Sapena – CEUB, professora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
rossana.sapena@ceub.edu.br

Debatedores:
Mauricio Arnoldo Carcamo Pino, professor da Universidade de Chile
m.carcamo@uchile.cl
Aline Stefania Zim – CEUB, professora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
aline.zim@ceub.edu.br

A questão fundamental desta reflexão gira em torno da midiatização telemática da educação, a qual aponta a uma sistematização e automação de processos, dentro do âmbito da docência. As promessas de ambientes virtuais gameficados e cada vez mais imersivos num "metaverso", afasta as pessoas da realidade e do contato humano e apresenta-se o questionamento se é possível uma vivência acadêmica plena nesse contexto. Um dos problemas mais proeminentes vivenciados após um longo período de ensino remoto, em virtude da pandemia do COVID-19, foi a anulação da corporeidade, ou seja, uma ausência dos intercâmbios entre docentes e alunos e entre a comunidade acadêmica. As plataformas como Zoom, Google Meet ou Microsoft Team foram as ferramentas que possibilitaram o encontro remoto entre professores e alunos, entretanto, da mesma forma que conseguiram conectar, elas também afastaram os protagonistas, pela anulação da experiência corpórea e pela supremacia de controle que esses programas consentem. Dessa forma, essa reflexão pretende ponderar um conjunto de reflexões que giram em torno da reumanização da educação, principalmente na área de arquitetura e urbanismo, a partir de certas práticas docentes que versam sobre o alcance do corpo, seu potencial dentro de processos de aprendizagem quando se trata de vivências de plena consciência e de plena experiência, sendo o corpo um instrumento primordial que nos faz ser e estar no mundo. Assim cada autor abordará um tema diferente, relacionado a sua experiência docente ou às indagações teóricas que vem trabalhando dentro das suas próprias pesquisas. Trabalhos de Projeto de Arquitetura desenvolvidos através de procedimentos projetuais que partem da consciência do corpo sensível e da dissolução de fronteiras;a formulação teórica desde a "manuagem" como instrumento de reumanizar a educação; a condição de humanidade nos processos em arquitetura contemporâneos; a experiência corporal como *continuum* espacial até a arquitetura; e, por último, reflexões acerca de uma experiência pedagógica interdisciplinar fundamentada inteiramente na materialidade sensível operada pelas mãos, e na construção manual de objetos–rascunho.

Palavras–Chave: docência; arquitetura; corpo.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS, CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ

Mediador:
Ana Flávia do Amaral Madureira – CEUB, professora do Curso de Graduação em Psicologia e do Programa de Mestrado em Psicologia
ana.madureira@ceub.edu.br

Debatedores:
João Mendes Gomes Brasil de Holanda – CEUB, aluno egresso do Curso de Graduação em Psicologia e do Programa de Mestrado em Psicologia
joaogholanda@gmail.com
Isabella Alves Alencar de Araujo – CEUB, aluna egressa do Curso de Graduação em Psicologia e do Programa de Mestrado em Psicologia
isabellaaalencar@gmail.com
Juliane Mesquita Obando – CEUB, aluna egressa do Curso de Graduação em Psicologia e do Programa de Mestrado em Psicologia
juliane_cdb@hotmail.com

A psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, tem como um dos seus compromissos éticos centrais a promoção da saúde e do bem-estar das pessoas. Portanto, os(as) psicólogos(as) devem buscar contribuir, de diferentes formas, com a desconstrução de preconceitos, com a prevenção e o enfrentamento da violência. Afinal, as diferentes formas de preconceito são expressões da violência que provocam dor e sofrimento em inúmeras pessoas. Cabe destacar que vivemos em um país, historicamente, perpassado pela violência, em vários sentidos, incluindo a reprodução cotidiana de preconceitos contra diversos grupos que são discriminados de forma recorrente, como, por exemplo, as mulheres e a população LGBTQIA+. Em sintonia com a construção de uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos, a mesa-redonda proposta tem como objetivo promover o debate e a reflexão crítica acerca das questões de gênero e sexualidade no contexto escolar, na direção da desconstrução cotidiana do sexismo, da homofobia e da transfobia. Na mesa-redonda serão apresentadas contribuições sobre a temática proposta a partir dos resultados obtidos em três pesquisas vinculadas ao Programa de Mestrado em Psicologia do Centro Universitário de Brasília – CEUB. De forma mais específica, as pesquisas em foco adotaram como referencial teórico a psicologia cultural em sua vertente semiótica e utilizaram uma metodologia qualitativa de investigação. As pesquisas foram orientadas pela professora Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira, que propôs a mesa-redonda em questão. Tais pesquisas resultaram nas seguintes Dissertações de Mestrado: “A Construção das Identidades Masculinas: O Olhar de Alunos do Ensino Médio” (autoria: João Mendes Gomes Brasil de Holanda); “Práticas Pedagógicas e os Estudos de Gênero: A Valorização da Diversidade e a Promoção de uma Cultura de Paz” (autoria: Isabella Alves Alencar de Araújo); e “Educação Sexual: O Papel da Escola na Prevenção da Violência Sexual contra as Mulheres” (autoria: Juliane Mesquita Obando). Os(as) autores(as) das pesquisas irão integrar a mesa-redonda proposta. Os pesquisadores compartilham a convicção de que

a educação escolar, no contexto das sociedades contemporâneas letradas, cumpre um papel estratégico na formação das novas gerações, na formação de pessoas reflexivas, sensíveis, empáticas e comprometidas com a construção de uma cultura de paz e de valorização da diversidade que nos constitui enquanto seres humanos. Acredita-se que a produção científica, nas interfaces entre a psicologia e a educação, tem muito a contribuir na direção da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade que respeita os direitos humanos e que valoriza o diálogo, de forma coerente com os princípios democráticos.

Palavras–Chave: psicologia e educação; desconstrução; sexismo; homofobia; transfobia; cultura de paz.

HACKATHON EAD: ABORDANDO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU, POR MEIO DO EMPREENDEDORISMO EM TI

Mediador:
Flávio César de Siqueira Marques – CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância
flavio.marques@ceub.edu.br

Debatedores:
Marcelo Carboni Gomes – CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância
marcelo.gomes@ceub.edu.br
Everson Andrade dos Reis – CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância
everson.reis@ceub.edu.br
Gustavo Cordeiro Galvão Van Erven – CEUB, do Núcleo de Educação a Distância
gustavo.erven@ceub.edu.br
José Carlos Vieira Junior – CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância
jose.carlos@ceub.edu.br

Que tal uma maratona de TI para promover a sustentabilidade no Brasil, por meio da Educação de Qualidade? O Hackathon EAD, desenvolvido em Out/2022 pelo Núcleo de Educação a Distância do Centro Universitário de Brasília (NEAD/CEUB), foi uma prática desenhada para fortalecer os laços entre a academia, o mercado de trabalho e a comunidade, por meio de práticas consolidadas no mundo do empreendedorismo. O foco da maratona foi abordar os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU para o Brasil, por meio de ações inovadoras na área de TI. As práticas incluíram o desenho, a prototipação e a apresentação de propostas de produtos e/ou serviços de TI nas áreas de programação, ciência de dados e segurança cibernética. Os estudantes se apropriaram de ferramentas de empreendedorismo e de tecnologia da informação para apresentarem suas propostas. Por meio de um ambiente de gamificação, os estudantes puderam também exercitar suas habilidades sociais, unindo suas competências profissionais em torno de questões da comunidade. A mesa redonda discute os principais problemas para disponibilizar educação de qualidade à população e como a tecnologia da informação pode reunir meios para combatê-los, na visão dos docentes e dos discentes participantes. Os trabalhos dos estudantes foram avaliados por banca composta por docentes, empresários e gestores convidados. Os resultados são apresentados pelos debatedores, que colocam suas impressões sobre esse evento inovador. O evento de empreendedorismo na área de TI fomenta ações que contribuem para o atingimento de metas importantes na área da Educação, fortalecendo ações em agenda promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Palavras–Chave: educação a distância; Hackathon; objetivos de desenvolvimento sustentável.

INCLUSÃO, PROCESSOS COMPENSATÓRIOS E DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO

Mediador:
Ingrid Lilian Fuhr – CEUB, professora do Curso de Graduação em Psicologia e Programa de Mestrado em Psicologia
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

Debatedores:
Elizabeth Tunes – CEUB, professora da Universidade de Brasília
bethtunes@gmail.com
Zoia Prestes – professora da Universidade Federal Fluminense
zoiaprestes@yahoo.com.br
Débora Perla Tupi Menezes – CEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
debora.perla@sempreceub.com

Vigotski é um estudioso da psicologia, um pensador da educação. Apresentou muitas críticas à psicologia em sua época, críticas que ainda são válidas, ao afirmar que o papel da psicologia na educação não pode ser o de dizer que sabe o que deve ser feito, posicionando-se como hierarquicamente superior à educação, ou seja, se apresentando como um expert, um especialista no campo da educação. A psicologia, como ciência, precisa partir do fato de que os fenômenos psíquicos são nada mais do que uma forma específica de refletir aquilo que há na realidade, no mundo, independentemente do próprio fato de refletir. O foco central de suas investigações está na interpretação das infinitas particularidades de formas de desenvolvimento com suas dinâmicas, com os vínculos e as múltiplas conexões estabelecidas entre as funções psíquicas. O desenvolvimento humano para Vigotski se dá pelo enraizamento cultural, pela convivência coletiva e cooperativa em diferentes espaços sociais e pelo acesso ao conhecimento. O processo de desenvolvimento psicológico é um processo de transformação, de metamorfose, de idas e vindas em que podem ocorrer processos compensatórios no desenvolvimento do indivíduo. O fato de a pessoa apresentar uma constituição psicofisiológica diferenciada não faz dela uma deficiente. O diagnóstico de deficiência traz em si a ideia de incapacidade, de falta, ou seja, de manifestação do preconceito. O discurso de inclusão é um eterno devir, em que os mecanismos excludentes são perpetuados.

Palavras–Chave: inclusão; processos compensatórios; desenvolvimento do psiquismo.

USO DE METODOLOGIAS ATIVAS DESENVOLVIDAS NOS CAMPI/CEUB

Mediador:
Gleisse Ribeiro Alves – CEUB, professora da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
gleisse.alves@ceub.edu.br

Debatedora:
Rafaela Lisboa Andrade Freitas – CEUB, Lab Class
rafaela.andrade@uniceub.br

O processo de ensino-aprendizagem tem cada vez mais posicionado os estudantes no papel da aprendizagem autônoma e participativa. Percebe-se que um modelo de sequência linear dos conteúdos, com foco na figura do professor, muitas vezes, não dialoga com o modelo de comunicação emergente. Os cenários existentes em salas de aula tradicionais podem estar relacionados à menor participação e ao menor estímulo dos estudantes na realização de atividades educacionais. Partindo, assim, da premissa de que se vive em uma sociedade organizada em rede, esta mesa-redonda se preocupa com o fazer pedagógico docente sob a ótica engendrada no multiletramento, que demanda recursos e um olhar voltado para uma educação inovadora, transformadora e participativa. O CEUB busca cada vez mais o desenvolvimento e, outrossim, fortalecimentos das habilidades e competências reclamadas nesta realidade de rápidas transformações. A mesa-redonda em tela debate sobre novas construções para efetividade do processo de aprendizagem de todos os agentes, para refinar e aplicar conceitos para alcance de uma prática contextualizada, democrática em que o ser humano possa expandir sua consciência para agir com agudeza e criticidade. Assim, com o objetivo de se refletir e de se divulgar as metodologias ativas desenvolvidas nos *campi*, a presente mesa-redonda promoverá o debate e a apresentação das ações dos docentes diante dos desafios hodiernos sobrepujados com as tecnologias digitais da informação e comunicação no ensino-aprendizagem. Faz-se imprescindível a constante reflexão e aplicação de recursos tecnológicos capazes de promover práticas multidisciplinares e colaborativas, em um encontro de diferentes linguagens, encontrando, da mesma maneira, nas ferramentas digitais, o meio para a busca de resoluções, na interação dos sujeitos e o objeto digital para fortalecimento das relações educacionais.

Palavras–Chave: metodologias ativas; prática docente; ensino-aprendizagem.

OFICINAS

DESAFIO INTEGRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÕES DE SISTEMAS (DEVOPS)

Eloisa Toffano Seidel Masson – CEUB, professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, FATECS
eloisa.masson@ceub.edu.br
Antonio Carlos Mariani Mansur Junior – professor colaborador
acmansurjr@gmail.com

O objetivo do DevOps é acelerar os processos necessários para levar uma ideia do desenvolvimento à implantação em um ambiente de produção no qual ela seja capaz de gerar valor para o usuário. A palavra "DevOps" é a combinação dos termos "Desenvolvimento" e "Operações", no entanto, ela representa um conjunto de ideias e práticas que ultrapassam o significado desses dois termos. O DevOps inclui segurança, maneiras colaborativas de trabalhar, análise de dados e muitas outras práticas e conceitos. Os desenvolvedores, que normalmente criam códigos em um ambiente de desenvolvimento padrão, trabalham em estreita colaboração com a equipe de operações de TI para acelerar a compilação de programas de software, a realização de testes e o lançamento de soluções, sem sacrificar a confiabilidade. Obviamente, isso significa alterações mais frequentes no código e utilização mais dinâmica da infraestrutura. Neste Workshop, os participantes aprendem os fundamentos de DevOps e seus pilares, por meio de um jogo que utiliza chocolate, Lego e o framework Scrum! Experimentam a desvantagem dos silos especializados (área de Desenvolvimento e de Operações) e aprendem a expandir sua visão para um sistema único. Usando avatares e cartões de funções, os participantes adquirem uma compreensão dos papéis de Dev e Ops, bem como de suas interdependências. Ao longo do jogo eles experimentam um conjunto de emoções e expandem os limites do papel individual, aprendem habilidades T-shapped e expandem o time Scrum para incluir as atividades de Operações. O jogo leva os participantes a uma experiência gamificada da jornada de Transformação DevOps, facilitando o engajamento na cultura colaborativa entre as equipes.

Palavras–Chave: devops; agilidade; Scrum.

PROCESSAMENTO DE DADOS GEORREFERENCIADOS UTILIZANDO PYTHON

Pedro Henrique Rodrigues Mendes – CEUB, professor do curso de Graduação em Ciência de Dados e Machine Learning
pedro.rmendes@ceub.edu.br

Instituições e empresas anseiam por obter novas informações e perspectivas na análise de seus dados ou até mesmo de negócios. Os métodos tradicionais de visualização de dados estão ficando obsoletos ou comuns, o que força os profissionais da área de dados inovarem em suas análises de dados no dia a dia. A técnica que vamos destacar no minicurso é o Georreferenciamento, uma poderosa ferramenta para extrair uma nova possibilidade de informações "escondidas" em suas bases de dados. É amplamente utilizado em empresas, academias e governos com ampla projeção territorial para entender cada m² de seu território de atuação. O Georreferenciamento é a interseção entre o seu dado com a informação da posição geográfica, em um sistema de coordenadas no plano cartesiano do planeta Terra, a única necessidade para acessar esse "poder" é captar os dados de latitude e longitude que podem ser obtidos facilmente com auxílio de smartphones e computadores com a funcionalidade GPS (Global Position System). Será ministrado um minicurso de 3 horas abordando Inserção de Marcadores, Mapas de Calor e Vetores de Distância aplicados em uma base de dados aberta, a partir de um serviço de transporte e lazer da capital brasileira, que consiste em passeios de bicicletas compartilhadas no Plano Piloto, de Brasília, no Distrito Federal, durante o período de 2018. O requisito desejável para poder participar do minicurso é o conhecimento Básico de Linguagem de Programação para executar os códigos na Linguagem Python no curto espaço de tempo que temos.

Palavras–Chave: ciência de dados; geolocalização; Python.

ANAIS DO

V EnCUCA

PALESTRAS

2022

CEUB

AFINAL, O QUE NOS (DES)MOTIVA A APRENDER?

Adriana Satico Ferraz – CEUB, professora do Curso de Graduação em Psicologia e Programa de Mestrado em Psicologia
adriana.ferraz@ceub.edu.br

Por muito tempo o nível de esforço e de empenho dos estudantes nos diversos níveis de ensino foi delimitado pela classificação de estar ou não motivado. Nesse cenário, certo grau de culpabilização pela desmotivação era conferido aos alunos, sobretudo àqueles que apresentavam baixo desempenho acadêmico. Infelizmente esse mecanismo de rotulação persiste, principalmente em decorrência das práticas de ensino tradicionais dissimuladas por um discurso inovador. Atualmente espera-se que a motivação seja compreendida como um construto multidimensional, cuja apreciação é feita de forma qualitativa e não somente quantitativa. Essa palestra aborda duas dimensões da motivação: as metas de realização pessoais e as atribuições causais intrapessoais e interpessoais. A primeira dimensão caracteriza os diferentes perfis motivacionais e as suas interrelações, sendo que cada um deles apresenta objetivos específicos inerentes aos seus pensamentos, sentimentos e comportamentos manifestos nos espaços de aprendizagem. Essas orientações motivacionais se referem à meta aprender (direcionada ao desenvolvimento de novas habilidades e à elevação intelectual), à meta performance-aproximação (voltada para a obtenção pública de mérito pelo bom desempenho) e à meta performance-evitação (centralizada na preocupação de se expor de forma inadequada em público pelo medo iminente do fracasso). A segunda dimensão aborda como as percepções sobre o fracasso e o sucesso impactam na motivação prospectiva, nomeada de atribuições causais intrapessoais e interpessoais. Esse construto trata das causas atribuídas diante dos resultados acadêmicos, sobretudo àqueles qualificados como inesperados. As atribuições causais intrapessoais e interpessoais pautam-se no esforço, na capacidade (também compreendida como inteligência ou aptidão), na dificuldade da tarefa e na sorte. Atreladas a essas causas subjazem as dimensões psicológicas, as quais refletem na qualidade motivacional dos estudantes, a saber o lócus (interno ou externo), a estabilidade (continuum estável-instável) e a controlabilidade (continuum controlável-incontrolável). O que diferencia as atribuições causais intrapessoais das interpessoais é a perspectiva de quem julga o resultado obtido – se a própria pessoa de que busca as causas para as situações vivenciadas de êxito ou fracasso (ponto de vista intrapessoal) ou se um terceiro, geralmente o professor, familiar ou colega próximo que conjectura sobre o sucesso ou insucesso do aluno (enfoque interpessoal). Espera-se que ao final dessa comunicação, tanto os discentes como os docentes possam compreender, de forma mais aprofundada, sobre o seu bem-estar psicológico e as suas formas de agir no contexto acadêmico a partir da sua qualidade motivacional.

Palavras–Chave: metas de realização; atribuições causais; teoria social cognitiva.

EDUCAÇÃO PARA MOBILIDADE NA ATUALIDADE: EDUCAÇÃO RESTAURATIVA E DIREITOS HUMANOS, UMA EXPERIÊNCIA REALIZADA NO MARISTA ESCOLA SOCIAL

Emerson Moreira Gonçalves – CEUB, professor do Curso de Graduação em Serviço Social
emerson.goncalves@uniceub.br

O interesse em realizar pesquisa no campo educacional nasceu em algumas etapas da vida do pesquisador, iniciando na fase da adolescência, por meio de vivências e incômodos a partir da observação de cenários injustos dentro da escola que estudava. A inquietação juvenil permaneceu na escolha profissional, perdurando e se intensificando no cotidiano da prática profissional, na área do Serviço Social. A Marista Escola Social está localizada no estado de São Paulo, no distrito de São Miguel Paulista, na comunidade de Vila Progresso, numa região de extrema vulnerabilidade social, entre duas favelas, cujas pesquisas sobre os índices de vulnerabilidade juvenil, desenvolvimento humano, entre outros, sempre estão abaixo da média municipal. A instituição educacional citada e o território apresentado serão objetos da pesquisa em construção cujo apresento no título deste estudo. Esse despertar certamente aconteceu devido aos caminhos pautados em direitos humanos que não só a instituição promove, como também o trabalho de sensibilidades e de educadores e educadoras que conheci neste espaço educacional. São muitos caminhos tocantes que levaram este pesquisador a se aprofundar na temática de direitos humanos, mas também sobre indagações históricas que afrontam a população mais vulnerável no Brasil. A culpabilização sobre a vida a partir de políticas públicas de controle e intimidam o crescimento de crianças, adolescentes e jovens. Esta pesquisa em construção busca então, averiguar os processos de transformação e as possibilidades da ação educativa de um território marcado por desigualdades sociais, entretanto, sem deixar de notar os caminhos que marcam a constituição dos direitos humanos a partir de práticas que ocorrem dentro da referida escola e extrapolam os muros dessa instituição. Mas, não obstante da história dos direitos humanos, desde o seu nascimento e até os dias atuais, a proposta desse objeto de estudo é a de apresentar experiências reais da educação restaurativa no território de Vila Progresso, trazendo luzes da concepção em Direitos Humanos, para averiguar como esse olhar se reflete e ou altera a vida da comunidade educativa pesquisada. E, como objetivo geral, pretende-se apresentar a experiência da educação restaurativa no Marista Escola social Irmão Lourenço, apontando os caminhos e indicadores baseados em Direitos Humanos alcançados. Já, como objetivos específicos busca-se: averiguar processos transformativos e possibilitadores de novos caminhos de apropriação de direitos humanos na comunidade observada; observar, dentro da escola pesquisada, as práticas formativas que utilizam as premissas de práticas restaurativas; averiguar se esse tipo de metodologia altera a vida dos atendidos (estudantes, famílias e comunidade educativa); verificar se houve a implantação da educação restaurativa e quais os resultados obtidos e identificar impactos dessa metodologia com ações que alteram o território em que se localiza essa unidade escolar. Para o desenvolvimento dos caminhos metodológicos a presente pesquisa de caráter qualitativo, terá como instrumento de

coleta de dados a triangulação com o método pautado na teoria social de Marx, fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Palavras–Chave: educação; serviço social; direitos humanos.

O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO BRASIL

Alessia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese – CEUB, professora dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito
alessia.cchevitarese@uniceub.br

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH) tem desenvolvido, nos últimos anos, mecanismos eficazes para a aplicação do Direito Internacional dos Direitos Humanos no âmbito interno dos Estados, sobretudo no intuito de aumentar o nível de cumprimento da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). Como resultado desses esforços e fruto da evolução da jurisprudência interamericana de direitos humanos, destaca-se o mecanismo de "controle de convencionalidade". O controle de convencionalidade, em verdade, estabelece uma obrigação internacional a cargo de todas as autoridades dos Estados Partes da CADH de interpretar e harmonizar qualquer norma nacional (Constituição, leis, decretos, regulamentos etc.), incluindo a própria jurisprudência interna, com a CADH e, em geral, com a ordem jurídica interamericana (*corpus iuris* interamericano). No que concerne à evolução do controle de convencionalidade na jurisprudência da Corte IDH, destaca-se o Caso Barrios Altos vs. Peru, julgado em 2001, que tratou sobre a análise da convencionalidade das leis de anistia e autoanistia. A partir da interpretação fixada pela própria Corte IDH, a promulgação de uma lei manifestamente contrária à CADH constitui uma violação desta e pode acarretar a responsabilização internacional do Estado. O Caso Barrios Alto consiste num julgamento paradigmático para o desenvolvimento do controle de convencionalidade porque expressa a atuação de um Tribunal Internacional como uma espécie de Corte Constitucional. Ademais, a evolução jurisprudencial da Corte IDH evidencia a importância da realização do controle de convencionalidade no âmbito interno para evitar que os Estados incorram em responsabilidade internacional, considerando que são os primeiros conclamados a cumprir com os tratados de direitos humanos. Nesse sentido, a Corte IDH tem destacado a subsidiariedade do Sistema Internacional, sobretudo, em questões contenciosas. O controle de convencionalidade, conforme entendimento fixado pela jurisprudência da Corte IDH, ainda não constitui uma prática efetiva no Brasil. A título ilustrativo, como forma de demonstrar a incipiente incidência do controle de convencionalidade no Brasil, e, sobretudo, por envolver a atuação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, serão abordadas as questões jurídicas relativas à Lei de Anistia.

Palavras–Chave: direitos humanos; controle de convencionalidade; sistema interamericano de direitos humanos.

ANAIS DO
V EnCUCA
MESTRADO EM
ARQUITETURA E
URBANISMO
2022

A FLEXIBILIDADE ARQUITETÔNICA COMO UM DOS CRITÉRIOS PARA HABITAÇÃO DIGNA EM PROJETOS SOCIAIS

Clarianne Martins Braga Borges – CEUB, aluna do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
clarianne.borges@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

A habitação contemporânea carece de um olhar mais conectado com as transformações sociais, econômicas, urbanas e com o próprio indivíduo que habita o espaço privado. As propostas arquetípicas parecem não compreender os diversos grupos e indivíduos que necessitam habitar, nem a relação espacial que existe entre o ambiente individual e o coletivo. Uma habitação reformulada deveria buscar novos critérios e atender aos diversos estilos de vida, às diferentes fases de desenvolvimento socioeconômico da cidade e das pessoas, sendo fundamental manter-se adaptável às propostas mais recentes tanto no nível individual quanto no coletivo. Pensar em projetos de habitação social, nos tempos atuais, requer compreender as necessidades individuais, a relação dos indivíduos com o meio e as possibilidades de mútua transformação. Quando o indivíduo se sente inserido em seu habitat, cria um sentimento de pertencimento e um elo evolutivo com espaço micro (individual) e macro (coletivo) que o circunda. Dessa forma, o ser humano tende a participar da construção da historicidade, vive a cidade e a moradia de maneira única, contribui, assim, para a construção da paisagem urbana. O estudo das questões habitacionais de caráter social se observa neste contexto atual e relevante de compreensão dos elementos fundamentais de produção da paisagem. A problemática habitacional pode ser considerada um dos principais desafios sociais urbanos, sendo tema de diversas discussões e debates acadêmicos. A pesquisa analisa a questão da flexibilidade como critério da habitação digna em projetos sociais. Nessa linha, o tema-problema que se desenvolveu diz respeito à possibilidade de se criar espaços plurais, destinados à construção cultural e histórica da habitação, por meio da inclusão participativa do indivíduo. A metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa se pautou em base bibliográfica, histórica, associada ao método hipotético-dedutivo. Para tanto, analisam-se os projetos: i) Nova Gurna, de Hassan Fathy; ii) Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), de Affonso Eduardo Reidy; iii) Aranya, de Balkrishna Doshi; iv) Quinta Monroy, de Alejandro Aravena; e v) Benga Riverside Residential Community, de Diébédo Francis Kéré.

Palavras–Chave: flexibilidade; habitação social; dignidade humana.

AVALIAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ARQUITETÔNICA EM EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS DE PROJETO DE SEDES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Rodrigo Bonna Nogueira – CEUB, aluno do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
rbonna@sempreceub.com
Fabiano José Arcadio Sobreira – CEUB, professor orientador
fabiano@contato.arq.br

A presente dissertação busca investigar a estruturação do programa de necessidades em situação de concurso público de projetos de arquitetura para sedes de organizações brasileiras. Para tanto, foram selecionados, como fontes primárias, editais de complexos arquitetônicos que foram construídos a partir de projetos derivados dessa modalidade de licitação, os quais são analisados e comparados segundo os modelos teóricos e normativos abordados numa revisão da literatura sobre o assunto. A amostra foi selecionada a partir de critérios de delimitação por complexidade organizacional mínima, os quais resultaram na seleção pela documentação apresentada nos editais dos concursos para as seguintes sedes: Fundação Habitacional do Exército, FHE (2005); Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho, TRT 18ª Região (2007); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE-DF (2008); e Confederação Nacional dos Municípios, CNM (2010). Foram utilizadas matrizes comparativas com os parâmetros de programa de necessidades propostos por normas brasileiras e internacionais, pelos roteiros elaborados pelas entidades da classe, pela normatização em órgãos públicos, além dos referenciais teóricos de publicações nacionais e estrangeiras sobre metodologia de projeto e concursos públicos nessa área de conhecimento. Como resultados alcançados, estão a demonstração das similaridades e diferenças nesse campo, constatadas a partir do confronto dos Editais entre si e entre os parâmetros selecionados para a síntese comparativa, e ainda a constatação de lacunas no processo de programação. Pretende-se, com essa pesquisa: atribuir maior relevância às fases que antecedem o projeto arquitetônico; contribuir com o desenvolvimento da temática da programação arquitetônica, ainda pouco explorada no Brasil; e propor a elaboração de um manual que auxilie os arquitetos programadores.

Palavras–Chave: programação arquitetônica; concurso de projeto; metodologia.

OBTENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS – ANÁLISE DE TIPOS, MODELOS, EFICIÊNCIA E ESTUDOS DE CASO

Bruna Montarroyos Brito – CEUB, aluna do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
bruna.montarroyos@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araujo – CEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br

O presente projeto visa dar continuidade e aprofundamento às pesquisas realizadas para o Projeto de Iniciação Científica (PIC), realizadas no ano de 2019, intitulado "Obtenção de energia elétrica através de painéis fotovoltaicos – ANÁLISE DE TIPOS, MODELOS, EFICIÊNCIA E ESTUDOS DE CASO" com o tema central sendo os painéis fotovoltaicos, trazendo informações de como esses funcionam, quais os modelos existentes, bem como a realização de um estudo de casos em construções de Brasília. Segundo o artigo Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica (Blue Sol energia solar), o sistema fotovoltaico consiste em uma fonte de potência elétrica, onde as células fotovoltaicas realizam o processo de transformação da radiação solar diretamente em energia elétrica. A implantação dos sistemas fotovoltaicos pode ser realizada em qualquer local que possua presença de radiação solar suficiente para ser transformada em energia elétrica. Os sistemas fotovoltaicos não fazem uso de combustíveis e, por serem dispositivos de estado sólido, requerem uma menor manutenção. Durante seu funcionamento não produzem barulhos e tampouco diminuem a porcentagem de poluição ambiental existente. Por ter uma tecnologia avançada os equipamentos de captação e conversão de energia solar requerem investimentos financeiros iniciais mais elevados que os sistemas convencionais, porém todo esse valor investido pode ser conquistado novamente com o passar do tempo, tendo em vista que a quantidade de energia gerada pelos painéis suprirá as necessidades da edificação, e o valor a ser pago pelo uso de energia será reduzido.

Palavras–Chave: painel; elétrica; tecnologia.

ANAIS DO
V EnCUCA
MESTRADO EM DIREITO
2022

A AVALIAÇÃO DO RISCO DE JUDICIALIZAÇÃO NA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: TEORIA E EXPERIÊNCIAS NO BRASIL

Francisco Moreira da Silva Junior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
fmsjunior1971@gmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A dissertação pretende demonstrar que a avaliação do risco de judicialização deve compor a Análise de Impacto Regulatório (AIR) das agências reguladoras, o que não tem se verificado na prática. A partir de abordagem dogmática, realiza-se a seleção e exposição doutrinária e legislativa, resgatando o desenvolvimento da Análise de Impacto Regulatório e sua relação com a instituição das agências reguladoras. O estudo envolve, ainda, a utilização do método empírico, por meio da pesquisa das Análises de Impacto Regulatório realizadas por algumas agências no Brasil, a fim de verificar o tratamento dado ao risco de judicialização. Pretende-se, ainda, buscar experiências internacionais de outros entes de regulação. Do exame dos processos administrativos e das Análises de Impacto Regulatório será verificado que o tema do risco de judicialização não tem sido explorado; nas raras aparições, não se esclarece a influência desse risco na segurança da regulação, o que prejudica sua consideração pelo regulador na tomada de decisão e, por consequência, prejudica também a qualidade da regulação. A hipótese, portanto, é que o risco de judicialização da regulação não está sendo tratada adequadamente nas AIR das agências regulatórias no Brasil.

Palavras–Chave: impacto regulatório; judicialização; agências reguladoras.

A DIFICULDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO

Raphael Alberto de Morais Aragão – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
raphaelaragao@hotmail.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O trabalho busca analisar a efetividade dos serviços prestados pela Autarquia Previdenciária aos seus beneficiários, os contribuintes da previdência social. A partir da análise da natureza do direito que fomenta a prestação de tais serviços – considerando que o direito à previdência social está previsto no artigo 6º da Constituição Federal, consubstanciando-se, portanto, num direito social – serão analisados dados a respeito da concessão, do indeferimento e da cessação dos benefícios, aliados aos números de processos levados à judicialização. Por fim, serão ainda avaliadas as dificuldades da prestação de tais serviços a partir de questões técnicas, procedimentais, ou mesmo em decorrência da desinformação social. Em que pese a dificuldade em apurar a grande quantidade de dados obtidos da base de dados da Autarquia Previdenciária, do Judiciário Federal do Conselho Nacional de Justiça e demais fontes, tais como a doutrinária e a jurisprudencial, a interpretação destes dados auxilia na busca por evidências que demonstrem indicadores suficientes para a análise qualitativa da prestação de serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O trabalho ainda se encontra em fase inicial, mais especificamente na obtenção, apuração, análise e interpretação dos dados necessários, bem como na concatenação das ideias, produção do sumário como base de condução dos trabalhos, a fim de que se garanta o rigor técnico-científico necessário para a fundamentação e validação dos resultados a serem obtidos, uma vez que a conclusão do presente trabalho pode revelar um impacto social relevante para a população, principalmente aqueles diretamente beneficiados pela Autarquia Previdenciária, e àqueles que ainda pretendem fazer jus a benefícios previdenciários.

Palavras–Chave: direito previdenciário; desinformação social; direitos fundamentais.

A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NO AMBIENTE MARINHO: GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE E SUA REGULAÇÃO NO BRASIL

Felipe Ribeiro de Mello – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
felipe.mello@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.amin@afctf.adv.br

A ideia é trabalhar o tema sob o prisma do Direito Regulatório, i é, uma análise da construção do "arcabouço" regulatório-jurídico nacional póstumo às implementações já existentes no Brasil, como, por exemplo, os Estudos sobre Avaliação de Impactos Ambientais realizado pelo IBAMA, o PLS nº 11.247/2018, o PL nº 576/2021 e o Decreto nº 10.946/22. A análise regulatória proposta será realizada com fundamento no ciclo característico das políticas públicas e pautada nas fases regulatórias, o que, em tese, permitiria, sem ilegalidades, a possibilidade de fomentar o mercado elétrico, o setor e negócios nacionais internacionais, antes mesmo de uma regulação que consubstanciasse uma segurança jurídica plena.

Palavras–Chave: eólica offshore; direito regulatório; políticas públicas.

A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E OS LIMITES DA ELISÃO FISCAL

Alberto Pinto Souza Junior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
alberto.pinto@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A pesquisa visa perquirir se uma sociedade empresária descumpre a sua função social caso se submeta a uma reorganização (empresarial, societária ou associativa) consubstanciada apenas em atos formalmente lícitos, mas com o único propósito de reduzir sua carga tributária. Define-se, como hipótese principal do projeto, que o cumprimento da função social da empresa exige apenas que os tributos sejam recolhidos de acordo com os estritos ditames legais. Assim, objetiva-se demonstrar que o princípio da função social da empresa, como norma aberta e carente de concretização, não autoriza, por si só, que a administração tributária considere como abusivo os atos de reorganização (empresarial, societária ou associativa) praticados com o único propósito de reduzir tributos, desde que não incorram em nenhuma ilegalidade. Por sua vez, como objetivo específico, demonstrar-se-á também que não há, hoje, no ordenamento jurídico nacional respaldo para a adoção da construção jurisprudencial estadounidense do "*business purpose doctrine*", segundo a qual o planejamento tributário será abusivo se não tiver uma causa negocial extra tributária. Na primeira parte desta dissertação, investigar-se-á como o tema da elisão fiscal vem sendo tratado nos processos administrativos fiscais federais, inclusive para verificar quais os critérios que têm sido aplicados na prática tributária para distinguir elisão de evasão, como também elisão fiscal oponível ao Fisco daquela considerada abusiva (não oponível ao Fisco). Nesse sentido, serão expostos e analisados criticamente, com apoio na doutrina e na jurisprudência tributárias, casos concretos de planejamentos tributários julgados no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Os casos relatados nos julgados do CARF são o melhor material de estudo sobre planejamento tributário, seja porque a variedade de bases tributárias federais possibilita um espectro muito mais amplo de elisões e evasões fiscais, principalmente por estar entre eles os tributos sobre a renda, já que esses são também objetos de planejamentos fiscais internacionais, como também, porque nem toda matéria submetida ao CARF é levada à Justiça, mas quase sempre, a matéria tributária federal levada à Justiça já passou pelo CARF. Na segunda parte desta dissertação, analisar-se-á, a partir de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa da jurisprudência dos Tribunais Superiores, o conceito de função social da empresa, procurando extrair elementos que possam aclarar a aplicação desta cláusula geral (ou princípio) no campo tributário, com o objetivo de verificar se a função social da empresa impõe algum limite à elisão fiscal, tal como delimitada na primeira parte desta dissertação.

Palavras–Chave: elisão fiscal; função social da empresa; falta de propósito negocial.

A GOVERNANÇA CORPORATIVA AMBIENTAL NO SETOR BANCÁRIO: DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NO PROCESSO DE CRÉDITO ÀS PRÁTICAS ADOTADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Davi Arruda Sampaio Rezende – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
Davi.a.rezende@gmail.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

As Instituições Financeiras Brasileiras (IFB) possuem mecanismos fidedignos de Governança Corporativa que permitam mitigar o risco legal de responsabilização dos eventuais impactos ambientais promovidos pelos seus financiados? Partindo da premissa que as Instituições Financeiras partem de sua interpretação das normas e regulamentos atinentes ao processo, já que não existem critérios legais objetivos e específicos que possibilitem afastar totalmente a responsabilidade das instituições financeiras, as hipóteses são: as Instituições Financeiras possuem um sistema de Governança Corporativa, que permitem avaliar os riscos legais mínimos atinentes a responsabilização ambiental dentro de seus processos de concessão de crédito. As Instituições Financeiras possuem um sistema de Governança Corporativa imaturo que não afasta, minimamente, os riscos legais de eventual responsabilização ambiental para os seus processos de concessão de crédito. Independentemente da maturidade do sistema de Governança Corporativa das Instituições Financeiras, estas sempre estarão sujeitas a um nível considerável de risco legal de responsabilização ambiental, por falta de critérios normativos objetivos e específicos que permitam direcionar a suas atuações. As questões trazidas estimulam a reflexão da pesquisa sobre a importância das Instituições Financeiras na construção do desenvolvimento sustentável e sobre a impossibilidade de adoção de uma visão segmentada para revelar as responsabilidades de cada agente da sociedade neste propósito. Percebe-se que os impactos socioambientais são percebidos como fonte de risco real para as instituições financeiras e que, decorrente de um processo regulatório focado em princípios e premissas, existe uma construção de esforços, por parte das próprias Instituições, buscando uma interpretação objetiva e sistemática para elucidar qual a Governança Corporativa necessária para se mitigar os riscos ambientais decorrentes do processo de concessão de crédito. Ressalta-se que, frente ao processo de globalização financeira existente, com regulamentações de melhores práticas sendo cobradas de forma transnacional, a discussão se torna imprescindível frente a necessidade de estabelecer padrões mínimos de Governança que suportem a mitigação de riscos ambientais no processo de concessão de crédito. Levando isso em consideração, apesar de ser comum encontrarmos pesquisas voltadas para a responsabilização ambiental das Instituições Financeiras, poucas são as vezes que encontramos trabalhos direcionados para a identificação e a avaliação do sistema de Governança Corporativa que permita indicar quais os processos necessários na mitigação do risco ambiental, demonstrando o caráter inovador da presente. Logo, a pesquisa parte da premissa que a Governança Corporativa esperada, portanto, não traz somente princípios e normas que buscam mitigar eventuais riscos, dentre eles o ambiental, mas também se preocupa na busca pelo ferramental

adequado para que a empresa possa assegurar que esses princípios sejam observados dentro da organização, buscando identificar e avaliar as práticas construídas pelas cinco maiores Instituições Financeiras do Brasil. A pesquisa tem por objetivo avaliar o sistema de Governança Corporativa das Instituições Financeiras brasileiras, com foco na mitigação do risco legal de impacto ambiental no processo de concessão de crédito, de forma a propor uma estratégia com critérios de atuação dos bancos. Já os objetivos específicos do trabalho remetem-se a: Pesquisar, identificar e avaliar, dentro do processo inicial de concessão de crédito, os controles estabelecidos para a mitigação do risco legal de impacto ambiental. Pesquisar, identificar e avaliar, após a concessão inicial do crédito pretendido, quais os controles necessários para evitar o risco legal de impacto ambiental futuro, inclusive a sua competência para fiscalizar os empreendimentos financiados. Identificar o lapso temporal da eventual responsabilidade dentro do fluxo de aportes da concessão, ou seja, até quanto tempo perdurar a possibilidade de a Instituição Financeira ser responsabilizada por algum impacto ambiental.

Palavras–Chave: governança ambiental; responsabilidade civil; instituição financeira.

A IDENTIDADE DE SUBSTITUÍDOS NAS AÇÕES COLETIVAS: UMA RECONSTRUÇÃO DOS INSTITUTOS PROCESSUAIS

Weiquer Delcio Guedes Junior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
weiquer@gmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O microssistema processual coletivo atualmente vigente no ordenamento jurídico brasileiro está apto a receber uma multiplicidade de ações coletivas com igual causa de pedir e objeto? Como as ferramentas de inteligência artificial aplicadas ao processo atualmente existentes podem auxiliar o Poder Judiciário e as partes a garantirem um tratamento molecular do direito? A crescente multiplicidade de ações coletivas com igual objeto e iguais substituídos, movidas por entidades sindicais e associativas distintas, vem acarretando decisões divergentes que ofuscam o tratamento "molecular" do direito coletivo vislumbrado pelo princípio da máxima efetividade do processo coletivo e gerando insegurança jurídica aos réus. O problema se intensifica especialmente diante da formação da coisa julgada *secundum eventum litis*, em que um mesmo substituído de duas ações distintas passa a gozar dos efeitos positivos do julgamento procedente de uma delas, sem que nada lhe afete o julgamento improcedente da outra. Este trabalho pretende promover a reconstrução dos conceitos de conexão, continência, prevenção, coisa julgada e litispendência no âmbito das ações coletivas, esperando-se propor uma reformulação do processamento das ações coletivas, de modo a viabilizar a real "molecularização" da tutela dos direitos coletivos. Na abordagem do tema em estudo é utilizado o método indutivo, haja vista a necessidade de análise dos institutos da conexão, continência, prevenção, coisa julgada e litispendência no processo coletivo, a fim de se provocar uma reconstrução que maximize o tratamento "molecular" dos interesses coletivos em litígio. O tipo de investigação adotada é, preponderantemente, o jurídico-compreensivo, com ênfase nos aspectos conceituais, doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema objeto de estudo. Desta forma, pela própria finalidade da pesquisa que leva a efeito, a técnica eleita é a documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, recorrendo-se a livros, artigos e julgados.

Palavras–Chave: processo coletivo; multiplicidade de ações; litispendência.

A INSUFICIÊNCIA DO DIREITO PENAL PARA PREVENIR OS DELITOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM OLHAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA

Antonia Aldenir Carneiro Silva – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
antonia.aldenir@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

O inciso IX do artigo 8º da Lei Maria da Penha previu o destaque, nos currículos escolares, para os conteúdos relativos aos direitos humanos e à equidade de gênero (BRASIL, 2006). Recentemente, a Lei n. 14.164/2021 inseriu, na Lei de Diretrizes e Bases, o conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação Básica (BRASIL, 2021). No Distrito Federal, o ensino de noções gerais sobre a Lei Maria da Penha já havia sido previsto pela Lei n. 6367/2019 (DISTRITO FEDERAL, 2019). Apesar das referidas previsões normativas, a educação com vistas à prevenção da violência doméstica ainda não é vivenciada no cotidiano das escolas. Diante deste contexto, o presente artigo tem por escopo principal discutir o seguinte problema: é necessário estruturar a implementação do ensino sobre a vulnerabilidade de gênero nas escolas, como política pública primária para a prevenção dos crimes de violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal? A hipótese inicial é de que a implementação do ensino sobre a vulnerabilidade de gênero nas escolas ainda não se encontra devidamente implementada, sendo uma política pública carente de estruturação e racionalidade metodológica. Os alicerces teóricos da pesquisa são as obras “Políticas Públicas” (2006) e “Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas” (2013), ambas de Maria Paula Dallari. A abordagem realizada será jurídico-dogmática, utilizando-se o método dedutivo, com uma visão propositiva, ou seja, o objetivo deste estudo também é apresentar propostas metodológicas com vistas à efetiva estruturação do ensino sobre a violência de gênero nas escolas.

Palavras–Chave: violência doméstica; direito penal; educação nas escolas.

A INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Isabella Nunes Borges – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
isabella.borges@sempreceub.com
Inocêncio Martires Coelho – CEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

O objetivo da dissertação é analisar como o Supremo Tribunal Federal (STF) tem aplicado o conceito de Interpretação Sistemática e Sistema Jurídico em seus julgados (Acórdãos) e quais os seus impactos. Isso para auferir se a utilização dos termos tem respeitado o real significado que tais palavras comportam ou se a sua aplicação é reflexo de mera retórica, com a finalidade de sustentar uma autoridade argumentativa vazia de real conteúdo. A hipótese é a de que numa quantidade considerável de julgados serão identificadas banalizações de terminologias e poluições semânticas. Uma vez que o Poder Judiciário impacta diretamente na inovação do Direito, acredita-se que uma argumentação sofística será capaz de atingir negativamente o Estado Constitucional de Direito. Para tanto, serão analisados Acórdãos do STF, num recorte temporal de 5 anos, abrangendo todas as áreas do Direito (a título de exemplificação: civil; penal; trabalhista; administrativo). Neste ponto, é de suma importância criar parâmetros qualitativos para se auferir uma boa ou uma má argumentação, bem como o bom ou mau manejo dos termos. O primeiro capítulo da dissertação se propôs a realizar este serviço. Por fim, serão analisados os impactos da argumentação: seja a nível teórico, seja a nível prático. Neste último caso, espera-se que a ferramenta "Hemeroteca" possa ser de grande ajuda.

Palavras–Chave: interpretação sistemática; direito constitucional; comportamento judicial.

A INTERSEÇÃO RECURSAL ENTRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Arthur Penido Bech – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
arthurpenido@hotmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O estudo da interseção recursal entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça oriunda da constitucionalização do direito e do modelo de controle híbrido de constitucionalidade brasileiro, e as consequências advindas dessa interseção, com enfoque nos recursos especial e extraordinário. Para tanto, serão analisados os efeitos da bipartição do recurso extraordinário e a criação do Superior Tribunal de Justiça pela Constituição Federal de 1988; as influências do controle híbrido de constitucionalidade brasileiro e da constitucionalização do direito, sob a perspectiva da interpretação conforme a Constituição da norma infraconstitucional, assim como a falta de balizas expressas na legislação, jurisprudência ou doutrina para assinalar os limites de atuação do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Por meio da pesquisa pretende-se estudar a atuação e esfera de competência recursal das duas cortes e buscar soluções que impeçam ou dificultem a interseção recursal entre as duas cortes, com o fito de colaborar com a segurança jurídica e evitar o desperdício de atuação jurisdicional. A pesquisa será conduzida mediante levantamento jurisprudencial, revisão bibliográfica e análise documental sobre o tema.

Palavras–Chave: controle de constitucionalidade; interpretação conforme; Supremo Tribunal Federal.

A MITIGAÇÃO DO SISTEMA INQUISITÓRIO SOB O OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO – AED: UMA PERCEPÇÃO A PARTIR DA ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA OAB

Paulo Henrique Rodrigues Moreira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
paulomoreira.jus@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

Visando a busca da proteção dos direitos fundamentais, entre eles as garantias da ampla defesa, que está presente na participação do (a) advogado (a) defensor (a) durante o procedimento de investigação do inquérito policial. Essa dissertação resta ser de fundamental importância para confirmação dos elementos do contraditório que devem estar presentes dentro do processo penal brasileiro. A efetivação dessa maior participação da defesa, dessa forma, depende de uma análise da alteração promovida no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (EOAB), mais especificamente em seu artigo 7º. Assim, uma Análise Econômica do Direito (AED) é uma forma de se ter verificado se essas mudanças tiveram, de fato, uma efetividade maior na prática processual. O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise, se a partir da alteração do EOAB, em 2016, houve efetiva participação da defesa na fase investigatória ou se essa modificação não gerou mudanças significativas para a ampla defesa. Tendo como perspectiva a AED para a definição das consequências jurídicas, em prejuízo ou benefício aos direitos. Para tanto, foi utilizado uma pesquisa normativa-jurídica de cunho exploratório bibliográfico para análise e elaboração do presente trabalho. Além de uso dos procedimentos de coleta de dados como abordagem de pesquisa qualitativa. Na primeira parte deste trabalho, analisou-se como é existente a contradição na fase administrativa de inquérito acerca dos direitos fundamentais após a alteração legislativa no EOAB. Na segunda parte, estudou-se como a aplicação da AED pode ser aplicada no instrumento de escolhas racionais dos agentes para maior participação da defesa na fase inquisitorial. Na terceira parte é apresentado o Direito ao Confronto como meio de aplicação da AED na ampliação da participação da defesa no inquérito. Concluindo que, esse instrumentário do Direito ao Confronto é uma alternativa viável, possível e para gerar uma participação maior da defesa na fase de inquérito

Palavras–Chave: análise econômica do direito; inquérito policial; participação da defesa.

A PERSECUÇÃO PENAL FEDERAL DOS DELITOS CONTRA A CORRUPÇÃO

Melina Castro Montoya Flores – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
melinacastroflores@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A dissertação fala sobre a persecução penal dos delitos contra a corrupção no Supremo Tribunal Federal. O problema da pesquisa objetiva responder, diante do contexto do caso Lava Jato, particularmente entre 2014 e 2022, como o Supremo Tribunal Federal passou a atuar em relação aos crimes contra a administração pública. A partir da relação de ações judiciais extraída da plataforma do Ministério Público Federal, denominada de Único, identificou-se os números de ações que tramitam/tramitaram no Supremo Tribunal Federal envolvendo os tipos penais descritos nos arts. 312, 317, 333 CPB e nos arts. 89, 90 e 96 da Lei 8666/93 e na lavagem de ativos correspondente. A partir dessa relação, direcionou-se a pesquisa ao sítio eletrônico do Supremo no qual obtive-se os acórdãos correspondentes, incluindo de eventuais embargos interpostos da decisão de julgamento. Os objetivos ao problema de pesquisa, fruto das reflexões e análise sobre o tema pesquisado, são os seguintes: O primeiro busca responder se houve uma significativa quantidade de ações penais oferecidas perante o Supremo Tribunal Federal em relação aos delitos ligados à criminalidade do colarinho branco a partir do ano de 2014. O segundo busca verificar se as penas aplicadas aos criminosos de colarinho branco superaram o limite de 08 (oito) anos, de modo a ser possível a prisão em regime fechado em relação a esses condenados. Dentre os casos analisados no âmbito do Supremo Tribunal Federal, buscar-se-á aferir quantos houve a imposição de prisão-pena. O terceiro visa a analisar a quantidade de provimentos condenatórios, absolutórios e declínio de competência no rol das ações selecionadas. O quarto objetivo consiste em realizar estudo de autos judiciais com vistas a delimitar a atuação das partes processuais e as teses vencedoras nos julgamentos no Supremo Tribunal Federal. No primeiro capítulo será abordado o fato da pesquisa ser visualizada como uma política anticorrupção e se dará destaque às frentes em que atua essa política no cenário brasileiro e internacional. Adentra-se brevemente no tema da corrupção em si com destaque para o cenário brasileiro. No segundo capítulo, será analisada a metodologia utilizada para análise das decisões com destaque para o caminho que traçou-se para essa abordagem, dessa forma, enfrenta-se o procedimento para o exercício da competência penal originária do Supremo Tribunal Federal e dar-se-á ênfase às questões que impactaram na análise, tais como a Questão de Ordem 937 e o julgamento perante as Turmas e o Plenário. Além disso, neste capítulo, destaca-se a tipologia selecionada para a pesquisa e uma breve caracterização dos crimes de colarinho branco com destaque para a obra de Sutherland. No terceiro capítulo, objetivou-se realizar um estudo exploratório sobre o tema do enfrentamento da corrupção, no período compreendido entre 2014 a 2022, com enfoque quantitativo e qualitativo nas decisões a respeito do tema proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. Propôs-se a categorização das amostras das decisões distribuindo-as pelo tipo de provimento, seja de

improcedência, de procedência ou de declínio. No quarto capítulo, realizou-se um estudo de caso mediante o aprofundamento de um feito judicial.

Palavras–Chave: corrupção; judiciário federal; decisões.

A REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS EM FACE DA INSUFICIENTE REGULAÇÃO DOS CONTRATOS DE COMPENSAÇÃO TECNOLÓGICA

Sarah Russo Leite Saunders – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
sarah.saunders@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A dissertação abordará a existência de falhas nos contratos de transferência de tecnologia e possíveis soluções com base nos princípios e normas de governança pública, especialmente no que tange à gestão de riscos. O objetivo da dissertação consiste em elaborar uma proposta de regulamentação dos contratos de compensação tecnológica com aplicação da governança pública/gestão de riscos. Dentre as hipóteses encontram-se: (i) As normas federais reguladoras de licitação e contratos não são suficientemente aplicáveis aos acordos de compensação tecnológica de forma que seja desnecessário regulamentação complementar nos aspectos contratuais; (ii) A regulamentação pátria de offset é insuficiente para abarcar os aspectos específicos dos acordos de compensação tecnológica devido a complexidade do assunto e a necessidade de gestão negocial e contratual; (iii) Faz-se necessária regulação adicional para o preenchimento de lacunas normativas, a fim de possibilitar o direcionamento dos agentes públicos negociadores tanto nos atos de negociação como na celebração de contrato de transferência tecnológica; (iv) A governança pública/gestão de riscos é um mecanismo adequado para a implantação de boas práticas nos contratos de transferência de tecnologia, para a efetividade de seus resultados e para o efetivo alinhamento entre os atos dos gestores e as necessidades da população; (v) A elaboração de regulação dos contratos de transferência de tecnologia, utilizando a política de governança pública, possibilitará o cumprimento das políticas públicas e a racional utilização de recursos públicos. A metodologia a ser utilizada consiste em pesquisa documental, posteriormente um levantamento das normas aplicáveis aos contratos de compensação tecnológica e, por fim, uma pesquisa bibliográfica. Atualmente, está sendo realizada a análise de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que tratam da transferência de tecnologia nos projetos estratégicos.

Palavras–Chave: projetos estratégicos; defesa nacional; gestão de riscos.

A REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY NO BRASIL À LUZ DA ACESSÃO DO PAÍS À OCDE

Lucas Yan Dias – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
diaslucasyan@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

Tem-se como hipótese a incapacidade do Projeto de Lei 1.202 (regulamentação do lobby) em atender ao exame da governança pública realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isto pois, o PL não textualiza a maneira como fiscalizar eventuais ilicitudes na representação de interesses, tornando ineficiente a proposta de transparência na atividade. Ocorre o estudo da atividade de lobby, partindo da definição do termo, que abrange o início da atividade de defesa de interesses perante tomadores de decisão ainda nos EUA. A confluência do termo com o estudo do direito é realizada tendo em vista os espaços institucionais formais que são acessados pelos representantes de interesses, ao passo em que o Estado democrático de direito deve ser compreendido a partir da possibilidade da efetivação de um modelo participativo, tal como é previsto na Constituição Federal de 1988. Por fim, o capítulo correlaciona a atividade do lobby com as tomadas de decisões que originam políticas públicas, destacando o diálogo difuso que evoca a sociedade civil, o governo e o mercado econômico do país. O Cenário Nacional e a Regulamentação do lobby – o Enfoque do segundo capítulo está em analisar o Projeto de Lei 1.202/2007 que busca regulamentar a representação de interesses perante tomadores de decisões. Assim, uma análise histórica do lobby é realizada, contextualizando a proposta de regulamentação com o cenário nacional deficitário de uma atividade formal, ao passo em que percebe a influência do governo americano no momento em que se debate a necessidade de regulamentação. As recomendações da OCDE para a regulamentação do lobby no Brasil – O capítulo final versa acerca das recomendações da OCDE para a adesão do Brasil em sua congregação de países. Para a efetivação da acessão do Brasil, a regulamentação do lobby é imprescindível, ao passo em que se fomenta a lisura nas representações de interesses, promovendo a integridade na implementação de uma legislação ética acerca da governança dedicada à fiscalizar a interação do interesse privado frente aos tomadores de decisão investidos em cargos eletivos.

Palavras–Chave: lobby; Constituição Federal; OCDE.

A RELEITURA DA DOUTRINA TRADICIONAL DA PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES FRENTE AO DESAFIO DO MUNDO DIGITAL

Camila Bernardes Aniceto de Sousa dos Santos – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
camila.aniceto@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

É notório, em âmbito mundial, o rápido avanço tecnológico, principalmente no que se refere à evolução das tecnologias de informação e comunicação, levando-se em consideração principalmente as últimas décadas, em que houve crescente importância da internet. Não é difícil perceber que, na sociedade atual, crianças e adolescentes portam tablets, celulares e notebooks e os utilizam diariamente por horas. Essa utilização traz benefícios e, em contrapartida – como demonstram estudos e pesquisas nacionais e internacionais que serão pesquisadas e detalhadas na dissertação – pode gerar malefícios à sua saúde física e mental, bem como prejuízos à sua segurança, especialmente se houver omissão de vigilância parental. Sobre isso, a doutrina especializada vem chamando a atenção para essa exposição diária e intensa das crianças e adolescentes no espaço virtual, as quais, muitas vezes, não possuem acompanhamento de seus responsáveis e essa falta de vigilância se configura como "abandono digital", termo recente, instituído pela doutrinadora Patrícia Peck Pinheiro, que significa a negligência dos genitores por seus atos omissivos, pelo fato de não cuidarem da segurança de seus filhos no espaço cibernético, não evitando, assim, as inúmeras situações de vulnerabilidade e riscos a que estão expostos diariamente. Logo, a dissertação se propõe a realizar a releitura da doutrina tradicional da proteção integral das crianças e dos adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro, na jurisprudência e em eventuais políticas públicas, haja vista que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente – que dispõem sobre referida doutrina de proteção integral – surgiram em um contexto totalmente diferente do atual, em que vivemos em uma sociedade digital, não dispondo – juntamente com as demais regulamentações existentes, a exemplo do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – de uma regulamentação específica e detalhada no que se refere à diretrizes de uso e de responsabilidade parental, da sociedade e do Estado, para que seja possível a configuração, prevenção e reparação do abandono digital de crianças e adolescentes, as quais, repita-se, estão expostas a inúmeros riscos diários em um espaço cibernético que há pouco não existia e que foi acelerado pela atual fase de pandemia do vírus COVID-19. A pesquisa científica adotará três etapas. A primeira consistirá no estudo sobre a construção da doutrina tradicional da proteção integral das crianças e dos adolescentes no Brasil, com o levantamento da legislação, doutrina, jurisprudência e eventuais políticas públicas. A segunda analisará se referida doutrina, levando em consideração o atual contexto da sociedade digital, abarca e resolve a exposição das crianças e dos adolescentes no espaço cibernético, levando em consideração o cenário de pandemia que acelerou ainda mais aludida exposição, com a demonstração se há a necessidade de sua ampliação. A terceira etapa será a utilização dos parâmetros acima

para investigar sobre a necessidade de uma cooperação internacional de todos os países para que a proteção integral das crianças e dos adolescentes seja ampliada e concretizada em relação ao campo cibernético no Brasil, especialmente no que se refere à configuração, prevenção e reparação do abandono digital.

Palavras–Chave: proteção integral; crianças e adolescentes; mundo digital.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AGENTES DE TRATAMENTO PELAS OPERAÇÕES IRREGULARES DE DADOS PESSOAIS

Bruce Flávio de Jesus Gomes – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
bruce.gomes@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@sempreceub.com

Com a crescente ampliação e massificação da colheita e mineração de dados das pessoas naturais realizada pelos sistemas informatizados, o tratamento e a proteção de dados pessoais vêm ganhando relevância no meio jurídico. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não cuidou de sistematizar as hipóteses de cabimento dos dois regimes distintos de responsabilidade civil: a responsabilidade subjetiva e a responsabilidade objetiva. A falta de definição expressa na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do regime de responsabilização civil aplicável aos agentes de tratamento de dados pessoais conduz a amplo debate e acarreta incerteza e insegurança jurídica. Antes da promulgação e entrada em vigor da LGPD, a proteção de dados pessoais era disciplinada, de forma esparsa, pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), pela Lei do Habeas Data (Lei nº 9.507/1997), pela Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011) e pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). Embora a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais tenha disciplinado regras acerca do tratamento de dados pessoais, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não tratou, com clareza, da responsabilidade civil dos agentes de tratamento nas operações de processamento de dados pessoais que causem dano ao titular. O debate acerca da responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais é polêmico. Há tanto quem entenda que se trata de responsabilidade civil subjetiva quanto objetiva, bem assim quem questiona se haveria um único regime de responsabilidade civil ou se teria pluralidade de regimes. Há também quem defende a coexistência dos regimes subjetivo e objetivo de responsabilidade Civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, tal qual ocorre nos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor. A responsabilidade subjetiva se faria presente quando o agente de tratamento não adotasse as medidas protetivas exigidas na lei, em decorrência da culpa normativa. Por sua vez, quando houvesse a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabeleceria a responsabilidade objetiva. Em face disso, a disciplina da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não deixa claro se os agentes de tratamento de dados pessoais que causarem dano ao indivíduo em face do tratamento irregular de dados pessoais responderão objetiva ou subjetivamente pelos danos causados. O cerne do problema cinge-se, portanto, em investigar se o titular do dado pessoal vítima de tratamento irregular de dados pessoais realizado pelos agentes de tratamento nas relações interprivadas precisa ou não comprovar dolo ou culpa para demandar a reparação do dano.

Palavras–Chave: tratamento; dado; responsabilidade.

A TRIBUTAÇÃO DA RIQUEZA LÍQUIDA NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Robison Francisco Pires – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
r.fpires@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Este estudo investiga os impactos das escolhas políticas na área tributária e os seus efeitos na intensificação e no recuo das desigualdades sociais estruturais existentes no Brasil e o modo da interação entre instrumentos de política fiscal e de políticas públicas constituem-se em elementos hábeis a calibrar a distribuição de riquezas e, consequentemente, reduzir as assimetrias sociais. Defende-se a adoção de tributos progressivos, a reestruturação das políticas fiscais que possuam uma natureza regressiva ou proporcionais e, em especial, a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) conjugado com reformulações estruturais do sistema tributário em consonância com postulados básicos de justiça. Para tal fim, demonstram-se, mediante estudos técnicos, as projeções desta modalidade de tributação sobre a riqueza no Brasil e os impactos diretos nos índices de desigualdade mensurados pelo índice GINI, observando-se o princípio jurídico da igualdade e o impacto direito nas desigualdades duráveis. Analisam-se, de forma comparativa, os projetos de lei que visam a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Palavras–Chave: justiça distributiva; tributação; desigualdade social.

A UTILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EM CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS

Nicola Espinheira da Costa Khoury – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
nicola.khoury@yahoo.com.br
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O objetivo geral do estudo é analisar os benefícios potenciais e os riscos associados ao uso da arbitragem para a solução de controvérsias nos contratos de obras públicas, considerando a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações. Especificamente, os objetivos são: Contextualizar o panorama da execução e paralisação das obras públicas, contemplando as principais causas de paralisação, que motivou a Nova Lei de Licitações a passar a prever o uso da arbitragem para solução de controvérsias contratuais; Identificar as causas da não utilização da arbitragem nos editais de obras públicas contratadas via RDC, mesmo após a permissão legal trazida pela Lei 13.190/2015; Identificar critérios que serão adotados para a tomada de decisão dos gestores contratantes de obras públicas para a inclusão ou não da arbitragem nos editais; Ponderar os riscos do uso da arbitragem nas contratações de obras públicas; e Analisar os benefícios potenciais do uso da arbitragem nas obras públicas, especialmente para o enfrentamento das principais causas de paralisação das obras. De início, serão realizados processos de seleção e revisão de literatura sobre o contexto da execução e paralisação de obras públicas, contemplando as principais causas de paralisação, prévio à Nova Lei de Licitações, bem como da utilização da arbitragem em contratos de concessão de infraestrutura, contemplando análise documental do marco legal. Será utilizado procedimento descritivo e analítico, diante de informações qualitativas e quantitativas, pautado no levantamento de dados secundários. Também serão produzidos e analisados dados primários, com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas semiestruturadas com atores de relevância estratégica da área de infraestrutura para identificar critérios a serem adotados para a decisão futura de uso da arbitragem nas licitações, a exemplo do Ministro de Estado da Infraestrutura, Ministro do TCU, Presidente da Eletrobrás e Diretor Presidente da Codevasf. Sobre as causas da não utilização da arbitragem em RDC após a permissão legal de 2015, serão realizados questionários e entrevistas semiestruturadas com gestores dos principais órgãos utilizadores do RDC nas contratações públicas, a exemplo do DNIT e Infraero. Haverá a sistematização e tabulação dos dados organizados à luz do atendimento dos objetivos específicos, com geração de gráficos e tabelas, e os capítulos da dissertação serão elaborados com base na análise dos dados e resultados para atendimento dos objetivos específicos. Assim, com a seleção, revisão e análise da base normativa e literatura pertinente ao tema obras públicas e uso da arbitragem em contratos de concessão de infraestrutura, bem como considerando as respostas dos questionários e pesquisas semiestruturadas com atores estratégicos, será possível analisar os riscos e benefícios potenciais do uso da arbitragem em contratos de obras públicas.

Palavras–Chave: arbitragem; obras públicas; obras paralisadas.

ABORDAGEM JURÍDICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO: UMA ANÁLISE JURÍDICO INSTITUCIONAL DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Alyne Thacila Garcia Leão – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
alyne.leao@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Jr – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

A partir da abordagem de Direito nas Políticas Públicas, o projeto de pesquisa tem por objetivo mapear e analisar os defeitos jurídico institucionais da política de saneamento, relativos ao objetivo de regionalização de serviços. E, ainda, apontar aperfeiçoamento necessário no arranjo institucional para máxima efetividade da prestação regionalizada dos serviços de água e esgoto. Quais são os incentivos criados pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico para a prestação regionalizada dos serviços? Os incentivos são mecanismo de *spending power* federal; delegação da gestão para os estados federados e exigência de licitação prévia dos contratos. Método de comprovação: aplicar a análise econômica do direito para avaliar os mecanismos criados pelo Novo Marco Legal. Status do trabalho: Revisão bibliográfica.

Palavras–Chave: saneamento básico; regionalização; institucionalismo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CORONAVÍRUS: AS MEDIDAS RESTRITIVAS DE CONTENÇÃO DA PANDEMIA MATERIALIZADAS PELO PODER DE POLÍCIA DA ADMINISTRAÇÃO EM CONTRAPONTO ÀS LIBERDADES FUNDAMENTAIS

Edivam Barbosa Dias Junior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
edivambarbosa@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Na atualidade, é possível acompanhar há pelo menos dois anos discussões em todos as estratificações sociais sobre os efeitos da nova pandemia que assola o planeta. A nova doença denominada COVID-19, que significa COrona VIrus Disease (Doença do Coronavírus), já o numeral 19 se dá ao ano de 2019, quando os primeiros casos foram constatados em Wuhan, na China. É incontestável, que durante a pandemia a realidade mundial se transformou, os modelos convencionais de trabalho, entretenimento, negócios, ações governamentais, dentre outros, para que continuassem a existir foram obrigados a se reinventarem, assim o direito também deve acompanhar essas mudanças, para reger as diversas conjunturas que surgiram e ainda estão a surgir durante o caos que assola a humanidade. As vacinas avançam, a imunidade dos seres humanos aumenta e quando se pensa em uma retomada mínima ao novo normal a doença surpreende a sociedade com novas cepas e variantes. Nesta senda, o Direito Administrativo, o ramo do direito público que abarca as normas e princípios que conduzem a ação da Administração Pública é demandado para que, embasado nos princípios constitucionais insculpidos no artigo 37 da Carta da República, responda as novas controvérsias entre Administração Pública e Administrado e ainda aquelas que surgem no âmbito interno da própria Administração. Portanto, apontasse como problema da pesquisa: “Há limites ao Poder de Polícia dos entes federados na adoção de medidas compulsórias que restringem o exercício das liberdades fundamentais, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus?” A hipótese que conduz o trabalho é a prevalência do direito da coletividade e a proteção sanitária em razão do direito fundamental, apontando como possível referencial o método de resolução de conflitos de Robert Alexy. Outrossim, se revisitará os clássicos doutrinadores acerca do tema poder de polícia, no intuito de aprimorar as ideias já ventiladas pela doutrina.

Palavras–Chave: direito administrativo; liberdades individuais; poder de polícia.

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: A CLÁUSULA MARTENS E OS SISTEMAS DE ARMAS LETAIS AUTÔNOMOS

Claudio Alves da Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
claudio.alves@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

O emprego de armas letais com diversos níveis de autonomia é a realidade dos conflitos armados modernos, empregados que foram, antes, nos conflitos que envolveram os EUA e aliados OTAN nas incursões realizadas no Oriente Médio e, atualmente, no conflito entre Ucrânia e Rússia. Lembrando Hanna Arendt e as lições da História, o emprego desses sistemas não poderia se tornar a "industrialização" da morte, sob argumento de uma guerra "limpa", porém afastada de qualquer sentimento humano? Ante o emprego da Inteligência Artificial, o Direito precisa esperar outro desastre como o totalitarismo do Século XX para configurar novas figuras delitivas ou, por intermédio de uma nova formulação da Cláusula Martens, já trabalhar esses aspectos de maneira proativa? O problema principal: diante da inovação e das incertezas trazidas pelos Sistemas Armas Letais Autônomas (SALA), é possível/necessário o estabelecimento de uma "nova" Cláusula Martens para adequar o uso desses sistemas, protegendo os civis e os beligerantes e assegurando os princípios do Direito Internacional, da Humanidade e os ditames da consciência pública? As hipóteses: (i) o emprego de SALA, sem controle humano, ou ainda que algum nível de controle humano, conduziriam à desumanização da guerra a ponto de não se assegurar a civis e beligerantes os princípios da humanidade e os ditames da consciência; (ii) o sentimento de dignidade da opinião pública não aceitaria que armas sem controle causassem a destruição ou ferimentos em seus semelhantes; (iii) a possibilidade de uso de SALA por grupos terroristas ou por outra potência levaria à aceitação desses sistemas em países democráticos dentro de princípios legais estritos – lawfare. O trabalho está dividido em dois capítulos: o primeiro visa apresentar os debates acadêmicos e legislativos atualmente existentes: proibição; permissão com controle humano significativo; permissão de sistemas autônomos. 1ª parte: colaciona e debate a argumentação no sentido da necessidade da proibição ou da restrição de SALA. 2ª parte: em antítese, carreia e anulasia os argumentos favoráveis ao enquadramento dos SALA nos Tratados Internacionais. No segundo capítulo, pretende-se averiguar se a Cláusula Martens, na sua configuração atual, pode dar resposta adequada para a regulamentação do uso de SALA. Na 1ª parte, trata do significado da Cláusula, sua importância no Direito Internacional Humanitário (DIH). Na segunda parte, analisa se a fórmula genérica da Cláusula é adequada para responder ao desafio trazido pelo uso de SALA, com base na doutrina e em julgados da Corte Internacional de justiça, ou se é mister, para a sociedade de risco pós-moderna, de uma nova cláusula ou de uma nova conformação da Cláusula Martens.

Palavras–Chave: sistema de armas letais autônomas; cláusula martens; direito internacional humanitário.

ALTERAÇÃO DAS LICENÇAS POR NASCIMENTO OU ADOÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ISONOMIA DE GÊNERO

Odilon Schwerz Burtet – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
burtet.odilon@gmail.com
Marcelo Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Com a maior participação feminina no mercado de trabalho somada às ampliações das normas de proteção à maternidade, a licença-maternidade – inicialmente entendida como um avanço na proteção da mulher no mercado de trabalho – começou a ser percebida como causa de discriminação para a própria mulher trabalhadora. No intuito de diminuir essa diferença de tratamento entre homens e mulheres, muitos estados democráticos vêm desenhando políticas arquitetadas para envolver mais os homens no cuidado paterno com a implementação de licenças mais igualitárias entre os pais ou criando licenças de gênero neutro, como a licença parental, seja em substituição ou como um período posterior às licenças maternidade e paternidade. No Brasil, a evolução das licenças vem sendo discutida a alguns anos entre atores da sociedade civil, burocratas e políticos. Existe um grupo de parlamentares sensíveis ao tema e vários projetos de lei que versam sobre o assunto em tramitação no congresso nacional, com as mais variadas modelagens de alternativas de políticas públicas. Daí surge a problemática que a presente pesquisa busca responder: A implementação de uma licença-parental deve ser arquitetada como política pública estatal de envolvimento paterno em busca de isonomia de gênero? A hipótese primária é de que a implementação de uma licença parental nos moldes mais difundidos internacionalmente, como um período relativamente longo posterior à licença maternidade, sem critérios bem definidos quanto ao gozo da licença, com períodos não-transferíveis e turnos flexíveis, pode não atingir o objetivo buscado quando da implementação da política pública. Para tanto, a pesquisa foi dividida em três partes, sendo que a primeira analisa a normativa brasileira quanto às licenças-maternidade e paternidade, como estas foram construídas em nossa base legal e como esse desenho legislativo constitucional acarreta em penalidade materna, falta de isonomia entre os pais e pouco envolvimento paterno com a prole. A segunda parte consiste em uma análise geral da experiência internacional quanto às licenças, em especial a parental, em suas diferentes variações em termo de: duração, elegibilidade, pagamento, flexibilidade possível no uso, transferibilidade entre o casal etc, com especial análise dos casos da: Suécia – primeiro país a implementar a licença parental neutra em substituição às demais licenças; Espanha – país que recentemente igualou a licença-paternidade à licença-maternidade; Chile – país que possui uma licença parental nos moldes da que se pretende implementar no Brasil, como uma licença posterior à licença maternidade. A terceira e última parte consiste em demonstrar como a condição gerada pela diferença entre as licenças se transformou em um problema que é introduzido na agenda política nacional e seus atores que buscam desenhar alternativas viáveis a serem implementadas como forma de mitigar o problema. É feito um levantamento e analisado os projetos de lei que tramitam no congresso, em especial o projeto de criação

de licença parental apresentado recentemente por um grupo amplo de parlamentares membros da Frente em Defesa da Primeira Infância. É abordado ainda o viés econômico de uma possível licença parental, visto sempre como uma das principais barreiras na implementação de políticas públicas, bem como a dificuldade atual do tema migrar da agenda política para a agenda governamental, como uma prioridade a ser resolvida pelo governo. Por fim, a pesquisa busca responder a pergunta inicial, analisando se a alternativa proposta, caso aprovada, seria capaz de atingir os objetivos que se propõe: envolver os pais (homens) nos primeiros meses de nascimento ou adoção de seus filhos – criando laços que perdurariam, resultando numa diminuição das penalidades geradas as mulheres em decorrência da maternidade.

Palavras–Chave: licença parental; penalidade materna; isonomia de gênero.

ANÁLISE ACERCA DAS POLÍTICAS DE CREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Anna Chrystina Porto – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
annac.porto@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O trabalho tem por finalidade discutir as políticas existentes para o credenciamento e recredenciamento de cursos no ensino superior, considerando os aspectos como recursos aplicados, instrumentos de avaliação, perfil do avaliador, adequação no ensino privado e público, dentre outros aspectos.

Palavras–Chave: recredenciamento; ensino superior; instrumentos.

AS CONSEQUÊNCIAS DO DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA EM VIRTUDE DE CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EM NEGÓCIOS JURÍDICOS CÍVEIS E EMPRESARIAIS NA GESTÃO JUDICIAL E PROCESSUAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA-DF

Marilia Garcia Guedes – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
mariliaguedes@gmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O seguinte questionamento constitui o problema de pesquisa: quais são as consequências da eleição de foro em negócios jurídicos cíveis e empresariais na gestão judicial e processual quando o deslocamento da competência territorial é destinado à circunscrição judiciária de Brasília-DF e as partes aqui não possuem domicílio/sede e nem será este o local da execução do contrato? O estudo pretende testar as seguintes hipóteses: a. O deslocamento de competência para a circunscrição judiciária de Brasília-DF em razão do cumprimento de cláusula de eleição de foro em negócios jurídicos cíveis e empresariais não impacta a gestão judicial e processual local; b. O deslocamento de competência para a circunscrição judiciária de Brasília-DF decorrente do cumprimento de cláusula de eleição de foro em negócios jurídicos cíveis e empresariais impacta a gestão judicial e processual local; c. Os impactos são positivos e/ou negativos, e, nesta hipótese, há mecanismos de compensação passíveis de serem aplicados. Como objetivos específicos almeja-se: (i) analisar em quais hipóteses a eleição de foro constitui exercício regular ou abusivo de direito; (ii) identificar os fatores que levam as partes a incluírem em seus negócios jurídicos, desprovidos de enraizamento institucional na geografia político-social com foro eleito, cláusula de eleição de foro definindo a circunscrição judiciária de Brasília-DF como a competente para dirimir as controvérsias; (iii) averiguar a natureza do impacto deste deslocamento de competência territorial na organização e na gestão judiciária e processual na circunscrição judiciária de Brasília-DF; (iv) na hipótese de ser o impacto danoso e de, ainda assim, constituir exercício regular de direito, sugerir mecanismos de compensação e de equalização dos prejuízo. A pesquisa ocorrerá em 3 (três) etapas. A primeira consistirá numa pesquisa bibliográfica acerca do controle de competência por um juízo de adequação territorial e sobre gestão judicial e processual, procedendo ao cotejo dos dois temas. Em segundo lugar proceder-se-á à pesquisa documental junto à Corregedoria do TJDFT, por meio de requerimento fundado na Lei nº 12.827/11, buscando identificar quantos e quais são os processos distribuídos, após a entrada em vigor do CPC/15, às Varas Cíveis e de Execução de Título Extrajudiciais e Conflitos Arbitrais da Circunscrição Judiciária de Brasília nos quais nenhuma das partes tenha registrado no PJe endereço ou sede no Distrito Federal. A terceira etapa consistirá no cotejo do estudo dogmático inicial com os dados colhidos, verificando-se as hipóteses levantadas e a resposta ao problema da pesquisa.

Palavras–Chave: competência; foro de eleição; gestão judicial.

AS CONSEQUÊNCIAS HERMENÊUTICAS DAS DECISÕES DE ABANDONO AFETIVO PROFERIDAS NO ÂMBITO DO TJDFT

Mariana Rabello Mendes Hohne – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
mariana.rabellomendes@gmail.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

A dissertação tem como objetivo principal promover a análise crítica de argumentos jurídicos extraídos de decisões proferidas em demandas de reparação civil por abandono afetivo. Para tanto, empreendeu-se pesquisa empírica para a coleta de decisões, com respaldo da Metodologia de Análise das Decisões – MAD. No total, o objeto analítico do trabalho foi formado por trinta e nove decisões proferidas no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios entre maio de 2012 e julho de 2021. Foram examinados parâmetros relativos à relação de parentesco entre as partes das demandas, suas características, informações processuais e resultado do julgamento. Os primeiros capítulos apresentam a teoria jurídica envolvida na omissão de cuidados parentais, que serve de fundamento para a análise crítica dos argumentos identificados. Perpassa-se pelo surgimento do abandono afetivo, ainda na concepção tradicional da família, caracterizada pelo Pátrio Poder, bem como pela sua permanência na evolução da entidade familiar, sob a égide do Poder Familiar. É realizada uma análise do instituto da responsabilização civil no âmbito do Direito das Famílias. Examina-se cada um dos elementos da responsabilidade civil a partir do viés familiarista, bem como as teorias que surgiram ao longo dos anos. Ademais, o trabalho volta-se ao apontamento das consequências do abandono afetivo no desenvolvimento infanto-juvenil. A teoria apresentada, em conjunto com a análise das decisões, permite que, ao fim do estudo, seja possível responder aos seguintes questionamentos: a responsabilização civil pode ser aplicada às demandas de abandono afetivo? Em quais argumentos jurídicos se pautam as decisões que deferem os pleitos e quais dão respaldo ao indeferimento?

Palavras–Chave: abandono afetivo; consequências hermenêuticas; reparação civil.

AS MANIFESTAÇÕES DA LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS

Gilda Nogueira Paes Cambraia – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
gilda.cambraia@gmail.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

O tema da dissertação diz respeito às manifestações da licença social para operar no âmbito do Direito Internacional dos Investimentos. A Licença Social para operar já permeia as decisões de tribunais arbitrais de investimento e encontra-se ligada à participação social e empoderamento das comunidades na concessão de licenças para operação de investimento. Esse conceito é recente no Direito Internacional dos Investimentos e merece aprofundamento para entendimento de seu escopo, maneira de manifestação, natureza e aplicação. A interação entre a comunidade local, os investidores e os Estados no contexto do Direito Internacional dos Investimentos parecem alinhar-se à tendência crescente neste meio de conferir maior preocupação ao respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente no contexto empresarial. A relação entre as comunidades locais e os investimentos estrangeiros pode ser problematizada quando colada em contraste com a proteção conferida aos investidores e aquela das comunidades. Nesse contexto, questiona-se se a Licença Social para Operar (LSO) pode se manifestar, no Direito Internacional dos Investimentos, de modo a constituir um instrumento de inclusão das comunidades locais nas relações investidor-Estado. Diante disso, busca-se analisar as manifestações da LSO não só no contexto dos Tratados Bilaterais de Investimento, mas também na jurisprudência arbitral e internacional, de modo a identificar sua função jurídica no Direito Internacional dos Investimentos. Nessa perspectiva, busca-se categorizar as formas de manifestação da Licença Social para Operar, para assim compreender sua função jurídica. Tem-se como hipóteses que a LSO manifesta-se nos Tratados Bilaterais de Investimento, de forma direta ou indireta, de forma normativa ou institucional ou, ainda, que pode ser entendida como apenas um elemento inerente à Responsabilidade Social Corporativa, de modo que não há relevância jurídica para o seu estudo de maneira dissociada deste instituto. O objetivo geral da pesquisa é identificar as formas nas quais a Licença Social para Operar se manifesta no Direito Internacional dos Investimentos, de modo a analisar seu escopo, aplicação, limitações e relevância. No momento, a pesquisa está centrada no mapeamento dos Tratados Bilaterais de Investimento para identificação das diferentes maneiras nas quais as comunidades locais são inseridas, para se identificar as formas de aparição da Licença Social para Operar.

Palavras–Chave: licença social para operar; comunidades locais; responsabilidade social corporativa.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E PERSECUÇÃO PENAL: O USO DA INTELIGÊNCIA MINISTERIAL

Maurício Saliba Alves Branco – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
mauricio.saliba@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A dissertação analisará o uso da atividade de inteligência como instrumento de redução de desigualdades e promoção de desenvolvimento na persecução penal. A hipótese é a de que o seu uso previne a revitimização e a seletividade do sistema, além de aprimorar a coleta de elementos de informação e de prova, além de contribuir no campo da segurança pública, na medida em que aumenta o acerto das decisões tomadas pelas autoridades do sistema de justiça criminal. O trabalho, ainda, apresentará a categoria "inteligência ministerial". Criticará o preconceito dirigido à atividade de inteligência como incompatível com democracias consolidadas, ao tempo em que convidará à reflexão sobre a interseção da atividade de inteligência e persecução penal para aprimoramento do sistema de justiça criminal. Metodologicamente, usará abordagem dedutiva e promoverá revisão da literatura. Sobre o estágio atual da dissertação, o esqueleto do texto está pronto e à espera de maior aprofundamento de ideias e de revisão bibliográfica para encorpar o trabalho. Também está pendente maior aprofundamento em textos estrangeiros. Quanto às dificuldades encontradas, a primeira é a reunião de material bibliográfico que cuide das técnicas de inteligência, tendo em vista o sigilo que naturalmente existe sobre essa atividade. A segunda grande dificuldade encontrada é vencer o preconceito que existe contra a atividade de inteligência, que se pretende fazer por meio da demonstração do potencial que essa atividade tem para concretizar direitos fundamentais. O objetivo principal da dissertação é contribuir para a elaboração de políticas públicas no sistema de justiça criminal que institucionalizem, sempre dentro das linhas do Estado Democrático de Direito, a utilização de técnicas de inteligência para aprimorar a persecução penal e viabilizar maior desenvolvimento social.

Palavras–Chave: redução de desigualdades; Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública; sistema de justiça criminal.

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ALIENAÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS DE EMPRESAS ESTATAIS CONTROLADAS PELA UNIÃO: O CASO DO BANCO DO BRASIL S.A.

Altemir Bohrer – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
altemirbohrer@yahoo.com.br
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A privatização de empresas estatais, inserida na pauta do atual governo federal, tem gerado polêmicas e discussões, dividindo a sociedade entre apoiadores e opositores. No atual governo, muitas medidas de desestatização foram implementadas atingindo importantes empresas estatais como a Petrobras, os Correios e a Eletrobrás. No setor financeiro, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal também sofreram ações de desinvestimento. Um dos principais mecanismos para conter o ímpeto de privatização do governo federal tem sido a exigência de autorização legislativa para a alienação do controle acionário do Estado sobre suas estatais. Entretanto, o Superior Tribunal Federal (STF), em decisão sobre a matéria, definiu na ADI 5624 MC/DF que a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista sobre suas subsidiárias e controladas pode ser realizada independentemente de autorização legislativa. No caso, prevaleceu na Corte, por maioria, o entendimento de que a lei de criação da estatal matriz ao autorizar a constituição de subsidiárias já teria implícita uma autorização genérica para o encerramento dessas empresas. A decisão expõe as principais empresas estatais federais do país ao risco de privatização haja vista que a maioria delas possui subsidiárias das quais dependem diretamente em razão dos significativos resultados financeiros por elas gerados, tal como ocorre com o Banco do Brasil, uma das primeiras empresas estatais do país e que conta com aproximadamente 25 subsidiárias, além de outras companhias como a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e a Eletrobrás, somando juntas aproximadamente 112 subsidiárias. O presente trabalho visa analisar em que medida a dispensa de autorização legislativa para transferência do controle acionário de subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, na forma autorizada pelo STF na ADI 5.624 MC/DF, poderia conduzir a privatização do Banco do Brasil S.A. O objetivo geral do estudo consiste em analisar, à luz do ordenamento jurídico vigente, sob os enfoques constitucional e infraconstitucional, a possibilidade de dispensa de lei para autorizar a alienação de subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União. Como objetivo específico procurar-se-á investigar a possibilidade de dispensa de autorização legislativa para a alienação das subsidiárias e controladas do Banco do Brasil S.A. e se essa dispensa, de algum modo, poderia levar a privatização da estatal, a partir do exame do papel que essas subsidiárias e controladas exercem na formação dos resultados do Conglomerado BB. Considera objetivamente a questão do Banco do Brasil dada a relevância da estatal para o desenvolvimento do país, bem como a situação peculiar de algumas de suas subsidiárias terem sido constituídas em período anterior à Constituição Federal quando não havia previsão de autorização legislativa para essa constituição. Nesse ponto investiga a

natureza jurídica dessas subsidiárias e a submissão ao regime jurídico aplicável às empresas privadas. A análise tem como ponto de partida o princípio da livre iniciativa e da livre concorrência em contraposição ao caráter de subsidiariedade da intervenção direta do Estado na atividade econômica em sentido estrito. Examina a doutrina, a legislação e a jurisprudência, notadamente do STF, sobre a questão, com análise crítica dos fundamentos utilizados. Passa fundamentalmente pelo exame do papel do Legislativo no processo de criação das empresas públicas e das sociedades de economia mista (estatais de primeiro grau) e de suas subsidiárias e controladas (estatais de segundo grau) tendo a lei como instrumento de verificação dos requisitos que autorizam excepcionalmente a intervenção estatal para evitar abusos e aferir a existência do interesse público motivador da sua constituição, conforme preceitua o art. 173 da Constituição Federal. As análises realizadas autorizam inferir que, em razão da ausência de disposição constitucional e legal que estabeleça a obrigatoriedade de lei para autorizar o encerramento das empresas estatais e da flexibilização concedida pela decisão do STF, as subsidiárias e controladas, incluindo as do Banco do Brasil S.A., estariam sujeitas a um maior risco de alienação, com a consequente exposição da estatal matriz a privatização. Aponta-se como possível alternativa para contornar esse risco a aprovação de uma emenda constitucional estabelecendo a exigência de lei para o encerramento dessas estatais.

Palavras–Chave: desestatização; desinvestimento; empresa controlada.

CODIFICAÇÃO DO PROCESSO (E NÃO DO DIREITO) ADMINISTRATIVO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PERSPECTIVA RUMO À CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Francisco de Assis Lima Filho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
francisco.falf@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O presente estudo tem por objetivo analisar a possibilidade ou a viabilidade de codificar o processo administrativo no Brasil, parte integrante do Direito Administrativo. A partir do estudo e da análise documental, avalia-se, num primeiro momento, o plano jurídico interno a partir da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, comparando-a com todas as leis de processo administrativo editadas pelos estados-membros brasileiros que as possuem, pois, a maioria ou não possui, ou reproduz o regramento federal. Foram analisados quase 1.500 dispositivos legais que geraram quase 600 laudas de comparativos. Após, parte-se para o plano jurídico internacional, examinando-se a realidade de outros países e o tratamento que é dado, sob o ponto de vista da codificação ou de leis nacionais que tratem de processo ou procedimento administrativo nas respectivas jurisdições. Os Estados analisados possuem legislação nacional sobre o tema, indicando a possibilidade de implantação. Finaliza-se avaliando políticas públicas em geral, em especial em relação ao processo administrativo, perpassando pela teoria da codificação, pelo devido processo legal administrativo à luz do Código de Processo Civil de 2015, bem como trazendo apontamentos sobre a reforma da Lei nº 9.784/1999 que está em curso no Senado Federal, indicando a atualidade do tema. Por fim, a partir das evidências verificadas ao longo dos estudos, conclui-se ser possível a codificação no País, apesar das divergências sobre o tema, também tratadas ao longo da exposição.

Palavras–Chave: processo administrativo; direitos fundamentais; políticas públicas.

COMPATIBILIDADE ENTRE AS DOAÇÕES ELEITORAIS POR PESSOAS JURÍDICAS E O COMBATE À CORRUPÇÃO

Nathan Vinagre Augusto dos Santos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
nathan.vinagre@sempreceub.com
Nataly Viviana Vargas Gamboa – CEUB, professora orientadora
nataly.gamboa@uniceub.br

A presente dissertação busca verificar a compatibilidade entre as doações eleitorais por pessoas jurídicas e as políticas de combate à corrupção. Nesse sentido, a dissertação confrontará a errônea percepção de que todo financiamento privado empresarial nas campanhas eleitorais configuraria o delito de corrupção, uma vez que nem sempre o pacto injusto encontra-se evidenciado na referida operação financeira. Diante disso, foi constatado que a vedação total do instituto da doação empresarial, além de configurar uma clara violação ao princípio da presunção de inocência pela equiparação automática, seria uma medida ineficaz para a prevenção da corrupção, ante a manutenção dos elevados índices da referida infração no Brasil. Feita a diferenciação inicial, resta a demonstração de como seria possível compatibilizar ambos os preceitos jurídicos. Para isso, a dissertação utilizará como metodologia a observação empírica dos principais focos de corrupção no financiamento privado, confrontando-os com os mecanismos de controle já existentes no ordenamento jurídico. A análise do sistema normativo, partindo da aferição de diversos ramos do direito, com a devida harmonização normativa, permitiria o desenvolvimento de medidas preventivas à corrupção no financiamento privado. É evidente que o sistema eleitoral apresenta diversas nuances divergentes dependendo da esfera de Poder (Legislativo e Executivo) e da unidade da federação. Por esse motivo, a dissertação apresentará os limites do próprio método, ou seja, estabelecerá como os preceitos conciliatórios se adaptariam aos diversos cargos eletivos presentes no Brasil. Com base nisso, o presente trabalho esboçará parâmetros de conciliação do financiamento, utilizando os princípios jurídicos vigentes no ordenamento jurídico, tais quais o princípio de moralidade administrativa, publicidade e transparência, como pilares de sustentação da teoria defendida. Nesses moldes, fica evidenciado que a adoção de políticas públicas efetivas, tais quais a transparência das doações com a efetiva limitação de valores, controle eleitoral e social, viabilizaria a compatibilização do financiamento privado eleitoral, proveniente de pessoas jurídicas, com as demandas sociais de prevenção à corrupção. Porém, mesmo com todo controle incidente no financiamento privado, seria imprescindível a adoção de restrições às empresas doadoras de maneira a evitar o favorecimento indevido nas licitações e indicações para os cargos comissionados.

Palavras–Chave: compatibilidade; financiamento eleitoral; corrupção.

CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA DEFINIÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL PREVISTO NA LEI No 14.181/2021

Emilison Santana Alencar Junior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
emilison.junior@gmail.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

A pesquisa privilegia uma abordagem interdisciplinar para compreender o fenômeno do superendividamento e suas consequências para o Direito do Consumidor, o qual é objeto de discussões doutrinárias iniciados pela Cláudia Lima Marques, desde o ano de 2003, vindo a participar de uma comissão de juristas, nomeados pelo Senado Federal, que foram os responsáveis pela elaboração de um projeto (PL 283/2012) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. Em 01 de julho de 2021, o Projeto de Lei do Senado 283/2012 foi sancionado pelo atual Presidente da República, transformando-se na Lei 14.181/2021. Após 12 meses de sua vigência foi regulamentado o mínimo existencial através do Decreto Presidencial 11.150, onde fixou como mínimo existencial 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo vigente no ano de 2022, correspondente a R$303,00 (trezentos e três reais). A presente pesquisa pretende analisar a constitucionalidade do Decreto 11.150/2022 e apresentar hipóteses para a preservação do mínimo existencial do consumidor superendividado. Na busca de uma resposta para definição dos critérios objetivos para a preservação do mínimo existencial previsto na Lei 14.181/2021, foi necessário primeiro entender as causas e consequências do superendividamento dos consumidores no Brasil, os motivos que levaram à criação de uma política pública voltada ao consumidor superendividado, bem como o que a doutrina diz sobre a dignidade da pessoa humana, mínimo existencial, patrimônio mínimo, salário-mínimo e qualidade de vida. E, também, se há legislação que estabeleça limites para débitos na conta corrente, tal como ocorre no caso de empréstimos consignados com averbação na folha de pagamento.

Palavras–Chave: superendividamento; mínimo existencial; consumidor; dignidade da pessoa humana, qualidade de vida.

DECISÕES JUDICIAIS SOBRE PUNIÇÕES APLICADAS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES DAS INSTITUIÇÕES MILITARES DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO EMPÍRICO ACERCA DO CONTROLE JUDICIAL SOBRE O MÉRITO ADMINISTRATIVO

Bruno Leonardo Mantuano Costa – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
brunolmc@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O objetivo da dissertação é estudar as decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), com o intuito de averiguar como o Poder Judiciário tem solucionado pedidos de incursão no mérito de decisões de processos administrativos disciplinares das instituições militares do Distrito Federal; quantas decisões judiciais têm adentrado no mérito administrativo das decisões tomadas em tais processos administrativos; em que sentido tem sido os julgamentos nesses casos; e quais são os fundamentos, constitucionais, legais e principiológicos, utilizados nessas decisões, buscando-se, ao final da pesquisa, uma inferência descritiva que possa vir a servir como parâmetro tanto para as futuras decisões sobre os pedidos judiciais que objetivam a reforma de punições disciplinares oriundas de processos administrativos disciplinares militares, quanto para parcela dos estudiosos que posteriormente almejam se debruçar sobre o tema. A hipótese principal é que o Poder Judiciário tem se debruçado sobre o mérito administrativo na maioria das decisões, seja para anular decisão do Executivo, seja para confirmar que o ato administrativo punitivo é razoável e proporcional. O método de elaboração da dissertação foi dividido em três partes. Na primeira, pesquisa sobre as decisões judiciais dos últimos cinco anos do TJDFT sobre o tema. Na segunda, sistematização de todos os argumentos jurídicos utilizados em tais decisões, desenvolvendo-se um estudo quantitativo e qualitativo sobre as decisões, auferindo quantas destas adentraram no mérito administrativo da punição disciplinar militar e quais foram os fundamentos constitucionais, legais e principiológicos invocados nessas decisões. A terceira parte consiste em um estudo sobre a posição da doutrina acerca do tema e a elaboração de uma inferência descritiva no cotejo dos resultados da pesquisa empírica realizada com a posição da doutrina, com posicionamento sobre como entendo que, à luz da Constituição Federal de 1988, o Poder Judiciário deve decidir nos casos objeto deste estudo. O processo atualmente se encontra na fase de levantamento de dados na pesquisa empírica e estudo das posições doutrinárias específicas sobre o tema, dos doutrinadores sugeridos pelo orientador e coorientador. As dificuldades encontradas são conseguir fazer a leitura dos diversos textos sobre o tema na parte de controle judicial do mérito administrativo e resumir os posicionamentos mais relevantes, e também levantar todos os dados jurisprudenciais pesquisados, com método adequado de sistematização de todos os dados descobertos.

Palavras–Chave: controle judicial; mérito; administrativo.

DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO ENTRE MINIMALISMO E ATIVISMO JUDICIAL

Ivan de Mendonça Filho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
ivanmendoncaf@sempreceub.com
Luiz Edson Fachin – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

Políticas públicas devem ser analisadas não só como uma categoria de natureza coletiva, mas também como uma categoria jurídica, com impacto nos diversos setores da sociedade. E como categoria jurídica a formulação de uma política pública deve ser vista pelos diferentes atores políticos, sendo o Poder Judiciário parte relevante na realização de uma agenda que observe os parâmetros do novo constitucionalismo. Não há de se falar em ausência de legitimidade ou interferência na harmonia dos Poderes a atuação da Corte Constitucional quando participa na idealização de uma política, desde que, verificados os limites constitucionalmente existentes. Ocorre que, há uma crescente no debate sobre os limites da atuação do Poder Judiciário naquilo que se refere a sua atuação na construção de políticas públicas, destacando-se, em certa medida, em lados divergentes, os aspectos teóricos do minimalismo e do ativismo judicial. Desse cenário, parte o presente estudo pontuando que os parâmetros do minimalismo e ativismo judicial são analisados pelo papel político das Cortes e a respectiva legitimação do controle judicial exercido na consecução dos direitos socioeconômicos. Mas, cada vez mais, a necessidade de uma atitude dialógica de atores políticos no que concerne a realização de uma agenda para implementação dos direitos socioeconômicos é uma realidade, em especial, porque o debate dessa dicotomia entre minimalismo e ativismo judicial é falho ao centrar-se na revisão judicial. O enfoque do controle judicial como força propulsora central e, por vezes, única, para realização de direitos é tido como um critério insuficiente na promoção de tais direitos, notadamente, por não ser possível ter uma constância de aplicação e vértice de isonomia aos cidadãos. É nesse contexto que a pesquisa objetiva se realizar, com o fim de analisar os limites do controle judicial na atuação protagonista dos direitos socioeconômicos, e como a incidência da ideia dialógica institucional se apresenta como um contributo na implementação de uma política pública pelos diferentes atores estatais. À vista disso, metodologicamente, emprega-se a pesquisa bibliográfica e documental, com aplicação dos métodos dedutivo e dialético.

Palavras–Chave: políticas públicas; diálogos institucionais; neoconstitucionalismo.

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E RETROATIVIDADE DA LEI DISCIPLINAR MAIS BENÉFICA

Tatiana Maria Guskow – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
tatiana.guskow@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O art. 5º da Constituição Federal de 1988 estabelece que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu. Trata-se de uma garantia contra arbítrios na atividade de punir do Estado, que busca a concreção dos valores da isonomia, da justiça e da humanidade. Originalmente ideada ao direito penal, com a democratização e a soerguimento normativo dos direitos e garantias fundamentais constitucionais, o princípio passou a ser inserido sob o grande ramo do *jus puniendi* estatal que abarca toda atividade punitiva do Estado, tanto administrativa quanto penal; dentro do direito administrativo sancionador insere-se o direito disciplinar, que visa primordialmente a ordenação da atividade interna corporis estatal. O problema de pesquisa consiste em investigar, considerando as diferenças substanciais e quantitativas de proteção de bens jurídicos do direito penal e disciplinar, se o princípio da retroatividade da lei mais benéfica ingressa no direito administrativo disciplinar de maneira idêntica ao direito penal ou se tem medidas mais flexíveis. As hipóteses passam pela admissão do princípio de maneira plena ou pela admissão do princípio com matizes a serem desenhados de acordo com as funções dos ilícitos e penas disciplinares. Embora haja doutrina que advogue a não incidência do princípio temporal, essa não é uma premissa para o trabalho, que sempre converge ao ideal constitucional democrático. A pesquisa será desenvolvida em bases doutrinárias, históricas, legislativas, jurisprudenciais e, ilustrativamente, com dados estatísticos da Corregedoria-Geral da União sobre casos de improbidade administrativa definitivamente julgados que poderão ser impactados pela retroação da nova lei de improbidade administrativa nos processos disciplinares. Esperam-se resultados afeiçoados à existência de contornos específicos ao princípio no direito administrativo sancionador, com a observância dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo ao tempo em que também sejam preservados os direitos coletivos ao bom andamento dos serviços públicos.

Palavras–Chave: direito administrativo sancionador; retroatividade; improbidade administrativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UMA PROPOSTA DE MICROSSISTEMA SINGULAR NO ÂMBITO DO SISTEMA JURÍDICO À LUZ DA TEORIA DO SERVIÇO PÚBLICO DE LÉON DUGUIT

Wendel Benevides Matos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
wendelbene@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A presente pesquisa propõe uma investigação sobre a existência de um sistema de sanções administrativas, regido por um regime próprio a partir de princípios e normas somente a ele aplicáveis ou quando divididos com outros ramos epistemológicos, tomado por suas próprias nuances. O fundamento da proposição está na teoria do serviço público de Leon Duguit e o desenvolvimento se referencia no pensamento liberal, teoria do risco e ponderação de princípios. Utilizou-se o método dedutivo e pautando-se na revisão bibliográfica dos autores selecionados e pesquisa documental, discutiu-se o tema proposto. A pergunta de pesquisa consiste na seguinte indagação: Quais os contornos epistemológico-dogmáticos, principiológicos e axiomáticos decorrentes do conceito de serviço público levam a inferir uma independência sistêmica da sanção administrativa, ainda que ontologicamente baseada no mesmo jus puniendi estatal que outros sistemas sancionatórios? Em resposta apresenta-se o conceito de serviço público e interesse público, como regentes do atuar administrativo, que dispõe do instrumental da sanção administrativa para a consecução de seu objetivo. São abordadas as seguintes temáticas: discussão acerca de um regime jurídico próprio de direito administrativo sancionador que tem como base elementos construtores da atuação administrativa ligada ao interesse público e execução de seus serviços; observância de comportamentos distintos de princípios constitucionais, quando inseridos no sistema de sanções administrativas, tendo em vista uma aplicação própria dos conceitos de culpabilidade e tipicidade que influenciam os demais princípios ligados à formação da culpa. Conclui-se pela existência de uma identidade própria da sanção administrativa, entretanto, somente possível no seio de um regime jurídico administrativo e como instrumento da Administração Pública. Nesse contexto, princípios gerais garantidores de direitos e ou advindos de outros sistemas sancionatórios somente serão aplicáveis com matizes.

Palavras–Chave: sanção administrativa; imputação da sanção administrativa; regime jurídico administrativo.

DIREITO PROCESSUAL, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA TIPOLOGIA DESENVOLVIDA A PARTIR DA JURISDIÇÃO COLETIVA URBANÍSTICA

Rhuan Filipe Montenegro dos Reis – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
Rhuan-Reis@hotmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

Este trabalho tem o objetivo de verificar as relações desenvolvidas entre Direito Processual e democracia, tomando-se o caso da tutela difusa urbanística enquanto norte para compreender quais diretrizes teóricas democráticas podem fazer do processo um espaço para a participação popular, num sentido de democracia que transcenda o caráter meramente procedural que subjugue a soberania popular. O problema que rege esse estudo é entender de qual matriz teórica trata-se nos instrumentos como o art. 43 do Estatuto da Cidade que exige uma gestão democrática da cidade. A hipótese, nesse sentido, é de que aborda-se uma tipologia diversa de democracia, que, assim, não se contenta tão somente com os instrumentos alistados neste intento normativo, de modo que o judiciário também assume função de resguardo para perceber o quanto a participação popular foi assimilada e buscada pelos gestores urbanos. A metodologia assume feições de revisão bibliográfica qualitativa e narrativa, que, por vezes, assume análises de teor documental e elementos de literatura cinza, sempre distinguindo os textos com controle rigoroso pelos pares. A lacuna de pesquisa, ou o ponto de inovação pretendido é a dedução de alguns subsídios teóricos para tornar mais clara a relação entre o processo e as acepções de democracia que esse instituto possa comportar. Em conclusão, alistam-se algumas dessas diretrizes teóricas que passam pela seguinte por delimitação teórica que aborda temas como cuidados para criação judicial no setor urbanístico e produção de guias para se avaliar a (im)pertinência do controle processual de políticas públicas citadinas.

Palavras–Chave: direito processual; democracia; meio ambiente urbanístico.

DIREITO URBANÍSTICO E DEMOCRACIA: UMA CORRELAÇÃO PELA PRESENÇA DOS APARELHOS URBANOS DO JUDICIÁRIO E A VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

Gabriel Espíndola Chiavegatti – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gabriel.chiavegatti@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Bem se sabe que a ordem e organização dos aparelhos públicos na cidade, pelo uso racional do aparelho urbano, pode melhorar a qualidade de vida diretamente. É a proximidade de uma escola pública que vai melhorar a educação na comunidade, ou ainda, um hospital de pronto atendimento ou ainda de aparelhos de saneamento e tratamento da água que vai favorecer dados de saúde regionais. Essa percepção é uma relação direta e visível na visita de qualquer comunidade que tenha recebido esses aparelhos. Contudo, já se percebeu que o Direito Urbanístico ultrapassa essa limitação da percepção direta, conduzindo análises de outros incrementos da qualidade de vida não diretamente relacionados aos aparelhos presentes, mas em decorrência destes. Assim, tem-se como objetivo identificar, por meio de pesquisa legislativa e empírica, a existência de correlação entre a ordem urbana, planejamento e estruturas públicas, em especial àquelas destinadas para a atuação do Judiciário com o índice de confiança do próprio Judiciário, das Instâncias Superiores e da percepção da democracia com sistema político desejável, ou seja, replicar parte da pesquisa realizada pelo Latinobarómetro, em menor escala, em centros urbanos selecionados e analisar os resultados pelo âmbito do Direito Urbanístico e da presença dos aparelhos públicos do Judiciário nas referidas cidades. Tal pesquisa possui um intuito de contribuir para a resposta a questão de em que medida a presença dos aparelhos urbanos do judiciário na cidade auxilia ou se correlaciona com a confiança no judiciário, e por conseguinte a valorização da democracia.

Palavras–Chave: democracia; urbanismo; cidade.

EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL NO PROCESSO DECISÓRIO COLEGIADO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ADPF

Camila Nascimento de Souza – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
camilanascimento.s@hotmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O advento do Plenário Virtual no Supremo Tribunal Federal (STF) trouxe profundas mudanças em seus julgamentos colegiados. Inicialmente criado para a análise da repercussão geral, ao longo dos anos mudou consideravelmente de papel, ganhando novas competências e funcionalidades. De coadjuvante, o Plenário Virtual tornou-se protagonista dos julgamentos do STF, principalmente a partir da pandemia de COVID-19, quando suas competências foram ampliadas para permitir o julgamento de todas as classes processuais. Atualmente, mais de 90% dos julgamentos colegiados do Tribunal são realizados nesse ambiente virtual. Por esse motivo, torna-se imprescindível compreender os efeitos da ampliação de suas competências, de modo a perceber acertos, desacertos e possíveis sugestões. Nesse intuito, o trabalho procurou, principalmente a partir de uma análise empírica de acórdãos de ADPFs, realizar um diagnóstico das modificações operadas. Foi percebido que o Plenário Virtual mudou, para além do ambiente de julgamento, a forma de julgamento e deliberação. Observou-se também que o PV possibilitou mitigar alguns problemas dos julgamentos colegiados presenciais, trouxe algumas soluções para problemas antigos, assim como perpetuou e criou outras debilidades. O estudo também possibilitou constatar, a partir de alguns desacertos percebidos nos poucos trabalhos já escritos sobre o tema, que os efeitos do julgamento em ambiente virtual ainda são desconhecidos por grande parte dos autores, pois muitos pontos não se confirmam quando feita uma investigação empírica. A partir da pesquisa realizada, foram vislumbradas, por fim, questões para o futuro, de modo a contribuir para a construção desse ambiente que hoje é o cenário de decisões importantes para o país.

Palavras–Chave: Supremo Tribunal Federal; plenário virtual; jurisdição constitucional.

EM BUSCA DE NOVOS ARRANJOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO DEMOCRÁTICA DA CONSTITUIÇÃO: O PODER LEGISLATIVO COMO POSSÍVEL ATOR NO PROCESSO DELIBERATIVO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PÓS–88

Johann Philippe de Sousa Aguiar Düpont Schuck – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
johann_philippe@hotmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A pesquisa abordará, em sua essência, a democratização da interpretação constitucional – que hoje é exercida precipuamente pelo Poder Judiciário, de modo a dar voz ao Legislativo e, igualmente, viabilizar investigação acerca das possibilidades e limites de inserção de tal ator no âmbito da resolução de desacordos constitucionais, aumentando a legitimidade das decisões emitidas no lastro da função jurisdicional. Os problemas apontados são os seguintes: Qual a participação do Poder Legislativo na resolução de controvérsias constitucionais no contexto da jurisdição constitucional no Brasil? De que maneira é possível maximizar a participação do Poder Legislativo, enquanto instituição, na solução de questões relevantes do ponto de vista social, político e econômico, democratizando o processo de interpretação constitucional? A primeira hipótese para a presente pesquisa é a seguinte: a interpretação constitucional no Brasil é monopolizada pelo Supremo Tribunal Federal, cuja legitimidade é questionada não apenas quando exerce o papel contramajoritário, mas sobretudo quando o faz sem quase nenhuma via de acesso ao povo, representado pelo Poder Legislativo. A segunda hipótese que se buscará falsear no presente trabalho pode ser descrita da seguinte maneira: o Poder Legislativo poderá reforçar seu papel fundamental na manutenção da soberania popular no Estado Democrático de Direito através da ampliação da sua participação no processo de interpretação dos atos normativos emanados por ele em face da Constituição. A terceira hipótese a ser discutida na presente pesquisa pode ser descrita nos seguintes termos: a teoria dos diálogos institucionais apresenta aportes teóricos importantes para justificar a participação do Poder Legislativo no processo de interpretação da Constituição no Brasil. Por fim, a quarta hipótese levantada é a de que o Supremo Tribunal Federal apresenta características de uma "sociedade fechada de intérpretes" em que o processo de deliberação acerca da interpretação constitucional contribui para afastar a participação democrática necessária, de modo que não pode ele ser considerado, isoladamente, legítimo para figurar como o único guardião da Constituição. Atualmente, o trabalho está em vias de agendamento de defesa do projeto de qualificação. Buscar-se-á analisar a bibliografia em torno da supremacia judicial, da supremacia parlamentar e da teoria dos diálogos constitucionais/institucionais, visando apontar, ao final, as características de cada uma delas e de que maneira cada uma influencia na maior ou menor participação do Poder Legislativo na interpretação da Constituição. A análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal será de grande valia para identificar como a Corte se vê, bem como em que medida ela considera fundamental uma interpretação plural da Constituição e se a realidade brasileira condiz com essa pretensão.

Palavras–Chave: jurisdição constitucional; supremacia judicial; supremacia parlamentar.

FAKE NEWS: O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NA ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA NA ERA DIGITAL

Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
renata.rudolf@sempreceub.com
Luís Roberto Barroso – CEUB, professor orientador
luis.barroso@uniceub.br

Em 2014, a empresa Global Science Research, ligada à Universidade de Cambridge, coletou dados pessoais de usuários do Facebook, por meio de testes de personalidade na rede social, obtidos de um pesquisador externo, que alegava recolher dados para fins acadêmicos. De posse dessas informações, os cientistas envolvidos nessa pesquisa criaram a consultoria Cambridge Analytica, que comercializou os dados de cerca de 87 milhões de usuários para partidos políticos de diversas partes do mundo. Esses dados foram usados para influenciar o eleitorado desses países por meio de um sofisticado sistema de inteligência estratégica, que utilizava indicadores de preferências, desejos e medos dos usuários, como instrumentos de manipulação. As investigações concluíram que os dados, na realidade, foram usados para traçar perfis psicológicos detalhados de eleitores dos Estados Unidos e do Reino Unido, os quais foram usados posteriormente para disseminar *fake news*, supostamente beneficiando a campanha presidencial pró-Donald Trump e pró–Brexit, respectivamente. O fenômeno ganhou os noticiários do mundo. Especialistas começaram a analisar o uso de *fake news* em campanhas eleitorais e o uso de robôs em redes sociais que disseminavam a desinformação de maneira a prejudicar ou beneficiar determinados candidatos. Verificou-se que em diversos países, especialmente quando os seus eleitores eram submetidos a votações significativas que refletiriam no ambiente democrático daquelas nações, uma onda orquestrada de desinformação tomava conta do debate público e o processo eleitoral era fortemente influenciado por *fake news*. Logo, o estudo se justifica a partir da necessidade de análise do fenômeno da desinformação na política, sob a ótica da democracia constitucional, oferecendo ao leitor um panorama sobre a relação da ascensão de líderes populistas e o uso da desinformação como instrumento de poder e corrosão da democracia, para, então, se identificar as melhores práticas de enfrentamento e resiliência. Por meio de revisão bibliográfica, a primeira parte abordará o conceito de constitucionalismo democrático como modelo ideológico alternativo aos regimes totalitários, a crise de representatividade política nas democracias contemporâneas; o fenômeno do ciberpopulismo; e o constitucionalismo digital e a eficácia dos direitos fundamentais nas relações jurídicas entre usuários de internet e os atores privados transnacionais capazes de definir, executar e julgar a aplicação das suas próprias regras no ambiente digital. O segundo capítulo cuidará do fenômeno das *fake news* em um contexto distópico e o *modus operandi* da indústria de desinformação. Pretende-se também analisar a influência da desinformação na corrosão democrática; identificar um padrão de retrocesso democrático; bem como promover uma análise comparativa das experiências das eleições presidenciais norte-americanas de 2016, o referendo do BREXIT, no Reino Unido e as eleições presidenciais brasileiras de 2018. No terceiro e

último capítulo, serão abordados o tratamento jurídico e as estratégias de políticas públicas de enfrentamento da desinformação nos Sistemas Europeu e Interamericano, bem como, o cenário regulatório brasileiro para a matéria. Em um segundo momento, o intuito será mapear atores de proteção e vigilância do adequado funcionamento da democracia nesse contexto; para, por fim, propor estratégias de enfrentamento e resiliência para o problema.

Palavras–Chave: *fake news*; democracia; constitucionalismo.

FUNDAMENTOS, ESTRUTURA E LIMITES DO PROCESSAMENTO ANTECIPADO COMO ESTRATÉGIA ADUANEIRA DE REDUÇÃO DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO ASSOCIADOS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Bibiana das Chagas Meroni Costa – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
bibianameroni@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O propósito desta dissertação consiste em enfrentar o seguinte problema de pesquisa: como o processamento antecipado está estruturado na legislação aduaneira nacional e quais seus fundamentos e limites como instrumento de redução dos custos de transação associados ao comércio internacional? O processamento antecipado, eleito como "fio condutor" deste estudo, é uma das medidas previstas no Acordo sobre a Facilitação do Comércio (AFC), formalizado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para contemplar o problema de pesquisa, o capítulo dois, parte de uma contextualização geral sobre antecedentes e evoluções históricas que baseiam a atual forma de produção e relações dela decorrentes, desaguando na estrutura do comércio internacional contemporâneo. Neste capítulo é estabelecida a relação entre os anseios de facilitação e os procedimentos demandados pela administração pública para o efetivo ingresso das mercadorias no território nacional. O terceiro capítulo apresenta o AFC e discorre sobre a relação entre a ferramenta "processamento antecipado" e o objetivo "redução dos custos de transação". No quarto, apresenta-se a forma como esse instrumento se faz presente na legislação nacional, mapeando-se três cenários normativos atualmente existentes. Neste ponto, na fase exploratória da pesquisa, pretendia-se realizar a avaliação dos impactos dessa medida no comércio exterior brasileiro. Esse caminho foi descartado ao longo do percurso, conforme expõe-se no capítulo cinco. Desta forma, neste capítulo são informadas as dificuldades que envolvem a avaliação empírica do instrumento e realiza-se uma avaliação teórica da medida, identificando benefícios e limites, do ponto de vista da redução dos custos de transação. Adicionalmente, é apresentado um estudo de caso que acompanha uma das limitações sugeridas no capítulo.

Palavras–Chave: facilitação do comércio; processamento antecipado; custos de transação.

INCENTIVOS ECONÔMICOS AO NÃO RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E O CRESCIMENTO DOS LITÍGIOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS

Luiz Eduardo de Oliveira Santos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
luizeduos@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O Processo Administrativo Fiscal, no formato que vem sendo aplicado, parece não atender aos anseios da sociedade, de pronto recolhimento dos tributos devidos pelos que detêm a riqueza. Durante as duas primeiras décadas deste século, houve aumento da capacidade de julgamento e, incoerentemente, aumento do estoque de processos pendentes de julgamento. Assim, o problema aqui tratado pode ser resumido na seguinte questão: Quais seriam as causas da litigência tributária no país e como tratá-las? As causas da litigência no país são normalmente atribuídas à complexidade da legislação tributária ou à carga tributária exagerada, porém a abordagem aqui proposta consiste em perquirir, como hipótese, se o sistema legal vigente incentiva a postergação do recolhimento de tributos, por contribuintes, como forma de maximização de seus benefícios privados, considerando o valor do dinheiro no tempo e o custo da dívida tributária, em face de sua taxa de oportunidade. Como metodologia, mediante revisão bibliográfica foi elaborado um modelo de análise que considerasse o litígio tributário no tempo, do ponto de vista de um fluxo financeiro, com: (a) a captação inicial de recursos, no valor do tributo não entregue aos cofres públicos tempestivamente; (b) utilização desses recursos durante todo o tempo médio de discussão no âmbito do processo administrativo fiscal e (c) desembolsos, ao final do processo, para recolhimento ou parcelamento do tributo devido, com os acréscimos legais. Com esse modelo, torna-se possível o cálculo da taxa interna de retorno do fluxo financeiro do litígio administrativo tributário e sua comparação com as condições de captação de recursos no mercado financeiro, mediante empréstimo bancário pelo mesmo tempo. Com a utilização desse modelo, também foi possível analisar os efeitos da alteração do sistema normativo em vigor, no tocante à redução dos benefícios econômicos e financeiros do litígio. Na parte final, como teste de aderência do modelo a casos efetivamente ocorridos, foi apresentada sua aplicabilidade, apontando para a viabilidade de introdução de filtros de entrada no processo administrativo fiscal, na forma de um sistema progressivo de multas em face das instâncias de julgamento, como forma de conciliar a redução do litígio, desincentivando a interposição de recursos protelatórios, com a proteção do indivíduo contra um eventual erro da Administração Tributária na cobrança do tributo.

Palavras–Chave: processo administrativo fiscal; análise econômica do direito; incentivos econômicos ao litígio tributário.

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EM ACORDOS NO CONTROLE CONCENTRADO

Felipe Costa Albuquerque Camargo – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
albuquerquecamargo@gmail.com
Jose Levi Mello do Amaral Junior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

Trata-se de dissertação que visa analisar a viabilidade dos acordos no controle concentrado de constitucionalidade. Para chegar a uma conclusão, a pesquisa perpassa os institutos jurídicos existentes sobre as negociações em sede processual (transação, negócio jurídico processual e compromisso de ajustamento de conduta); a natureza jurídica da declaração de inconstitucionalidade (teoria da nulidade ou teoria da anulabilidade), os poderes e capacidades do Supremo Tribunal Federal (STF) no bojo das ações do controle concentrado de constitucionalidade (arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação direta de inconstitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade por omissão e ação declaratória de constitucionalidade); bem como a análise dos casos em que acordos já foram implementados. Há pouca literatura sobre o tema em específico, de modo que boa parte do trabalho tem que se pautar nas próprias decisões judiciais já proferidas nos processos em que houve homologação de acordos apresentados. Essa situação gera maior dificuldade de análise, uma vez que sem o apoio direto da doutrina, as avaliações e conclusão demandam críticas inaugurais e reflexões aprofundadas sobre todos os caminhos que podem surgir das conclusões sobre a natureza jurídica dos acordos e sua constitucionalidade. O principal ponto de análise, para verificar a possibilidade do acordo, está centrado na análise de um possível acordo no âmbito das ações que discutem o tabelamento de preços do transporte rodoviário de cargas, pois a experiência judicial sobre a temática dos acordos está centrada em Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) e em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), não ocorrendo, ainda, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Portanto, apresenta-se como necessário o estudo da matéria e a verificação da constitucionalidade da própria atuação do STF.

Palavras–Chave: acordo; controle concentrado; constitucionalidade.

LIMITES PARA A COMPATIBILIZAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL COM AS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Fernando Barbosa Bastos Costa – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
fernando.bastos@sempreceub.br
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

As recuperações judiciais do Grupo Oi (2016) e da concessionária do aeroporto de Viracopos (2018) fizeram surgir diversas questões sobre a possibilidade de submissão de uma concessionária de serviços públicos ao regime previsto na Lei de Recuperações Judiciais para as empresas em crise. Do histórico dos dois institutos pode-se perceber quais os principais pontos sensíveis que podem surgir dessa convivência. O centro do debate está na possibilidade de créditos públicos serem amplamente discutidos em sede de recuperação judicial, em especial pela disciplina específica que os rege. A indisponibilidade do interesse público, parece também ser uma dificuldade para o livre tratamento desses créditos em uma Assembleia-Geral de Credores. A incompatibilidade fica mais evidente quando incluído no plano de recuperações judiciais valores devidos a título de pagamento de outorgas pela exploração do ativo ou do serviço. Essa contraposição fica clara quando visto que a definição do valor de outorgas dentro de um processo de recuperação judicial desrespeitaria disposições sobre a manutenção do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou mesmo do prévio processo licitatório que antecedeu a assinatura do contrato. Além disso, percebe-se limitações à possibilidade de o Poder Judiciário ingressar em instrumentos próprios de gestão da concessão, como, por exemplo, a caducidade ou mesmo a necessária apresentação de seguros. Essas ranhuras levam à investigação sobre até que ponto os princípios que sustentam a concessão a tornam aderente à realidade de uma Recuperação Judicial. A leitura do Princípio da Continuidade do Serviço Público, em confronto com o da Preservação de Empresa, aponta em sentido contrário. O Princípio da Preservação das Sociedades Recuperáveis também não pode ser invocado para salvaguardar sociedades cuja manutenção nega vigência a todo o ordenamento das concessões. Deve ainda ser pontuada a atratividade para os investimentos em infraestrutura, com destaque para o modelo de *project finance*, que seria fragilizado pela ampla discussão de concessões no juízo recuperacional. Como resultado, pretende-se propor soluções possíveis que viabilizem essa convivência.

Palavras–Chave: recuperação judicial; concessões de serviços públicos; créditos públicos.

MÉTODOS CONSENSUAIS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS, URBANÍSTICOS E FUNDIÁRIOS: UMA PORTA A SER ABERTA

Caroline Santos Lima – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
caroline.lima@hotmail.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O trabalho tem por objetivo principal analisar a possibilidade de adoção de métodos autocompositivos para a solução de conflitos envolvendo políticas públicas, sobretudo para tratar demandas ambientais, urbanísticas e fundiárias. A falta de lastro normativo no tocante ao uso da mediação em conflitos coletivos dificulta a propagação e utilização do método. Essa carência normativa acarreta insegurança jurídica e faz com que os principais atores do conflito acabem buscando a jurisdição tradicional, que não se revela eficiente para a pacificação social. O trabalho está em fase inicial, com pesquisa bibliográfica e observação de casos em andamento, especialmente no Supremo Tribunal Federal. Pretende-se demonstrar que toda a metodologia atualmente disponível para a autocomposição de conflitos está focada em casos individuais e se presta adequadamente para processos que versem políticas públicas ou trate de direitos indisponíveis. Assim, o principal objetivo do trabalho é demonstrar o vácuo legislativo e metodológico e, ao mesmo tempo, propor soluções acessíveis e de fácil adoção por todas as esferas da Administração Pública. Pretende-se estudar casos concretos em curso no Supremo Tribunal Federal, analisando a dinâmica empregada e as principais dificuldades evidenciadas na tramitação do processo. O foco da análise está sofrendo algumas adequações com o objetivo de melhor direcionar o trabalho, tornando-o mais objetivo e interessante. Ultimamente o Supremo Tribunal Federal vem adotando, com mais frequência, a autocomposição. No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça editou resolução instando os tribunais pátrios a criarem núcleos especializados na mediação de conflitos ambientais. Essas sinalizações deverão ser abordadas na pesquisa, já com os primeiros resultados e suas consequências para a política nacional de tratamento adequado de conflitos. Pretende-se que o trabalho proponha soluções práticas, de fácil implementação, além de fazer proposições normativas que acarretem maior segurança jurídica para a adoção dessa política.

Palavras–Chave: mediação; políticas públicas; processo coletivo; autocomposição.

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS: ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 191, DE 2020, À LUZ DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS POVOS E TERRAS INDÍGENAS.

Valmirio Alexandre Gadelha Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gadelhapb@gmail.com
Márcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A Constituição Federal de 1988 consagra um capítulo inteiro à defesa dos direitos dos povos indígenas, rompendo com antigas concepções que previam sua integração e assimilação à comunhão nacional, garantindo-lhes o exercício da diversidade étnica e cultural. Representa um imenso avanço para o reconhecimento de que são distintos da sociedade dominante, conferindo-lhes a prerrogativa de continuarem diferentes. Para tanto, a Carta Magna confirmou a ligação especial que os une às terras por eles tradicionalmente habitadas, espaços indispensáveis para a manutenção de seus traços culturais característicos. Em razão da proteção especial ofertada às terras indígenas, a exploração de atividade mineral nessas áreas só pode ser realizada de acordo com uma lei que estabeleça condições específicas, exigindo-se, em adição, que haja prévia anuência do Congresso Nacional, consulta à comunidade afetada sobre seu interesse na realização da atividade econômica em seu território e, ainda, que parte do valor econômico auferido com a exploração seja revertida em proveito da comunidade. A exigência constitucional de uma lei que preveja condições específicas para a realização de mineração em terras indígenas não foi até hoje cumprida. Vários projetos de lei já tentaram regulamentar a questão, mas nenhum logrou êxito. Mais recentemente, o Projeto de Lei nº 191, de 2020, buscou regulamentar a questão. O presente trabalho busca, a partir da análise das disposições constitucionais garantidores dos direitos dos povos indígenas e dos Tratados e Convenções de Direitos Humanos ratificados pelo Estado brasileiro, verificar se o Projeto de Lei nº 191, de 2020, passa pelos crivos de constitucionalidade e convencionalidade.

Palavras–Chave: indígenas; mineração; projeto de lei nº 191.

NATUREZA JURÍDICA EMBRIÃO HUMANO CONGELADO

Marcelo Florêncio de Barros – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
barrosmf@gmail.com
Hector Valverde Santana – CEUB, professor orientador
hectorvsantana@gmail.com

Pesquisar o que a doutrina aponta como consequências jurídicas com a adoção ou não de determinada natureza jurídica ao embrião congelado. Analisar os argumentos favoráveis ao entendimento de que os embriões excedentários devem receber a devida tutela jurídica. Verificar a existência de dados sobre a perda dos embriões e suas causas.

Palavras–Chave: embrião humano; natureza jurídica; congelado.

O ABUSO DO PODER ECONÔMICO PELO INDEVIDO USO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: A DESINFORMAÇÃO E SEUS EFEITOS

Pedro Henrique Costódio Rodrigues – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
pedrohcrodrigues@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A evolução da rede mundial de computadores e a facilidade de acesso a sites e a redes sociais têm crescido exponencialmente, impactando diretamente no dia a dia da população. Fato é que a era da internet alterou o modo em que as pessoas se relacionam e, consequentemente, quebrou antigos paradigmas pertencentes ao universo político, sobretudo quando se trata da conexão eleitor–candidato. Aos poucos, a internet exerceu influência em diversos segmentos da vida cotidiana, inclusive na política. A rede mudou a situação da comunicação, passando de uma perspectiva vertical (entre cidadãos e elite política) para uma relação considerada horizontal (de cidadão para cidadão), resultando na ampliação da participação social e, consequentemente, na cooperação coletiva do fortalecimento da democracia representativa. A presente pesquisa possui o seguinte problema: a exacerbação do uso de aplicativos de mensagens instantâneas para realizar disparos em massa, promovendo desinformação, diretamente por candidato ou em seu benefício e em prejuízo de adversários políticos, pode configurar abuso do poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social? Dessa forma, pretende-se i) examinar a influência do desenvolvimento tecnológico nas relações sociais e no contexto político; ii) avaliar os instrumentos legais já existentes e sua contribuição na regulação da utilização da rede mundial de computadores; iii) além de examinar como a utilização da internet no processo de propaganda eleitoral, promoção de candidatos e partidos e na disseminação de informações inverídicas.

Palavras–Chave: eleições; fake news; abuso do poder econômico.

O CAMPO E O HABITUS: A RUA COMO ESPAÇO DE MORADIA E SUSTENTO EM CONTRAPONTO À DESTINAÇÃO NORMATIVA DO ESPAÇO PÚBLICO

Leticia Botelho – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
adv.lbotelho@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

À margem da sociedade, os indivíduos em situação de rua tomam para si o espaço público como seu lugar de vida, expondo seus pertences, corpos, intimidade, destituídos do conhecimento de ser humano dotado de direitos, acabam por provocar reações diversas sejam no âmbito social, político ou institucional. A reação de incômodo de sua presença vem em decorrência de um comportamento adverso do ideário social e quanto mais tempo permanece o indivíduo nessa liberdade 'subservisa', maior a dificuldade para sua reinserção social (seguir regras e valores que confrontam com aquelas tecidas na rua) e adesão às ofertas e ações públicas (disciplinamento do comportamento). Assim, a presença de uma população de pessoas em situação de rua revela um problema econômico e, principalmente, um problema social de relação, convívio e organização da cidade que diverge com o que se entende por ordem e segurança social. A população em situação de rua rompe com os padrões hegemônicos do modo de sobrevivência e ao estilo estético de moradia legitimados, reconhecidos e aceitos para a manutenção de uma ordem social estabelecida. Essa ressignificação do espaço público é compreendida como um problema social. Diante do enfrentamento de dois sistemas de interesses e de teses antagônicas existentes entre dominantes e dominados, sob a ótica do poder simbólico de Bourdieu, como é possível equilibrar a ocupação do espaço público como moradia e o direito de uso desse bem pela coletividade conforme sua destinação traçada em projetos urbanísticos? O arcabouço jurídico de proteção à população de rua traduz a dimensão simbólica do poder legitimado nas legislações, retratando o movimento de agentes sociais em busca de soluções para minimizar a invisibilidade do problema desse determinado grupo social, mediante ações céleres para evitar a longa permanência nas ruas e, consequentemente, menor adesão às ofertas e ações públicas. A norma de políticas públicas, no sentido bourdieusiano, é uma maneira de impor um significado dentro de um campo que diverge da norma, porque o campo é dinâmico e a estabilização normativa não acompanha a complexidade cognitiva que os atores sociais trazem para a luta política. A presente pesquisa tem como objetivo geral realizar análise sobre a possibilidade social e normativa para a dupla destinação do espaço público: como moradia e o direito de uso desse bem pela coletividade conforme sua destinação traçada em projetos urbanísticos. Os objetivos específicos : explicar que a presença de uma população em situação de rua revela um problema econômico mas, principalmente, um problema social de relação, convívio e organização da cidade que diverge com o que se entende por ordem e segurança social, revelando o poder simbólico das estruturas estruturantes; e identificar se as políticas públicas para a população em situação de rua reforçam o poder simbólico das estruturas estruturantes da ordem hegemônica da polis ou conduz esses indivíduos a se perceberem como parte ativa do tecido social.

Palavras–Chave: pessoa em situação de rua; destinação do espaço público; poder simbólico Bourdieu.

O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS E A JUSTIÇA TRIBUTÁRIA ESPECIALIZADA, CÉLERE E IMPARCIAL

Adriana Gomes Rêgo – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
adrianagomes.rego@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) é um órgão colegiado e paritário, integrante da estrutura do atual Ministério da Economia, responsável pelo julgamento em segunda instância e instância especial dos recursos contra as decisões das delegacias de julgamento (DRJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). A temporalidade média desses processos em todas as instâncias está acima do que foi fixado pelo legislador. Na Justiça Federal, um processo está com temporalidade média de 5,6 anos. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), essa excessiva temporalidade gera um desestímulo à arrecadação espontânea de tributos, aumentando a percepção de ineficiência do Estado na cobrança tributária. Do crédito tributário que é mantido no CARF, menos de 4% ingressam nos cofres públicos. Quando os contribuintes perdem no CARF, podem recorrer ao Judiciário, porém o processo administrativo não é aproveitado no contencioso judicial. Quanto à composição paritária, formada por representantes da Fazenda e de Confederações Econômicas Nacionais, há discussões relativas à ausência de imparcialidade, sobretudo quando havia o voto de qualidade. Mas há também questionamento após abril de 2020, quando o empate passou a importar resultado a favor do contribuinte para alguns processos. A tese busca propor alternativas de arranjos institucionais ao processo tributário como um todo, partindo da hipótese de que o atual modelo de processo tributário apresenta arranjos que necessitam de aperfeiçoamento tanto no tocante à celeridade, quanto à imparcialidade, com vistas a se garantir uma justiça tributária especializada, célere e imparcial. Para tanto, começa por comparar o contencioso tributário brasileiro com alguns arranjos internacionais, para depois apresentar o contencioso tributário administrativo federal, sob um enfoque dos problemas que são identificados pela doutrina, pelos organismos internacionais e pela sociedade civil, além de órgãos de controle, sob um aspecto estrutural e da composição. Na sequência, apresenta o Conselho: origem, funcionamento, estrutura e modo como ocorre a representação, para melhor esclarecer como se formam esses problemas. Para propor aperfeiçoamentos para o processo tributário referente aos problemas identificados, busca-se fundamentos na doutrina e na jurisprudência a respeito de alguns princípios e conceitos afetos ao processo administrativo fiscal: o princípio da legalidade e o interesse público; o acesso à justiça, o duplo grau de jurisdição, o contraditório e a ampla defesa; a razoável duração do processo e o princípio da eficiência, além da coisa julgada administrativa. Após, são apresentadas cinco alternativas que podem ser adotadas isolada ou conjuntamente, com vistas a se obter ganhos em celeridade processual, com redução de custos para o Estado e contribuintes, que seriam obtidos por integração de instâncias administrativas e judicial ou pela facultatividade da instância administrativa à judicial, ou ainda pela criação de varas especializadas na matéria tributária, que também apresentaria ganhos

em termos de imparcialidade; também com esse propósito, é a proposta de julgadores administrativos, bem assim aquela em que propõe que nos casos de empate, a lide seja submetida a um magistrado, o que por sua vez traz ganhos ainda em celeridade processual e custos. Com isso, espera-se contribuir para uma justiça especializada, célere e imparcial.

Palavras–Chave: CARF; justiça especializada; processo tributário.

O CONSEQUENCIALISMO COMO MÉTODO DE ATUAÇÃO UTILIZÁVEL PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS ESTATAIS

Edinei Silva Teixeira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
edineisteixeira@terra.com.br
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A escolha do tema para a presente pesquisa decorre de uma inquietação sobre as dificuldades concretas enfrentadas pelas sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, sobretudo em razão de uma interpretação equivocada do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as peculiaridades inerentes à natureza dessas companhias, por vezes tratando-as como se fossem integrantes da Administração Pública direta e, consequentemente, aplicando-lhes o regime jurídico próprio de pessoas jurídicas de direito público. Dessa forma, ao invés de exercer fiscalização e controle em prol do bom uso dos recursos e interesses das referidas companhias e, assim, imprimir maior eficiência e economicidade nas atividades por elas exercidas, o TCU profere decisões que acarretam prejuízos de ordem econômico-financeira, mormente se levar em consideração a relação com os seus concorrentes. Em razão disso, verifica-se também um ambiente de temor por parte dos administradores em decidir os rumos dos negócios das companhias, decorrente da exacerbada ingerência dos órgãos controladores, de tal modo que os gestores, ao invés de focarem na gestão, na maioria das vezes, atuam na defensiva, buscando se proteger de eventual responsabilização futura. Ademais, a presente pesquisa visa, sobretudo, demonstrar que a utilização da análise consequencialista no âmbito das fiscalizações do TCU apresenta-se como uma ferramenta e/ou alternativa para, ao menos, mitigar os excessos do controle, que tanto prejudicam as SEM no mercado concorrencial em que atuam. Nesse sentido, a existência de expressa autorização legal para utilização do consequencialismo pelo TCU (Decreto-Lei n. 4.657/1942 – LINDB), atrelado ao método da Análise Econômica do Direito (AED), a ideia de consequencialismo se refere à análise dos resultados práticos da ação humana. Ou seja, extravasa o campo do Direito, mas a ele interessa, por se tratar de um critério de julgamento. Nesse sentido, as teorias consequencialistas problematizam as consequências das decisões e defendem que quando uma decisão é tomada, as consequências dela decorrentes são importantes na análise do seu sucesso ou correção. Portanto, pretende-se demonstrar que a AED, filiada ao consequencialismo, pode contribuir para, ao menos mitigar os impactos decorrentes dos equívocos de interpretação realizados pelo TCU e, consequentemente, diminuir o risco da ocorrência de prejuízo a tais entidades e, indiretamente, à própria União. O problema principal que motiva a pesquisa consiste na seguinte questão: quais os contornos jurídicos que possibilitam que o consequencialismo sirva de ferramenta para minimizar os prejuízos decorrentes da fiscalização do TCU nas SEM?

Palavras–Chave: TCU; fiscalização; consequencialismo.

O CONTROLE DO GASTO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA A PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL

Célio do Prado Guimarães Filho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
celio.prado@sempreceub.com
Jose Levi Mello do Amaral Junior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

Busca-se compreender como as políticas públicas idealizadas pela renúncia fiscal (gasto tributário) de fato concretizam os objetivos pretendidos. A partir da manipulação dos tributos, com a criação de desonerações, criam-se estruturas de incentivos que fomentem a participação de agentes privados em áreas antes reservadas para o poder público, no sentido de provocar uma maximização do bem-estar social. Todavia, diversos problemas podem ser observados na adoção do gasto tributário como instrumento de política pública, tanto no aspecto normativo, quanto na atuação dos órgãos de controle. Nesse sentido, o trabalho pretende responder se o gasto tributário é um instrumento eficiente de política pública. Metodologicamente, a abordagem é qualitativa e pauta-se numa revisão bibliográfica. No aspecto normativo, o controle orçamentário do gasto direto aparenta ser mais adequado quando comparado com o gasto tributário. A competência tributária autoriza que o seu titular, da mesma forma que institui o tributo, também crie instrumentos que excluem ou amenizem a sua incidência. Ocorre que quando essa renúncia de receitas incide sobre tributos em que a receita é compartilhada com outros entes federativos, o controle orçamentário fica prejudicado, uma vez os destinatários de parcela da arrecadação não possuem qualquer controle sobre a escolha da criação do benefício fiscal ou sobre o volume de receita que deixará de ser arrecadado. A renúncia de receita decorrente do gasto tributário exige que a administração pública crie instrumentos de controle orçamentário, todavia o que se percebe é uma dificuldade dos órgãos responsáveis em efetivamente mensurar qual é o real montante que deixará de ser arrecadado. Transpondo a análise para as estruturas de controle, o gasto tributário demonstra algumas limitações tanto em relação à identificação dos beneficiários quanto ao montante de recursos a serem despendidos. Ao se criar uma política de gasto direto, percebe-se que as estruturas de controle tendem a realizar um maior escrutínio quanto à qualidade do gasto, notadamente no que toca a eficiência de alocação e a eficiência operacional dos programas de gastos do governo. Os gastos tributários raramente são expostos a análise e escrutínio extensos e o resultado é uma falta de transparência quanto ao efetivo montante da receita renunciada. Finalmente, os órgãos de controle possuem uma grande dificuldade em estimar os reais custos do gasto tributário ou monitorar com eficiência a qualidade das desonerações.

Palavras–Chave: direito tributário; gasto tributário; política pública.

O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIO DE GARANTIA DA EFETIVIDADE DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO BÁSICA

Pablo Rangell Mendes Rios Pereira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
pablorangell@gmail.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O tema aborda, de um lado, a educação pública enquanto concebida como direito público subjetivo e, de outro, a necessidade de perquirir-se sobre a real legitimidade do Poder Judiciário para garantir a efetividade a tal direito social fundamental, bem como o estudo de eventuais limites na atuação dessa atividade, a partir do exercício de uma função não-típica. De forma mais específica, a pesquisa envolve o questionamento sobre em que medida a efetividade do direito constitucional subjetivo à educação básica pode ser reconhecida pelo Poder Judiciário e se existem limites à judicialização da política pública correspondente, sobretudo diante das alegadas limitações administrativas, estruturais, orçamentárias e financeiras existentes na administração pública (problema de pesquisa). A hipótese principal é de que a judicialização do direito à educação pública obrigatória pode gerar o risco da disfuncionalidade do sistema democrático previsto na Constituição Federal de 1988, provocando risco de falência da própria execução da política pública, considerando-se a ineficiência do Estado brasileiro e a finitude dos recursos públicos, sem contar o risco de afastamento da generalidade característica da política pública educacional. Dentro do estudo sobre a existência (ou não) de limites, serão estabelecidos e aprofundados os contornos próprios da execução da política pública educacional diante do inerente caráter cíclico das políticas públicas, que é capaz de impor, por natureza, dificuldades operacionais com relação à assunção pelo Poder Judiciário do papel determinante de realização de política educacional específica. Já sob o contexto da universalidade dos direitos sociais fundamentais, será aprofundada a questão dos prováveis impactos oriundos das decisões judiciais individuais na execução da política educacional coletiva, o que pode confirmar a disfuncionalidade da judicialização dentro do viés coletivo e universal da política pública a ser implementada. Com relação aos objetivos, estes envolvem: a) análise das consequências jurídicas da previsão constitucional do direito à educação básica enquanto direito subjetivo; b) estudo dos impactos da judicialização do direito à educação básica no contexto da promoção coletiva da política educacional básica obrigatória; c) contextualização dos limites financeiros, administrativos, políticos e estruturais na judicialização da política pública educacional. A primeira parte do estudo já foi finalizada e consistiu na abordagem teórica e dogmática do direito à educação básica, dentro dos conceitos de eficiência e eficácia das normas constitucionais definidoras de direitos sociais. Foi aprofundada a pesquisa da literatura especializada acerca dos limites existentes na judicialização das políticas públicas educacionais.

Palavras–Chave: direito à educação; judicialização da política pública; limites.

O CONTROLE JUDICIAL DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DOS FATOS NAS SANÇÕES DISCIPLINARES APLICADAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS: MÉRITO ADMINISTRATIVO OU ANÁLISE DE LEGALIDADE?

Felipe Aires Leal Ricardo – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
felipeconjur@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O Poder Judiciário, quando instado a apreciar a regularidade do ato sancionador, pode reconhecer a ilegalidade do enquadramento jurídico formulado pela Administração para aplicação da sanção disciplinar ou seria essa qualificação jurídica uma questão de mérito administrativo e, portanto, não examinável pelo controle judicial, por resultar de um juízo discricionário de conveniência e oportunidade da Administração? Assim, em face do problema proposto, podemos formular as seguintes hipóteses: I – a existência de um controle judicial amplo, tendo em vista que o ato punitivo seria sempre vinculado. Haveria, portanto, um único enquadramento jurídico e uma única sanção disciplinar possível para cada fato que é objeto de apuração, reconhecimento feito a partir de uma atividade interpretativa do julgador (redução à zero da discricionariedade). II – a existência de um controle judicial restrito, tendo em vista que a abertura semântica na descrição das irregularidades administrativas faz com que a integração dos conceitos jurídicos indeterminados seja realizada sempre a partir do juízo subjetivo e discricionário da autoridade julgadora. Esse mérito administrativo, campo de liberdade suposto na lei e que efetivamente venha a remanescer no caso concreto, para que o administrador, segundo critérios de conveniência e oportunidade, decida-se entre duas ou mais soluções admissíveis, não seria passível de interferência judicial, de modo que o controle externo ficaria restrito apenas aos aspectos formais do processo. III – ou, se os limites do controle judicial devem ser definidos em cada caso concreto, a partir da avaliação da natureza da irregularidade praticada; desse modo, (1) se a lei descrever de forma objetiva o tipo disciplinar, o controle da legalidade da decisão é amplo por parte do Poder Judiciário; (2) se a descrição das condutas irregulares for formada por conceitos jurídicos indeterminados, o caso concreto é que definirá se o enquadramento jurídico será obtido por intermédio de uma atividade meramente interpretativa (zona de certeza) ou se ainda remanescerá alguma margem de liberdade de escolha para essa qualificação jurídica (zona de penumbra), permitindo uma avaliação sobre a conveniência e oportunidade de se reconhecer a relevância disciplinar do fato ou do seu eventual grau de reprovabilidade. Ainda que consolidada de forma predominante na jurisprudência e doutrina administrativista, a orientação de que não cabe ao Poder Judiciário examinar o mérito da decisão administrativa, ficando o controle judicial na seara disciplinar restrito a aspectos formais, mostra-se necessário revisitar o debate sobre o alcance desse exame, sobretudo a partir da assertiva de que o enquadramento jurídico de fatos na decisão administrativa é uma questão jurídica e não pode estar isenta de controle judicial de legalidade, sob pena de se perpetuar no âmbito da seara administrativa um eventual desvio de poder, o erro na verificação dos fatos ou o erro de

direito. A análise do mérito do processo administrativo disciplinar por vezes é confundida com a análise de mérito administrativo, que compete ao Administrador.

Palavras–Chave: administrativo; direito sancionador; controle judicial das decisões administrativas punitivas.

O DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO E AS DISCUSSÕES RELATIVAS À JUSTIÇA DAS INDENIZAÇÕES NO CONTEXTO DA DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS REFORMA AGRÁRIA: O PAPEL DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

André Lopes de Sousa – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
Andre.lopesdesousa@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A dissertação pretende analisar a estrutura fundiária e agrária brasileira a partir da compreensão de que a Lei de Terras de 1850 foi moldada com o escopo precípuo de perpetuar a relação de patronato vigente no século XIX impedindo o acesso à terra por quem não dispunha de recursos suficientes para a produtividade, alinhada com o objetivo de prestigiar o modelo de latifundiário até então desenvolvido e manter a concentração de terras nas mãos de poucos. Bem por isso, defende-se aqui que ela se caracterizou como um instrumento que, em certa medida, representou o embrião normativo para a estagnação do sistema agrário atual consubstanciando um modelo odioso e segregacionista que dificultou a atualização de um modelo normativo mais justo e equilibrado apto à correção de distorções e viabilizador de desapropriações agrárias mais razoáveis. Busca-se, então, despertar para a percepção da necessidade de uma atuação efetiva e atenta pela Advocacia-Geral da União para a elaboração de normativos e políticas públicas com vistas à correção ou minimização dos efeitos que ainda se projetam no tempo, e que ainda favorecem a violação a direitos, decorrentes do modelo inaugurado em 1850 e ainda materializados na legislação atual.

Palavras–Chave: reforma agrária; lei de terras; advocacia da União.

O IMPACTO DAS AS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO E AS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS VIGENTES EM 2021– ATIVISMO JUDICIAL OU DEFICIÊNCIA REGULATÓRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES?

Waleska de Sousa Gurgel – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
waleska.gurgel@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A pesquisa objetiva estudar o impacto para o funcionamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres e, consequentemente, para o setor regulado, decorrente das decisões judiciais exaradas, em face dos normativos editados e da operacionalização dos contratos de concessão firmados pela Agência, para regular a exploração da infraestrutura rodoviária federal. Nesse escopo, a pesquisa almeja aferir se há intervenção judicial desmedida pelo Poder Judiciário da 1ª Região que impacta negativamente o funcionamento da Agência e, consequentemente, a regulação do setor. Ainda há muita incompreensão do mundo jurídico, em especial do Poder Judiciário, do que significar regular – missão das Agências Reguladoras, que não pode ser confundida com simples regulamentação (a exemplo do que ocorre com leis ordinárias e decretos). A percepção de que os contratos de concessão são, rotineiramente, sobrestados em seu regular funcionamento, por intervenção em demasia do Poder Judiciário, o que fomenta a intensa judicialização por parte das concessionárias. Em outra perspectiva, aferir se a Agência Nacional de Transportes Terrestres com deficiência na regulação e, em especial, na sua autonomia e força decorrente da sua lei de constituição, tornando-se dependente das sucessivas decisões judiciais. A mera normatização, sem antever seus efeitos, enseja maior ingerência judicial? É possível tomar as rédeas da situação? A motivação para a escolha do tema é produzir um trabalho que tenha como premissa a diferença entre regulação e regulamentação, e se esta segmentação tem sido seguida a contento pela Agência Nacional de Transportes Terrestres e compreendida pelo Poder Judiciário. Aferir se as decisões lavradas em 2ª instância pelo Poder Judiciário da 1ª Região na regulação da exploração da infraestrutura rodoviária federal representam ativismo judicial, no sentido de exacerbada intervenção do Poder Judiciário na regulação do setor rodoviário realizado pela Agência ou demonstra uma deficiência regulatória da Agência Nacional de Transportes Terrestres? Existe deficiência regulatória da Agência Nacional de Transportes Terrestres. A Agência não tem se mostrado capaz de exercer a regulação do setor, com os ônus que lhe são inerentes, em especial, manter-se firme na normatização posta, sem ceder à pressão do poder político ou econômico. A excessiva intervenção judicial associada à inexata compreensão das especificidades da regulação do setor rodoviário de transporte terrestre causam embaraços ao funcionamento da Agência, refletindo, em longo alcance, na elaboração de novas normas pela Agência.

Palavras–Chave: ativismo; judicial; concessão rodoviária.

O PAPEL DO "PROGRAMA PARAÍBA UNIDA PELA PAZ" NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL NO ESTADO DA PARAÍBA (2010–2019): ESTUDO DE CASO

Pablo Rangell Mendes Rios Pereira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
pablorangell@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

Em 2011, o Estado da Paraíba registrou o índice de 42,6 mortes violentas por 100 mil habitantes e figurou como o 3º estado mais violento do Brasil, ficando atrás apenas dos Estados de Alagoas e do Espírito Santo, que registraram os índices de 71,4 e 47,1 mortes violentas por 100 mil habitantes, respectivamente. Nesse mesmo ano, o Estado da Paraíba lançou o Programa Paraíba Unida Pela Paz, política pública de segurança instituída com o principal objetivo de conter o avanço dos níveis de violência letal no estado. Curiosamente, a partir de 2012, ano seguinte ao do lançamento do Programa, o índice de violência letal do estado iniciou trajetória de queda que somente foi interrompida em 2019. Com isso, a Paraíba se tornou o estado brasileiro com o mais longo período de redução ininterrupta do índice de violência letal da década de 2010 – oito anos seguidos de redução do índice de mortes violentas. Diversas pesquisas concluem que o Programa Paraíba Unida Pela Paz foi um dos principais fatores da redução do índice de violência letal em território paraibano. Tomando os resultados dessas pesquisas como ponto de partida, buscamos, por meio do método de pesquisa de estudo de caso, descrever como o Direito foi mobilizado para a implementação de estratégias de prevenção da violência letal na Paraíba no âmbito dessa política pública de segurança entre 2011 e 2019. A proposta de estudar essa política pública de segurança, a partir da lente jurídica, nos tornou possível tomar por hipótese que o Direito, enquanto importante instrumento de política pública, teve papel decisivo não só na conformação, mas também nos resultados dessa exitosa política pública de segurança.

Palavras–Chave: segurança pública; política pública de segurança; Paraíba Unida Pela Paz.

O PROCESSO ESTRUTURAL EM MATÉRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO PARA FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES

Gustavo Ferreira Alves – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gustavofalves@hotmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A hipótese principal está relacionada a como o processo estrutural em matéria de políticas públicas pode servir para fortalecer o diálogo institucional entre os poderes. O processo estrutural permite um diálogo entre os atores do processo, quais sejam: o juiz, as partes, os demais Poderes do Estado e a sociedade, sendo ponto fundamental para se encontrar a solução adequada para a resolução do problema estrutural envolvendo a implementação de políticas públicas. O diálogo institucional pode ser reforçado com a utilização dos mecanismos próprios do processo estrutural. O objetivo geral da pesquisa é contribuir para o aperfeiçoamento do diálogo entre as instituições envolvidas com a implementação de políticas públicas, tendo como vetor principal o processo estrutural. Considerando que o objeto de pesquisa envolve ações judiciais que tramitam no Poder Judiciário, bem como legislação e jurisprudência nacional e estrangeira, será realizada uma investigação de base teórica, com abordagem qualitativa. Nesse sentido, por meio de uma pesquisa explicativa, busca-se identificar as nuances das decisões judiciais estruturais enquanto vetores de implementação de políticas públicas, para uma análise jurídico-teórica, por intermédio da identificação conceitual dos institutos jurídicos; efetividade das tutelas jurisdicionais no âmbito estrutural; opções legislativas adotadas para formulação e implementação de políticas públicas; atividade jurisdicional e o diálogo das instituições. Estabelece-se, portanto, tratar-se de pesquisa de natureza aplicada, porquanto se buscará estabelecer conhecimentos específicos sobre as fontes apontadas acima com o objetivo de aplicação dirigida para o fortalecimento do diálogo institucional. O desenvolvimento será direcionado à interpretação dos institutos jurídicos apontados, estabelecendo-se a relação entre os poderes na implementação das políticas públicas por decisões judiciais estruturantes, valendo-se, portanto, de uma metodologia interpretativa das normas, da jurisprudência, teorias doutrinárias, com o fito de se estabelecer como fortalecer as relações entre os Poderes do Estado.

Palavras–Chave: processo estrutural; diálogos institucionais; políticas públicas.

O TEXTO CONSTITUCIONAL COMO PROTAGONISTA NA RESISTÊNCIA AO CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO

Fabio Ribeiro Soares da Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
fabioribeiross80@gmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O projeto tem como hipótese o protagonismo do Texto Constitucional como ferramenta disponível ao Supremo Tribunal Federal (STF) no enfrentamento ao Constitucionalismo Abusivo e ao populismo. Serão explorados casos julgados pelo STF em que, graças às especificidades do Texto, permitiu a contenção constitucional frente ao populismo.

Palavras–Chave: constitucionalismo abusivo; populismo; corte constitucional.

O TRATAMENTO DE DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PREVISTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Caroline de Souza Saldanha de Oliveira Palomares – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
caroline.palomares@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

Com o objetivo de analisar o tratamento de dados de crianças e adolescentes previsto na Lei Geral de Proteção de Dados, o trabalho se fundamenta em dois pilares: (i) proteção de dados e (ii) proteção a crianças e adolescentes. Quanto ao primeiro, é necessário traçar breve evolução histórica da proteção de dados e do direito à privacidade, culminando em um panorama geral da LGPD. O segundo capítulo trata do segundo pilar, com enfoque primeiramente no âmbito interno de proteção a crianças e adolescentes, seguido do viés internacional. A Lei de Proteção à Privacidade Online Infantil da Califórnia (COPPA98) é um relevante marco normativo de contato entre a proteção de dados e a proteção à criança, assim como o artigo 14 da LGPD, objeto do trabalho. Destacam-se quatro pontos de atenção do dispositivo que podem provocar controvérsias na prática, merecendo então serem pensados como focos de melhorias da norma, por meio de reflexões embasadas tanto em comparativo entre regulamentos de proteção de dados de outros países quanto ao grupo de crianças e adolescentes, especialmente, COPPA98 e Regulamento Europeu de Proteção de Dados, quanto em observações da prática da norma, entendida a partir de julgados, guias, estudos ou proposições legislativas diferentes da própria LGPD. Os quatro pontos são: (i) adolescentes deveriam estar incluídos nas determinações específicas dos parágrafos do artigo 14; (ii) as exceções ao consentimento parental não estão devidamente restritas às finalidades de contato com os pais, nem estão definidos os direitos tutelados pela proteção do menor que justifique a dispensa; (iii) uso de cláusulas gerais na proibição de condicionamento de participação em jogos, aplicações da internet e "outras atividades" ao fornecimento de informações pessoais "além das estritamente necessárias à atividade"; e (iv) expressões genéricas de realização de "todos os esforços razoáveis" para o controlador verificar que o consentimento foi dado pelo responsável pela criança, "consideradas as tecnologias disponíveis". Tem-se por hipótese de que é possível prevenir discussões judiciais, administrativas e até mesmo por entidades privadas, ao preencher lacunas legislativas ou ao restringir e exemplificar cláusulas gerais, sem que haja engessamento da norma. O método de pesquisa adotado no trabalho é dogmático, com enfoque em doutrina e no cotejo pragmático das leis comparadas entre si, registre-se que não se configura direito comparado. A utilidade da pesquisa se justifica pela revolução digital na sociedade da informação e pela vulnerabilidade de crianças e adolescentes, sendo imprescindível a adequada proteção de dados de crianças e adolescentes. A análise dos pontos que têm potencial de controvérsias representa um avanço na fronteira do conhecimento, na medida que pode resultar em reflexões jurídicas de aspectos a serem aperfeiçoados na legislação brasileira atinente ao tema.

Palavras–Chave: Lei Geral de Proteção de Dados; tratamento de dados; proteção à criança e ao adolescente.

O USO DA TECNOLOGIA E DO DIÁLOGO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Humberto Barbosa da Silva Leite – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
humberto.leite@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

No "capitalismo da vigilância" (o lucro com rastreamento, armazenamento de dados e monitoramento "infinitos" de tudo que todos que navegam na internet fazem) a política e a cultura estão sendo moldadas por algumas *big techs*, mas a maioria das pessoas não percebe. A sociedade saiu da era da informação para a da desinformação. As ferramentas criadas começaram a desequilibrar a democracia, as relações e o funcionamento da sociedade. E essas big techs só se preocupam em como prender a atenção dos usuários em suas plataformas, sem pensar nos impactos. Enquanto isso, na era do Constitucionalismo, há defensores que admitem a possibilidade jurídica de decisões contramajoritárias, logo, antidemocráticas, e, algumas Cortes Constitucionais decidem assim, em determinadas matérias, a usurpar a soberania popular e as competências que o povo deliberou serem de outras Instituições, enfraquecer as instituições democráticas, a ponto de colocar o próprio modelo atual de regime democrático em risco e, por fim, ocasionar uma infantilização cívica (do cidadão integrante do Estado). Entre outros fatores, o capitalismo da vigilância e as decisões antidemocráticas têm ocasionado, no Brasil, uma maior agitação sobre algumas decisões judiciais, especialmente as de cunho moral, religioso e político. Ademais, percebe-se que a sociedade, seja insatisfeita ou a defender determinadas decisões judiciais, tem participado mais do debate político e jurídico com a utilização das novas tecnologias. Essas tecnologias devem ser matéria de políticas públicas e normas para servir como instrumentos ao fortalecimento do diálogo institucional e à harmonia entre a Política e o Direito, especialmente na legitimação das tomadas de decisão da função judicial, de modo a conservar as suas competências e credibilidade, sem o Direito avançar ou atrasar equivocadamente ao tempo de maturação da sociedade, criando uma polarização ou a ruptura do sistema; e sem permitir à maioria que oprima a minoria pela democracia ou que a união organizada das minorias o faça à maioria agora minoritária.

Palavras–Chave: capitalismo da vigilância; constitucionalismo; diálogo.

OPERACIONALIZAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A FORMA AGREGATIVA DE DELIBERAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUA SINTONIA COM O SISTEMA DE PRECEDENTES

Fábio Bretas Prata – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
fabio.bretas@sempreceub.com
Luiz Edson Fachin – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

A presente tese possui aspecto central no questionamento se há harmonia entre o sistema de precedentes e a dinâmica deliberativa do Supremo Tribunal Federal (STF), tendo em vista os objetivos da ferramenta jurídica e a função do STF. O objetivo seria avaliar se o sistema de precedentes teria maior compatibilidade com o modelo *per curiam* de deliberação. A hipótese inicial seria uma incompatibilidade do sistema de precedentes com o modelo *seriatim*, utilizado no Supremo Tribunal Federal, tendo em vista seus diversos propósitos. Pretende-se comprovar a hipótese por meio de estruturação da lógica jurídica que embasa a hipótese, por meio de pesquisa bibliográfica visando a determinação de conceitos e significantes essenciais para estabelecer a ótica de análise de um processo paradigma (Método de análise de caso) contendo uma diversidade de núcleo decisórios. O processo paradigma selecionado para o desenvolvimento da tese é o RE 1.017.365, sendo considerado, ainda, outros paradigmas correlatos à área de terra indígena Raposa Serra do Sol, como a Ação Civil Originária (ACO) 1167; Petição (PET) 3388; Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29.087. Os últimos paradigmas citados seriam apresentados para configurar o aspecto histórico do debate central contido no RE 1.017.365, sendo abordado o desenvolvimento do tema no tempo, a mudança de posicionamento durante este período e os fundamentos utilizados para embasar cada posicionamento adotado.

Palavras–Chave: precedentes vinculantes; modelo deliberativo; Supremo Tribunal Federal.

ORÇAMENTO POR RESULTADOS: UM APRENDIZADO SOCIAL

Hilyn Hueb – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
hilyn.hueb@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A dissertação terá como ênfase solucionar o seguinte problema de pesquisa: qual é o grau de aprendizado social do paradigma do orçamento por resultados no processo orçamentário da União? As hipóteses que serão objeto de verificação empírica: a primeira delas é a de que a construção do paradigma do orçamento por resultados no âmbito federal não é produto da ruptura com o legado institucional de políticas orçamentárias anteriores. A segunda hipótese a ser testada é que o orçamento por resultados evolui progressivamente em função de mecanismos de aprendizagem social. A terceira hipótese é de que o compartilhamento de práticas e visões do paradigma do orçamento por resultados afetou as instituições nacionais, introduzindo alterações nos instrumentos orçamentários e nos métodos da ação pública, sem, contudo, ter se operado a conversão a esse paradigma na esfera federal. O objetivo geral que se propõe a alcançar com a pesquisa é o de descrever de que forma ocorreu o processo de aprendizagem social do paradigma do orçamento por resultados no âmbito da União e, para além disso, avaliar o respectivo nível de aprendizado. Para tanto, serão adotados os seguintes objetivos específicos: i) identificar os elementos da matriz do paradigma do orçamento por resultados; ii) identificar os instrumentos orçamentários alterados à luz do paradigma por resultados desde a década de 1960; iii) verificar se a mudança desses instrumentos foi acompanhada da alteração dos objetivos da política orçamentária e de uma reavaliação cognitiva do discurso orçamentário no plano federal.

Palavras–Chave: orçamento por resultados; paradigma; aprendizado social.

OS LIMITES À AUTONOMIA DA VONTADE NA COLABORAÇÃO PREMIADA E SUAS REPERCUSSÕES NOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS RÉUS E NA EFICIÊNCIA DO ACORDO

Danilo Pinheiro Dias – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
danpdias@hotmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O instituto da colaboração premiada (delação premiada), já está presente em nossa ordem jurídica desde o advento da Lei nº 8.072/90, que trouxe a previsão de uma causa de diminuição de pena para o réu ou investigado que delatasse comparsas de crime. Desde então, sucessivos estatutos legais previram benefícios para réus delatores. Em todos os casos, a delação premiada poderia ser classificada como instituto de direito material consubstanciado em uma causa de redução de pena, aplicada pelo juiz na sentença independentemente de qualquer acordo celebrado entre as partes processuais. Foi só com o advento da Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), que a colaboração premiada ganhou a atual feição de acordo processual celebrado entre o Ministério Público e o investigado ou réu, visando à concessão de benefícios penais em troca de informações e provas, ou, como bem define Suxberger, um acordo por meio do qual aquele que figura como envolvido na organização criminosa (...) confessa sua atuação criminosa e, principalmente, colabora com a investigação ou com o processo-crime em desfavor dos integrantes da organização criminosa. Há equívocos no estudo das raízes do novo instituto da colaboração premiada que decorrem, a nosso juízo, da dificuldade natural de parte da doutrina em compreender – ou aceitar – que a Lei nº 12.850/13, em matéria de direito premial, representou ruptura relativamente radical com o tradicional regramento da delação premiada em nosso ordenamento. O legislador transmudou a natureza jurídica do instituto, além de ampliar consideravelmente o âmbito de incidência do sistema de justiça consensual em matéria penal na nossa ordem jurídica. Com isso, a colaboração premiada deixou de ser uma simples minorante ou causa de diminuição de pena – instituto de direito penal material –, totalmente sob o controle judicial, para ganhar contornos de um negócio jurídico processual, com aspectos de direito penal material e processual, em que as partes passam de meros requerentes para decididos protagonistas. A partir desse contexto, nosso problema de pesquisa consiste essencialmente na seguinte questão: a liberdade para elaborar cláusulas com benefícios e obrigações atípicas (não previstas expressamente em lei) fere ou pode ferir garantias constitucionais – substanciais e processuais – do colaborador ou de terceiros delatados? A questão da liberdade negocial das partes, especialmente na pactuação dos benefícios a serem concedidos ao eventual colaborador parece ter grande impacto na colaboração premiada, tanto que, com apenas cinco anos de vigência, a Lei nº 12.850/13 já foi objeto de reforma, para restringir o campo de autonomia das partes na fixação das benesses para o colaborador. Assim, em face do problema proposto, poderíamos formular as seguintes hipóteses: I – Sim. O sistema ideal de liberdade deveria ser limitado, baseado na legalidade estrita, de modo a criar ambiente negocial mais previsível e seguro,

fomentando maior proteção contra a violação de direitos e garantias fundamentais do colaborador e de terceiros delatados. II – Não. Caberia investir em um sistema com mais autonomia para as partes na fixação de benefícios não previstos expressamente em lei, o que poderia potencializar a eficácia do instituto sem violar direitos e garantias fundamentais, desde que respeitados dois parâmetros insuperáveis: i) que as cláusulas atípicas não sejam vedadas pelo ordenamento jurídico; e ii) que elas não agravem a situação do réu colaborador. III – Sim e não. Haveria ainda uma possibilidade intermediária construída a partir da ideia de um microssistema voltado para a regulação da justiça penal negociada. Assim, baseado nos princípios e normas desse próprio microssistema, seria possível delimitar um espaço ótimo de liberdade transacional entre as partes na colaboração premiada. A pesquisa a ser desenvolvida tem caráter exploratório, com o objetivo de "(…) aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições". Seu delineamento se dará a partir da pesquisa essencialmente bibliográfica e residualmente documental.

Palavras–Chave: colaboração premiada; autonomia da vontade; negócio jurídico processual.

OS LIMITES DO CONTROLE EXTERNO DAS ESCOLHAS NORMATIVAS NA EDIÇÃO DE DECRETOS REGULAMENTARES: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO STF E DO TCU EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

Hugo Teixeira Montezuma Sales – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
hugosales25@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A hipótese da dissertação é de que o controle externo (em especial o Tribunal de Contas da União – TCU) é imprevisível quanto a adentrar ou não no mérito ao analisar, em abstrato, decretos regulamentares e que não se furta a ir além de suas atribuições quando entende ser oportuno. Para demonstração da hipótese, desenvolve-se o que seria o "mérito administrativo", vinculando-o ao sopesamento de princípios feito pelo agente normatizador para preenchimento de lacunas, conclusão essa elaborada a partir de estudos de filosofia experimental e *law and emotions*. Argumenta-se que a repetição desse mesmo sopesamento pelo órgão de controle seria ilegítimo, além da atribuição de controle, salvo em casos excepcionais. Após estabelecidas essas premissas teóricas, serão analisados todos os julgados do TCU e do Supremo Tribunal Federal (STF) que mencionem expressamente os decretos regulamentadores da Lei nº 8.666/93 para pôr em teste a hipótese a partir de um tema técnico com pouca carga moral. A principal dificuldade encontrada está na ausência de marcos empíricos para discernir o controle legítimo/tolerável do ilegítimo/subjetivo, já se digladiam-se a máxima normatividade de princípios sob a perspectiva racional e o ceticismo com a subjetividade do julgador. Por isso, algumas diferenciações feitas na dissertação podem ser, no que concerne ao fundamento fático, arbitrários.

Palavras–Chave: decreto regulamentar; controle externo; controle em abstrato.

OS LIMITES DO USO DA NORMA TRIBUTÁRIA INDUTORA COMO FORMA DE INTERVENÇÃO ESTATAL SOBRE O DOMÍNIO ECONÔMICO

Carlos Eduardo de Sousa Martins – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
eduardomartins@sempreceub.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

Ao utilizar normas tributárias indutoras como forma de intervenção sobre o domínio econômico é necessário que o legislador se atenha estritamente aos limites contidos no ordenamento jurídico destinados às normas tributárias em geral ou seria possível a flexibilização de alguns desses limites, com vistas a garantir a efetivação dos objetivos perquiridos com a adoção das referidas normas indutoras? Hipótese principal: em respeito à superioridade hierárquica que a Constituição da República possui em face das demais normas que integram o ordenamento jurídico, sendo que daquela primeira derivam todas as demais, somente a própria Constituição poderia prever flexibilizações aos limites que são impostos às exações em geral. Assim, apenas as normas tributárias indutoras previstas de forma expressa na Constituição poderiam flexibilizar os limites nela previstos, e, ainda assim, tal flexibilização somente se daria em grau suficiente para alcançar os objetivos pretendidos com a norma tributária indutora. Noutro giro, as normas tributárias indutoras sem previsão na Constituição jamais poderiam flexibilizar limites fixados nesta última, uma vez que nenhum diploma infraconstitucional é apto a realizar modificações no texto constitucional. Hipóteses secundárias: como as normas tributárias indutoras não perdem a natureza jurídica de norma tributária, todos os limites contidos na Constituição e destinados às exações em geral devem ser observados pelo legislador quando adotar esse tipo de norma como instrumento de intervenção sobre o domínio econômico. Considerando que a efetividade de grande parte das normas tributárias indutoras está condicionada a flexibilização de alguns dos limites constitucionalmente previstos, haverá essa flexibilização sempre que necessário.

Palavras–Chave: proteção; consumidor; constituição; normas tributárias.

OS ÓBICES AO AVANÇO DA PRÁTICA DA CONSENSUALIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA PESQUISA EMPÍRICA JUNTO A SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL

Alexandre Mattos de Freitas – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
alexandrefreitas.adm@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

Busca identificar as barreiras à disseminação da prática da consensualidade, a fim de que esses obstáculos possam ser removidos, com o fito de ampliar o escopo de decisão do agente público, por meio da busca de soluções efetivamente estejam orientadas à eficiência nas contratações públicas. Do ponto de vista metodológico, o trabalho compreendeu a discussão teórica das hipóteses, mediante pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa empírica, realizada por meio da aplicação de questionários estruturados à servidores públicos que lidam com contratações no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e no Tribunal de Contas da União (TCU). Os resultados encontrados demonstram que se tem como barreiras à disseminação da prática da consensualidade nas contratações públicas: (i) a prevalência da visão atávica da supremacia do interesse público a priori; (ii) a necessidade de superação do apego ao legalismo estrito, com a consequente vinculação ao princípio da juridicidade pela Administração; e (iii) o receio por parte de servidores públicos no recebimento de questionamentos e sanções de órgãos de controle na adoção de instrumentos consensuais, dada a sua natureza de maior aproximação com o particular, bem como a existência de disfunções da atividade controladora, em razão de um suposto viés punitivista.

Palavras–Chave: consensualidade na administração pública; contratações públicas; consensualidade na LINDB.

PATENTES E AS LICENÇAS COMPULSÓRIAS: O DUALISMO ENTRE A PROTEÇÃO E A "LIBERAÇÃO"

Daniel Vasconcelos da Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
ddvvss@gmail.com
Paulo Roberto de Almeida – CEUB, professor orientador
pralmeida@mac.com

A dualidade em proteger os interesses das empresas inovadoras, que investem massivamente em pesquisa e desenvolvimento (P&D), para que consigam, além de gerar receita pela sua criação, a restituição dos enormes investimentos, com respeito à proteção da "propriedade industrial de patente". Por outro lado, o acesso à saúde e à dignidade da pessoa humana. O atrito entre interesses privados e públicos, a tensão entre o direito à propriedade intelectual e o direito à saúde e a dignidade, analisando a legislação brasileira, jurisprudência nacional e internacional, por meio das decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC). A pesquisa pretende demonstrar ser factível a existência da proteção da propriedade e a aplicação de exceções, pois toda regra tem exceção. Examina quais e em que condições são aplicadas a regra e suas exceções. Busca o ponto de equilíbrio entre o respeito à proteção patentária e a aplicação das exclusões. Ponderando o momento atual da humanidade de pandemia do COVID-19e suas vacinas. A opção feita pelo Brasil em permitir que o instituto Butantan e a Fiocruz negociassem um contrato mais vantajoso para o país com as farmacêuticas internacionais, mesmo com pressão de opositores que chegaram a propor a concessão de licença compulsória para as vacinas do Covid-19.

Palavras–Chave: direito constitucional; direito de propriedade; direito contratual.

POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO CDC AOS CARTÓRIOS E A CONSEQUENTE AMPLIAÇÃO DE SANÇÕES PELA LGPD

Luiza Almeida Zago – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
luiza.zago23@gmail.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

A pesquisa almeja realizar uma análise da importância dos cartórios na sociedade e a sua constante evolução, principalmente tecnológica, no que diz respeito ao armazenamento de dados, mormentre pela Medida Provisória recente de digitalização dos cartórios. Assim, busca-se primeiramente verificar qual seria a melhor corrente para definir a natureza jurídica dos cartórios, se possuiria natureza pública ou privada, e, a partir disso, verificar quais legislações poderiam ser aplicadas às serventias extrajudiciais. Entre as legislações aplicáveis, destaca-se a possibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) caso se verifique a natureza privada dos cartórios como fornecedores de serviços. Por outro lado, destaca-se que, independente de sua natureza jurídica, por realizar tratamento de dados, os cartórios devem ser submetidos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Diante deste cenário, haveria um choque de normas entre o CDC e a LGPD a partir da definição de natureza privada dos cartórios. Isso porque, a LGPD possui sanções mais brandas relacionadas aos atos ilícitos envolvendo dados pessoais, ao passo que o CDC já prevê penas mais graves, como a prisão simples. Diante disso, caso haja a aplicação do CDC aos cartórios, haveria a possibilidade de aplicação de sanções penais aos cartórios em razão de ilícitos praticados pela LGPD. O estudo é necessário e inovador, tendo em vista que a LGPD não possui nenhum tipo de sanção penal atualmente. O método utilizado é a pesquisa doutrinária, jurisprudencial e legislativa. Até o momento os resultados obtidos demonstram que ainda não há uma uniformidade sobre o tema tanto na doutrina quanto na própria jurisprudência.

Palavras–Chave: cartórios; serventias extrajudiciais; aplicação do cdc aos cartórios.

PROCESSOS AVALIATIVOS EM PROGRAMAS DE GRUPOS REFLEXIVOS DE HOMENS: UM ESTUDO SOB O CRITÉRIO DE EFICÁCIA

Gustavo Portela Ladosky – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gladosky@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

Um mapeamento de programas para HAV no Brasil, entre 2015 e 2016, por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva realizada com programas das cinco regiões do país, comparando-os com programas internacionais, descobriu semelhanças entre os programas e os documentos analisados, como o vínculo das iniciativas com instâncias governamentais, fundamentação nas teorias de gênero e modalidade de intervenções em grupo. Esse estudo apontou para a necessidade de formulação de uma política pública nacional que possa apontar diretrizes mínimas para os programas com HAV, assim como fortalecer as experiências já existentes. Nesse sentido, o presente trabalho propõe avaliar os programas de responsabilização nos GRH implementados no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga/DF, nos anos de 2021/2022. A escolha desta Vara se dá pelo fato de se tratar de uma das mais antigas e a quarta mais populosa região administrativa do Distrito Federal, com encaminhamento para quatro dos cinco programas existentes atualmente nesta unidade federativa: 1) Projeto Grupos Reflexivos de Homens, do Núcleo Judiciário da Mulher – NJM/TJDFT; 2) Projeto Grupo Refletir para Homens Autores de Violência integrantes das Forças de Segurança do GDF, em parceria do NJM/TJDFT e Secretaria de Segurança Pública/GDF; 3) Projeto RenovAÇÃO, ligado à Defensoria Pública do Distrito Federal e 4) Grupo NAFAVD – ligado ao Poder Executivo/GDF. O objeto da pesquisa recairá sobre a avaliação dos programas citados, especialmente dos modelos avaliativos de cada programa (avaliação de resultados – outcomes), a partir da coleta de informações junto aos envolvidos na execução da política pública em análise *ex post*. Será analisada a própria avaliação de resultado dos programas, aferindo os indicadores de resultado a partir dos objetivos previamente idealizados por cada programa. O presente projeto de pesquisa parte da premissa de que há escassez de recursos materiais e financeiros para a manutenção e ampliação das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres. Nesse sentido, a hipótese é de que não bastam informações quantitativas de índice de reincidência ou recidiva, mas que as informações qualitativas sobre o alcance dos resultados obtidos, por meio da análise dos modelos/métodos avaliativos dos GRH, são de fundamental importância para a sistematização de uma política pública mais abrangente de enfrentamento à violência de gênero, nacional e internacionalmente.

Palavras–Chave: grupos reflexivos de homens; violência doméstica; métodos avaliativos.

PROCESSOS ESTRUTURAIS NA CONCREÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Ana Paula Barbizan Araujo – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
anapaulabarbizan@sempreceub.com
Jefferson Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jeffersoncarusguedes@gmail.com

A Constituição Federal, promulgada em 1988, consagrou direitos sociais, tais como educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social e assistência aos desamparados e econômicos. Passados mais de trinta anos da entrada em vigor da nossa Carta Magna, observamos que muitos desses direitos não são assegurados a boa parte da população que necessita, sendo uma característica de países economicamente menos desenvolvidos, com alta população e uma grande omissão do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Diante da falta de leis e políticas públicas que assegurem esses direitos, restou ao Poder Judiciário, por meio de decisões, determinar que os políticos, ressalvadas suas competências, garantam ao menos o mínimo, para essa população que necessita dessas políticas para conseguir viver com dignidade. Ainda que pareça que essa concretização de direitos sob o viés da jurisdição constitucional seja uma medida antidemocrática, como uma usurpação de poder, devemos considerar que um Estado Democrático de Direito deve garantir direitos básicos sociais, uma vez que não há que se falar em democracia sem a devida consideração da dignidade da pessoa humana, vivemos o chamado “Estado de Coisas Inconstitucional“. O intuito desse trabalho se dá prioritariamente aos estudos das lides estruturais em direitos difusos e coletivos, mostrando como funciona o procedimento, em quais casos o Poder Judiciário deve atuar e analisar importantes decisões que criam precedentes necessários nessa seara, não minimizando a importância das ações individuais, mas ressaltando o quanto é necessário construir uma base que prioriza e se preocupa com uma sociedade mais justa e igualitária, um Estado Social.

Palavras–Chave: processos estruturais; direitos sociais; precedentes.

RELEITURA OBJETIVA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL: INSTRUMENTO DE PREVALÊNCIA DO MODELO DE INTERVENÇÃO MÍNIMA SOB IMPERATIVOS GRADATIVOS DE NÃO PUNIÇÃO E DE PUNIÇÃO MENOS SEVERA

Túlio Max Freire Mendes – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
tulio.mendes@sempreceub.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A partir da constatação da inadequação do arranjo teórico do princípio da insignificância pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Habeas Corpus 123108, propõe-se examinar se a adoção de fórmula casuística para regular o sopesamento da reincidência ou habitualidade é adequada. Igualmente, intenta-se questionar se é compatível aferir se a aplicação do princípio da insignificância é penal ou socialmente indesejável ou se revela materialização de atividade de seletividade judicial ilegítima. Nesse panorama, propõe uma releitura objetiva do princípio da insignificância ante a impropriedade de vetores que alberguem juízos de valor incompatíveis com a objetividade própria do exame da ofensividade enquanto violação ao bem jurídico. E, com efeito, será apontada a não punição como decorrência da ausência de ofensividade aferida pela inexpressividade da lesão a bem jurídico disponível. Em sede de construção alternativa, analisar-se-á se a insignificância penal enquanto mecanismo de punição com menor severidade diante da menor reprovabilidade do comportamento com reflexos na aplicação da pena quando afastada a sua incidência como causa supralegal de exclusão da tipicidade material.

Palavras–Chave: insignificância; reincidência; habitualidade.

RESPONSABILIDADE CIVIL – DANO MORAL COLETIVO: PRESSUPOSTOS PARA SUA APLICAÇÃO EM CASO DE TRATAMENTO ILÍCITO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Mario Henrique Silveira de Almeida – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
almeida.mario@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

O objetivo geral da dissertação é analisar quais são os pressupostos para aplicação da responsabilidade civil a título de danos morais coletivos em relação à tratamento ilícito dos dados pessoais na sistemática da Lei Geral de Proteção de Dados, buscando definir aspectos objetivos que confiram segurança jurídica na concretização do instituto. A Responsabilidade Civil é o instituto do direito vocacionado a restabelecer a integridade do patrimônio violado por conduta que lhe tenha gerado danos. Por sua vez, desponta como grande problema da modernidade o tratamento ilícito de dados constantes em meio virtual, normalmente por falhas de segurança. Em razão da incipiência da Lei Geral de Proteção de Dados, da positivação expressa dos danos morais coletivos em tal diploma, da ocorrência frequente de ilícitos, dos grandes riscos e danos associados e da carência de critérios objetivos, mostra-se necessários realizar pesquisa científica em relação à responsabilidade civil decorrente do tratamento ilícito de dados. Hipótese: É possível definir pressupostos objetivos para a aplicação da responsabilidade civil por danos morais coletivos em razão do tratamento ilícito dos dados pessoais? Ideias para comprovar: realizar pesquisa doutrinária e jurisprudencial. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e instrumental. Análise crítica da produção doutrinária correlata. Exame da Jurisprudência.

Palavras–Chave: responsabilidade civil; lei geral de proteção de dados; danos morais.

SISTEMAS AUTÔNOMOS E RESPONSABILIDADE PENAL: ASPECTOS DE IMPUTAÇÃO OBJETIVA E SUBJETIVA

Aldo Jose Barros Barata de Oliveira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
aldo.jo@sempreceub.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

O processo contínuo de conquistas da humanidade carrega consigo, concomitantemente, distribuição de responsabilidades. Os avanços tecnológicos, os quais acarretam transformações na estrutura das relações sociais, implicam a difusão de riscos no âmbito social, consectário inafastável do processo de modernização alavancado pelo uso da inteligência artificial. Nesse contexto, surgem os veículos autônomos que, apesar dos riscos por eles oferecidos, prometem substituírem a falibilidade humana e reduzirem drasticamente o número de acidentes de trânsito. De outro lado, têm o condão de impactar a ordem jurídica, atraindo desafios especialmente para o direito penal, convocado para encarar novos questionamentos os quais exigem soluções plasmadas em vetores axiológicos constitucionais, forte na premissa maior de resguardar direitos e garantias fundamentais. Desse modo, o trabalho pretende consolidar as discussões sobre a possibilidade de responsabilização penal em caso de acidentes envolvendo sistemas de inteligência artificial, perpassando pelos caminhos dogmáticos tradicionais, para então averiguar a possibilidade de se adequar a teoria da imputação aos casos de situações dilemáticas presenciadas pelos programas dos autodirigidos. Para tanto, faz-se necessário o exame das camadas do conceito analítico de crime, tangenciando a teoria da imputação objetiva, sob a perspectiva do risco permitido e proibido, em especial sob a visão da doutrina do catedrático alemão Claus Roxin. Moldura que demanda o exame acerca da possibilidade axiológica e jurídica dos algoritmos de acidente inseridos nos sistemas autônomos. Portanto, a dogmática jurídico-penal se depara mais uma vez com dilema de filosofia prática, desta feita sobre ponto nevrálgico da direção automática. Partindo-se de uma pontual revisão da literatura especializada, articulando direito internacional e a bibliografia de intersecção entre a tecnologia e o direito, conclui-se pela aceitabilidade da ferramenta algorítmica, todavia imprimindo-lhe limites perante postulados constitucionais e dogmas do direito penal, para além das normas de segurança postas no afã de se delimitar aquilo que é permitido pelo corpo social. Situações dilemáticas não têm o condão de inibir as inovações tecnológicas, mas reclamam disciplina por regras bem definidas que se adequam do modo mais útil às aspirações da sociedade, não se revelando suficiente o perfeccionismo ético.

Palavras–Chave: inteligência artificial; veículos autônomos; responsabilidade penal.

STANDARDS PROBATÓRIOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL MILITAR: UMA VALORAÇÃO RACIONAL DA HIERARQUIA E DISCIPLINA

Cirelene Maria da Silva Rondon de Assis – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
cirelene@yahoo.com.br
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A pesquisa busca analisar se a violação dos princípios da hierarquia e disciplina no sistema de justiça penal militar pode ser aferida de forma racional. O grau de suficiência da comprovação da lesão aos bens jurídicos penais castrenses não pode ser aquele que o juiz considera que foi alcançado segundo a sua própria concepção, a atividade reclama a existência de um critério externo que indique esse patamar. A decisão judicial, tida por suficientemente motivada, necessita trazer consigo o livre convencimento fundamentado atrelado à valoração racional das provas com estabelecimento da vinculação destas ao convencimento judicial. A decisão que pertença a um campo da ampla discricionariedade de cada magistrado obsta seu controle intersubjetivo. A utilização de diretrizes para a valoração racional da prova e para a justificação da verdade no processo com critérios que indiquem quando se considera, suficientemente, provada uma hipótese fática, se mostra oportuna no controle dos atos jurisdicionais, bem como, para que se possa afirmar, racionalmente, a existência de elementos suficientes para sustentar determinadas pressuposições processuais. Entretanto não existe, no sistema de justiça penal militar, tais standards. Assim, o problema consiste em saber se seria possível o estabelecimento de standards probatórios para valoração racional da prova da violação da hierarquia e disciplina. O procedimento metodológico concentrar-se-á na análise documental doutrinária, jurisprudencial e legislativa do direito nacional e comparado. Como resultado, espera-se traçar uma proposta de parâmetros objetivos para a valoração racional da prova da lesão da hierarquia e disciplina no sistema de justiça penal castrense.

Palavras–Chave: hierarquia e disciplina militar; violação; valoração da prova.

TRIBUTAÇÃO E GÊNERO: EXTRAFISCALIDADE, IGUALDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Andalessia Lana Borges Câmara – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
lana.borges@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Qual a conexão entre desigualdade de gênero e tributação? Crescem os trabalhos acadêmicos sobre as discriminações de gênero e a maior parte deles encontra-se apoiada em indicadores sociais, em dados oficiais e estatísticos. Também no Brasil as distinções socioeconômicas entre homens e mulheres são gritantes, apesar da determinação constitucional de igualdade efetiva, para muito além do art. 5º, entre todas as cidadãs e todos os cidadãos. A intersecção entre várias disciplinas, jurídicas e não jurídicas, é inegável. São apresentados, ainda que de modo superficial, elementos sociais, culturais, históricos e econômicos que dão base à construção dos papéis de gênero e à depreciação das mulheres. Diante das discrepâncias entre as situações econômicas de mulheres e de homens, claramente palpáveis nos dias atuais e comprovadas por relatórios de órgãos oficiais e, se a Constituição do Brasil carrega como valor máximo o princípio da igualdade, haveria o descumprimento do conjunto de diretrizes constitucionais? Há um problema jurídico que precisa ser enfrentado. O escopo deste trabalho é uma investigação quanto à participação de ações estatais tributárias como minimizadoras das desigualdades de gênero. Da perspectiva da tributação como instrumento eficiente à concretização da igualdade material imposta pela Constituição, pretende-se, como objetivo específico, averiguar se o arcabouço normativo tributário consubstancia ferramenta hábil que visa a combater as disparidades socioeconômicas de gênero. Ao mesmo tempo, objetiva-se inventariar alternativas para enfrentamento da dificuldade que já vem sendo adotadas pela sociedade civil e pelo próprio Poder Judiciário. A partir dos dados oficiais e da revisão da literatura, conclui-se que a estrutura tributária brasileira, pelo seu caráter regressivo, reforça as desigualdades de gênero no país, mas que, todavia, partindo da ideologia da igualdade, alicerce da Constituição, é possível encontrar ferramentas de solução do problema dentro do sistema tributário. Como hipótese, é afirmado que políticas públicas, medidas que corrijam as referidas assimetrias por meio da tributação, devem ser consolidadas por todos os agentes públicos, em todas as esferas de poder. Em um Estado Democrático de Direito, que tem por objetivo fundamental construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, suprimir a desigualdade de gênero, entre elas, as desigualdades socioeconômicas, é dever imposto a todos os agentes do Estado e a toda a sociedade civil.

Palavras–Chave: gênero; tributação; igualdade material.

UM OLHAR EMPÍRICO SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS ESTADUAIS E DISTRITAIS IMPLEMENTADORAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Carlos Nestor Lima Passos da Silva Junior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
carlosnestorjunior@gmail.com
Jose Levi Mello do Amaral Junior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

Ao se examinar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no controle abstrato de constitucionalidade, constata-se número expressivo de acórdãos que reconhecem a inconstitucionalidade formal de leis de Estados e do Distrito Federal por contrariedade à competência da União para legislar sobre direito civil, comercial, energia, telecomunicações, política de crédito, seguros, comércio exterior e interestadual. Apesar da retórica do Supremo Tribunal Federal centrada na importância de se fortalecer a autonomia legislativa dos Estados e do Distrito Federal, pouca margem tem lhes conferido para implementarem políticas públicas de proteção ao consumidor. Indaga-se: por que são poucos os acórdãos do Supremo Tribunal Federal, no controle abstrato de constitucionalidade, que reconhecem a validade formal de leis estaduais e distritais como decorrência do exercício legítimo da competência legislativa concorrente para a implementação de políticas públicas de defesa do consumidor? Políticas públicas de proteção do consumidor implementadas por leis dos Estados e do Distrito Federal têm sido nulificadas pelo Supremo Tribunal Federal por causa de uma interpretação demasiadamente restritiva da eficácia das regras da Constituição da República que estabelecem a competência concorrente de Estados e Distrito Federal para legislarem sobre produção e consumo (inc. V do art. 24 da Constituição da República) e responsabilidade por dano ao consumidor (VIII do art. 24). O escopo da pesquisa, de caráter empírico-qualitativo, consiste em identificar, catalogar e examinar com profundidade os critérios e padrões hermenêuticos empregados pelo Supremo Tribunal Federal para resolver os conflitos de competência legislativa entre Estados (e Distrito Federal) e a União, tendo-se por base os acórdãos proferidos no controle abstrato de constitucionalidade de leis estaduais (e distritais) sobre políticas públicas de proteção ao consumidor. O objetivo geral da pesquisa, portanto, está em identificar os padrões hermenêuticos mediante os quais o Supremo Tribunal tem conferido baixa eficácia à competência estadual suplementar de Estados e DF para a veiculação da temática de defesa do consumidor. A pesquisa busca também o objetivo específico de verificar quais as políticas públicas legislativas previstas em leis estaduais e distritais que recebem peculiar atenção do Supremo Tribunal Federal, a ponto de serem validadas como fruto da competência concorrente de Estados e Distrito Federal em tema de direito do consumidor. A relevância da pesquisa reside no levantamento dos padrões hermenêuticos aplicados pelo Supremo Tribunal Federal para equacionamento de conflitos de competência legislativa entre a União e os Estados (e DF) em matéria de proteção ao consumidor. A pesquisa trará subsídios aos Estados (e Distrito Federal), principalmente às Assembleias Legislativas (e Câmara Legislativa), sobre o comportamento do Supremo Tribunal no controle abstrato de leis estaduais e distritais,

auxiliando-os na edição de leis implementadoras de políticas públicas de proteção ao consumidor e reduzindo os riscos de edição de normas com vício de inconstitucionalidade formal. A partir dos resultados empíricos obtidos será possível: a) o aprimoramento da elaboração de leis estaduais e distritais de defesa do consumidor; b) elaboração de manual com subsídios para auxílio dos Estados e DF; c) aperfeiçoamento da aplicação de normas da Constituição da República sobre repartição de competências legislativas; d) se necessária, a proposta de reforma do próprio organograma constitucional de divisão de competências em matéria de proteção ao consumidor.

Palavras–Chave: constitucionalidade; proteção ao consumidor; Supremo Tribunal Federal.

UMA ANÁLISE JURÍDICA DA INICIATIVA CINTURÃO E ROTA: OS IMPACTOS NO CENÁRIO BRASILEIRO DE UMA ABORDAGEM CHINESA NÃO BASEADA EM TRATADOS

Nayara Lima Rocha da Cruz – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
nayara.lima@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

O problema de pesquisa que norteará o presente estudo será: Os acordos de investimentos da China na iniciativa Cinturão e Rota são compatíveis com o modelo de acordos de proteção recíproca de investimentos aplicados pelo Brasil? A análise das características inerentes aos contratos de concessões do Brasil com a China, bem como os Acordos de Facilitação de Investimentos (ACFIs) demonstram uma tendência historicamente conservadora do Brasil nos acordos internacionais para a regulação dos investimentos estrangeiros. Nessa perspectiva, busca-se compreender se o mecanismo adotado pela China, o *Memorandum of Understanging* (MoUs), concede um conjunto demasiado abrangente de direitos e prerrogativas aos investidores estrangeiros. O Brasil utiliza contratos de concessão com a China para ter acesso aos investimentos estrangeiros em infraestrutura. Dessa forma, pretende-se verificar se esse instrumento normativo garante a aplicação do capital estrangeiro como mecanismo de desenvolvimento econômico. Contudo, o modo como esses arranjos normativos são estruturados na aplicação do capital estrangeiro, retira a possibilidade de real gestão das políticas públicas, visto que concentra suas ações na viabilização dos empreendimentos a serem executados por parcerias privadas, e encerra o acompanhamento no momento da assinatura do contrato. Portanto, pretende-se ilustrar que embora o modelo de concessão de atividades possa contribuir para a gestão do ciclo, a sua estruturação atual deslegitima as características intrínsecas dos investimentos estrangeiros, impactando em sua concretização. A interlocução dos investidores estrangeiros e dos atores estatais por meio do mecanismo de acordos adotado pela China – MoUs – favorece a concretização de um cenário de desenvolvimento econômico participativo. Pretende-se demonstrar, no entanto, que a existência dos MoUs não é suficiente para garantir a proteção dos investimentos estrangeiros. Torna-se necessária maior qualificação deste instrumento normativo para a concretização da proteção dos investimentos. Por fim, busca-se demonstrar que a proteção dos investimentos por meio dos Acordos de Cooperação e Facilitação dos Investimentos (ACFIs) é uma possibilidade de garantia (ou não) do Estado. Assim, esse mecanismo pode contribuir para a diminuição do grau de vulnerabilidade dos investidores frente às limitações do exercício de seus direitos no âmbito do desenvolvimento econômico estatal.

Palavras–Chave: rota da seda; investimentos; regulação.

UMA ANÁLISE SOBRE USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÕES JUDICIAIS EM PROCESSO PENAL: PORQUE A PADRONIZAÇÃO DE DECISÕES FERE O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS

Frederico Soares Sobral – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
frederico.sobral@sempreceub.com
Bruno Tadeu Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A pesquisa perpassa sobre o uso da inteligência artificial na tomada de decisões judiciais em processo penal e o porquê a padronização de decisões fere o princípio da individualização das penas. A padronização das decisões através do ferramental da inteligência artificial é vendida ao Judiciário como uma panaceia ou um bálsamo para entrega rápida e efetiva da prestação jurisdicional, sendo que o que se percebe é o uso deste ferramental para padronizar julgados nas entrelinhas. E a padronização na esfera penal encontra entrave no princípio da individualização das penas, pois cada caso é em si um caso, como leciona o adágio, não comportando uma análise e julgamento padronizado. A pesquisa transita sobre os níveis de maturidade da inteligência artificial, pensados pelos pesquisadores desta área do conhecimento se constatará que no atual estágio de desenvolvimento tecnológico não há como aquela desenvolver fórmulas particularizadas nos três momentos da pena, em especial na previsão e aplicação da lei. O que se questiona é se a inteligência artificial conseguiria formular sentença acerca de determinado crime em que haja coautoria, a gravidade da conduta e reprovabilidade não sejam a mesma para os coautores, um autor seria primário e outro possuiria antecedente, para um ser aplicaria uma agravante e a outro a reincidência. Aliás, como poderia se avaliar as condições da pena e os aspectos psicológicos envolvidos? Haveria uma dificuldade ímpar, uma vez que a reprovabilidade é, em essência, um juízo de valor. Logo, a análise e pesquisa da temática fica restrita à padronização da fixação de penas realizadas por inteligência artificial, no âmbito do Direito Penal, tendo por pano de fundo o princípio da individualização da pena.

Palavras–Chave: mecanização da pena; inteligência artificial; individualização da pena.

ANAIS DO
V EnCUCA
MESTRADO EM PSICOLOGIA
2022
CEUB

A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NA VISÃO DE PSICÓLOGOS E PEDAGOGOS DO SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM E DE PROFESSORES REGENTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: PERCEPÇÕES, QUEIXAS E CRÍTICAS

Michele Canuto Kotama – CEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
michelekotama@gmail.com
Ingrid Lilian Fuhr – CEUB, professora orientadora
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

Este estudo teve como objetivo analisar as queixas, críticas e percepções sobre a avaliação diagnóstica empreendida às crianças na visão de profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) e de professores regentes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Em uma engrenagem articulada e perversa, as crianças que não se apropriam do saber escolarizado e não se adequam ao padrão de aprendizagem imposto pela lógica normatizadora da escola são destituídas de sua individualidade e encaminhadas pelo professor para avaliação e acompanhamento com o SEAA que, por sua vez, se alia à medicina para, sob o selo da ciência, categorizar, normalizar e normatizar o processo de desenvolvimento da criança através da fabricação de patologias e etiquetas. A escola, convencida de que o modelo médico apresenta uma verdade absoluta, desconsidera a problemática social e abre mão de sua autoridade. A intervenção psicopedagógica contextualizada dá lugar a um processo avaliativo onde crianças são taxadas, rotuladas e categorizadas conforme critérios diagnósticos padronizados por dados estatísticos descritos em manuais como o DSM V e o CID 11. A patologização da vida, dos modos de ser e de agir transformam a escola em um lugar amargo que, sob o sofisma da inclusão, dissemina processos discriminatórios em suas práticas e discursos, fortalece as desigualdades, omite-se de sua responsabilidade e estigmatiza crianças que não se encaixam em seus estreitos moldes de normalidade.

Palavras–Chave: medicalização; avaliação psicodiagnóstica; educação.

A RELAÇÃO DESENVOLVIDA COM A DIMENSÃO TEÓRICA DA PSICOLOGIA NA GRADUAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA DO TORNAR-SE PSICOTERAPEUTA

Amanda Maria de Albuquerque Vaz – CEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
amandavaz08@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – CEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu

Produzir conhecimento científico sobre a configuração subjetiva do tornar-se psicoterapeuta é fundamental para que a psicoterapia se organize como espaço e prática de cuidado, ética, reflexão, sensibilidade e crítica. O objetivo deste trabalho, no intuito de contribuir nesse sentido com o campo da psicoterapia, foi investigar e qualificar teoricamente os processos subjetivos pelos quais a relação desenvolvida com a dimensão teórica da Psicologia durante a graduação participa do tornar-se psicoterapeuta. Foi realizada uma pesquisa cujo método foi o construtivo-interpretativo – apoiado na Epistemologia Qualitativa e na Teoria da Subjetividade de González Rey –, e que teve como participantes três psicólogos recém-formados cujas experiências de estágio foram na psicoterapia, no lugar de psicoterapeutas, e que hoje atuam, enquanto psicólogos já formados, também como psicoterapeutas. O método-construtivo interpretativo envolve a produção e a análise de informação, por parte da pesquisadora, a partir do diálogo constante entre seu vivido no campo empírico no decorrer da pesquisa e seu pensamento, de forma que neste processo vão sendo desenvolvidos indicadores, hipóteses e modelos teóricos, ou seja, conhecimento científico. Até o presente momento, a informação produzida e analisada, tem avançado no sentido de apontar que: 1) há uma relação entre os modos pelos quais o teorizar, as teorias e a atuação profissional se organizam subjetivamente na trajetória da graduação, e a qualidade e a sensibilidade da informação produzida acerca dos processos subjetivos do outro; e 2) há também uma relação entre a qualidade e a sensibilidade dessa informação e a configuração subjetiva, no tornar-se psicoterapeuta, das formas pelas quais ele se responsabiliza em/por seus processos subjetivos em sua trajetória, ou seja, com as formas pelas quais ele olha, (re)pensa e (re)inventa a si mesmo, às suas práticas e ao campo.

Palavras–Chave: psicoterapia; configuração subjetiva; teorias da psicologia.

ANÁLISE DE PROBLEMAS DA MERCANTILIZAÇÃO EM UM CURSO DE PSICOLOGIA SEGUNDO A VISÃO DE PROFESSORES

Anchielle Crislane Henrique Silva – CEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
anchielle.silva@sempreceub.com
Ingrid Lilian Fuhr – CEUB, professora orientadora
ingrid.fuhr@ceub.edu.br

O presente estudo tem como objetivo investigar como a mercantilização da educação interfere no trabalho do docente que atua no curso de psicologia de uma instituição de ensino superior (IES) privado. De caráter qualitativo, os dados estão sendo coletados a partir de entrevista semiestruturada com uma pergunta disparadora: Em sua opinião, quais são as consequências da mercantilização da educação superior para o seu trabalho como docente? A amostra refere-se a dez participantes que estão em momentos distintos da carreira docente, os que foram desligados da IES a menos de um ano da função docente e os que estão ainda ativos no colegiado de um curso de psicologia de uma instituição privada no interior da Bahia. Os relatos dos participantes estão sendo transcritos de acordo com os objetivos da pesquisa e analisados em seu conteúdo. Até o momento, foi possível observar três pontos descritos como consequências da mercantilização da educação superior: 1) a transformação da relação entre professor-aluno em uma relação comercial, professor-cliente. O professor, nesse cenário, é deslocado do papel de docente para a função de prestador de serviço educacional; 2) o cerceamento da autonomia acadêmica e 3) da liberdade de cátedra. Visualiza-se, portanto, um cenário de dupla quebra da autoridade docente: por parte das empresas educacionais que colocam os professores diante de práxis pedagógicas engessadas e voltadas para obtenção de lucros e por parte dos estudantes, que se tornaram clientes e invertem a autoridade no processo educativo. Isso reflete uma reestruturação do ensino superior em currículos focados no produtivismo acadêmico, estimando números para valorização na bolsa de valores. E exige-se um perfil de educador que tenha habilidade de empreender a captação de estudantes e de favorecer a permanência desses na instituição.

Palavras–Chave: educação superior privada; mercantilização; psicologia.

BLACK FRIDAY BRASIL: PERSUASÃO A FRAUDES AO CONSUMIDOR

Sarah Tuyani Araújo Soares – CEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
sarah.tuyani@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

A Black Friday no Brasil é o evento de consumo mais importante do comércio eletrônico e tem como objetivo proporcionar ações promocionais. Contudo, práticas de fraudes aos consumidores são observadas durante a data, recebendo, desde 2012, o nome irônico de "Black Fraude". Considerando a finalidade da comunicação persuasiva em eventos de consumo, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os processos persuasivos em fraudes ao consumidor durante a Black Friday Brasil do ano de 2020 e 2021, com base nos pressupostos do Modelo de Probabilidade de Elaboração (ELM), por meio de dados do Twitter. Os dados foram coletados e analisados a partir de dois eixos que compõem a relação de consumo: Eixo 1 – Tweets das empresas com reclamações na Black Friday Brasil, que estão constantemente nos relatórios de reclamações do Procon/SP e do site Reclame Aqui, entre os anos de 2017 a 2021, e o Eixo 2 – Tweets dos consumidores da Black Friday Brasil. Para ambos os eixos, foram realizados Análise de Sentimentos, por meio do método de Processamento de Linguagem Natural (PLN), e também, foi utilizado o Método de Alocação Latente de Dirichle (LDA) para modelagem dos tópicos. Ademais, o Eixo 1 utilizou o método de Codificação Baseada em Conceitos para analisar técnicas persuasivas nas imagens dos tweets. No que diz respeito ao Eixo 1, os sentimentos provenientes das mensagens postadas pelas empresas reclamadas no Twitter, em sua maioria, são neutros, já que utilizam do espaço textual para especificar produtos/serviços por meio de informações precisas. Quanto às imagens, em relação aos diferentes eventos do ano, as técnicas persuasivas de humor, autoridade e, sobretudo, a de escassez, recebem maior atenção ao longo da Black Friday, o que contribui para que consumidores processem mensagens de maneira rápida e imediata, se tornando mais vulneráveis a fraudes. Já o Eixo 2, apresentou, em sua maioria, consumidores com sentimentos negativos e estão relacionados com a percepção de fraude ao consumidor. Os dados também revelam que esses sentimentos são utilizados como argumentos para mudança de atitude em relação às mensagens persuasivas recebidas durante a Black Friday.

Palavras–Chave: Black Friday; comportamento do consumidor; fraude.

O EFEITO DE VERBALIZAÇÕES DE EMPATIA DO PSICÓLOGO SOBRE O COMPORTAMENTO DO CLIENTE EM UMA SITUAÇÃO ANÁLOGA À PSICOTERAPIA

Amona Priscila Fernandes Lima – CEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
amona.lima@sempreceub.com
Márcio Borges Moreira – CEUB, professor orientador
marcio.moreira@ceub.edu.br

O objetivo do presente trabalho foi verificar o efeito das vocalizações do terapeuta, que denotam atenção, sobre a frequência de respostas de uma classe específica do cliente em uma situação análoga a uma psicoterapia realizada na modalidade online. Participaram da pesquisa três estudantes universitários selecionados por conveniência. Foi utilizado um delineamento de reversão com condições ABCDEA. Cada participante foi exposto a seis condições experimentais de forma sequencial, sendo uma por sessão. Na condição de Linha de Base (Extinção) (LB) o participante falou sem ocorrer reforçamento e a praticante ficou em silêncio. A condição de modelagem foi dividida em três fases: na primeira, a praticante reforçou todas as frases emitidas que iniciaram com o pronome "eu", podendo estas conterem expressões negativas, positivas e de dúvida; na segunda fase, frases que continham o pronome "eu" e expressões de dúvidas; e na terceira fase, frases que não tivessem expressões negativas e de dúvidas, apenas as frases positivas de autorreferência. Nas condições em que ocorreram os esquemas de intervalo variável, VI 30, VI 60 e VI 120, a praticante foi sinalizada pela observadora que controlou os intervalos e indicou o momento de reforçar a próxima frase que apresentava o comportamento alvo de autorreferência emitido pelo participante. Dentre os resultados encontrados, é possível observar que verbalizações do terapeuta tem efeito sobre a frequência das respostas do cliente mesmo que a relação terapêutica ocorra na modalidade virtual. E assim, como na modalidade presencial, muitas variáveis podem alterar o controle do terapeuta sobre suas intervenções. Sugere-se, para outras pesquisas, mudanças metodológicas para que outras variáveis sejam investigadas.

Palavras–Chave: relação terapêutica; esquemas de reforçamento; sistema de categorização.

PROCESSOS GRUPAIS, CRENÇAS NO MUNDO JUSTO E CORRUPÇÃO NA PANDEMIA

Fernanda Dias Brandão – CEUB, aluno do Mestrado em Psicologia
bdiasfernanda@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

As notícias divulgadas pela mídia e o aumento no número de casos envolvendo a corrupção durante a pandemia deixam evidentes a necessidade de ampliar os estudos de psicologia sobre o comportamento corrupto, ainda bastante escassos na literatura. Com a finalidade de entender a propensão à corrupção em situações que envolvem a influência de CMJ e de grupos durante a pandemia, foram utilizados dois modelos teóricos: o Modelo Analítico de Corrupção, para compreender as nuances do comportamento corrupto e dos processos grupais, e a Teoria do Mundo Justo, para estudar o papel das crenças no mundo justo nessa relação. Nesse sentido, a presente dissertação tem como objetivo geral analisar a influência da Crença no Mundo Justo (CMJ) e dos grupos na corrupção. A fim de alcançar esse objetivo, foram realizados dois estudos independentes: o primeiro, com 160 participantes, apresentando três cenários hipotéticos, envolvendo intenção de corrupção; e o segundo, com 131 participantes, no qual foram apresentados os mesmos três cenários, porém adaptados para a percepção de corrupção. Ambos os estudos foram realizados através de um questionário online, no qual os participantes responderam uma seção de dados sociodemográficos, um dos três cenários hipotéticos, a Escala Pessoal de Crenças no Mundo Justo e a Escala Global de Crenças no Mundo Justo, respectivamente. Os resultados dos estudos, conjuntamente, apontam para direções opostas: quando analisamos apenas a intenção de corrupção, encontrou-se uma relação positiva apenas com a dimensão global da CMJ; por outro lado, ao focarmos na análise da percepção de corrupção, não foram encontrados dados significativos entre CMJ e corrupção, mas sim indícios de que ambas as dimensões possuem a percepção de punição como mediadora na relação com a corrupção.

Palavras–Chave: corrupção; pandemia; crenças no mundo justo.

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO FENÔMENO DA AUTOMUTILAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA, SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Teresa Salim de Araújo – CEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
teresa.salim@sempreceub.com
Valéria Deusdara Mori – CEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

Esta apresentação fundamenta-se em análises acerca dos conhecimentos produzidos pela comunidade científica sobre automutilação em adolescentes e seus desdobramentos dentro do contexto familiar. Para avançar na compreensão deste fenômeno é necessário, primeiramente, retomar a conceitualização e compreensão da automutilação e quais seus desdobramentos/impactos no desenvolvimento subjetivo do adolescente. Em um segundo momento, será discutido a conceitualização do ser adolescente, seus desafios, mudanças físicas e emocionais. No terceiro tópico, conceitualiza-se as mudanças na dinâmica familiar e seus atuais desafios, como principal contexto social no desenvolvimento subjetivo do adolescente. No que diz respeito à metodologia, o estudo fundamentou-se na revisão bibliográfica com referencial teórico a metodologia qualitativa, ancorada em 3 princípios: (a) o conhecimento como produção construtivo-interpretativo, (b) a interatividade da produção de conhecimento e a (c) legitimação do singular como forma de produção de conhecimento. Com base nas análises a serem feitas posteriormente, será possível compreender a automutilação e seu impacto no jovem e na dinâmica familiar assim como as complexas emoções produzidas pelo indivíduo que definem a qualidade de suas relações com as pessoas que o cercam. Diante dessa temática, a psicologia pode trazer importantes contribuições da direção da compreensão e despatologização dessa prática cada vez mais comum em nossa sociedade.

Palavras–Chave: automutilação; adolescência; sofrimento psíquico.

ANAIS DO
V EnCUCA
DOUTORADO EM DIREITO
2022
CEUB

A (DES)LEGITIMAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Aline Seabra Toschi – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
seabrat@gmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa trata da ocorrência da deslegitimação do Poder Judiciário desde a Operação Lava Jato. Tem como objetivo a verificação da ocorrência da deslegitimação do Poder Judiciário causada pela degeneração do Direito, tendo como base a teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, numa possível resposta ao problema apresentado que era a deslegitimação do Poder Judiciário causado pela Operação Lava Jato. A metodologia adotada foi a luhmanniana, ante análise se desenvolveu a partir da comunicação entre os subsistemas político e jurídico e as suas limitações funcionais e estruturais. Verifica-se que, a partir do entendimento da teoria dos sistemas sociais de Luhmann, especificamente, sobre o acoplamento estrutural entre os subsistemas político e jurídico, a deslegitimação do Poder Judiciário é trabalhada tendo como base o conceito de degeneração do Direito; entendida como a perda da autonomia do subsistema jurídico em relação ao subsistema político. A deslegitimação do Poder Judiciário se apresenta sob duas linhas: pela degeneração do Direito em razão da Ciência e da dogmática jurídicas e pela degeneração do Direito em razão da política. Na degeneração do Direito pela Ciência e pela dogmática jurídicas, as funcionalidades dos subsistemas jurídico e político, quais sejam, a condicional e a finalística, coadunam com a tripartição de poderes e servem para demonstrar que a manutenção de um sistema social, de um Estado de Direito e democrático somente ocorrerá se as limitações constitucionais forem respeitadas. A Operação Lava Jato, com os neo conceitos que a acompanharam, degeneram o Direito pela ausência da tradição, coerência e integridade na atividade jurisdicional. A degeneração do Direito em razão da política ocorre pela incorporação da ““voz das ruas”” pelo Poder Judiciário na atividade jurisdicional. Essa incorporação gera uma representatividade deturpada de forma qualitativa e funcional, eis que apesar de não poder ser mensurada, foi considerada e prevaleceu sobre a legalidade estrita. A prevalência da ““voz das ruas”” em detrimento da legalidade estrita faz erodir a democracia e, pela forma que se estabelece, retórica e dissimuladamente, faz surgir uma crise de representatividade, de legitimidade política do Poder Judiciário. Desde a Operação Lava Jato e com a ascensão de uma extrema direita ao poder, o Judiciário vem sendo alvo de ataques, de um verdadeiro *contempt of court* antidemocrático, que tem por fim, a sua supressão. Com base em Carl Schmitt, pode-se estabelecer quatro premissas autoritárias que fundamentam um ciclo de atuação schmittiana, denominado de ciclo schmittiano. Nesse ciclo, a crise engendrada pela degeneração do Direito desde a Lava Jato é condição necessária e suficiente para a instituição de um soberano e, consequentemente, para o fim da democracia.

Palavras–Chave: teoria dos sistemas sociais; degeneração do direito; deslegitimação do poder judiciário.

A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA AOS CRIMES PRATICADOS COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIANTE DA POSIÇÃO ASSIMÉTRICA OCUPADA PELA VÍTIMA EM RELAÇÃO AO AGRESSOR

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jacqueline.oliveira@sempreceub.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

Pretende-se investigar se a justiça restaurativa atenderá melhor às expectativas e aos anseios das vítimas de violência doméstica que, ao serem questionadas, manifestam seu descontentamento com o processo penal tradicional, pautado no paradigma retributivo. Buscar-se-á demonstrar que a solução dialogada do conflito, obtida por meio das práticas restaurativas, com a participação dos envolvidos – agressor e vítima – implicará no rompimento do ciclo de violência que, em última análise, é o que almeja a ofendida, nesse tipo de delito. O problema de pesquisa que norteará o presente estudo será procurar saber se é viável a aplicação da justiça restaurativa aos crimes praticados com violência doméstica, considerando a assimetria existente entre ela e o agressor, o que a colocaria em condições de vulnerabilidade e fragilidade, interferindo na sua capacidade de consentir e de participar voluntariamente do processo. A hipótese, como resposta provisória ao problema proposto e a ser testada durante amplo trabalho de pesquisa, é a seguinte: é possível e recomendável a aplicação da justiça restaurativa aos crimes praticados com violência doméstica por permitir que vítima e agressor dialoguem e juntos busquem a melhor solução para o conflito que, nesse caso, não imporá àquela os dissabores ocasionados pelo processo penal tradicional, sobretudo a revitimização, a ausência de escuta e a falta de informação. O objetivo da tese é analisar se é possível e recomendável a aplicação da justiça restaurativa aos crimes praticados com violência doméstica por permitir que vítima e agressor dialoguem e juntos busquem a melhor solução para o conflito que, nesse caso, não imporá àquela os dissabores ocasionados pelo processo penal tradicional, sobretudo a revitimização, a ausência de escuta e a falta de informação, mesmo levando em conta a assimetria existente entre a ofendida e o agressor. A presente investigação, de ordem teórica, com o suporte da abordagem qualitativa, será realizada a partir de 03 (três) partes. A primeira consistirá no estudo comparativo entre a Justiça Restaurativa e a Justiça Retributiva, com a finalidade de tentar demonstrar a falência do processo penal tradicional e o surgimento do processo restaurativo como alternativa para solucionar os conflitos decorrentes da prática criminosa. Posteriormente, realizar-se-á uma análise da violência doméstica e suas peculiaridades, possíveis causas, perpassando pela cultura da sociedade patriarcal e pelo levantamento de estudos feitos sobre o perfil da vítima desse tipo de crime, buscando comprovar a assimetria existente entre ela e o agressor. A terceira parte consistirá no exame da viabilidade de aplicação da justiça restaurativa aos crimes praticados com violência doméstica, considerando a assimetria existente entre vítima e agressor que a coloca em situação de vulnerabilidade e pode influir na sua capacidade de consentimento. Utilizar-se-á para tanto uma pesquisa exploratória que buscará o levantamento de informações sobre o objeto na bibliografia existente sobre os temas

envolvidos, considerando não apenas o aspecto jurídico, mas também as dimensões sociológica e psicológica que permeiam os crimes praticados com violência doméstica. A principal dificuldade encontrada é demonstrar o caráter inovador do trabalho, uma vez que há inúmeros estudos acerca do tema, bem como a dúvida acerca da viabilidade do tema se transformar ou não em uma tese defensável e a eventual necessidade de alterar o tema e o objeto da pesquisa.

Palavras–Chave: justiça restaurativa; violência doméstica; revitimização.

A ATENÇÃO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS COMO REFLEXO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Ricardo Lustosa Pierre – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ricardo.pierre@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A pesquisa de doutoramento trata da política pública de atenção a homens autores de violência doméstica. Especificamente, busca-se compreender de que forma os arranjos institucionais da política pública são reflexos das representações sociais dos atores do sistema de justiça, e das próprias representações sociais que os demais atores relacionados ao enfrentamento à violência doméstica têm sobre o sistema de justiça. As perguntas de pesquisa são as seguintes: 1 – Para além dos arranjos institucionais da política pública voltada aos agressores no contexto do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, as representações sociais dos atores do sistema de justiça criminal influenciam a concretização da política pública?; 2 – Em que medida essas representações sociais influenciam aspectos fundamentais à política pública, como a transversalidade de gênero necessária a esses programas destinados a homens agressores, a intersetorialidade e a necessidade de atendimento em rede, com atenção às interseccionalidade presentes, e o próprio caráter reflexivo-responsabilizante das intervenções? As hipóteses iniciais aos problemas de pesquisa formulados são, de um lado, a de que as representações sociais dos atores do sistema de justiça criminal são definidoras dos arranjos e concretização da política pública, ao se verificar que os membros do Poder Judiciário, Ministério Público e da Defensoria Pública em atuação em juizados de violência doméstica, cada um destes atores à sua maneira, atuam voltados à objetificação dos conflitos em âmbito familiar. De outro lado, de que as representações sociais dos atores do sistema de justiça criminal influenciam os aspectos fundamentais da política pública, ao afastar a lógica compreensiva e reflexiva própria de políticas públicas com enfoque de gênero, ao dificultar a integração em rede dessas iniciativas, ante a cultura de autonomização das instituições, e ainda ao impedir/dificultar o desenvolvimento de modelos de intervenção com caráter responsabilizante, de natureza distinta do modelo penal-repressivo próprio do Sistema de Justiça Criminal. Como objetivos específicos da pesquisa, pode-se assinalar, primeiramente, a análise das percepções dos atores do sistema de justiça criminal acerca da política pública de atenção a homens autores de violência doméstica, refletindo acerca das percepções e representações dos atores do sistema de justiça acerca de temas relacionados à intervenção sobre homens agressores. E segundo lugar, busca-se examinar o funcionamento do sistema de justiça sob enfoque dos demais atores da rede de enfrentamento à violência doméstica, nos quais se incluem instituições das áreas de segurança pública (polícias), serviços direcionados ao atendimento a mulheres em situação de violência (casas de abrigamento, serviços de assistência e saúde, entre outros), assim como os demais participantes da rede de atendimento aos homens agressores. Por fim, fazendo uso da ferramenta metodológica

das representações sociais para análise da política pública, identificando como se percebe e como é percebido o funcionamento do sistema de justiça criminal relativamente a iniciativas de enfrentamento à violência doméstica destinadas aos agressores, objetiva-se compreender de que forma as representações/percepções são traduzidas na implantação, concretização e nos próprios resultados dos programas de atenção a homens autores de violência.

Palavras–Chave: políticas públicas; violência doméstica; homens.

A ATUAÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS COMO CONTRIBUTO À EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PESSOAL

Rodrigo Bento de Andrade – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rodrigobentodeandrade@yahoo.com.br
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A tese tem como objetivo examinar a atuação dos tribunais de contas na interpretação da Constituição Federal de 1988, bem como de leis e de normas infralegais, avaliando a hipótese principal do trabalho que reside em constatar se é desejável ou não que as cortes de contas decidam para além da legalidade estrita, em observância ao princípio da juridicidade, buscando assim atuar de modo contramajoritário, tomando empréstimo desta nomenclatura normalmente conhecida pela forma específica de decidir do Poder Judiciário acerca da lei. Sabe-se que, no âmbito do Direito Administrativo, diversas vezes as situações fáticas que causam transtornos nos administrados são discutidas primeiramente na própria Administração Pública e, em seguida, junto ao controle externo da despesa pública, essencialmente no que diz respeito ao pagamento de vencimentos ou de proventos aos servidores públicos, considerando que a Constituição Federal tem disposição particular para tratar de tais dispêndios, a exemplo do que dispõe o art. 71, inciso III, da CF/1988, que determina aos tribunais de contas que realizem a apreciação da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão, de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Nessa esteira, a pesquisa buscará responder se os tribunais de contas devem apreciar essa legalidade em um âmbito mais restrito e conservador, observando a literalidade da lei ou, de outra banda, defendendo uma interpretação mais elastecida, em consonância com todo o sistema jurídico. Serão avaliados os aspectos constitucionais e normativos que regem a atuação e a decisão dos tribunais de contas, em relação com as atividades da Administração Pública e o seu controle interno, buscando verificar a necessidade de atualização normativa de leis relacionadas ao pagamento de pessoal, em nome de uma apropriada segurança jurídica, bem como os limites dessa interpretação, por meio de mecanismos hermenêuticos constitucionais, juntamente com aspectos da Filosofia do Direito, a exemplo da semiótica e da filosofia da linguagem, que ajudarão a identificar, ao final da tese, se é desejável ou não a já mencionada atuação contramajoritária dos tribunais de contas.

Palavras–Chave: contramajoritária; controle externo; atos de admissão.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG E/OU A NECESSIDADE DE PENSAR NOVAS TÉCNICAS PARA A CONCRETIZAÇÃO

Jackelline Fraga Pessanha – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jackelline.pessanha@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A educação ambiental é ferramenta de construção de atitudes sociais de mudança da sociedade. Esse pilar social é interligado ao viés ambiental e econômico para a construção de um Brasil desenvolvido. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) estabelece que a educação ambiental é um princípio para a recuperação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. A Constituição Federal (CRFB) descreve a importância de promover uma educação ambiental em todos os níveis de ensino. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) versa sobre as diretrizes básicas para uma educação ambiental. Partindo dessas premissas questiona-se: na atualidade, a educação ambiental crítica para o desenvolvimento sustentável é efetiva ou é necessário repensar técnicas para a sua concretização? A partir do problema busca-se responder os seguintes objetivos: compreender o Direito fundamental à educação ambiental, com o estudo das legislações da PNMA, CRFB e PNEA; definir desenvolvimento sustentável como primado indispensável a qualidade de vida digna da coletividade; investigar a efetividade da educação ambiental, por meio das atividades desenvolvidas em escolas nos Município de Ituiutaba/MG, para a formação de um cidadão crítico sobre questões ambientais; propor novas técnicas para a efetividade da educação ambiental crítica para o desenvolvimento sustentável. O presente trabalho tem como hipótese o fato de que as legislações ambientais brasileiras, ao que tudo indica, não são efetivas para a educação ambiental sustentável, pois o Direito Ambiental – nacional e internacional – sozinho não é capaz de fazer com que a coletividade compreenda a importância da preservação e da tutela do meio ambiente. Além disso, é preciso repensar a educação ambiental brasileira, primeiro por ser conteudista e hegemônica, ancorada na educação bancária, sem tornar o estudante um ser crítico da realidade. É preciso que a sociedade brasileira olhe para o meio ambiente como algo indispensável a sua sobrevivência e que é integrante dele, por isso, precisa ser preservado. Por fim, repensar a lida com a natureza voltada somente a utilização dos recursos naturais até sua escassez, desprezando as futuras gerações. O presente trabalho tem como método dedutivo, com a realização entrevistas/questionários com docentes e discentes do ensino médio, para verificar a efetividade da educação ambiental local e as práticas pedagógicas. A técnica de pesquisa será buscar fundamento na doutrina, legislação, jurisprudências, teses de mestrado e doutorado e análise de entrevistas/questionários específicos sobre o contexto aqui abordado.

Palavras–Chave: educação ambiental; desenvolvimento sustentável; base nacional comum curricular.

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CONCILIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS FRENTE ÀS MEDIDAS SANITÁRIAS ADOTADAS PARA O CONTROLE DA PANDEMIA COVID-19

Vera Lúcia Pontes – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
veraluciapontes@hotmail.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A pandemia COVID-19 inaugurou um cenário de incontáveis desafios e complexidades para o enfrentamento sanitário. As situações instauradas pela pandemia, com a dimensão propagada pelo novo coronavírus, exigiram esforços nacional, regional e local antes não imaginados para a efetivação do direito à saúde. Neste aspecto, importante notar que, o Estado Democrático de Direito corrobora com valores ligados à dignidade da pessoa humana, os quais podem conectar com cada indivíduo, por meio do que a Constituição Federal instituiu como Igualdade e Liberdade. Sendo assim, a pesquisa da tese buscará analisar as principais medidas sanitárias adotadas no Brasil, frente aos instrumentos jurídicos do Estado Democrático de Direito, e dessa maneira, investigar se existiu nas decisões sanitárias o emprego da forma democrática. Identificar a possível conciliação dos instrumentos jurídicos do Estado Democrático de Direito com as medidas sanitárias, em regra oriundas de decisões emergenciais, permitirá problematizar os princípios da Liberdade e da Igualdade na efetivação do direito à saúde, no entanto, observando em que aspectos foram inseridos? Averígua-se, se a efetivação do direito à saúde conexa com as medidas sanitárias adotadas na pandemia COVID-19 empreendeu esforços para a garantia do Estado Democrático de Direito e até que ponto a forma democrática foi afiançada. Explorar as medidas sanitárias adotadas em vinculação com os princípios constitucionais da Liberdade e Igualdade permitirá o debate acerca de relevantes matérias constitucionais referentes ao Estado Democrático de Direito, bem como verificar eventuais violações à forma democrática. À vista disso empregar-se-á uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando artigos, teses, doutrinas, leis e jurisprudências, com aplicação dos métodos dedutivo e dialético.

Palavras–Chave: direito à saúde; estado democrático de direito; princípios da igualdade.

A EMULAÇÃO DE UM PROCESSO QUE DO PAPEL EVOLUI-SE PARA O DIGITAL

Igor Rodrigues da Costa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
cigor3001@gmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

O objetivo da tese é analisar como a emulação de um processo que evolui(u) do papel para o digital, assim como discutir se as nuances do processo civil acompanharam essa transposição de forma a garantir que esse novo modelo de processo não perdesse a dinâmica processualística. A informatização do processo não é mero ato processual, mas, sobretudo, uma nova forma de dizer o direito utilizando-se das tecnologias. Nesse sentido, vislumbra-se com a tese pesquisar, com afinco, a contribuição que as tecnologias da informação e comunicação podem e devem dar para a efetividade dos atos processuais em escala geral. A tecnologia como instrumento processual faz-se caminho para (re)pensar numa teoria geral da comunicação eletrônica de atos processuais. Por isso é necessário percorrer o sentido do direito revestido de processo, desvendando como surgiu, como avançou, como se tornou o que hoje é. Desconstruir, talvez, seja a palavra-chave para o que se propõe a pesquisa. É dar novo significado ao processo civil, por meio de seus atos de comunicação processuais, com a vestimenta da tecnologia. É mostrar a validade, efeito e eficiência da citação e intimação pela via eletrônica, com casos concretos problematizados e exemplificados. É dar novo sentido à audiência por videoconferência, deixando que o ouvir, o pedir e o decidir sejam revestidos de sentido, onde ali também há a presença do outro, mesmo que do outro lado da tela. A instrumentalidade digital é vital para a manutenção do processo. Como metodologia a tese percorrerá todo um caminho de hermenêutica, de sua essência, de sua história, de sua utilidade, de sua praticidade. Demonstrar-se-á, ainda, como as políticas públicas foram e são importantes para a concretização desse modelo possível de processo e tecnologia. Trata-se da busca de um novo marco jurídico, de um marco hermenêutico, de um marco tecnológico, que pode revolucionar a prática de atos processuais em meio eletrônico. Assim, a tese é refém da discussão profunda, que demandará não somente a análise de uma lei, de um código, mas a ressignificação de atos, de conceitos, de institutos processuais, sob o manto da tecnologia, que exigem cerca de quatro anos de pesquisa, tornando-se viável para a proposta que é o doutorado.

Palavras–Chave: emulação; processo civil; informatização do processo.

A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A DEFESA DO DIREITO ACUMULADO DOS PARTICIPANTES/BENEFICIÁRIOS FRENTE A POTENCIAL PASSIVO JUDICIAL A DESCOBERTO: IMPLICAÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO-PREVIDENCIÁRIO E EVENTUAL REPARAÇÃO CÍVEL DECORRENTE DO ATIVISMO JUDICIAL

Edilson Enedino das Chagas – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
enedinotjdf@msn.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

A hipótese principal é a de que a instabilidade judicial na apreciação dos contratos que envolvem Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), no intuito de garantir direitos para além daqueles acumulados pelos participantes, gera um passivo judicial a descoberto, o que implicaria efeitos no mercado financeiro-previdenciário a reclamar eventual reparação cível decorrente do ativismo judicial, sob de inviabilização dos sistemas de previdência bancados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Na primeira parte da pesquisa, o método utilizado será o da revisão bibliográfica doutrinária com foco em obras de Direito, Economia, Previdência, Filosofia e Sociologia e, ainda e precipuamente, a catalogação e análise detalhada do inteiro teor do RE nº 586.453–7/SE, dos repetitivos e conflitos de competência no âmbito do STJ, de precedentes nos TRF´s e nos Tribunais Estaduais, e, ainda, na Justiça Trabalhista (TST e TRT´s). Um estudo de caso incidente sobre o passivo judicial da EFPC da Caixa Econômica Federal, a FUNCEF, ante o exasperado número de demandas judiciais propostas por seus participantes, bem como a reiteração quase anual de planos de reequacionamento. Isso para exemplificar em um caso real a que passos caminham. Na segunda parte, além da consolidação bibliográfica sobre o tema, propõe-se como método de coleta dos dados empíricos a utilização de entrevistas-narrativa, seleção e discussão de dados, e posterior análise para confirmação/refutação das hipóteses iniciais. Considerando a exposição resumida do quadro que envolve a atual abordagem judicial de temas sensíveis à previdência complementar, é de se perguntar se o potencial passivo judicial a descoberto imposto ao direito acumulado dos participantes/beneficiários de uma EFPC pode ser objeto de reparação cível, decorrente do ativismo judiciário, ante o prejuízo direto causado aos participantes e a implicação do mercado financeiro-previdenciário. A pesquisa será conduzida no intuito de responder à seguinte problemática jurídica: a atual insistência em manter, na esfera trabalhista, o direito previdenciário privado, caracterizando o participante de EFPC como titular de direito trabalhista-previdenciário, ou como consumidor, negando a natureza jurídica civil-previdenciária do contrato, impondo seguidos passivos a descoberto das EFPCs, e especificamente aos seus participantes, caracteriza-se como erro judicial e pode ser objeto de reparação cível pelo Estado, em razão do ativismo judiciário e do prejuízo direto causado aos participantes, além de diversas implicações no mercado financeiro-previdenciário?

Palavras–Chave: previdência complementar; passivo; ativismo.

A MULHER NOS TRIBUNAIS: GÊNERO, JUSTIÇA E IMAGINÁRIO

Raquel Xavier Vieira Braga – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raquelxb07@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O objetivo da tese é investigar a misoginia a partir da análise das representações iconográficas femininas no contexto da justiça brasileira. Parte-se do exame das questões de identidade pelo gênero, investigam-se os contratos social e sexual, as heranças do patriarcado, examinam-se as imagens da justiça, o cenário das políticas públicas brasileiras direcionadas para o combate aos problemas de gênero nas instituições e as prerrogativas da mulher advogada. Em um segundo momento, há uma averiguação das evidências de que as mulheres são culturalmente preteridas através da luta pelos seus direitos, da constatação do menor acesso delas à justiça, do tratamento jurídico não igualitário por elas recebido na história do direito brasileiro, da baixa representatividade feminina nos tribunais e na advocacia e, ainda, da complexidade da sororidade nas carreiras jurídicas. Na terceira parte, avança-se para as aporias quando, então, verifica-se o paradoxo de a representação da justiça ser feminina sendo ela, na verdade, masculina, constatando-se o caráter paliativo das intervenções estatais e da Ordem dos Advogados do Brasil no que diz respeito às questões de gênero no ambiente jurídico e conclui-se que a opressão misógina é estrutural. Portanto, através dessa conscientização pode-se aproximar de uma proposta diferente de modelo igualitário e encontrar caminhos para mudanças qualitativas efetivas.

Palavras–Chave: justiça; iconografia; mulheres.

A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE GÊNERO E RAÇA NA JUSTIÇA E SEUS EFEITOS NA RELAÇÃO DE PODER E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES DAS MULHERES NEGRAS NA OCUPAÇÃO DE CARGOS DE GERENCIAIS

Juliana Alencar Wolney Cavalcante Aires – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
julianaaires@yahoo.com.br
Patricia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

Quais os fatores e o que explicam a sub–representatividade das mulheres negras (servidoras e magistradas) em cargos gerenciais no Judiciário? A política de gênero e raça no judiciário brasileiro ainda é insuficiente para promoção na ocupação de cargos gerenciais e dos espaços de poder por mulheres negras, que encontram o degrau quebrado que as impedem de serem promovidas a cargos de gerenciais, ou seja, aos primeiros cargos e não o topo, pois as mulheres negras ficam estagnadas no início de suas carreiras ou ocupam cargos subalternos, resultando em desequilíbrio no fluxo da ocupação de cargos gerenciais de maior nível. Esse fenômeno de constrangimento, configura uma barreira imposta às mulheres negras que pode ser confirmado se a reprodução e imposição de práticas materiais pelo Estado, ordenada e reproduzidas pelas Instituições for naturalizada pela sociedade. Ainda, a tese se justifica pelo aspecto fundamental de identificar e compreender os obstáculos invisíveis para a ocupação de mulheres negras nos cargos gerenciais, não negar diferenças, mas as desigualdades e a ausência de equidade. Note-se que uma das características do racismo e sexismo institucionais é a forma velada que é expressado e o sutil disfarce nas suas conclusões, que refletem o problema social internalizado por uma instituição pública, tendo o Estado na base dessa estrutura, numa aparente democracia racial. Há uma percepção preliminar na pesquisa, que as mulheres negras são segregadas quando se trata de progresso da carreira e que os caracteres de raça e gênero são determinantes para a escolha de ocupantes de cargos gerenciais no Judiciário, fato que implica na alocação de mulheres negras em cargos de posição subalternas, como sendo um processo de estratificação. Por que o Judiciário? Porque nele encontramos o ambiente propício para questionar partindo das premissas que o Judiciário é a casa da justiça, onde as Leis se fazem primeiro cumprir, onde a guarda dos princípios e garantias constitucionais são velados, não seria também o local do cumprimento interno da igualdade de gênero e raça? Frise-se que essa pesquisa é um esforço pela igualdade de gênero e raça e o empoderamento das mulheres negras no Judiciário brasileiro, portanto conhecer a realidade e poder observá-la através da ciência, notadamente diante de toda complexidade do tema, é o desafio desta pesquisadora. Na coleta, será utilizado dados primários que poderão ser obtidos nos Tribunais ou no CNJ, que possibilitará descrever o fenômeno e fazer inferências a partir dos resultados secundários, divulgados pelo IBGE, ONU e IPEA, priorizando indicadores relacionados ao acesso ao mercado de trabalho fundado em valores relacionados a gênero e raça. Será realizada revisão de bibliografia histórica e recente produzida sobre as características da sociedade brasileira, sobre indicadores de desigualdade de gênero e de participação da mulher negra e da luta dela pelos espaços, de voz e de direitos no Judiciário, no cenário nacional.

Palavras–Chave: democracia racial; judiciário; cargos gerenciais.

A POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS ZONAS DE AMORTECIMENTO COM BASE NO ASPECTO SOCIAL: UMA RELEITURA DA POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (TÍTULO PROVISÓRIO)

Lorene Raquel de Souza – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
lorene.raquel@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O objetivo da tese é analisar a possibilidade de financiamento dos serviços ambientais prestados pelas Unidades de Conservação, que, muitas vezes, estão sobrepostas às terras indígenas ou ocupadas por populações tradicionais, e suas zonas de amortecimento, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas. Para tanto, defende-se a criação de um modelo de Pagamento por Serviços Ambientais, com base no pressuposto social, ou multidimensional, já que envolve o pilar ambiental e social, como forma de estimular a adoção de condutas protetivas positivas pelas populações situadas nessas áreas. O trabalho girará em torno da seguinte hipótese de pesquisa: É possível defender que as ações individuais ou coletivas de manutenção, recuperação ou melhoria dos serviços ecossistêmicos, encampadas pelas populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação ou pelas pessoas inseridas no seu entorno sejam recompensadas, por meio de Pagamento por Serviços Ambientais? Nesse caso, sustentar-se-á que o objetivo principal será promover o bem-estar dessas comunidades, o que equipararia o pressuposto social ao ambiental ou colocaria aquele em posição de precedência sobre este, uma vez que a garantia de prestação de serviços ecossistêmicos ficaria em segundo plano. O objetivo geral da pesquisa é analisar a aplicabilidade e a pertinência do estabelecimento de Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, sedimentado no princípio do provedor–recebedor, tendo como objetivo principal a melhora das condições socioeconômicas dos responsáveis pelas ações de robustecimento dos serviços ecossistêmicos, uma vez que gestão das unidades de conservação se torna mais eficiente quando há o envolvimento das comunidades locais. Para atingir o objetivo geral explicitado, trabalhar-se-á sobre os seguintes objetivos específicos: (i) Levantamento do arcabouço teórico, normativo e jurisprudencial (nacional, regional e internacional) sobre a Prestação de Serviços Ambientais e o princípio do provedor–recebedor, que a fundamenta, compreendendo suas nuances e possíveis aplicações; (ii) Levantamento do arcabouço teórico, normativo e jurisprudencial (nacional, regional e internacional) sobre Unidades de Conservação, compreendendo suas nuances, possíveis aplicações e o ponto de confluência com a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; (iii) Identificação das Unidades de Conservação com população tradicionais residentes e o quantitativo de UCs com e sem zona de amortecimento definidas; (iv) Pesquisa e identificação dos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais que impactaram positivamente a dimensão socioeconômico de uma comunidade; (v) Construção de uma ligação entre as Políticas Públicas Ambientais abordadas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (vi) Apresentação de uma proposta de programa e de um projeto de PSA, com base social,

com o objetivo de garantir, ao mesmo tempo, a proteção social e do meio ambiente nas UCs e nas suas zonas de amortecimento. Nessa fase inicial, a pesquisa está concentrada no levantamento e na leitura do arcabouço teórico, normativo e jurisprudencial (nacional, regional e internacional) existentes sobre o tema.

Palavras–Chave: unidades de conservação; zonas de amortecimento; pagamento por serviços ambientais.

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A AMPLIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Giselle Feliz Santiago – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
giselle.santiago@sempreceub.com
Jose Levi Mello do Amaral Junior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

Compreende-se que nenhum direito ou proteção legal da pessoa com deficiência deve ser lesado, de modo que não haja qualquer supressão dos seus direitos garantidos. Dessa forma, face às discussões eminentes e ao contexto jurídico, é de suma importância ampliar o debate jurídico-acadêmico. No entanto, levanta-se um questionamento sobre: a existência da legislação e as políticas públicas atualmente é suficiente para a inclusão social das pessoas com deficiência? Sendo assim, a proposta traçará como problemática do estudo os seguintes questionamentos: Que efeitos os tratados interacionais produziram e produzem no ordenamento jurídico brasileiro no direito das pessoas com deficiência? Quais as decisões na corte judiciária que debateram sobre as problemáticas acerca dos direitos das pessoas com deficiência que trouxeram mudanças significativas na legislação? Qual o papel do Estado enquanto facilitador da garantia dos direitos dos deficientes? A luta histórica na construção de uma sociedade mais justa e igualitária que corrobora com o sistema jurídico, tem sido suficiente para a criação de novas políticas públicas? Quais os princípios constitucionais adotados para que norma ordinária venha ao encontro dos projetos de redução de desigualdades e inclusão das pessoas com deficiência? O objetivo principal é investigar, discutir, caracterizar e propor aperfeiçoamentos no sistema jurídico que garantam a viabilização dos direitos das pessoas com deficiência e o bem-estar social, com base em proposituras apresentadas no ordenamento constitucional brasileiro.

Palavras–Chave: proteção constitucional; pessoas com deficiência; políticas públicas.

A REGULAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA NO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS

Leonardo Vieira Arruda Achtschin – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
leovarruda@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A pesquisa busca analisar o instituto da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em tratados de investimentos, investigando seu papel na interpretação dos direitos conferidos a investidores estrangeiros em tratados bilaterais de investimentos (TBI). Até então concebidos para proteger os interesses dos investidores, o regime do Direito Internacional dos Investimentos tem passado por um processo de revisitação no sentido de conferir maior equilíbrio à relação entre o Estado receptor de investimentos e os investidores. Dentro desse processo encontra-se o instituto da RSC, voltado para a busca de uma contribuição dos investidores para a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países receptores de seus investimentos. Embora se caracterize como um parâmetro com status de soft law, não ensejando deveres vinculantes para as empresas estrangeiras, referido instituto, presente expressamente em alguns TBI, não pode ser compreendido como destituído de qualquer funcionalidade no âmbito de um tratado de investimentos. Assim, ainda que guarde a característica de voluntariedade, o será avaliada a potencial utilização da RSC como mecanismo de interpretação dos direitos dos investidores estrangeiros. Dentro dessa compreensão, a RSC funcionaria como vetor analítico do grau de proteção jurídica a ser conferida ao investidor em dois sentidos: (i) como vetor de interpretação dos próprios padrões de tratamento (garantias substanciais), e (ii) como vetor de interpretação para a adjudicação de direitos em nível de solução de controvérsias (garantias procedimentais). A análise dessa função da RSC se dará a partir da investigação decomposta de seus principais objetos de tutela jurídica: a proteção do meio ambiente; a proteção das relações de trabalho; a proteção dos direitos humanos e as medidas anticorrupção. Para a testagem da hipótese, a pesquisa se valerá do método empírico, em suas dimensões quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa se dará mediante a coleta, manipulação e análise de dados obtidos no decorrer da pesquisa, permitindo determinar a relevância de diferentes fatores de evolução do Direito dos Investimentos. A pesquisa qualitativa se dará por meio de pesquisa de campo (entrevistas e questionários), possibilitando uma avaliação da dinâmica de mudança de comportamento no cenário do Direito dos Investimentos, por vezes inviável de captura por meio do método quantitativo. Será feita pesquisa bibliográfica de livros, artigos científicos, e de dissertações de mestrado e teses de doutorado, capazes de aportar descobertas recentes.

Palavras–Chave: tratados de investimentos; responsabilidade social da empresa; regulação.

A RELAÇÃO ENTRE O CONTROLE EXTERNO REALIZADO PELO TCU E A GOVERNANÇA PÚBLICA COMO ELEMENTO ESSENCIAL À EFETIVIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE INOVAÇÃO NO BRASIL

Philippe Dall' Agnol – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
philippedallagnol@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A tese aborda a relação entre o controle externo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a governança pública como elemento essencial para a efetividade da política nacional de inovação no Brasil. Para iniciar a investigação da hipótese, é realizada a apresentação do panorama nacional das políticas de inovação, com uma breve incursão histórica nos eventos e programas públicos de fomento da ciência e da tecnologia até a consolidação de projetos esparsos na política nacional de inovação Em seguida são apresentadas as bases estruturantes do TCU e do controle externo dos atos da Administração Pública, para, então, avançar no debate da juridicidade das políticas públicas e a possibilidade de fiscalização e controle face ao Estado Democrático de Direito. Sob esta perspectiva, destacam-se os fundamentos constitucionais e os parâmetros normativos para o controle das políticas públicas, estabelecendo-se a legitimidade dos órgãos de controle na investigação da existência e do mérito das políticas de inovação. Após delinear a fundamentação normativa do controle de políticas públicas, são apresentadas as principais características das políticas estruturas da CT&I no Brasil, as quais foram objeto de auditoria pelo TCU, sendo os seus acórdãos examinados em consonância com as premissas doutrinárias apresentadas na presente investigação. É sob este panorama que a tese expõe e investiga as principais ineficiências identificadas pelo TCU quanto às políticas inovação, ao mesmo tempo em que aponta a relação entre a governança pública e o controle externo como um dos mecanismos para sanar a ineficiências que impedem o avanço da país enquanto nação tecnologicamente desenvolvida.

Palavras–Chave: políticas públicas; controle externo; governança.

A RESPONSABILIDADE AGRAVADA NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

Matheus Atalanio Alves de Sousa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
atalaniomatheus@gmail.com
José Francisco Rezek – CEUB, professor orientador
jose.rezek@ceub.edu.br

Trata-se de uma investigação sobre a forma por meio da qual os Estados são responsabilizados pela violação de normas internacionais peremptórias com base no Projeto de artigos sobre responsabilidade do Estado por ato internacionalmente ilícito pela Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas. A despeito das dificuldades provenientes de um cenário internacional anárquico, além da complexidade normativa advinda do voluntarismo, resta à Corte Internacional de Justiça utilizar dos tratados e dos costumes internacionais para solucionar os litígios que violem normas internacionais, inclusive as normas *jure cogens*. Roberto Ago, ainda em 1939, propõe a delimitação teórica de crime e de delito de Estado para garantir a adjudicação das normas de direito internacional, sejam elas cogentes ou não; no entanto essa teoria não foi plenamente aceita no segundo Projeto de artigos sob relatoria de James Crawford, que mantém a ideia original, mas de forma mais branda. Entre os anos de 2016 e 2019, Dire Tladi é convidado para ser o relator especial de estudos sobre o conceito e as delimitações teóricas do *jus cogens*. A partir dos quatro relatórios, entende-se que a definição teórica atual permite que o instituto da responsabilidade agravada, medida utilizada para atribuir a responsabilidade a um Estado que tenha violado normas imperativas de direito internacional, seja empregada de forma mais objetiva do que foi desde a sua implementação em 2001, com o intuito de coibir violações às normas *jure cogens*. Visa-se atingir esse objetivo por meio de uma metodologia hipotético-dedutiva, de natureza qualitativa e exploratória, por meio da análise dos julgados da Corte Internacional de Justiça, entre 1946 e 2019, e da melhor doutrina de direito internacional público. Nas pesquisas introdutórias, identificaram-se os dados a serem investigados entre os julgados da egrégia corte. A partir disso, decidiu-se por limitá-los em 23 decisões em que a responsabilidade agravada ou majorada pode ser estudada fazendo alusão às novas definições de *jus cogens* provenientes da CDI-ONU. Até o momento, as dificuldades são a falta de um ambiente em que se possa debater o tema de forma específica, que é bastante procedimental ao direito internacional público.

Palavras–Chave: responsabilidade; comissão de direito internacional; *jus cogens*.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELAS CONDUTAS ILÍCITAS DOS ROBÔS AUTÔNOMOS INTELIGENTES EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE NATUREZA PRIVADA

José Eustáquio de Melo Junior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
eustaquio1974@gmail.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A responsabilidade civil pelas condutas ilícitas dos robôs autônomos inteligentes em relações internacionais de natureza privada é subjetiva e subsidiária do programador, empregado do desenvolvedor do sistema, e do próprio robô autônomo inteligente. O objetivo geral desta investigação é desenvolver a tipologia da responsabilidade civil dos robôs autônomos inteligentes em relações internacionais de natureza privada. Para a consecução do objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: 1) avaliar os contornos da responsabilidade civil no direito nacional e internacional; 2) investigar as condutas dos programadores e dos robôs autônomos inteligentes aptas a ensejar a sua responsabilidade civil; 3) Inferir o elemento subjetivo da responsabilidade civil pelas condutas ilícitas dos robôs autônomos inteligentes; 4) Identificar o dano na responsabilidade civil pelas condutas ilícitas dos programadores e dos robôs autônomos inteligentes 5) Estruturar as causas excludentes da responsabilidade civil pelas condutas ilícitas dos robôs autônomos inteligentes. emprega-se o método dialético da pesquisa e abordagem qualitativa.

Palavras–Chave: responsabilidade civil; inteligência; artifical.

A SEMÂNTICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Nelcyvan Jardim dos Santos – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
nelcyvann@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A pesquisa busca permear o desenho da política pública de execução da educação no Sistema Penitenciário Nacional, principalmente do Estado do Tocantins e concatenado com a agenda ONU 2030, da qual o Brasil é signatário, em garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável. Destaca-se, como problema, a semântica da política pública de educação prisional na reinserção social. Com base em conhecer e analisar o significado da política pública educacional no sistema penitenciário tocantinense, principalmente nos 49 estabelecimentos prisionais tocantinenses, incluindo quatro Centros de Ressocialização, em Gurupi, Araguaína e dois estabelecimentos prisionais na capital Palmas. Almeja-se, ainda, problematizar os demais textos legais, analisando as proximidades e distanciamentos entre a legislação civil e a legislação educacional, como também os tratados, enfocando prioritariamente a forma pela qual esse aparato legal trata a problemática da política pública educacional aos segregados, estabelecendo a análise em duas frentes, buscando dados dos educandos que foram admitidos na Política Pública Educacional do Sistema Prisional tocantinense nos últimos 5 anos e fazer um paralelo entre a continuidade dos estudos, dentro e fora da prisão, para distinguir o interesse em remir a pena e progressão nos estudos. Diante deste desenho da pesquisa, tem-se a hipótese que a proposta praticada pela política pública de educação prisional não se molda ao ideal ressocializador.

Palavras–Chave: política pública; educação prisional; reinserção social.

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO DAS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES

Raquel Joyce Araujo da Silva Salgado – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raquel.joyce@sempreceub.br
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A prestação dos serviços de telecomunicações depende da implantação de infraestrutura de suporte, o que demanda altos investimentos. Nesse sentido, o art. 73 da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), Lei 9.472, de 26 de julho de 1997, garante que as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo terão direito à utilização de postes, dutos, condutos e servidões pertencentes ou controlados por prestadora de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de interesse público, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis. A legislação aprovada em âmbito federal, dispôs sobre a importância em estabelecer a garantia de que esteja presente a infraestrutura destinada à passagem das redes de telecomunicações, seja em espaços públicos ou privados, em todo o território nacional, isto posto, alcançando inclusive governos estaduais e federais. Ocorre que a instalação de infraestrutura para redes de telecomunicações em espaços pode ocorrer na infraestrutura de que outros serviços de interesse público estão sendo ofertados ganha uma nova perspectiva, um espaço exclusivo, onde a exploração dessa infraestrutura constitui um ativo em si. Tem-se aqui a complexidade exponencial de conflitos. De primeira ordem, conflitos das visões discordantes sobre as características necessárias da infraestrutura de rede de telecomunicações e compatibilidade com as instalações da obra pública. De segunda ordem, conflitos das visões sobre o compartilhamento dessa infraestrutura de rede de telecomunicações, isto é, quem pode ter acesso, a que valor deve se dar o acesso, existiria um limite a quantidade de compartilhamento dessa infraestrutura. Cabe observar que a Lei n. 13.848, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras (Lei das Agências Reguladoras), previu a possibilidade de atuação conjunta de duas ou mais agências com o objetivo de produzir ato normativo sobre matéria cuja disciplina envolva agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial. Com essas considerações, a presente pesquisa tem por hipótese que a arquitetura institucional, até então utilizada, é insuficiente para instruir os processos de conflitos sobre infraestrutura de suporte a redes de telecomunicações diante dos interesses de agentes de diferentes setores econômicos regulados. A pesquisa encontra-se no levantamento do arcabouço normativo processual aplicável às Agências Reguladoras, bem como no levantamento de casos reais.

Palavras–Chave: resolução de conflitos; infraestrutura; telecomunicações.

A SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS E AS QUESTÕES DE GÊNERO

João Carlos Souto – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
direitocomparado2@uol.com.br
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O tema da tese é “Suprema Corte dos Estados Unidos e as Questões de Gênero". O Tribunal proporcionou às mulheres a acolhida que Legislativo e Executivo se negaram a abraçar, a exemplo, entre outras, do direito ao salário-mínimo, ao uso de métodos contraceptivos, ao de ser contratada ainda que com filhos em idade pré-escolar e ao aborto. Esse último direito foi fruto de decisão da Corte e durou quase 50 anos, até a decisão de 24 de junho de 2020, em Dobbs v. Jackson. Essa contribuição do Poder Judiciário estadunidense reclama pesquisa, estudo, reflexão e é esse o desiderato da tese, vale dizer, ela se propõe a desvendar e precisar como, quando e em que condições tais decisões foram tomadas e quais pessoas foram fundamentais, responsáveis por implementar a igualdade de gênero via construção pretoriana. A tese pretende enfrentar as dificuldades para se chegar ao veredicto de cada uma dessas ações, os votos (favoráveis e contrários) e os métodos hermenêuticos utilizados. A tese é sobre mulheres, advirta-se, entretanto, que não se trata propriamente de uma análise sociológica sobre elas, ou a respeito da sociedade patriarcal, das dificuldades enfrentadas, da discriminação atávica e posterior conquistas femininas. Trata-se essencialmente de pesquisa sobre decisões proferidas pela Suprema Corte dos Estados Unidos nas quais as mulheres são o tema principal, sejam como autoras, como rés ou como terceiras interessadas. A pesquisa não se circunscreve às decisões favoráveis, muito embora elas sejam a maioria. De modo que o objetivo é também enfrentar momentos em que o Tribunal Supremo afirmou a “desigualdade” de gênero. A análise dos casos impõe conhecer os antecedentes, os personagens centrais, vale dizer, quem provocou a jurisdição, porque provocou, quando e em que condições. Além dessa abordagem, de todo necessária para entender os aspectos e os detalhes de cada processo, tem-se absolutamente indispensável a análise dos votos proferidos pelos juízes que compõem a Corte e como eles foram construídos, qual a tese esposada, sua importância, sua aceitabilidade entre as diversas correntes doutrinárias.

Palavras–Chave: questões de gênero; suprema corte/EUA; decisões.

A TRIPLA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS PAUTADAS EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O REDIMENSIONAMENTO DA FUNDAMENTAÇÃO PELA EXPLICABILIDADE DA LINGUAGEM ALGORÍTMICA

Henrique Alves Pinto – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
henrikiobrien@hotmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

Desde a metade do século XX, diversos esforços científicos na área da tecnologia iniciaram grandes estudos e pesquisas voltados à criação de modelos computacionais que tem por objetivo primordial simular a capacidade cognitiva da mente humana. Essas importantes conquistas do campo do conhecimento humano cujo ponto de partida aconteceu nas ciências computacionais, é chamada de Inteligência Artificial. E por conta da sua convergência com outros setores do conhecimento, tais como a Medicina, a Engenharia, a Matemática, a Física, a Química, a Linguística, a Neurociência, entre outros, desde então se tem obtido resultados superiores a quaisquer previsões antecedentes. Máquinas que operam por meio de sistemas inteligentes estão executando tarefas que até então só eram realizadas por seres humanos e, em algumas situações, com resultados mais rápidos e assertivos. Como não poderia deixar de ser, o universo jurídico não ficou alheio aos grandes avanços proporcionados pela Inteligência Artificial. E uma justificativa para o uso dessa nova tecnologia, especialmente, pelo Poder Judiciário, está ligada ao fato de que ela pode colaborar bastante com a redução do acervo de processos que engrossam as estatísticas deste poder, sob a promessa de se oferecer ao jurisdicionado, uma justiça mais célere. Contudo, a despeito da necessidade de modernização das estruturas do Poder Judiciário no processo de tomada de decisões, não se pode perder de vista que esta nova tecnologia pode trazer vários riscos aos jurisdicionados no campo social. Isso porque a tecnologia inteligente que hoje tem sido criada e desenvolvida pelo Poder Judiciário, preocupa-se muito mais com o pragmatismo na tomada de decisões do que com a qualidade de seus julgados, no cumprimento da tarefa perseguida pelo Código de Processo Civil de 2015, que é a de oferecer uma justiça mais segura e estável através da sistematização do microssistema de precedentes vinculantes. Não que a sociedade seja contra a modernização do Poder Judiciário, todavia, é importante que se faça um debate mais amplo com os setores que operam nas mais variadas camadas da ordem legal, para melhor compreensão, aprimoramento e, principalmente, a regulamentação do uso de Inteligência Artificial na elaboração da decisão judicial, assim como os seus mecanismos de controle. Apesar dessa discussão no Brasil estar aquém do desejado, no plano internacional esses debates têm levado à adoção de códigos de ética para definição de um conjunto de direitos e deveres aos operadores e usuários desta tecnologia, viabilizando sua auditoria e responsabilização. Entretanto, a discrepância entre os discursos das transnacionais (definido em seus códigos de ética/conduta) e suas práticas (presente no dia a dia da prática forense) colocam em jogo não apenas as questões éticas que giram em torno do Direito, como também as regras e princípios de argumentação e hermenêutica jurídicas. Já que a linguagem algorítmica que move a Inteligência Artificial, apesar de suas

irrefutáveis conquistas nos últimos anos, ainda não consegue descrever com a precisão exigida toda essa complexidade que habita o estudo dessa ciência social aplicada, como é o caso do Direito. Assim, surge então o objeto de estudo deste trabalho, que buscou analisar algumas alternativas para a melhor utilização da Inteligência Artificial aplicada ao processo de tomada de decisões, como é o caso do redimensionamento do direito fundamental à fundamentação das decisões judiciais através de um novo elemento que é a explicabilidade. Portanto, esta tese defendida consistiu em: a fundamentação das decisões judiciais deverá ser pautada em aspectos normativos–jurídicos e de explicabilidade dos fundamentos tendo em vista a utilização da Inteligência Artificial naquela decisão. Para tanto, houve a definição de procedimentos metodológicos no exame da Inteligência Artificial utilizado pelos tribunais, definindo um método próprio para análise dos dados coletados.

Palavras–Chave: inteligência artificial; processo civil; fundamentação.

A UTILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS COMO MÉTODO DE DESJUDICIALIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CONFLITUOSIDADE: NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO JUDICIÁRIO COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA

Marcelo Sant Anna Vieira Gomes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
marcelo.vgomes@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa envolve a análise das plataformas digitais de solução de conflitos e seu impacto para a garantia de um acesso à justiça substancial. Essa discussão decorre do fato de que o Poder Judiciário tem ampliado a utilização de tecnologia e a colocado como a verdadeira responsável pela diminuição dos conflitos e por uma maior redução das desigualdades entre as partes, por garantir uma maior democratização de acesso à composição conflitual. Ocorre que, é preciso verificar se a utilização de todo esse aparato tecnológico, de fato, tem sido responsável por garantir a preservação do parâmetro de acesso à justiça substancial estabelecido na Constituição Republicana de 1988. Nesse ínterim, a investigação tem como hipótese analisar se a ampliação de acesso à justiça por meio de plataformas digitais, tem conseguido atender à população mais pobre. Ao que parece não existem parâmetros sendo utilizados pelo Poder Judiciário para realizar a avaliação de políticas públicas digitais, objetivando verificar se os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça quanto à redução do acervo processual e as resoluções de conflitos, têm sido capazes de demonstrar efetividade e respeito aos valores constitucionais. Ademais, em vários casos, o que se observa é que as soluções realizadas por meio de autocomposição foram transportadas do físico (humano) para o digital, sem qualquer tipo de adaptação. Assim, não se observa uma modificação do procedimento quando realizado esse novo formato de procedimento. Diante disso, é preciso identificar se, de fato, houve uma redução de conflituosidade com a utilização da tecnologia ou se existem dados ocultos que não vieram, ainda, ao debate.

Palavras–Chave: ODR; *online dispute resolutions*; acesso à justiça.

A VIRTUALIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL E O REDIMENSIONAMENTO PRINCIPIOLÓGICO PROCESSUAL: ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DA IMPLANTAÇÃO DO E-PROC NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

José Maria Lima – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
doutoradojml2021@gmail.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

Diante da nova ordem processual virtualizada, com a implantação do processo judicial eletrônico, a partir das premissas traçadas na Lei n.º 11.419/2006, e da experiência desenvolvida com a institucionalização do ePROC, como plataforma operacional do processo eletrônico no Tribunal de Justiça do estado do Tocantins, quais são os fatores e estruturas determinantes para o redimensionamento principiológico processual e os seus impactos no aprimoramento da prestação jurisdicional e na ampliação do acesso à justiça? A partir da problematização temática apresentada na seção anterior, emerge como hipótese primária a seguinte premissa: considerando a nova ordem processual virtualizada, a institucionalização de novas tecnologias na atividade processual e o caso da implantação do ePROC, como sistema operacional do processo eletrônico no Tribunal de Justiça do estado do Tocantins, o redimensionamento da ordem principiológica processual se constitui em marco de transformação profunda da teoria geral do processo e de toda a dinâmica que envolve a prestação jurisdicional, devendo ser compreendida em todas as suas dimensões, para, com isso, possibilitar o aprimoramento da prestação jurisdicional e a ampliação do acesso à justiça. Com a finalidade de verificar a validade, ou falibilidade da hipótese posta na seção anterior, a pesquisa proposta buscará a realização do objetivo geral, especificado na subseção a seguir, que terá como antecedentes os objetivos específicos da subseção 2.2.2, que lhe sucede. Eis o objetivo geral e os objetivos específicos: Compreender as mutações principiológicas do sistema processual a partir dos fatores e estruturas que têm determinado o seu redimensionamento, bem como os seus impactos no aprimoramento da prestação jurisdicional e na ampliação do acesso à justiça, a partir da experiência de implantação do ePROC como sistema operacional do processo eletrônico no Tribunal de Justiça do estado do Tocantins. a) Apresentar, a partir de uma análise contextual, a clássica ordem principiológica processual, os seus fundamentos jusfilosóficos, conceituais e o seu atual estado diante da nova ordem processual com a implantação do processo judicial eletrônico; b) Identificar, a partir das premissas traçadas na Lei n.º 11.419/2006, as mudanças decorrentes da implementação do processo judicial eletrônico na ordem principiológica processual e os impactos na prestação jurisdicional e no acesso à justiça; c) Examinar os novos princípios processuais decorrentes da implantação do processo judicial eletrônico e a influência desses na desconstrução e redimensionamento da ordem processual com a virtualização do processo judicial; d) Demonstrar, a partir do estudo de caso da institucionalização do ePROC, como sistema operacional do processo eletrônico no Tribunal de Justiça do estado do Tocantins, de que forma a compreensão das mutações principiológicas do

sistema processual tem promovido um redimensionamento nos fatores e estruturas conceituais e uma revolução na dinâmica da prestação jurisdicional e no acesso à justiça.

Palavras–Chave: processo judicial eletrônico; virtualização da prestação jurisdicional; acesso à justiça.

ALCANCE E EFEITOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ADOÇÃO DA GOVERNANÇA COLABORATIVA COMO RESPOSTA AO PROBLEMA DA EFETIVIDADE

Jéffeson Menezes de Sousa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jmenezes@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A tese que tem como objeto o direito à proteção de dados pessoais, adotando como recorte a incidência desse direito nas relações de trabalho. Assim, busca examinar o alcance e efeitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira (LGPD) nas relações de trabalho, explorando as implicações do tratamento de dados pessoais dos trabalhadores nas fases pré-contratual, contratual e pós-contratual pelos empregadores, na busca por instrumentos que contribuam para efetividade da LGPD. Nesse contexto, a tese parte da análise dos modelos regulatórios em matéria de proteção de dados pessoais: i) regulação estatal forte, ii) autorregulação dos sujeitos privados e iii) corregulação com compartilhamento de responsabilidades. Adota a hipótese de que o modelo capaz de conferir efetividade ao direito à proteção de dados pessoais nas relações de trabalho deve consistir na complementaridade entre a regulação estatal e autorregulação dos sujeitos públicos e privados em busca de uma governança colaborativa. Para constatação da referida hipótese são abordados os princípios norteadores dos instrumentos de governança colaborativa, dando enfoque ao caráter multinível dos códigos de condutas a partir da experiência da União Europeia com enfoque no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados 2016/679 (RGPD). Nesse cenário, a tese avança demonstrando que há uma abertura do modelo regulatório brasileiro sobre proteção de dados para uma governança colaborativa a partir dos programas de governança em privacidade instituídos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira (LGPD). Explora a aparente "faculdade" na implementação de programas de governança em privacidade, ao demonstrar que a partir deles podemos chegar à efetividade das regras de proteção de dados pessoais nas relações de trabalho, especialmente no gerenciamento de risco no âmbito empresarial a partir dos programas de compliance. Por fim, a tese demonstra que uma política de proteção de dados pessoais e da privacidade no Brasil, estruturada na perspectiva corregulatória, recepcionada pela governança corporativa, possuirá maiores chances de efetivar o direito à proteção de dados pessoais dos trabalhadores, dada a complexidade e relevância da matéria, a existência de instrumentos como códigos de conduta à luz da experiência Europeia, com as devidas adequações às particularidades brasileiras, com estímulo à criação de programas de governança em privacidade vinculativos e com força executiva e a necessidade de certificação de conformidade dos programas de governança em privacidade setoriais pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Palavras–Chave: códigos de conduta; dados pessoais; lei geral de proteção de dados pessoais.

ANÁLISE DO IMPACTO DA MUDANÇA DO QUADRO NORMATIVO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL NO SETOR DE MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2016-2022

Victor Valença Carneiro de Albuquerque – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
victor.albuquerque@gmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O trabalho procura examinar a eficácia das novos instrumentos jurídico-institucionais introduzidos no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação a partir de 2016 na implementação da política pública federal de inovação em saúde proposta pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI e pelo Plano de Ação para Ciência, Tecnologia e Inovação para Saúde entre os anos 2016 e 2022. O foco principal é coletar dados junto a instituições federais de ciência, tecnologia e inovação (ICT) sobre o desenvolvimento de medicamentos biológicos no período 2016–2022, pedidos de patentes requeridas, registros solicitados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (ente nacional responsável pela autorização de introdução no mercado de tais produtos) e a existência de parcerias com atores privados no desenvolvimento dos produtos. A escolha pelos medicamentos biológicos se deu pela conveniência de um corte no universo pesquisável que permitisse uma análise tempestiva dos dados coletados. Os medicamentos biológicos estão, ademais, na fronteira da pesquisa sanitária mundial e representam a seara que têm recebido maior número de recursos para seu desenvolvimento. A limitação a ICT federais privilegia os maiores solicitantes de patentes de invenção no Brasil, uma vez que as universidades federais representaram 7 dos 10 maiores requerentes de patentes no país em 2020, segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. As modificações operadas no marco normativo da CT&I no país a partir da Emenda Constitucional n. 85, de 2015, tiveram como objetivos declarados, dentre outros: flexibilizar o regime jurídico-administrativo aplicável a atividades de CT&I em órgãos e entes públicos e incentivar uma relação mais próxima entre ICT públicas e setor privado, inclusive com a possibilidade de incremento de captação de recursos pelas primeiras junto ao segundo. O trabalho busca, então, aferir se (i) houve de fato diferenciação entre os arranjos institucionais administrativos aplicáveis a "atividades comuns" das ICT e àqueles pertinentes a atividades de CT&I; e (ii) se houve incremento de parcerias no âmbito de medicamentos biológicos entre ICT federais e agentes privados no período identificado. A proposta é examinar manifestações dos órgãos de consultoria jurídica das ICT federais sobre instrumentos específicos de CT&I introduzidos pelo novo marco normativo a partir de 2016, de maneira a aferir a aplicação de parâmetros de análise específicos e distintos daqueles concernentes a demais atividades administrativas desempenhadas pelos entes públicos. Além disso, serão buscados instrumentos negociais entre ICT públicas e agentes privados no âmbito de desenvolvimento de medicamentos biológicos no período mencionado, de modo a verificar o uso dos novos instrumentos disponibilizados. O tratamento dos dados coletados na fase exploratória deverá permitir uma análise qualitativa da eficácia das modificações no marco normativo da CT&I. O

trabalho ainda está na fase de coleta de dados. Tem-se experimentado uma dificuldade severa na obtenção de dados, quer junto à ANVISA quer junto a empresas privadas. O sistema de busca por registros de medicamentos disponibilizado pela Agência é bastante rudimentar, e as informações fornecidas possuem equívocos evidentes (como listar produtos de categorias distintas da solicitada ou não diferenciar entre registros de novos produtos e renovação de registros já existentes, por exemplo). Do lado privado, tem sido encontrada uma resistência em fornecer dados sobre os pedidos de registros solicitados à ANVISA, bem como sobre eventuais parcerias com ICT públicas, ainda que tais informações sejam, em tese, públicas e devam estar disponíveis a todos.

Palavras–Chave: ciência; tecnologia; inovação; arranjos institucionais.

ANÁLISE ECONÔMICA DO REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA

Arthur Lachter – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
alachter@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

Verificar a legislação que compõe os ordenamentos de conduta de magistrados brasileiros, em especial a lei orgânica da magistratura e regramentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob uma ótica de eficiência e rede de incentivos, através de mecanismos de análise econômica do direito para encontrar o verdadeiro norte de comportamentos dos magistrados, numa esfera exoprocessual.

Palavras–Chave: magistratura; análise econômica do direito; comportamento.

APRIMORAMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

Thiago Cícero Serra Lyrio – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
tcsl7@hotmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A análise das funções da Administração Pública, do Poder Judiciário, do Registro de Imóveis e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) evidencia a interação destes atores sociais na política pública da regularização fundiária. Nessa esteira, almeja-se entender se as elaborações e debates das políticas públicas estão avançando na efetivação da regularização fundiária rural. As antípodas forças caracterizadas pelos latifundiários e pelos assentados lutam incessantemente para obterem benefícios e vantagens para a sua categoria na elaboração das políticas públicas de regularização fundiária rural. Entretanto, esse procedimento afeta, macula e adia direitos e garantias postos aos cidadãos tanto na obtenção de um crédito rural quanto na aquisição de um lote de assentamento. A efetividade na implementação pode ser influenciada negativamente pela falta de possibilidade de ação do INCRA, como também de falta de acesso de financiamento junto às instituições financeiras, em razão de conflitos oriundos da elaboração das políticas públicas em instâncias superiores, muito longínquas da terra em debate. Pretende-se expor que, na verdade, o conflito nas políticas públicas da regularização fundiária rural é complexo e farto de interesses, que há avanço de efetividade nesta esfera, entrementes o potencial que se vislumbra é de resultados mais expressivos. Busca-se consolidar a política de ordenamento territorial com a produção sustentável garantindo a segurança necessária à regularização e preservando os interesses do Estado no atendimento aos anseios sociais. O objetivo é pesquisar se há avanços portentosos e consideráveis nos elementos da funcionalidade e efetividade da política pública para a implementação da regularização fundiária rural no Estado de Mato Grosso. De forma mais específica, os objetivos descrevem-se em estudar e facilitar a viabilização de: verificar as ações empreendidas para a elaboração e execução da política pública da regularização fundiária rural; atualizar os instrumentos de política de regularização fundiária rural; analisar criticamente as ações e as contribuições do INCRA, do Poder Judiciário e do Registro Imobiliário para a implementação da regularização fundiária rural; investigar a situação fundiária da região e os avanços alcançados com a implementação da regularização fundiária rural; examinar se o direito à propriedade, o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas foram alcançados com a implementação da regularização fundiária rural. O trabalho fundamenta-se no estudo da Constituição e leis federais relativas às Políticas Públicas na Regularização Fundiária Rural e às Leis dos Registros Públicos através de uma análise instrumental com enfoque normativo jurídico. Serão utilizados os métodos dedutivo e monográfico. Como técnica de pesquisa serão utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Em seguida, analisar-se-á o vínculo e o campo em que se encontram e partilham informações as políticas públicas e os registros públicos elaborando-se uma pesquisa empírico documental e normativa.

Palavras–Chave: regularização; fundiária rural; INCRA.

AS CONTADORIAS JUDICIAIS UNIFICADAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS DO BRASIL NA PERSPECTIVA DA CELERIDADE PROCESSUAL

Arthur Emílio Galdino de Sousa Rodrigues – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
arthur.rodrigues@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A morosidade na tramitação de algumas ações é algo que deixa a sociedade perplexa e desanimada, políticas públicas precisam ser elaboradas. Com o surgimento do processo eletrônico, no que diz respeito a organização da força de trabalho, permite-se otimizar e reorganizar a força de trabalho dos contadores judiciais, distribuindo os processos para cálculos de forma igualitária e equânime, com o objetivo de dar maior celeridade ao processo e diminuir o tempo de sua tramitação. Surge as contadorias judiciais unificadas, é necessário verificar se existem falhas, quantos tribunais estaduais possuem seu acervo 100% digital, destes quantos já implantaram a contadoria judicial unificada e quais são as melhores práticas adotadas em tais contadorias. A problemática: a atuação das contadorias judiciais unificadas está deixando os processos mais céleres diminuindo a duração do processo. A tese central: propor implementações ao sistema a partir dos resultados obtidos da investigação, os resultados obtidos servirão como norte para os demais tribunais que queiram implantar a mesma estrutura. Dentre as atribuições do objeto de estudo em questão está a de planejamento estratégico e gestão administrativa dos tribunais, estabelecendo metas para cumprimento entre as diversas cortes da justiça brasileira. A justificativa: é preciso ser verificado se tornou o processo mais célere em tais contadorias judiciais unificadas, bem como, quais são os impactos causados como um todo, positivos ou negativos, uma vez que após a identificação dos impactos é necessário estabelecer quais os melhores modelos de trabalho adotado, possibilitando a entrega do resultado final de forma mais eficaz e efetiva. O trabalho será baseado nas normas vigentes, rotinas de trabalho vivenciadas e diagnosticadas pelos contadores judiciais, a partir de documentos e/ou relatórios técnicos produzidos pelas contadorias. Após as verificações, com o presente trabalho, será possível aperfeiçoar e aprimorar as ferramentas, dando mais celeridade aos processos nas contadorias judiciais. Descrever o processo de criação e implantação das contadorias judiciais unificadas, a fim de verificar as repercussões em suas diferentes dimensões no cenário nacional, em deferência à celeridade processual e da razoável duração do processo nas contadorias judiciais já implantadas. A metodologia da tese: os procedimentos metodológicos requeridos para o desenvolvimento do relatório técnico são pesquisas bibliográficas e estudos sistemáticos de leis e demais normativas correlacionadas ao objeto da pesquisa, que serão acessados por meio virtual. Após a coleta e análise dos dados dos relatórios institucionais, poderão ser identificadas possíveis falhas nos trabalhos desenvolvidos pelas contadorias judiciais unificadas e sugerir modificações e melhorias. O objeto da investigação recairá sobre as principais mudanças advindas com a criação das contadorias judiciais unificadas; de que forma tais mudanças afetaram os seus trabalhos e desempenhos, de modo a configurar um cenário de possíveis melhorias; diagnosticar se o tempo de permanência dos processos para

cálculos nas contadorias judiciais unificadas resulta da falta de políticas públicas. O método abordado é o dedutivo e quali-quantitativo, utilizar-se-á da subsunção, analisando as regras adotadas pelas contadorias judiciais unificadas à prática jurídica de apuração dos trabalhos.

Palavras–Chave: tribunais de justiça estaduais; contadorias judiciais unificadas; celeridade processual.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUEM PARA MINORAR A DESIGUALDADE NO TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO DAS MULHERES

Nathália Canhedo – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
nathalia.canhedo@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O presente estudo que está sendo desenvolvido tem como objetivo analisar as Políticas Públicas relacionadas à mulher e relativas ao campo do trabalho, iniciando-se a pesquisa pelos Organismos Internacionais – Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), etc. Busca-se também aferir se, dentre as políticas encontradas, aquelas que trazem maior igualdade de gênero. Busca também aderir, dentre as políticas encontradas, quais aquelas que buscam minimizar a desigualdade no trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, especialmente na manutenção da economia do cuidado. Para que o trabalho alcance seu objetivo, o percurso metodológico será realizado através de uma pesquisa qualitativa centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica de relações sociais, partindo-se de um fenômeno global para o local, de modo que a pesquisa, primeiro, será realizada a nível internacional para, depois, nacional. A pesquisa será descritiva, contemplando análise documental através de bibliografia internacional e nacional com análise das normativas do tema em estudo.

Palavras–Chave: trabalho produtivo; trabalho reprodutivo; mulher.

ATIVISMO CONTROLADOR: O QUE ACONTECE QUANDO O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SE EXCEDE AO PRESTIGIAR A ECONOMICIDADE EM DETRIMENTO DA LEGALIDADE

Karina Amorim Sampaio Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
karinakasc@sempreceub.com
Sandro Lucio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A tese tem como objetivo principal investigar a preponderância do princípio da economicidade, em detrimento do princípio da legalidade, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como as repercussões que esse prestígio de um, em face do outro, gera na segurança jurídica necessária em qualquer processo administrativo, em especial os relacionados às licitações que são realizadas e aos contratos que são firmados no País todos os dias. O ativismo controlador é comportamento pernicioso que causa efeitos contrários aos pretendidos, gerando disfunção e insegurança jurídica. A pesquisa envereda por essa análise. A hipótese central indica que esse tipo de comportamento interpretativo do TCU, em vez de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de compras públicas no Brasil, possui efeito contrário, desacreditando-o, uma vez que os licitantes que participam de certames cotidianamente deixam de seguir o regramento fixado pelo edital – para atendimento das condições de habilitação e qualificação exigidas de todos os participantes – para focar apenas no preço, que é apenas um dos elementos de avaliação. A opção metodológica adotada para o desenvolvimento da tese situa-se nos limites da linha jurídico-dogmática, empregando o raciocínio dedutivo, e especialmente no debruçar sobre acórdãos do Tribunal de Contas da União que tratam diretamente do objeto de estudo. Trata-se, além disso, de uma pesquisa documental e de levantamento. A contribuição central da pesquisa consiste em identificar os potenciais riscos no afastamento do princípio da legalidade, nos certames públicos, em homenagem ao princípio da economicidade, demonstrando que o eventual prestígio da potencial economia de recursos públicos nas licitações, na verdade, desacredita todo o arcabouço normativo que foi desenvolvido para sustentar a igualdade entre os concorrentes, culminando em distorção e insegurança jurídica. Se um desses participantes, por exemplo, por ter apresentado o menor valor, descumpre as regras fixadas no edital – de ordem legal e normativa – e, ainda assim, pode ser chancelado por entendimento da Corte de Contas federal, perde-se toda a lógica de exigências de habilitação e qualificação indicadas na legislação em vigor.

Palavras–Chave: conflito de interesses; lei anticorrupção; relações público-privadas.

COLAPSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: DEFICIÊNCIAS, CAUSAS E ALTERNATIVA

Ciro Rosa de Oliveira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ciro.oliveira@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

As principais críticas ao sistema penitenciário brasileiro vão da ineficácia na ressocialização do detento às dificuldades enfrentadas pelo egresso, quando do retorno à sociedade. Este estudo propõe a análise das deficiências do sistema penitenciário brasileiro, além de promover uma discussão sobre as causas de sua crise e as possíveis alternativas para a sua solução. A superlotação provocada pela falta de vagas nos estabelecimentos prisionais é um dos principais problemas do atual sistema penitenciário, mormente pelo elevado número de presos provisórios, no Brasil, assim compreendidos os detidos no curso de investigação ou processo, ainda não sentenciados definitivamente, que aguardam recurso. Diante desse contexto, o Brasil passou a ocupar a terceira posição no ranking mundial de pessoas encarceradas, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China, segundo os dados fornecidos pelo INFOPEN e divulgados pelo DEPEN do Ministério da Justiça. Assim, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar a Medida Cautelar Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 347 do Distrito Federal, reconheceu o estado de coisa inconstitucional e pontuou que, no sistema prisional brasileiro, há violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, à higidez física e à integridade psíquica. A hipótese é a de que a ausência de política pública eficaz, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tem provocado não apenas o agravamento do número de presos provisórios junto à população carcerária, mas também violações recorrentes e em série aos direitos fundamentais dos encarcerados, em especial, ao direito à dignidade humana do egresso. Impõe-se, portanto, a conscientização das esferas de poder, a fim de que se torne possível "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" (United Nations General Assembly, 2015, Objetivo 16: Meta da Agenda de Desenvolvimento sustentável para o período de 2015 a 2030, Organização das Nações Unidas). Para tanto, verifica-se a possibilidade de estabelecer uma correlação de responsabilização das políticas públicas por suas ações e omissões, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo agravamento das transgressões aos direitos fundamentais dos presos e, sobretudo, pela superlotação carcerária nos presídios brasileiros.

Palavras–Chave: hipercaceramento; direitos fundamentais; ressocialização.

CONTRASTES NORMATIVOS E CULTURA DIGITAL NA PANDEMIA DA COVID-19: POLÍTICAS PÚBLICAS E TENSÕES ENTRE OS PODERES COMO UM LEGADO PÓS PANDÊMICO

Olívia Guimarães Ribeiro – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
oliviagribeiro@yahoo.com.br
Luiz Edson Fachin – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

A tese abordará o impacto causado pelas divergências normativas, incoerências de atuação e utilização distorcida da cultura digital no enfrentamento da pandemia da COVID-19com o intuito de consolidar um legado pós pandêmico que possa servir de guia em situações assemelhadas. A hipótese principal é de que tais tensões prejudicam o efetivo combate à pandemia. As ideias para comprovação dessa hipótese são de que as discrepâncias nas normas editadas no período pandêmico, associadas à adoção de condutas conflitantes pelos atores envolvidos nesse cenário e corroboradas pelas distorções decorrentes do mau uso da cultura digital dificultaram o enfrentamento eficaz da pandemia, permitindo que a doença se alastrasse pelo país, colocando-o em segundo lugar no mundo em casos de contaminados e mortos. O objetivo da pesquisa é analisar em que medida a cultura digital impacta nas tensões advindas dos conflitos entre as normas e os poderes que emergem dos novos atores em tempos pandêmicos. O método usado foi o normativo-jurídico. Os resultados encontrados foram de que as tensões pesquisadas (normativas, de atuação e de utilização indevida da cultura digital) produziram um impacto negativo no combate à pandemia da COVID-19no Brasil, devendo servir de parâmetro para que, em eventuais futuros casos de crises sanitária semelhantes sejam adotadas condutas diversas, que se mostrem mais eficazes ao devido enfrentamento.

Palavras–Chave: pandemia; COVID-19; cultura digital.

CRIPTOMOEDAS E SEUS REFLEXOS SOBRE A ATUAÇÃO JURISDICIONAL BRASILEIRA

Virgínia Motta Sousa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
virginia.motta@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

As criptomoedas, com sua ideia de possibilidade de anonimato e independência da economia de qualquer Estado, têm ajudado a mudar a forma com que a sociedade lida com o dinheiro, e o mercado de criptomoedas, apesar de sua falta de regulamentação, tem crescido de forma exponencial e, consequentemente, o número de ações judiciais relacionadas a este mercado. No entanto, até o momento, não existe qualquer consenso por parte da doutrina, jurisprudência ou mesmo dos órgãos técnicos reguladores do sistema financeiro brasileiro ou estrangeiros quanto à natureza das criptomoedas ou mesmo com relação à legislação aplicável a estas. Sendo assim se questiona: Qual a natureza jurídica das criptomoedas? É possível a definição da legislação aplicável às criptomoedas sem a caracterização de sua natureza jurídica? Em que medida a tendência de redirecionamento da jurisdição, para a solução dos conflitos relacionados ao uso das criptomoedas, no sentido dos métodos privados, em detrimento do fortalecimento do Estado, é favorável aos usuários? Hipóteses: A indicação da natureza jurídica das criptomoedas é essencial para o estabelecimento de sua regulação, definição da legislação aplicável, consequências jurídicas e obrigações, assim como as regras de competência aplicáveis aos conflitos decorrentes do uso das criptomoedas. Tendo em vista a possibilidade de supressão e/ou violação de direitos dos usuários por parte das empresas privadas, o fortalecimento do Estado enquanto agente, através da regulamentação deste mercado é imprescindível, mesmo que este não tenha a exclusividade do exercício de jurisdição. Objetivo geral – Análise da doutrina e jurisprudência brasileira e estrangeira sobre o tema das criptomoedas, para a melhor compreensão dos problemas relacionados ao uso destas, sua natureza jurídica, e legislação aplicável, e possível contribuição no aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro, no que tange à solução destes conflitos pela atuação jurisdicional brasileira, a fim de evitar prejuízos aos usuários de criptomoedas. Objetivos específicos: a. Analisar a doutrina e jurisprudência brasileira e estrangeira sobre o tema das criptomoedas, para a melhor compreensão dos problemas relacionados ao seu uso; b. Investigar e definir a natureza jurídica das criptomoedas; c. Identificar a legislação aplicável às criptomoedas e os órgãos competentes para a sua regulação; d. Explorar as consequências da natureza jurídica das criptomoedas em face da legislação processual vigente, principalmente com relação às regras de competência cabíveis para a solução dos conflitos decorrentes do uso das criptomoedas; e. Demonstrar possíveis propostas de adequação do ordenamento jurídico brasileiro às novas formas de transações financeiras, em específico ao caso das criptomoedas, a fim de solucionar os conflitos decorrentes de seu uso. Método – Revisão de bibliografia, artigos e revistas, análise de doutrina, legislação e jurisprudência brasileira e estrangeiras (pesquisa empírica qualitativa), pesquisa empírica qualitativa Após a identificação e análise de doutrinas, legislação e jurisprudência brasileira e estrangeiras, além de dados empíricos

relacionados ao tema proposto, será aplicado o método hipotético dedutivo ao conteúdo, para a solução dos problemas de pesquisa formulados, com maior ênfase na Bitcoin, sua natureza jurídica, sua regulação no Brasil e sua abordagem em outros países, por se tratar do criptoativo com maior presença no mercado atualmente. Dificuldades encontradas: Apesar de criada em 2008, a Bitcoin, principal criptomoeda até o momento, trata-se de um instituto recente, sobre o qual ainda não houve um estudo mais amplo, sendo poucas as publicações doutrinárias, e as decisões judiciais dos tribunais pátrios sobre o tema.

Palavras–Chave: criptomoedas; jurisdição; natureza jurídica.

DA NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES QUANDO DO EXERCÍCIO DO CONTROLE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Antonio Marcos Fonte Guimarães – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
antonio.guimaraes@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

O papel dos fundos de investimento como fomentadores do desenvolvimento econômico é notório. Essas entidades, em escala global, possuem participação ativa na atividade empresarial, na condição de sócios capitalistas, além de atuarem como financiadores em operações de crédito estruturadas nas mais variadas modalidades. Exercem, ainda, o papel de empresários ativos, com efetivo poder de controle sobre as empresas. Os fundos de investimento, há muitas décadas, apresentam-se como detentores de posição majoritária das ações em circulação no mercado norte-americano, por exemplo. Os fundos de investimento, a propósito, podem contribuir para o fomento ao mercado de crédito de diversas abordagens, sendo que duas delas merecem registro: a) por intermédio de estruturas de securitizações de recebíveis; ou b) por meio da participação societária exercendo controle acionário sob instituições financeiras aportando recursos que seriam, posteriormente, direcionados ao mercado de crédito nacional. Nesse contexto, há uma modalidade de fundos de investimento especialmente vocacionada para exercer esse papel de fomentador da competitividade no mercado de crédito por intermédio de participações societárias. Trata-se do Fundo de Investimento em Participações (FIP). A despeito do potencial dos FIP em fomentar a concorrência no mercado de crédito por intermédio de participações societárias qualificadas em instituições financeiras, há limitações jurídicas relacionadas à implementação dessa iniciativa que serão abordadas no estudo aqui proposto. Uma delas, cabe citar, advém da natureza jurídica condominial atribuída aos fundos de investimentos no Brasil. Nesse contexto, entende-se que um ente sem personalidade não poderia exercer controle direto de instituição financeira, por não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas no art. 17 do Regulamento Anexo I à Resolução CMN nº 4.122, de 2 de agosto de 2012. Em outras palavras, percebe-se que a imposição legal de uma natureza jurídica condominial implica limitações à atuação dos fundos de investimento em participações que impossibilitam sua atuação na condição de sócio controlador de uma instituição financeira. Essa impossibilidade, a propósito, encontra obstáculos também no arcabouço infralegal, conforme regulamentações editadas tanto pelo Conselho Monetário Nacional quanto pelo Banco Central do Brasil. Adicione-se, ainda, o fato de que a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, trouxe disposições a respeito da regulação dos fundos de investimento que trazem novos desafios e potenciais dificuldades no que diz respeito ao regime jurídico dessas instituições, especialmente no que diz respeito à imputação de responsabilidades aos prestadores de serviços desse veículo de investimento coletivo. Dessa forma, neste projeto de pesquisa para tese de doutoramento, propõe-se o desenvolvimento de análises que visam a atacar os seguintes problemas que hodiernamente encontram-se presentes no universo dos fundos de investimento em participações, na sua condição de

controladores de instituições financeiras: a) a controversa natureza jurídica dos fundos de investimento em participação; e b) a (im)possibilidade de aplicação de normas de limitação de responsabilidade próprias do direito societário em relação aos fundos de investimentos, especialmente nas hipóteses de gestão temerária na condição da atividade financeira, conforme arcabouço legal e regulamentar vigente.

Palavras–Chave: fundos de investimento; natureza jurídica; controle societário.

DE QUEM É O DEVER E O DIREITO DE CONSENSUALIZAR? POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: FORÇAS POLÍTICAS DO (DE UM) DIREITO E SUAS CONTINGÊNCIAS

Edilia Ayres Neta Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
bddila@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A pesquisa se propõe a reconhecer quais as forças políticas do direito e suas contingências que levam a centralizar no cidadão o direcionamento das políticas públicas de tratamento adequado de resolução de conflitos, em detrimento da também utilização desses instrumentos na resolução de demandas envolvendo os entes públicos como atores (demandantes e/ou demandados)? A tese se propõe a reconhecer se nas políticas públicas de tratamento consensual de conflitos o compromisso centralizado com o alargamento e a efetividade do acesso à justiça ao cidadão sem o esvaziamento de seus direitos ou se estas políticas seriam apenas uma institucionalização de instrumentos para redução de estatísticas e cumprimento de metas do Poder Judiciário. Objetiva identificar os paradigmas que norteiam a fomentação, criação e implementação das políticas públicas de consensualização judiciais que convocam o cidadão a desjudicializar, mas normalizam e normatizam ao Ente Público o ato de demandar. Pretende argumentar sobre a necessidade do uso das políticas públicas de Resolução Consensual de Conflitos não somente como políticas judiciárias, mas principalmente, como públicas e de promoção e expansão da cidadania, sustentando a urgência de se avaliar os processos de formulação dessas políticas e de implementação das estruturas institucionalizadas para a sua consolidação, correlacionando o contexto político e social da época com os reflexos em sua execução e êxitos a serem alcançados. Visa propor o emprego das Políticas de Tratamento consensual de conflitos nos litígios com o Poder Público que são os grandes demandantes no processo de congestionamento do Judiciário, alargando as dimensões da consensualização. A análise pretendida na tese visa entender as amarras da crise demandista e o papel do poder público neste contexto. Pretende vislumbrar possibilidades de amenização dos dogmas da cultura jurídica de supremacia do interesse público e a possibilidade de expansão das fronteiras das políticas públicas de consensualidade. A proposta busca a compreensão de como condições como o congestionamento do judiciário, alta judicialização, foram elevados à categoria de problemas e ascenderam às agendas governamentais, centralizando e direcionando as políticas públicas de resolução consensual apenas como política judiciária, direcionada apenas para o cidadão, privilegiando essa perspectiva como solução única ante as dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário, deixando à margem dessas medidas de tratamento de conflitos os entes públicos. Para alcançar essa tarefa será feita uma releitura da teoria de base escolhida como marco teórico, e das legislações e regulamentações, para traçar uma análise dos intervalos em que essas políticas são aplicadas, criadas ou implementadas e sua efetividade, suas exclusões e suas intenções. Será realizada uma pesquisa empírica com coleta de dados para desenhar o panorama das intervenções que são colocadas em prática a fim de se

demarcar também as que poderiam ser criadas ou ter suas fronteiras alargadas na fase de implementação. Será analisada as ferramentas de avaliação da efetividade destas políticas utilizadas pelo Poder Judiciário para que se consiga vislumbrar qual o objetivo pretendido com essas ações.

Palavras–Chave: CEJUSCS; resolução consensual de conflitos; políticas públicas.

DEBAIXO DA TERRA: A AGENDA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

Marcos Andre Alamy – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
malamy@terra.com.br
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O objetivo da tese é analisar até que ponto o novo modelo regulatório e as estratégias priorizadas pela Lei 14.026/2020 (Prestação de serviços regionalizada e incentivo à maior participação da iniciativa privada) se revelam mecanismos hábeis a promover, a partir de uma visão holística e estratégica, a universalização do Saneamento Básico no Brasil. A omissão governamental em relação ao saneamento básico pode ser percebida em metas repetidamente postergadas e longe de serem cumpridas. A exemplo, a persistência de inúmeros lixões. O pequeno volume de recursos públicos aplicados para solução de problemas de drenagem urbana e o pífio montante destinado ao saneamento no Orçamento da União, levam à baixa expectativa quanto à eficácia das novas diretrizes legais. De início, apresenta-se um estudo crítico do ciclo de políticas públicas de saneamento básico no Brasil, destacando possíveis causas para a não priorização de tal agenda. Em seguida, passa-se à analisar pontos de tensionamento entre os arranjos institucionais e territoriais do saneamento básico, antes e depois do Novo Marco Legal do Saneamento. A questão das metas de universalização do acesso e da efetiva prestação dos serviços é abordada com enfoque para os aspectos relacionados ao planejamento e à gestão de riscos. Conclui-se que o ciclo das políticas públicas é coberto de falhas. A edição e reedição de "marcos legais", por si só, não implica em solução para a questão do acesso universal ao saneamento básico. Para se alcançar o proposto foi utilizada a pesquisa bibliográfica e teórica, priorizando a análise de conteúdo. A relevância do estudo está ligada à necessidade de se repensar a agenda da política de saneamento básico no Brasil e, principalmente, de se adotar medidas efetivas condizentes com a modernidade da legislação.

Palavras–Chave: políticas públicas; saneamento básico; marco legal do saneamento.

DIMENSÕES DA PRIVACIDADE DOS DADOS EM SAÚDE NO BRASIL

Virna de Barros Figueiredo – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
virna_nunes@hotmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

Há uma tensão entre direito à privacidade e direito à saúde, não apenas no Brasil, como em vários países do mundo. A recente Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, surge como resposta inicial a tal anseio com a missão de proteger os direitos e liberdades fundamentais, em especial o direito à proteção de dados pessoais. Porém, o desafio se revela bem superior àquele que originalmente foi previsto pela norma, especialmente no que se refere aos dados sensíveis aplicáveis à saúde. Por meio de questões recentemente suscitadas ao Judiciário e da análise das Estratégias de Saúde Digital do Governo Federal, pesquisa tem por objetivo apresentar dificuldades, bem como apontar as principais vulnerabilidades quanto a efetividade das proteções destinadas aos dados de saúde, que demandam um olhar diferenciado do Estado para efetivar o almejado direito à privacidade e assegurar a dignidade da pessoa que se utiliza dos serviços de saúde. A pesquisa realizada utilizou como método a revisão bibliográfica e análise de dados, com abordagem qualitativa, utilizando fonte secundária, através do método indutivo e revisão de literatura nacional e estrangeira, mediante a tímida produção científica sobre a temática verificada nos bancos de pesquisa nacionais. Ao se pensar sobre a condução e manuseio de informações pessoais em saúde é preciso ir para além de prontuários e exames, atingindo a consciência de que a matéria é bem mais ampla do que se apresenta nas breves linhas da LGPD, a exemplo das inesperadas problemáticas que eclodiram com a pandemia do COVID-19. Outro ponto de atenção se fixa no alto custo regulatório para a aplicação e fiscalização dos procedimentos a serem adotados conforme a norma. Diante do rigor das políticas propostas para o controle dos dados pessoais, de sua coleta ao descarte, as organizações de saúde assumem uma imensa responsabilidade, vez que seu acervo ultrapassa exames, prontuários e informações biométricas, atingindo ainda registros financeiros, informações de seguros de saúde e inúmeros fornecedores. Deste modo, prevê-se que a adequação exigida pela norma demandará não apenas recursos financeiros, mas, especialmente, tempo para que se preparem profissionais e para alterar toda uma perspectiva de cibersegurança, conforme previsto nas estratégias de Saúde Digital. Portanto, o presente estudo busca demonstrar a necessidade de uma revisão profunda tanto na via documental, como na via operacional para cumprir com as exigências da LGPD e efetivar as atividades prioritárias indicadas na Estratégia de Saúde Digital para o Brasil, se iniciando pelos os avisos legais de tratamento de dados pessoais com informações para cumprir com os princípios do artigo 6º sobre finalidade, adequação e necessidade, que determinam que o tratamento de dados pessoais ocorra com propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados, compatíveis com a finalidade informada e limitados ao mínimo necessário.

Palavras–Chave: privacidade; dados sensíveis; saúde.

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O DISCURSO EM CONTRASTE COM A REALIDADE DE IMPERATRIZ/MA

Clovis Marques Dias Junior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
clovisjrs@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O objeto central do estudo proposto para a presente pesquisa é a educação em direitos humanos no âmbito do ensino superior. É necessário um aprofundamento da temática no espaço educacional e tem-se uma justificativa sociopolítica deste trabalho, que servirá como instrumento de reflexão das políticas públicas voltadas para promoção de uma educação em direitos humanos. A pesquisa tem como objetivo geral analisar se o direito a ser educado em direitos humanos tem sido concretizado, conforme o preconizado pelos marcos regulatórios da política curricular, no universo das instituições de ensino superior da cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão. A pesquisa se desenvolve metodologicamente abordando o conteúdo do direito fundamental a ser educado em direitos humanos, a partir dos marcos normativos internacionais e internos, bem como à luz da produção científica sobre a temática. É realizada a análise documental dos textos regulatórios da política curricular da educação brasileira, com especial destaque às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação, por fim, confronta-se, com o uso de questionários e entrevistas semiestruturadas, o discurso das políticas públicas promotoras do direito fundamental à educação em direitos humanos com a realidade das instituições de ensino superior da cidade de Imperatriz no Estado do Maranhão. O resultado provisório obtido, vez que a pesquisa ainda está em andamento, é o de que ser educado em direitos humanos é um direito fundamental, mas não vem sendo concretizado no espaço educacionais de Imperatriz (MA), em que pese a vasta previsão de políticas públicas prevendo que a educação deve seguir esses princípios em sua aplicação.

Palavras–Chave: educação em direitos humanos; política curricular; educação superior.

GESTÃO JUDICIÁRIA SOB A PERSPECTIVA DOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA

Luciana Yuki Fugishita Sorrentino – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
luciyfs@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O objetivo da tese é estabelecer o papel dos Centros de Inteligência na gestão judiciária de demandas repetitivas ou de massa. De início, estabelece-se o panorama histórico da criação das referidas unidades de apoio judiciário desde a iniciativa isolada na Justiça Federal do Rio Grande do Norte até a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça e as suas principais atribuições. Logo após, serão analisadas como as atribuições podem impactar na gestão judiciária através da emissão de notas técnicas e da análise empírica de dados colhidos dos sistemas dos tribunais. A partir de estudos de casos reais colhidos do Centro de Inteligência da Justiça do Distrito Federal com base em nos indicadores: taxa de reversibilidade e taxa de recorribilidade das demandas e os potenciais impactos da publicização das taxas de reversibilidade e recorribilidade dos Juízos e de magistrados para fins de produtividade e de incentivos para as partes recorrerem ou não de decisões judiciais. Para tal finalidade serão utilizadas as metodologias da pesquisa exploratória com revisão da bibliografia existente sobre o tema e a pesquisa empírica através da análise de dados colhidos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). A partir dos resultados serão avaliados o papel dos Centros de Inteligência na gestão judiciária atual e elaboradas propostas para que o seu potencial seja melhor explorado pelos tribunais.

Palavras–Chave: centro de inteligência; gestão judiciária; taxa de reversibilidade.

GOVERNANÇA AMBIENTAL EM RONDÔNIA: PROPOSTA DE UMA DOUTRINA ESTADUAL DE ATUAÇÃO INTEGRADA DE COMANDO E CONTROLE AO ENFRENTAMENTO DO DESMATAMENTO ILEGAL POR MESORREGIÕES

Adriana Vieira da Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
adriana.vieira@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A tese que ora se apresenta foi construída a partir de um questionamento central que procurou entender porque a fiscalização do desmatamento ilegal no Estado de Rondônia, mesmo com ferramentas de georreferenciamento e ações de comando e controle, não se mostraram suficientes para contê-lo. Pretende-se, após esse diagnóstico, formular uma doutrina de auxílio à elaboração de uma política pública antidesmatamento na Amazônia Ocidental, que esteja integrada a uma governança ambiental, cuja execução seja baseada em mesorregiões. A hipótese é de que o enfraquecimento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e o não desenvolvimento de critérios do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas sustentáveis ao Desmatamento do Estado de Rondônia (PPCASD/RO) implicam na ausência de uma governança ambiental adequada em Rondônia e contribui para manutenção das elevadas taxas locais de desmatamento ilegal. Como referencial teórico metodológico de elaboração da doutrina de governança ambiental em Rondônia, utiliza-se a Teoria Institucional de Douglass North, já que para esta teoria, a questão histórica exerce um poder *path dependence*: o contexto histórico atrelado às mudanças institucionais interfere no desempenho institucional do controle ao desmatamento ilegal no Estado de Rondônia. Esse referencial teórico-metodológico serve de aporte para a discussão sobre o desenvolvimento dessas instituições em Rondônia, considerando suas ações ao longo do período de formação territorial do estado e depois, as ações durante a vigência do PPCASD/RO em 2010, criado a partir da política nacional antidesmatamento vigente à época. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram aplicados, pelo Portal da Transparência (e-Sic), questionário junto aos atores do combate ao desmatamento ilegal e suas respostas, enfeixadas com o referencial teórico geral. Ao final, foram sugeridas ações que se baseassem em mesorregiões de exercício do Comando, Monitoramento e Controle antidesmatamento ilegal. Como eixos de análise da governança utilizaram-se os indicadores nas categorias de “Ambiente Institucional”; “Capacidade Estatal e Instrumentos de Gestão” e de “Relações Intergovernamentais e Interação Estado-Sociedade”. Após a sistematização dos dados coletados, com a Teoria da Governança, e do aporte metodológico da Teoria Institucional, foi possível criar uma Doutrina Estadual para o Enfrentamento ao Desmatamento Ilegal por Mesorregiões (DEPEDIM-RO), apresentada no último capítulo.

Palavras–Chave: desmatamento ilegal; mesorregiões amazônicas; institucionalismo.

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Leila Maria de Souza Jardim – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
leillajk@hotmail.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O objetivo da tese é analisar a atuação do Conselho Nacional de Justiça em busca da efetivação do direito ao meio ambiente equilibrado na esfera administrativa do Judiciário brasileiro a partir de 2015, o qual está em busca de implementar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, como política pública na Justiça brasileira, assim como apresentar contribuições para o cumprimento das metas para o Brasil em relação a execução da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Primeiro, a pesquisa centra-se em conhecer se a estratégia de governança socioambiental adotada pelo Conselho Nacional de Justiça com a institucionalização da Agenda 2030 das Organização das Nações Unidas será capaz de impactar positivamente na Administração Judiciária brasileira e produzir benefícios ao meio ambiente. Em seguida, há uma análise da Meta Nacional 9 – Integração da Agenda 2030 nos tribunais e conselhos da Justiça considerando os grandes desafios enfrentados pelo Conselho Nacional de Justiça no tocante à administração da justiça brasileira. Por último, discutimos se a proposta de integração da Agenda 2030 da ONU no Poder Judiciário brasileiro poderá contribuir com os objetivos, metas e indicadores que medem o desempenho do Brasil em relação a outros países.

Palavras–Chave: poder judiciário; governança; sustentabilidade.

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19SOBRE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL

Raphaella Karoline de Freitas Camargos – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raphaellakfc@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A tese aborda o impacto da pandemia de COVID-19sobre casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no Distrito Federal, em aderência à pesquisa conduzida pela Rede Nacional Transdisciplinar para estudar Covid e violência doméstica (coordenada pela Universidade Federal do Ceará e aprovada pela CAPES). No cenário pandêmico e de atual retomada socioeconômica, pretende-se identificar possíveis fatores de indução do incremento de casos noticiados de violência doméstica e familiar contra a mulher no Distrito Federal, bem como o modo pelo qual os arranjos institucionais locais têm feito frente às demandas apresentadas pelas vítimas. Diante de tal problema de pesquisa, defende-se como hipótese central a existência de, ao menos, dois possíveis fatores de indução do incremento de casos noticiados de violência doméstica e familiar contra a mulher no Distrito Federal, sob o recorte temporal da pandemia e atual retomada socioeconômica: (i) o isolamento social e (ii) a precarização do trabalho e da renda. Afirma-se a necessidade de um constante diálogo interinstitucional (em especial a partir das instâncias formais de controle penal) e políticas públicas propositivas e aderidas aos cenários locais para fazer frente às reais demandas e vulnerabilidades dessas mulheres vítimas de violência. Como desdobramentos da hipótese central, enumeram-se estas possibilidades: i. assimetrias quantitativas e qualitativas de violência doméstica e familiar contra a mulher, sob os recortes racial, socioeconômico e geográfico acentuam-se na situação pandêmica; ii. redes de apoio formais e informais às mulheres vítimas de violência fragilizam-se pela necessidade imposta de distanciamento social e pelo agravamento da vulnerabilidade econômica decorrente da precarização do trabalho e da renda; iii. o acesso da mulher à rede de serviços, inclusive Delegacias, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, para concessão, cumprimento e monitoramento de medidas protetivas de urgência pode ser, ao menos em parte, obstada pela pandemia e agravamento de vulnerabilidades socioeconômicas e relacionadas inclusive à saúde física e mental. Metodologicamente, a tese observa dedução, revisão bibliográfica, análise documental e de dados oficiais, além de abordagem qualitativa, inclusive com entrevista semiestruturada nos casos escolhidos entre aqueles judicializados sobre violência doméstica e familiar contra a mulher no Distrito Federal, sem descurar da análise interseccional e transdisciplinar, mote da Rede Nacional Transdisciplinar para estudar Covid e violência doméstica.

Palavras–Chave: violência doméstica; COVID-19; Distrito Federal.

IMPLEMENTAÇÃO DA TEORIA DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA INSTITUCIONAL NO PROCESSO INTERPRETATIVO DECISÓRIO CONSTITUCIONAL

Jefferson David Asevedo Ramos – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jefferson.ramos@sempreceub.com
Inocencio Martires Coelho – CEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

Neste novo modelo, passou o Judiciário a atuar de forma mais incisiva na proteção dos direitos fundamentais, intensificando a judicialização das relações sociais e acabando por proferir decisões que tem repercutido nos outros poderes do Estado e que vendo sendo compreendida, por vezes, como uma interferência judicial excessiva e ilegítima. Este protagonismo judicial que ora se vivencia não tem por lógica, como aprioristicamente alegado por alguns, ofender os parâmetros de sustentação da democracia, priorizando e buscando demonstrar a força de um poder em detrimento de outro, mas frente ao distanciamento abissal entre a classe política e a sociedade civil, conjugado com o déficit de efetividade dos direitos fundamentais, suprir as necessidades sociais nos chamados "hard cases". A atuação do Judiciário, suprindo as deficiências da Administração na implantação de políticas públicas de alta relevância, fortalece o viés democrático, na medida em que fornece, nas palavras de John Rawls, decisões "baseadas em justificativas racionais". Ocorre que em um Estado Democrático de Direito não podem os problemas públicos serem tão só identificados e corrigidos pelo Poder Judiciário, pois todos os poderes constituídos devem atuar com sensibilidade e de forma eficiente para a solução conjunta dos problemas sociais, por isto a tão propalada necessidade de se garantir, como declinado no art. 2º da Constituição Federal, a independência e harmonia entre o Executivo, Legislativo e o Judiciário, devendo ainda ser somada a sociedade civil em suas múltiplas formas de atuação social. Neste sentido, objetiva-se com a presente Tese a incorporação dos chamados diálogos institucionais e a remodelação da atividade judicante, passando o Judiciário a expandir suas funções típicas, agindo também de forma estratégica, por meio do encorajamento dos detentores do poder a operarem de forma cooperada para o enfrentamento de questões de alta complexidade. No que tange a metodologia a ser utilizada no estudo, será a efeito a vertente intitulada como "jurídico-teórica", com maior relacionamento do objeto de pesquisa à Filosofia do Direito, podendo ainda ser incluída a Tese no modelo "jurídico-projetiva, por seu propósito de incorporar novos institutos ao sistema jurídico. Finalmente, frente a remodelação da atuação do Judiciário em sede de demandas complexas que ora se defende, conclui-se que é possível não só evitar práticas eventualmente juristocráticas e ativistas, mas como gerar decisões constitucionalmente adequadas e juridicamente mais justas, pois, como dizia Santo Agostinho, "onde não há verdadeira justiça não pode existir verdadeiro direito".

Palavras–Chave: judiciário; poderes; diálogos.

IMPLICAÇÕES DO MECANISMO DO FUNDEB NAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA SOLIDARIEDADE

Naiara Cardoso Gomide da Costa Alamy – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
naiaraalamy@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O objetivo da tese é investigar as implicações do financiamento público da educação básica – mecanismo do FUNDEB – nas oportunidades educacionais sob a perspectiva da solidariedade. Para se atingir o proposto tem sido utilizada a pesquisa exploratória da legislação, obras doutrinárias, artigos de revistas especializadas, bem como dos bancos de dados da Capes. Parte-se do pressuposto que a educação é um bem público que deve estar à disposição da população como um todo. O trabalho está dividido em três partes e se inicia situando a discussão da educação básica brasileira, no contexto neoliberal e seus reflexos na solidariedade. Na segunda parte, apresenta-se o FUNDEB considerando sua natureza jurídica, seus limites e suas consequências na sociedade. Por último, reflete-se sobre a ausência de um sistema nacional de educação e a ausência de regulamentação do CAQ como instrumento específico para agregar qualidade. Como resultado preliminar, obtido da análise dos dados até agora coletados, percebe-se avanços na estrutura educacional nacional, mas que a ausência de racionalização entre os principais atores na tomada de decisão das políticas de financiamento, afetam o oferecimento de educação como um todo atingindo a solidariedade e, consequentemente, mantendo a persistência da desigualdade.

Palavras–Chave: financiamento público; educação; solidariedade.

INDEPENDÊNCIA JUDICIAL EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMATIZAÇÃO PROCESSUAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Arióstenis Guimarães Vieira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ariostenis@gmail.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – CEUB, professor orientador
carlos.britto@ceub.edu.br

A propósito da independência do juiz – tema central do projeto de pesquisa – é preciso ressaltar a legitimidade das limitações constitucionalmente impostas ao exercício da própria atividade jurisdicional, inclusive no alcance do que chamamos de "independência". Por outro lado, também devemos ressaltar e assegurar a importância da autonomia jurisdicional para o bom funcionamento do Estado Democrático de Direito. Neste cenário persistem abertas as seguintes indagações: O que é essa tal independência judicial? Há liberdade plena para o juiz decidir? Quando refletimos sobre o conceito de liberdade da alma humana, uma boa resposta veio de Cecília Meireles: “Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”. Mas nós sabemos essa liberdade que tanto bem faz à alma dos homens e mulheres e que há de alimentar os nossos sonhos na vida e na coletividade, essa liberdade não se aplica – pelo menos não de forma plena – aos juízes. De fato, nós juízes temos uma liberdade mitigada, uma independência submetida a outros parâmetros. Mas quais são esses parâmetros? Como agir com liberdade e independência em um ambiente com poder cada vez mais concentrado e cada vez mais complexo? Como assegurar independência ao juiz em um ambiente jurídico cada vez mais incrementado com ferramentas tecnológicas e até mesmo com a inteligência artificial? O próprio sistema de precedentes, cuja consolidação é tão relevante para o bom funcionamento da ordem jurídica e até mesmo para a atividade econômica, qual o seu impacto na redefinição do que se entende por independência judicial? A construção de respostas a tais questionamentos recomenda profunda análise que vai muito além do direito e da ordem jurídica.

Palavras–Chave: independência; juiz; tecnologia.

INFRAESTRUTURAS URBANAS INTELIGENTES PARA BRASÍLIA À LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DE MODELOS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE VOLTADA À CRIAÇÃO DE AMBIENTES URBANOS MAIS INTELIGENTES, HUMANOS, DEMOCRÁTICOS E SUSTENTÁVEIS

Tatiana Reinehr de Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
tatianaro25@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A presente tese tem por objetivo investigar modelos internacionais de *smart city*, sobretudo os de Viena e Copenhagen, a partir do ciclo de políticas públicas, buscando-se soluções para Brasília voltadas à instalação de um meio ambiente urbano mais qualitativamente inteligente e sustentável, à promoção de uma cidadania participativa e à formação de cidadãos qualitativamente inteligentes e conscientes das necessidades de requalificação da urbe em um ambiente mais inteligente, humano, democrático e sustentável. A pesquisa emprega o método qualitativo, exploratório-bibliográfico e, subsidiariamente, a análise empírica. Parte-se da hipótese principal de que a análise das infraestruturas urbanas inteligentes efetivamente aplicadas pelos governos de cidades que se destacam internacionalmente no contexto das *smart cities*, notadamente Viena e Copenhagen, sob a ótica da racionalidade recomendada para o ciclo de políticas públicas, revela que essas soluções impactam positivamente na qualidade de vida dos habitantes da cidade em virtude da elaboração das políticas públicas inovadoras voltadas à viabilização do desenvolvimento social sustentável; lógica essa que pode ser reproduzida no cenário urbano de Brasília. As ideias principais para comprovar a hipótese são: 1– A adoção de soluções inteligentes segundo os modelos internacionais sob análise, de acordo com a racionalidade do ciclo de políticas públicas, pode contribuir para que princípios, normas e diretrizes aplicáveis aos processos de urbanificação se tornem mais efetivos e causem melhores impactos no caso concreto de transformação da cidade de Brasília em um ambiente urbano inteligente, humano e sustentável. 2– Os arranjos jurídico-institucionais existentes no contexto das cidades sob análise (Viena, Copenhagen e Brasília) são capazes de assegurar a implementação de infraestruturas urbanas inteligentes de modo a impactar positivamente na qualidade de vida dos seus habitantes e do meio ambiente urbano. 3– Instrumentos jurídicos que fundamentam a elaboração da política pública de implementação de infraestruturas urbanas smart adotados internacionalmente teriam auxiliado na criação de um ambiente urbano inteligente, humano e sustentável, em sintonia com as necessidades da população local e em respeito ao meio ambiente, incluindo a sua dimensão artificial e cultural para abranger a proteção ao patrimônio histórico local. 4– A experiência internacional tem demonstrado que a implementação de infraestruturas urbanas inteligentes introduz melhora nos serviços urbanos e influencia positivamente a qualidade de vida dos seus citadinos. Observam-se reflexos importantes das inovações nas áreas relacionadas à energia, às telecomunicações, à mobilidade e ao transporte público, aos sistemas de saúde e educação, e à governança. No contexto de Brasília, importa ainda considerar a necessidade de preservação do meio ambiente, incluindo o patrimônio histórico cultural

do Conjunto Urbano de Brasília (CUB). Atualmente, encontra-se em fase de aprofundamento da pesquisa bibliográfica, revisão do sumário, prevendo-se ainda a continuação da pesquisa de campo em Viena em novembro deste ano. Ressalta-se que esta já havia se iniciado em novembro de 2021, no entanto, em razão das dificuldades encontradas em razão da implementação do lockdown na capital austríaca no mesmo período, tornou-se necessário retomar a investigação in loco. Os resultados encontrados até o momento corroboram as ideias principais acima apontadas e demonstram a necessidade de aprofundamento da investigação.

Palavras–Chave: infraestruturas urbanas inteligentes; Brasília; modelos internacionais.

INTERPRETAÇÃO INSTRUMENTALIZADORA DE INSTITUTOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE PROCESSUAL E DA EFICIÊNCIA JURISDICIONAL – A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOCIAL SOB A ÓTICA DOS PRECEDENTES VINCULANTES

Mauricio Alves Santana – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
eitamauricio@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

Pretende-se esclarecer o problema da pesquisa segundo as três vertentes encontradas nos textos sobre a relação entre o princípio da eficiência e o processo civil. Na primeira hipótese, o princípio da eficiência em sua aplicação no processo civil, seria uma diretriz administrativa a ser formulada, aplicada e exigida como mecanismo de realização de políticas judiciárias. Nessa hipótese caberia, segundo o nosso sistema jurídico atual, ao Conselho Nacional de Justiça a definição de metas para o atingimento dos fins propostos para a atividade judicial em todas as instâncias. O desdobramento da eficiência sob os aspectos da celeridade e da economicidade seria o principal foco da hipótese. Também o Supremo Tribunal Federal, por sua presidência, exerceria tarefa administrativa de política judiciária. Entram em cena, nessa hipótese, os parâmetros de Richard Posner relacionados à jurimetria e aos cálculos de eficiência dos tribunais considerando pessoal e número de decisões proferidas. A eficiência seria uma forma de validação dos gastos públicos com a prestação da tutela jurisdicional, ou seja, o custo econômico na realização de direitos. A qualidade da prestação da tutela seria aferida segundo a taxa de recorribilidade e provimento de recursos, além dos critérios de promoção nas carreiras dos juízes. Na segunda hipótese a eficiência no processo civil estaria relacionada à efetividade da prestação jurisdicional. Nesse contexto, os provimentos jurisdicionais atenderiam ao postulado da eficiência se fossem efetivos, ou seja, atendessem ao interesse das partes na prestação da tutela jurisdicional. Nessa vertente o aumento dos gastos com a prestação da tutela jurisdicional deveria conduzir proporcionalmente ao aumento da efetividade na tutela dos direitos e de acesso à justiça. A sensação de realização da justiça adviria da execução efetiva dos provimentos jurisdicionais. Na terceira hipótese o princípio da eficiência serviria não só para atender às duas hipóteses anteriores, mas também para servir como orientação processual para o fim de gerenciamento ou gestão do processo judicializado. Nessa hipótese ganham relevância os instrumentos utilizados para o atingimento de resultados práticos e efetivos de forma a garantir o acesso à tutela jurisdicional racional. Assim, as teorias sobre processos estruturais, *class actions*, julgamentos repetitivos e vinculantes teriam importância crucial para a concretização do postulado da eficiência. A atividade de gerenciamento do processo seria a atividade processual do juiz sobre: i. identificação de questões relevantes; ii. maior utilização pelas partes de meios alternativos de solução; iii. definição de tempo necessário para concluir os trâmites processuais. As medidas estruturantes estariam vinculadas a faceta da efetividade do princípio da eficiência, e nessa terceira hipótese caberia aos juízes, utilizando das possibilidades previstas no sistema processual, a atividade de definir meios para dar maior eficiência às decisões. Nessa terceira hipótese percebe-se também a importância da participação dos

advogados e das partes na realização da eficiência no processo civil. O ensino do direito nas faculdades seria fator relevante para dar eficiência à prestação jurisdicional. O atingimento de fatores de economicidade seriam consequência lógica da aplicação racional do sistema processual. A atuação das Cortes de vértice teria importância preponderante para aplicação uniforme e universal do direito, reduzindo a sensação de injustiça. Também, nessa terceira hipótese, caberia ao Judiciário fomentar formas de resolução do litígio pela via consensual, ainda que já ajuizada a ação. Entram nesse enfoque as medidas recentemente tomadas no sentido de descentralização da cultura monista de acesso ao Judiciário.

Palavras–Chave: eficiência; instrumentalidade; processo civil.

INTERRELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO, ESTRUTURAS GOVERNAMENTAIS DE ACADEMIA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MELHORIAS NO ENSINO DO DIREITO

Ana Carolina Figueiro Longo – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
ana@carolinalongo.com.br
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

Os órgãos regulamentadores da educação brasileira estabeleceram diretrizes gerais para a construção dos currículos dos cursos de Direito, explicitando que deveriam possibilitar uma formação profissional que revele habilidades e competências próprias da operação do Direito. Essa alteração normativa, entretanto, não teve o condão de modificar, significativamente, a forma como os cursos de Direito orientam sua proposta metodológica, visto que permanecem focados no conteúdo a ser apreendido pelos discentes. No mesmo sentido, as ferramentas de verificação de desempenho desses alunos, interna e externamente – como o exame de ordem, concursos públicos e o ENADE, ainda permanecem centradas na avaliação dos saberes acumulados, mais do que nas habilidades e competências desenvolvidas durante a vida acadêmica. Em 2021, a matriz curricular da graduação em Direito do UniCEUB mudou, explicitamente, de aprendizagem por conteúdo para aprendizagem por competências e habilidades, para adequar-se à Resolução CES/MEC 09/2004 e em resposta à necessidade de melhorar a formação dos alunos. A perspectiva é excelente porque, superando diversas críticas que circundam o ensino jurídico, a nova matriz tem por propósito formar profissionais que, para além do conhecimento técnico, possuem habilidades para lidar com as questões naturais do exercício de suas funções laborais e operacionalização humanizada do Direito. Todavia, apesar das iniciativas de mudanças estruturais, a qualidade do conhecimento desses alunos ainda será verificada por meio de provas objetivas, que mensuram o conhecimento, como é o exame da ordem e os concursos públicos. Implica dizer, que ainda que se responda positivamente às críticas de que o ensino jurídico deve ser melhorado, as políticas públicas de validação do conhecimento ainda se pautam pelo acúmulo de conhecimento. Neste semestre tratei de organizar a pesquisa, compondo os questionários e demais elementos que serão utilizados, a partir do próximo semestre, para a realização da pesquisa. Busquei, também, a discussão da pesquisa com o Comitê de Ética, mas ainda não obtive aprovação. Há grande dificuldade no acesso e correção de vícios na Plataforma Brasil, com poucos recursos de apoio técnico, tanto no CEUB, quanto na própria plataforma. O objetivo geral é compreender o impacto que o aprendizado por habilidade e competências, promovido pela modificação da matriz curricular produzirá na formação profissional e acadêmica dos egressos do curso de Direito do UniCEUB, em especial o desempenho no exame da ordem e ENADE. Estão listados como objetivos específicos: a) compreender o processo político-decisório de modificação da matriz curricular do curso de direito do UniCEUB, de aprendizagem por conteúdo para aprendizagem por competências; b) compreender a percepção dos alunos em relação às reflexões críticas do Direito, no âmbito acadêmico e profissional; e c) acompanhar o desenvolvimento acadêmico de alunos e sua interação com as políticas públicas avaliativas, tanto individual quanto institucionalmente.

Palavras–Chave: educação jurídica; políticas públicas; formação de operadores do direito.

JUSTIÇA MULTIPORTAS A OBRIGATORIEDADE PRÉVIA DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS

Benigna Araujo Teixeira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
benigna.adv@gmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A justificativa da tese está no fato de que poucos estudos problematizam mediação sobre a perspectiva da política pública. A problemática de pesquisa é saber como o modelo de mediação de outros países, em especial a Argentina, poderá auxiliar na melhoria da efetividade da política judiciária do procedimento de métodos consensuais de conflitos? A justificativa da problemática parte do pressuposto que a própria mediação pode ser instrumento de política pública de acesso à justiça. Assim, indaga-se: é desejável que a mediação seja instrumento de avaliação de política pública judiciária? Se é desejável, o procedimento regulatório do Brasil torna possível a efetividade dos métodos consensuais de conflitos? O objetivo da pesquisa é traçar um plano de melhoria na política pública judiciária dos métodos consensuais de conflitos tendo como paradigma a Argentina, o primeiro país latino-americano a implantar mediação. No Brasil, o marco regulatório dos métodos consensuais foi realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a política pública denominada de Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse (PJNTACI), por meio da Resolução 125 de 2010. Para testar essa hipótese, será dividida em três etapas: a primeira será levantada documentação da política pública do CNJ – tanto a documentação que normatiza quanto a documentação relacionada à avaliação dessa política pública. Levantamento de projetos e legislações brasileiras. Em seguida, a segunda etapa, será pesquisado a experiência da mediação na Argentina – coletar dados oficiais da política pública Argentina, pesquisar bibliografias e documentos para saber se a institucionalização da mediação foi determinante para o sucesso das práticas dos métodos consensuais. E por último, terceira etapa, será coletado dados para confrontar as informações trazidas na primeira e segunda etapa para propor mudanças e alterações ou se não for o caso de alteração, isto é, se o caso da Argentina não for adequado na realidade do Brasil, isto é, caso em que a hipótese seja falseada, o estudo não seria em vão porque poderá propor mudanças pontuais que impliquem na melhoria da qualidade da política pública judicial. A metodologia da pesquisa será bibliográfica, documental, dogmática, exploratória, indutiva, jurisprudencial, identificar casos em outros países que a sociedade civil tenha participação efetiva na política pública judiciária de acesso à justiça. Será feito revisão de literatura, pesquisa documental, jurisprudencial, legislativa, normativos infralegais; pesquisas de identificação e estudo de caso comparado do CNJ e da Lei Argentina que determina a obrigatoriedade prévia de acessar a mediação antes de buscar o judiciário, para verificar como a sociedade civil e o Judiciário argentino se comportam com tal obrigatoriedade. Ao final, utilizar-se-á os dados coletados para se propor alteração legislativa e aplicações práticas para efetividade da política nacional de tratamento adequado de conflitos de interesse coordenada pelo CNJ.

Palavras–Chave: mediação; processo civil; poder judiciário.

LIMITES E LIMITES DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Amilar Domingos Moreira Martins – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
amilar.martins@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O objetivo é definir os limites constitucionais aplicáveis à inteligência artificial e a extensão dessas limitações. A tese apoia-se em diversos filósofos contemporâneos para tratar das potencialidades e riscos da inteligência artificial na sociedade, terminando por estabelecer uma lógica da aplicação socialmente adequada daquela ciência.

Palavras–Chave: inteligência artificial; constitucionalismo; limitações.

MATRIZ TRIBUTÁRIA REGRESSIVA: O IMPACTO DA CARGA TRIBUTÁRIA INDIRETA SOBRE O CONSUMO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA BENEFICIADAS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020/2021

Francelino das Chagas Valença Junior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
francelino.valenca@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O presente projeto pretende investigar se os valores recebidos pela população beneficiada pelo auxílio emergencial em 2020 e 2021 sofreram redução significativa de valor, em decorrência da tributação indireta, incidente sobre bens e serviços, de modo a impactar sensivelmente o valor destinado a prover, pelo menos em tese, o mínimo existencial necessário à manutenção da própria existência material. Realizando uma reflexão jurídica, mas não apenas dogmática, sobre os impactos da nossa matriz tributária sobre os sistemas de transferência de renda do Governo Federal para a população mais vulnerável. Dessa forma, esse estudo busca verificar o modelo de tributação adotado no Brasil, causa impacto relevante nos benefícios sociais de transferência de renda, notadamente, no auxílio emergencial pago em decorrência da pandemia de coronavírus para parcela significativa da população, nascendo dessa maneira o problema de pesquisa que irá nortear o presente estudo: o benefício de transferência de renda do Governo Federal, denominado auxílio emergencial, pago em 2020 e 2021, teve redução significativa de valor, em decorrência da tributação indireta, comprometendo a manutenção do mínimo existencial? A carga tributária brasileira em 2019 encontrava-se no patamar de 33,17% do Produto Interno Bruto – PIB. Apesar do senso comum afirmar que seria uma das maiores do mundo, o país encontra-se em um patamar inferior ao da média dos países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE, situada em 34,5% do PIB, o que nos coloca na vigésima primeira posição. Observando a distribuição da carga tributária nas bases de incidência renda, patrimônio e consumo podemos constatar que há uma significativa disparidade entre o Brasil e os países membros da OCDE. No nosso caso, temos uma preferência por uma maior carga tributária incidindo sobre os bens e serviço, enquanto na renda e no patrimônio somos menos incisivos. Essa opção de modulação da carga tributária torna o nosso sistema bastante regressivo, impactando fortemente o consumo ao atingir mais diretamente os extratos sociais situados nos menores patamares de renda, provocando uma perceptível injustiça tributária.

Palavras–Chave: mínimo existencial; regressividade; carga tributária.

MIGALHAS ALÉM DA FOME: O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Mariana Amorim Murta – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
mariana_murta@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Importante se faz a compreensão das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) brasileiras quando se diz respeito ao direito humano à alimentação adequada. O objetivo do artigo consiste em analisar a construção do quadro normativo-jurídico do direito à alimentação no desenho das políticas públicas de SAN. A gênese da abordagem voltada à alimentação de qualidade para todos se apresenta no enfrentamento da fome nas sociedades; contudo, a presente pesquisa se debruça sobre outro aspecto, voltando sua análise para a concretização do direito de todos a uma alimentação nutricionalmente equilibrada. Para tanto, pretende-se analisar normas, diretrizes e principais temáticas atinentes ao assunto, por meio de pesquisa instrumental, para a subsequente categorização dos atores sociais e estatais, de acordo com suas respectivas estruturas institucionais, a fim de analisar a gestão e implementação das políticas públicas de SAN. Por fim, será estudada a relação entre os ciclos de formação das políticas de SAN e o processo decisório dos gestores envolvidos para a compreensão da substantivação do direito humano à alimentação adequada, realizando-se uma pesquisa empírico-documental e normativa. Assim, intenta-se concluir que a agenda de nutrição e alimentação no país vem sendo proposta e defendida de maneira transversal às demais ações de saúde, tendo em vista que, embora sua formulação, execução e avaliação se encontrem inseridas nas atividades e responsabilidades do sistema de saúde, são apresentados contornos e intersecções próprios do campo amplo e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras–Chave: segurança alimentar; políticas públicas; direito humano.

MUNICÍPIO E TRIBUTAÇÃO

Eugenio Pacceli de Morais Bomtempo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
eugenio.bomtempo@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Dada a escassez de recursos em municípios estratégicos, a implementação de política pública direcionada à regularização fundiária, sobretudo de interesse social (REURB-S), mesmo gradualmente, depende da ampliação da arrecadação de receitas próprias. A presente tese investiga como alcançar capacidade financeira para viabilizar a REURB-S com recursos próprios, em municípios intermediários. O objetivo geral desta investigação é compreender como financiar a REUB-S, em cidades médias, com recursos próprios. No entanto, a realidade pesquisada é bem complexa; há escassez de dados e assimetria de informações. Esta pesquisa optou pelo método hipotético-dedutivo. O povo é mantido longe do poder decisório municipal e existem grupos de pressão organizados em setores das elites locais. Há resistência quanto à atualização da planta de valores e, mesmo, alguma rejeição social ao aumento de alíquotas de impostos, sobretudo, por parte destes grupos de pressão. Esta pesquisa toma como hipótese que é preciso aumentar a alíquota do IPTU em pelo menos 1%; como a exação do ITBI não é eficiente e sobrecarrega a população mais pobre e sem renda na aquisição de imóveis, moradias, entre outros, sua alíquota pode ser diminuída em pelo menos 1%, para diminuir os custos transacionais; ainda que se faça tal ajuste haverá aumento de receita via acréscimo na alíquota do IPTU. Entretanto, considerando experiências internacionais, faz-se viável aumentar a alíquota do IPTU em pelo menos 1% explorando as potencialidades, de forma justa, verde e solidária, visando a implementação gradual da REURB-S e alcance de melhores condições de bem-estar; observou-se que o IPTU tem arrecadação eficiente, em cidades médias.

Palavras–Chave: tributação; REURB-S; cidade média.

O BOICOTE NO MERCADO TRANSNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA: EM BUSCA (OU RUMO À) DO RESPEITO AOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS?

Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
henriqueta_chaves@yahoo.com.br
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Num contexto de análise dos casos concretos de participação social por meio do boicote em cenário de mercado transnacional marcado pela complexidade das relações e ampla variedade desafios internacionais – inclusive jurídicos a comandar os vários atores e promover atuação em rede –, verifica-se, a priori, a existência hipóteses contestáveis de pesquisa, quais sejam: 1) partindo de uma reflexão jurídica ampla, para além da legalidade estrita, sobre o boicote, pode-se afirmar ser um fenômeno que pode ser 'capturado' pelo direito, eis que os consectários de seu exercício geram efeitos no mundo jurídico; 2) a atuação dos players no mercado transnacional, por meio do boicote, revela-se como intervenção democrática, rumo à efetivação de direitos, quer por ampliar a arena de debate, quer por impactar na economia social, injetando ou deslocando investimento, ratificando a ideia de que o direito pode ser por ele "capturado". O objetivo geral do projeto de tese é pesquisar a função do direito, enquanto indutor de políticas públicas, na efetivação do boicote como instrumento de intervenção democrática, numa aproximação integrada dos Direitos Humanos, Internacional Econômico e do Investimento. O estudo terá caráter expositivo, explicativo, qualitativo e propositivo, a partir de 03 (três) partes: 1) levantamento e estudo bibliográfico e jurisprudencial nacional e estrangeira aplicável ao tema; 2) mapeamento dos casos em que o boicote impacta no Direito (na doutrina, em julgados e em documentos oficiais, como relatórios de reuniões internacionais); 3) confrontando com as informações das etapas anteriores, construir padrão de efetividade do boicote, enquanto instrumento de intervenção democrática, num contexto de direito propulsor de políticas públicas e de direitos, inclusive, ambientais, quer por meio de revisão bibliográfica em torno do tema "democracia", quer por meio da análise dos indicadores usados pela base de dados da plataforma do Freedom House.

Palavras–Chave: boicote; mercado transnacional; intervenção democrática.

O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA NO CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Priscila Ramos de Moraes Rego Agnello – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
priscila.agnello@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
brunoamachado@sempreceub.com

As medidas protetivas de urgência estão previstas na Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – LPM. São ordens judiciais que protegem a mulher de determinadas agressões e proíbem algumas condutas por parte do agressor. Caso haja o descumprimento da medida, o juiz deverá analisar a presença dos requisitos e conceder fiança ou determinar a prisão preventiva do descumpridor. Nesse aspecto, há questionamento quanto às situações em que há a concessão de medida protetiva de urgência de afastamento do lar e em outro momento a vítima permite a aproximação do agressor. Utiliza-se a seguinte pergunta problema: quais as estratégias hermenêuticas utilizadas pelo Superior Tribunal de Justiça-STJ para deixar de aplicar o crime de descumprimento de medida protetiva nos casos de afastamento do lar? Trata-se de estudo descritivo de natureza qualitativa, com tipologia bibliográfica e documental. A pesquisa será realizada por meio do site do Superior Tribunal de Justiça – STJ (consultas de processos eletrônicos E-STJ) para acesso às decisões monocráticas proferidas entre janeiro de 2020 e janeiro de 2022. É objetivo geral da pesquisa: identificar as estratégias hermenêuticas utilizadas pelo Superior Tribunal de Justiça-STJ para deixar de aplicar o crime de descumprimento de medida protetiva nos casos de afastamento do lar. São objetivos específicos: analisar as decisões monocráticas do STJ sobre o descumprimento de medida protetiva de afastamento do lar proferidas entre 2020 e 2022; categorizar os argumentos presentes nas decisões; e comparar as razões explicitadas para a aplicação da pena e para a atipicidade da conduta. A partir do levantamento inicial será possível, por meio da análise de conteúdo, identificar as relações de poder e discursos de gênero presentes nos textos.

Palavras–Chave: Lei Maria da Penha; medida protetiva; consentimento.

O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE COMO PARADIGMA PARA A CONDENAÇÃO AO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL (REDUZIR ALGUÉM A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO) NAS JURISPRUDÊNCIAS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Rogério Alves Dias – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rogerio.alves.dias@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O trabalho tem por objetivo responder a seguinte indagação: É possível a utilização do controle de convencionalidade como paradigma para condenação ao crime previsto no artigo 149 do Código Penal, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região? Que desemboca nas demais questões: Quais são os bens jurídicos tutelados que justificam a tipificação do artigo 149 do Código Penal, segundo a legislação nacional, internacional e dos tribunais brasileiros? Por que, na Justiça do Trabalho, identifica-se a situação e punem os empregadores que reduzem os trabalhadores à condição análoga à de escravo, enquanto na Justiça Comum há dificuldades na caracterização do crime, bem como na condenação dos infratores? As decisões judiciais são eficientes no combate à erradicação do trabalho escravo contemporâneo? Tem-se, como hipóteses: 1. Os pontos que aproximam ou distanciam as decisões do STF, STJ, TST, TRF da 1ª Região e do Sistema Interamericano, quanto ao reconhecimento do trabalho análogo ao de escravo e à consequente punição dos infratores, residem, principalmente, no âmbito da hermenêutica, mais precisamente no tipo de interpretação do art. 149 do Código Penal (nova redação) em suas várias modalidades; 2. O bem jurídico maior tutelado que justifica a tipificação do artigo 149 do Código Penal na legislação nacional e na internacional é a dignidade da pessoa humana; 3. Na Justiça do Trabalho, o reconhecimento dos direitos do trabalhador não requer grande amplitude probatória, haja vista não só seu trabalho especializado nesse sentido, como sua missão de tutela ao hipossuficiente nas relações de trabalho; 4. As decisões judiciais não vêm se mostrando suficientes no combate ao trabalho escravo, uma vez que não só se observam casos de reincidência do empregador, como o surgimento de novos, principalmente revestidos de traços que o disfarçam.

Palavras–Chave: controle de convencionalidade; trabalho escravo; contemporâneo.

O CONTROLE DO TRIBUNAL DE CONTAS EM POLÍTICA PÚBLICA DE INVESTIMENTO EM MERCADO DE RENDA VARIÁVEL EXECUTADA PELA BNDESPAR

Wilson Sampaio Sahade Filho – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
wilsonsampaiosf@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A tese, de relevância nacional, tratará das políticas públicas de investimentos realizadas pela BNDESPar no mercado de renda variável, e, notadamente, sob o prisma da Lei n. 13.303/2016, pesquisará se o ato de investimento em renda variável praticado pela BNDESPar ainda se reveste de natureza pública capaz de deflagrar o controle de contas do Tribunal de Contas da União, analisando-se quais seriam os critérios de apuração do êxito de determinada operação. É essencial entender o sistema do banco de desenvolvimento e a implementação da política pública por meio de investimentos em companhias abertas. O problema é retratado tanto sob a ótica da necessidade de se definir se o investimento se insere dentro do conceito de despesas pública decorrentes de ato de gestão de estatal, sujeitando-se à visão contratual-administrativa da Corte de Contas, ou se ao ingressar no mercado de capitais, a atuação do Estado como investidora, no típico exercício de atividades–fim que preconiza o art. 173, §1º, I, da CRFB, normatizado pela Lei n. 13.303/2016, afasta-se da dinâmica de controle e fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Adotar-se-á a metodologia de pesquisa doutrinária e, sobretudo, casos reais que estão submetidos a essa problemática. Espera-se, com a pesquisa, o desenvolvimento e aclaramento da problemática, aproximando-se do ideal de segurança jurídica aos stakeholders da política pública de investimento em renda variável.

Palavras–Chave: BNDSPAR; políticas públicas; investimento em renda variável.

O DEVER INTERNACIONAL DE COOPERAR

Vladimir Barros Aras – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
vladimiraras@hotmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A tese lida com o tema dos recursos efetivos para a implementação de direitos humanos, a partir da ideia das obrigações processuais de primeiro nível, especialmente as de investigar, processar e punir. O dever de cooperar internacionalmente seria uma obrigação de segundo nível, nesta linha. Casos concretos da Corte Europeia de Direitos Humanos e tratados internacionais são a base da reflexão.

Palavras–Chave: cooperação internacional; obrigações processuais positivas; dever de cooperar.

O DIREITO HUMANO À PRIVACIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA ORDEM ECONÔMICA

Jacqueline Salmen Raffoul – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jsalmenraffoul@gmail.com
jsalmenraffoul@gmail.com – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Considerando que a privacidade digital é um direito humano, é necessário resguardá-la de forma efetiva. O presente estudo busca analisá-lo no âmbito da ordem econômica, restrita ao direito do consumidor e da concorrência, razão pela qual entende-se que a atuação harmônica do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE) com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) fortaleceria a proteção de consumidores, assegurando assim a concorrência e resguardando o direito humano em comento. Questiona-se, assim, como problema de pesquisa: como instrumentos jurídicos poderiam contribuir para assegurar o direito humano à privacidade digital no âmbito da ordem econômica? Como este problema engloba aspectos de direito internacional, direito do consumidor e direito da concorrência, sugerem-se as seguintes hipóteses: 1. Em âmbito internacional, diversos instrumentos reconhecem o direito humano à privacidade, o que engloba os aspectos digitais. No entanto, ainda não existem tratados ou convenções internacionais específicas sobre assuntos correlatos à privacidade digital, especialmente no âmbito da ordem econômica. Sendo assim, é possível que se compreenda que o arcabouço existente no direito internacional sobre a privacidade não é suficiente para tratar de temas correlatos à privacidade digital, nas searas de consumo e concorrência. Com a finalidade de testar a hipótese apresentada, será necessário avaliar, primeiramente, a estrutura do direito internacional sobre a privacidade digital e a sua aplicabilidade para tratar de questões relacionadas a práticas anticompetitivas e à proteção do consumidor. Para isso, além da análise do arcabouço existente, será necessário estudar a jurisprudência de Cortes Internacionais e de órgãos de defesa do consumidor e da concorrência de outros países. Desse modo, é possível trabalhar com a adoção de padrões jurídicos mínimos de proteção para a preservação do direito à privacidade digital no âmbito do direito do consumidor e da concorrência, conforme melhor explicado sobre o marco teórico. 2. De forma espelhada, entende-se relevante analisar o tratamento jurídico do ordenamento nacional a respeito da privacidade digital. Sabe-se que a Constituição Federal reconhece o direito à intimidade como fundamental e que foi aprovada uma emenda constitucional sobre o reconhecimento da privacidade digital como direito fundamental. Assim, é necessário analisar se a legislação existente aborda a privacidade digital de forma adequada no contexto de defesa do consumidor e da concorrência. 3. Desse modo, após enfatizar a importância da privacidade digital à luz do Direito Internacional e do ordenamento jurídico brasileiro, surge a terceira hipótese. Sabe-se que existem avanços notórios na proteção de dados, especialmente com a LGPD. No entanto, a restrição legal imposta, que considera que a ANPD possui competência que prevalece na análise de infrações correlatas a dados, pode inviabilizar a atuação do DPDC e do CADE em questões de direito do consumidor e da concorrência, respectivamente. Com isso, a proteção ao direito humano à

privacidade digital poderia não estar devidamente assegurada, tendo em vista que a análise das consequências específicas nas searas de consumo e concorrência poderia não se concretizar.

Palavras–Chave: privacidade digital; direitos humanos; direito da concorrência.

O JOGO DA PAUTA NO STF: DECIDINDO NÃO DECIDIR AS ADCS 43, 44 E 54

Victor Guedes Trigueiro – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
vgtrigueiro@gmail.com
Patricia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

Ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) compete, por força do artigo 13, III, do regimento interno da Corte, presidir e dirigir os trabalhos das sessões plenárias. O exercício da referida atribuição confere ao presidente um dos instrumentos de definição da agenda da Corte. O poder conferido ao presidente está submetido, entretanto, a outros dois instrumentos de definição de agenda, identificados como condicionantes regimentais, que o mitigam, tornando-o fragmentado e individualizado. O controle sobre a sua própria agenda, decidindo o que será decidido, revela-se como uma importante ferramenta para o sucesso de Cortes Constitucionais em geral, e do STF, em específico. Pretende-se, através de uma pesquisa de caráter teórico e empírico, refletir sobre o design institucional construído ao longo dos anos pelo regimento interno e pela práxis do STF para elaboração da sua pauta de julgamentos. Nesse contexto, será investigado como o poder de pauta tem sido utilizado estrategicamente pelo presidente do STF, à luz das teorias que sustentam a influência de fatores extrajudiciais no processo decisório das Cortes. Mais especificamente, através de um estudo de caso, pretende-se apontar os fatores legais, institucionais e ideológicos que influenciaram a Ministra Cármen Lúcia a comportar-se estrategicamente e não incluir em pauta de julgamento do plenário presencial do STF o mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54. Pretende-se demonstrar evidências empíricas, através da coleta de dados por pesquisa documental e por entrevistas, que a Ministra Cármen Lúcia atuou estrategicamente ao não pautar o julgamento das ADCs, optando por uma second best decision, levando a julgamento o Habeas Corpus n. 152.752/PR. Do ponto de vista legal, uma nova virada na jurisprudência iria de encontro a princípios relevantes para o Estado de Direito, dentre os quais pode-se citar a segurança jurídica, preservada através da previsibilidade e da estabilidade dos precedentes firmados pelo STF. Do ponto de vista institucional, a Ministra Cármen Lúcia considerou que o timing era inadequado, visto que a Corte há menos de 2 anos já havia indeferido a medida cautelar nestes mesmos casos e fixado o tema em repercussão geral. Ademais, o caso era altamente polarizante e uma nova decisão poderia interferir no processo eleitoral. Considerou ainda que um novo julgamento do caso poderia atingir diretamente a legitimidade da Corte, diminuindo a sua importância institucional. Do ponto de vista ideológico, o fato de a então Presidente ter votado pela possibilidade da execução da pena após a condenação em segunda instância, e o fato de estar, no período, alinhada ao grupo de ministros favoráveis ao aprofundamento das investigações da Lava Jato, a influenciou a não colocar os casos em pauta. Por fim, propõe-se uma reflexão quanto à legitimidade do modelo de elaboração da pauta e dos mecanismos de controle de agenda pelo STF. Por um lado, entende-se que o poder de decidir o que será decidido é positivo para a preservação da legitimidade da Corte. De outro lado, da forma como o modelo foi regulamentado, atribuindo-se de forma discricionária ao Presidente o poder de definir

a agenda, condicionando-o à iniciativa do relator e submetendo-o ao bloqueio dos pedidos de vista dos demais ministros, cria-se um mecanismo de concorrência entre eles, que prejudica o sentido de colegialidade que deve nortear as atividades de um Tribunal.

Palavras–Chave: Supremo Tribunal Federal; processo decisório; pauta.

O LEGO DA CERTIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA TRANSNACIONAL PARA O PLANTIO DE SOJA RESPONSÁVEL

Karina Martins – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
karina.martins@sempreceub.com
Marcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Reduzir os impactos ambientais por meio do uso sustentável dos recursos naturais é uma estratégia importante para governos e empresas em todo o mundo. Em meio ao que parece ser um entusiasmo por uma revolução agrícola responsável, questões significativas surgem sobre as inovações de padrões para uma plantação: ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa. Os sistemas de certificação estabelecem e monitoram padrões voluntários para tornar a produção agrícola sustentável em termos socioeconômicos e mais justa para produtores e trabalhadores. Eles tentam alcançar uma ampla gama de efeitos socioeconômicos e ambientais por meio de pacotes de intervenções que incluem o processo de definição e conformidade de padrões, defesa entre os consumidores, capacitação para produtores, construção de sistemas de suprimentos, intervenções de preços e a aplicação de padrões aceitáveis. Portanto, o objetivo é analisar se as certificações podem ser melhor concretizadas para a prevenção de impactos socioambientais caso as atuações e decisões dos multiatores sejam pautadas num instrumento de governança transacional – o Lego® da Certificação. Como método propõem-se uma concepção "modular" de normatização e gestão de recursos em face da certificação. Usa-se a modularidade para transmitir a ideia de rearranjo provisório e funcional entre os padrões estabelecidos para a produção responsável da soja. Procura-se descrever um ideal normativo e oferecer exemplos de arranjos existentes que, até certo ponto, ilustre e promova o Lego® da Certificação". Usa-se a concepção modular para enquadrar e dar sentido a desenvolvimentos que de outra forma poderiam parecer desconexos ou peculiares. Os sistemas de certificação elegíveis foram baseados em certificações que atuam no estado de Mato Grosso. A síntese integrada de estudos quantitativos e qualitativos mostra que o contexto é substancialmente importante em todos os sistemas e os múltiplos fatores moldam a eficácia e os mecanismos causais que ligam as intervenções associadas à certificação e ao bem-estar das diversas partes interessadas.

Palavras–Chave: meio ambiente; soja responsável; certificação.

O PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE COMO LIMITE À TUTELA PENAL DOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS

Túlio Arantes Bozola – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
tulio.bozola@uemg.br
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A tutela penal dos bens jurídicos coletivos vem se intensificando nas últimas décadas, gerando uma política de criminalização no âmbito prévio, o que tem causado intermináveis controvérsias entre os estudiosos que defendem um Direito Penal compatível com o Estado Constitucional e Democrático de Direito. Diante de tal circunstância, a pergunta norteadora da pesquisa é: a tutela penal dos bens jurídicos coletivos se coaduna com o princípio constitucional penal da ofensividade, sendo uma forma legítima de se combater as novas espécies de criminalidade surgidas com a sociedade de riscos, na busca de um Direito Penal eficaz e norteado pela proteção de interesses necessários à garantia da dignidade da pessoa humana? Isso porque o Direito Penal contemporâneo vem sofrendo fortes críticas de parte da doutrina especializada, dentre as quais a de que deveria fixar seu alicerce de legitimação somente naquelas incriminações relacionadas à proteção de bens jurídicos individuais, abrindo mão da intervenção penal que ultrapasse essa visão individualista, como no caso dos bens jurídicos coletivos. Entretanto, é possível defender, como hipótese central, a legitimidade do Direito Penal na tutela dos bens jurídicos coletivos, se coadunando com o princípio da ofensividade, desde que sejam traçados determinados fundamentos dogmáticos para que tal tutela seja compatível com um Estado Democrático de Direito. A intervenção penal clássica não teria aptidão suficiente para conservar o meio ambiente equilibrado para as gerações futuras, assim como proteger a saúde pública ou a segurança rodoviária, citando-se aqui apenas alguns exemplos de bens jurídicos coletivos. Ademais, trata-se de uma evolução do Direito Penal, da qual não pode distanciar-se a própria evolução da teoria do bem jurídico, consistente no fato de que a racionalidade da concepção de bem jurídico se vincula ao atual estágio político-social de uma determinada sociedade. Dessa forma, avançando uma determinada sociedade, é mister que avance também o Direito Penal e a própria teoria do bem jurídico, que se encontra diretamente relacionada com a configuração da sociedade. Nesse sentido, defende-se a abertura do Direito Penal às transformações sociais, sendo a teoria do bem jurídico o epicentro dessa dinâmica transformativa, que evolui de forma alinhada às mudanças políticas, devendo sempre buscar, como fundamento axiológico e elemento de racionalidade, a proteção dos seres humanos.

Palavras–Chave: tutela penal; dano social; bem jurídico.

O PRINCÍPIO-DEVER DE PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NA APLICAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO

Alexis Sales de Paula e Souza – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
souza.alexis1@gmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

A tese analisa a eficácia da Lei Anticorrupção e a necessidade de seu aprimoramento, tendo como parâmetro o princípio-dever da preservação da empresa, entendida como atividade econômica organizada. Primeiramente, procura-se identificar que o princípio-dever da preservação da empresa decorre do princípio constitucional implícito da função social da empresa privada, o qual, por sua vez, advém do fundamento constitucional da livre iniciativa, do objetivo de garantir o desenvolvimento e a soberania nacional e do princípio da função social da propriedade dos recursos produtivos. No capítulo 2, a tese examina detalhadamente o princípio da preservação da empresa privada no âmbito constitucional, na Lei que instituiu o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (LCADE) e na Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência (LRJEF). Analisa-se, também, a preservação da empresa como princípio geral do direito brasileiro e as medidas previstas na LCADE e na LRJEF que podem ser adotadas para a preservação da empresa. O capítulo 3 trata do direito penal econômico, seus fundamentos e princípios e sua relação com o direito penal da empresa. O capítulo 4 analisa a Lei Anticorrupção e os acordos de leniência já firmados. O capítulo 5 defende que há uma obrigação constitucional de se observar o princípio da preservação da empresa privada na sanção da criminalidade de empresa e propõe a introdução de remédios (medidas) estruturais de desinvestimento, já existentes na LCADE e na LRJEF, para aperfeiçoar o microssistema da Lei Anticorrupção.

Palavras–Chave: empresa; preservação; sanção.

O PROCESSO CIVILIZADOR APLICADO À INSOLVÊNCIA CIVIL: UMA HISTÓRIA DA FALÊNCIA

Bruno Sampaio da Costa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
brunosampaiodacosta@gmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O presente trabalho objetiva demonstrar que o direito e a sociedade evoluem em um padrão observável e que pode ser descrito com acuidade e sutileza. O processo civilizatório, em sua organicidade e coesão, permite identificar o aperfeiçoamento das relações sociais, o aprimoramento dos comportamentos interpessoais e o polimento das instituições em uma dada comunidade ao longo do tempo. A mesma dinâmica se aplica ao direito, parcela da vida em coletividade destinada a prevenir e solucionar conflitos. O método consiste na aplicação do processo civilizador, segundo a concepção de Norbert Elias, ao processo civil, sobretudo como decide o Poder Judiciário conforme regras e princípios que se modificam ao longo do tempo. Mais detidamente, analisa-se a evolução da disciplina legal aplicada à insolvência civil, partindo dos primórdios do Direito Romano, passando pela idade média europeia até os dias atuais no Brasil. O resultado é uma evolução. Inicialmente com regras hoje reputadas desumanas. Primeiro com a perda da vida, para, em seguida, o devedor perder apenas a sua liberdade. Até nos dias atuais, nos quais o devedor perde apenas o seu patrimônio, mas mantém sua vida e dignidade. Aplicou-se a metodologia da pesquisa documental e revisão bibliográfica disponível sobre os autores referência em Direito Empresarial, notadamente em história desse ramo acadêmico, bem como a literatura circundante sobre questões relevantes e pungentes das sociedades estudadas ao longo dos séculos. Através do método dedutivo com objetivo de demonstrar a incidência do processo civilizador elisiano como fenômeno abrangente em toda a sociedade, inclusive no âmbito do ordenamento jurídico, em especial na seara da insolvência civil. Ao final, conclui-se que é aplicável o conceito de processo civilizador ao direito e, em especial, à insolvência civil, o que se evidencia pela evolução constatada no sistema a partir da análise da história das penas e sanções aplicadas aos devedores inadimplentes ao longo do tempo.

Palavras–Chave: processo civilizador; insolvência civil; falência.

O QUE AS POLÍCIAS DEVEM SABER? MAPEAMENTO DOS ARRANJOS INTERINSTITUCIONAIS SOB A PERSPECTIVA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Dhiego Melo Job de Almeida – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
dhiegojob@hotmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O projeto de tese tem como problema de pesquisa avaliar, na perspectiva de proteção de dados pessoais, quais são os arranjos jurídico-institucionais que devem nortear a atuação eficiente das polícias na prevenção e repressão de infrações penais e que autorizariam o uso compartilhado de dados. As hipóteses são no sentido que os arranjos institucionais que devem nortear a atuação eficiente das polícias na prevenção e repressão de infrações penais, permitindo, assim, o uso compartilhado de dados, deve contemplar os seguintes fatores: i) o compartilhamento de dados é essencial para a eficiência dos modelos modernos de policiamento, e condição necessária para fazer valer o direito fundamental e social à segurança pública; ii) o direito fundamental à proteção de dados pessoais e a LGPD incidem diretamente no tratamento de dados pelo Poder Público, o que não implica em uma vedação absoluta ao compartilhamento de dados; iii) as discussões sobre uma "LGPD Penal" devem considerar as peculiaridades do ordenamento jurídico brasileiro, incluindo a normatização (ou não) das atividades de investigação criminal e segurança pública e o papel do sigilo nessas áreas; iv) o uso compartilhado de dados exige a observância de princípios do processo penal e da proteção de dados pessoais, como o princípio da especialidade das provas e o princípio da finalidade, respectivamente. O projeto de tese estrutura-se em três eixos: segurança pública, proteção de dados pessoais e estudos de casos. Propõe-se a análise desses eixos na perspectiva jurídico-sociológica ou empírica mediante o raciocínio dedutivo e alicerçada no tema Direito e Políticas Públicas em estudo interdisciplinar.

Palavras–Chave: segurança pública; polícias; proteção de dados.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL

Aline Cristina Alves – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
aline.cristina@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A presente pesquisa consiste na compreensão de como o Supremo Tribunal Federal (STF) tem concebido a aplicação do princípio da vedação do retrocesso social em sua jurisprudência que trata de temas que envolvem o direito e o mundo do trabalho, procurando identificar e analisar de forma crítica quais os pontos de convergência e divergência daquela jurisprudência com a doutrina, a legislação e as convenções internacionais firmadas pelo Estado Brasileiro, buscando extrair o verdadeiro conteúdo daquele princípio, o seu efetivo âmbito de aplicação, assim como as suas respectivas fragilidades, no intuito de verificar se o mesmo tem se prestado a garantir a efetividade dos direitos fundamentais no âmbito das relações jurídicas que se desenvolvem no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, viabilizar avanços legislativos que digam respeito ao tema, sem que tais avanços restem divorciados da necessária observância aos direitos fundamentais. Assim, o problema central consiste na seguinte pergunta: "o tratamento que tem sido conferido pela jurisprudência do STF ao princípio da vedação do retrocesso social no âmbito dos direitos sociais que dizem respeito ao mundo do trabalho é suficientemente apto a dar conta de promover um ambiente de segurança jurídica para a realização de reformas no direito, sem prescindir da necessária proteção ao trabalhador, ao menos no que toca à proteção de seus direitos fundamentais assegurados pela Constituição?" O objetivo consiste em avaliar se é possível tanto no campo da convencionalidade, constitucionalidade e legalidade, bem como nos campos da doutrina e da jurisprudência, compreender de forma dinâmica o conteúdo do princípio da vedação do retrocesso em direitos sociais que digam respeito ao mundo do trabalho, para que tal princípio, ao tempo em que não inviabilize reformas legais e constitucionais envolvendo aqueles direitos, também forneça as adequadas balizas para tanto, assegurando a devida proteção dos direitos fundamentais. Para se chegar à resposta do problema central, foi realizada pesquisa acerca das decisões no âmbito do Supremo Tribunal Federal em que conste o tema "Direito do Trabalho" e que exista a discussão em torno do retrocesso social. Foram identificadas quatorze decisões que foram analisadas, identificando quais Ministros usam e como fundamentam o princípio da vedação do retrocesso social, assim como compreender se os argumentos usados foram suficientes para a tomada de decisão do caso. Após a análise da jurisprudência, foi possível constatar uma série de conclusões preliminares que auxiliam a traçar um panorama e a utilidade do princípio em questão. Também está sendo desenvolvido um núcleo tipológico, ou seja, será abordada na tese o conceito do que seria trabalho protegido ou trabalho com qualidade. Buscando trazer a ideia de um pacto civilizatório para garantir o mínimo de proteção aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, definir o que é retrocesso, enfrentando-se o argumento liberal da reserva do possível. As

dificuldades encontradas atualmente são a conclusão da tese para a qualificação em agosto e a publicação de artigos em revistas.

Palavras–Chave: proibição do retrocesso; direito do trabalho; Supremo Tribunal Federal.

O USO DA FORÇA CIBERNÉTICA NO CONTEXTO DOS CONFLITOS ARMADOS: A PARTICIPAÇÃO DIRETA DE CIVIS NAS HOSTILIDADES CIBERNÉTICAS E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS

Alexandre Peres Teixeira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
alexandreperes@yahoo.com.br
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O uso da força cibernética, no século XXI, tem um potencial destrutivo que não deve ser negligenciado, podendo impactar decisivamente nas ações hostis empreendidas pelas partes de um conflito armado. Nesse caminho, a pós territorialidade, característica inerente às operações cibernéticas, permite que o conflito armado seja empreendido pelos mais diversos tipos de pessoas, de dentro de suas residências, em qualquer parte do planeta. A reunião da letalidade de um meio de guerra destrutivo com a possibilidade de uso por pessoas, não afeta diretamente nos combates das zonas de guerra e gera um problema sério para o escopo limitativo e protetivo do Direito Internacional Humanitário, também conhecido como *jus in bellum*, bem como afeta diretamente a base tradicional do *jus ad bellum*, que foi construída para limitar o uso da força nas relações internacionais, sob paradigmas militares que já estão ultrapassados pela capacidade de disrupção trazida pela era da informação, com o advento do ciberespaço. Dessa forma, na presente tese, afirma-se que a base normativa posta para regular as ações e as condutas no curso dos conflitos armados, efetuadas tanto por Estados como por civis que venham participar das hostilidades diretas, não é suficiente para dar segurança jurídica às ações empreendidas no curso dos conflitos armados cibernéticos, abrindo-se brechas para que crimes internacionais sejam perpetrados e civis sejam afetados pelas hostilidades diretas, bem como para que ações ilícitas, na esfera internacional, sejam cometidas por Estados e seus representantes legais. Dessa forma, o escopo da presente tese se presta a identificar quais os principais efeitos jurídicos gerados em consequência do uso da força cibernética por parte de civis que participem diretamente das hostilidades cibernéticas; discutir, em nível de doutoramento, sobre os principais efeitos jurídicos gerados em consequência da participação direta de civis nas hostilidades cibernéticas, durante o uso da força cibernética, em conflitos armados, justifica-se porque o uso da força possui um regime jurídico próprio e tutelado, no direito internacional, esse uso só pode acontecer dentro de determinadas circunstâncias, pois os conceitos relacionados ao uso da força geram ambiguidades que podem ser exploradas de forma ilícita, com a utilização da força cibernética. A força cibernética é capaz de gerar efeitos cinéticos e não cinéticos e o uso da força cibernética gera efeitos jurídicos para Estados e indivíduos. O direito internacional humanitário (DIH) possui regras específicas para proteção de pessoas e limitações de hostilidades, no curso dos conflitos armados e indivíduos e Estados que não observam as regras do DIH estão sujeitos à responsabilização jurídica internacional e individual.

Palavras–Chave: direito internacional humanitário; guerra cibernética; uso da força.

O USO DO TELETRABALHO NO JUDICIÁRIO E SEU IMPACTO NOS GRUPOS DE VULNERÁVEIS: UM RECORTE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE MINEIROS-GO PÓS COVID-19

Romulo Renato Cruz Santana – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
romulorenatos@sempreceub.com.br
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

Durante os anos de 2020 e 2021 foi possível perceber o impacto da pandemia de COVID-19na efetivação da assistência judiciária gratuita. Tal acontecimento impulsionou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a recomendar o seguimento das atividades dos Tribunais de Justiça, e órgãos afins, em modo teletrabalho, no modo presencial apenas no que não couber mediado por tecnologias. Contrapondo esse fator ligado à hiper suficiência tecnológica das instituições acima mencionadas, essa pesquisa pretende estabelecer como problema de pesquisa a seguinte indagação: como efetivar a assistência judiciária gratuita por meio dos Núcleos de Práticas Jurídicas, diante das adequações impostas pelo CNJ no contexto durante e pós pandemia? Como objetivo geral evidencia-se a necessidade de delinear o impacto do teletrabalho do poder judiciário na efetivação da assistência judiciária gratuita, na perspectiva pós COVID-19. Objetivos Específicos: Analisar a estrutura e funcionamento do poder judiciário brasileiro, bem como sua adaptação ao modelo imposto pela pandemia de COVID-19; Levantar os aspectos da evolução da assistência judiciária gratuita no Brasil; Classificar como cada vertente do ensino superior (público e privado) se adequou à pandemia com relação ao funcionamento dos Núcleos de Práticas Jurídicas; Mapear a existência de fatores impeditivos da efetivação da assistência judiciária gratuita, diante da necessidade de letramento digital dos assistidos, do ponto de vista da efetividade e se há um alinhamento eventualmente com políticas públicas correlatas. Refletir se por intermédio das atividades dos Núcleos de Prática Jurídica é possível descobrir meios de efetivação de suporte técnico e operacional que garantam o acesso à tecnologia para os grupos de vulneráveis no contexto da ausência de Defensoria Pública estadual no Estado de Goiás, e da necessidade de modernização e letramento digital da comunidade carente num viés dos Direitos Humanos. Como hipótese é possível afirmar que o Poder Judiciário, após COVID-19, não está alinhado com as políticas sociais de letramento digital dos hipossuficientes. A pesquisa será desenvolvida de forma descritiva, pautada numa abordagem qualitativa com um viés na amplitude das conceituações iniciais e analíticas das políticas, judiciárias e educacionais desenvolvidas pelo Brasil, no período de 2020 a 2021. Será também desenvolvido um processo de falseamento ou corroboração da hipótese. Quanto ao método auxiliar de pesquisa, será utilizada a forma comparativa. A pandemia de COVID-19trouxe enorme impacto no fluxo de tramitação processual em todo o Brasil, uma vez que já são bem evidentes os reflexos atuais sobre o Poder Judiciário brasileiro. O distanciamento social imposto pelas autoridades ocasionou impactos da atividade jurisdicional: processos paralisados, atendimentos presenciais limitados, audiências e sessões de julgamento canceladas, prazos suspensos, que vão sendo, pouco a pouco, restabelecidas em função desse novo

"normal" de audiências por videoconferência e teletrabalho. Mesmo com o aumento considerável da produtividade, o Poder Judiciário, por meio de normas administrativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dos tribunais de justiça reagiram promulgando atos infralegais na tentativa de minimizar esses impactos, até o restabelecimento atividade jurisdicional presencial, e posteriormente enaltecendo a alta produtividade do Judiciário brasileiro em contexto pandêmico. Há nessa proposta disruptiva entre o velho e novo judiciário tecnológico uma tentativa de analisar se o fenômeno da judicialização já ocorria antes do forte impacto decorrente da pandemia e se a suposta “efetividade do Poder Judiciário na pandemia” é resultado de relatórios ou se há um alinhamento com o real acesso à justiça.

Palavras–Chave: teletrabalho do Poder Judiciário; COVID-19; assistência judiciária gratuita.

OS DESAFIOS DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR NA ERA DA PUBLICIDADE COMPORTAMENTAL ONLINE

Rafael Gonçalves Fernandes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rafaelfernandes.dto@gmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O propósito desta tese consistiu em enfrentar o seguinte problema de pesquisa: O controle jurídico da publicidade no Brasil assegura a liberdade de escolha do consumidor, frente ao avanço das tecnologias de análise comportamental online? Primeiramente, pontua-se que a atividade publicitária realizada no ambiente virtual já conta com mecanismos disruptivos aptos a realizar a predição comportamental dos usuários da internet. Trata-se da chamada publicidade comportamental online, técnica inovadora que viabiliza a oferta de bens de consumo de forma segmentada e/ou individualizada, a partir da coleta e processamento de uma miríade de dados pessoais organizados em perfis comportamentais. É nesse meandro que surgem questões jurídicas importantes sobre discriminação abusiva e de interferências tecnológicas na autodeterminação e liberdade de escolha dos consumidores, uma vez que as estratégias publicitárias disruptivas partem de uma "caixa preta" de algoritmos treinados para otimizar vendas, sem observar com afinco os direitos do público consumidor. Foi nessa perspectiva que o objetivo central desta tese consistiu em analisar as questões e os instrumentos jurídicos vinculados ao uso dos recursos tecnológicos aplicáveis à publicidade comportamental online, perquirindo os limites legais desejáveis para a sua utilização comercial equilibrada, diante dos desafios apresentados à proteção da liberdade de escolha do consumidor. Nesse ponto, adianta-se que a hipótese inicial indicou a inaptidão do controle jurídico publicitário em assegurar a liberdade de escolha desse público, sendo essencial a adoção de um marco regulatório que apontasse os limites específicos da utilização dessa técnica pioneira. Entretanto, como resultado da presente pesquisa, identificou-se que as normas gerais e, também, aquelas tradicionalmente aplicáveis ao setor publicitário, já preveem mecanismos jurídicos tradicionais de proteção aos consumidores, que apesar de serem direcionados às tecnologias analógicas, fornecem algumas respostas no que tange às inovações do ciberespaço. Concluiu-se, por outro lado, que a otimização dessa proteção pode advir da análise transversal dos atuais regimes jurídicos, bem como da adoção de medidas proibitivas pontuais, de ações educativas e do empoderamento técnico dos consumidores, por meio de políticas públicas guiadas e coordenadas pelas estruturas administrativas competentes para tanto (SENACON, ANPD e CADE). A opção metodológica adotada nesta tese situou-se nos limites da linha jurídico-dogmática e do raciocínio dedutivo. Em decorrência da baixa produção de pesquisas científicas no cenário nacional sobre a temática da publicidade comportamental online, o caráter exploratório foi empregado para expandir as buscas por estudos produzidos pela literatura especializada em outras línguas por meio de uma pesquisa documental que abordou documentos internacionais, tratados e normas domésticas e estrangeiras, além das decisões judiciais correlatas.

Palavras–Chave: comércio eletrônico; proteção de dados pessoais; tecnologias da informação e da comunicação.

OS FATORES JURÍDICOS E EXTRAJURÍDICOS NA PRODUÇÃO E VALORAÇÃO DA PROVA

Ricardo Rocha Leite – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ricardo.rocha@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O presente projeto pretende problematizar os standards probatórios e os métodos de produção e valoração da prova no processo judicial. Assim, busca-se a sistematização do contexto da busca da verdade pelo julgador e os estados subjetivos que podem influenciar na tomada de decisão. É realizada uma reflexão jurídica sobre o modo tradicional desenvolvido pelo sistema processual para produzir e valorar a prova, baseado em uma visão de neutralidade cognitiva e de presuntivismo. A pesquisa será desenvolvida para responder a problemática jurídica existente sobre o modelo normativo de processo e uma abordagem interdisciplinar para análise das possíveis interferências extrajurídicas identificadas no contexto probatório. Portanto, parte-se do seguinte questionamento: o modelo probatório existente no processo judicial atenta efetivamente para a busca da verdade e para fatores externos na produção e valoração da prova que podem influenciar na tomada de decisão? A busca da verdade no processo não tem se voltado para qualquer tipo de abordagem técnica ou científica acerca de critérios de racionalidade limitada. Da mesma forma, o contexto probatório em um processo judicial, notadamente na produção e valoração da prova oral, não adentra em outras áreas do conhecimento. A psicologia do testemunho apresenta sugestões temáticas e metodológicas consolidadas no ambiente da ciência. Nesse contexto, pode-se vislumbrar a existência de duas hipóteses contestáveis de pesquisa: a) O sistema processual utiliza a busca da verdade dos fatos como resultado ideal a ser buscado pelo juiz em um contexto probatório; b) As metodologias referentes à produção e valoração da prova oral estão devidamente desenvolvidas na tomada de decisão judicial, observando-se efetivamente a importância que ostenta para fins decisórios. O objetivo geral do trabalho de pesquisa é investigar e concluir se existe um padrão científico para a busca da verdade do processo judicial, bem como se há critérios para se adentar na discussão de possíveis estados subjetivos na produção e valoração da prova acerca dos fatos controversos em uma relação processual. As metodologias inerentes à busca da verdade e à produção e valoração da prova oral são pouco desenvolvidas na tomada de decisão judicial. Além do mais, a teoria da decisão judicial, isoladamente considerada, não resolve o problema apontado. Em que pese o contexto argumentativo da justificação auxilie na busca pela estabilidade do direito, a partir da prolação de decisões judiciais que esquadrinhem argumentos lançados. Desta forma, o projeto de pesquisa justifica-se pela falta de critérios mínimos metodológicos para conferir à prova oral e àquelas dependentes da memória o caráter científico que é reclamado há muito pela área temática de estudo atinente a este recorte da atuação humana.

Palavras–Chave: prova; verdade; valoração.

POLÍTICA JUDICIÁRIA E FONTES DO DIREITO: OS DILEMAS PRÁTICOS DO JURISTA NA GESTÃO DOS PRECEDENTES QUE DISCIPLINAM A TRIBUTAÇÃO

Renato Cesar Guedes Grilo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
renatogrilu@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A literatura tradicional da Teoria Geral do Direito não apresenta o precedente como uma fonte formal do direito. Lição milenar de direito preceitua que não se tributa, não se concede benefício tributário e não se comina sanções sem a manifestação do parlamento. Pode-se considerar essa norma como basilar da sociedade democrática ocidental, ou como um direito fundamental de feição natural de toda sociedade civilizada. Entretanto, no direito brasileiro atual, os precedentes paradigmáticos e obrigatórios do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal firmam compreensões sobre os aspectos da base imponível dos tributos que terminam abarcando situações não previstas em lei, sob a ótica dos advogados tributaristas dos contribuintes. Por sua vez, o Fisco costuma sustentar que benefícios fiscais têm sido interpretados ampliativamente, esborrando os limites cerrados dos favores concedidos. Ou, ainda, sustenta a procuradoria fiscal que os tributos não são impostos, como compreendem os Tribunais, na exata extensão da lei que os instituiu. Há um "novo normal" nas fontes de onde o direito brota? Como o jurista deve enfrentar os dilemas argumentativos, especialmente oferecidos em peças, memoriais ou defesas orais, que veem na solução a que chegou o Tribunal uma inovação na ordem jurídica, tal qual a lei o faz, primariamente? A existência dessa inovação normativa e uma possível revisão bibliográfica dos manuais de introdução ao direito serão analisadas, pragmaticamente, nesta tese. A abordagem envolve a exemplificação com o uso de súmulas e precedentes obrigatórios, que versem sobre tributos, de modo a suscitar o debate acerca da formação, sentido e alcance desses julgados paradigmáticos.

Palavras–Chave: teoria geral do direito; fontes normativas; precedentes obrigatórios.

POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PROPOSTA DE UMA SMART CITY: QUO VADIS, VITÓRIA?

Sayury Silva de Otoni – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
sayuryotoni@gmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O foco deste trabalho é a análise da dimensão da inclusão social da mulher e a garantia do exercício pleno do direito de ser, estar e conviver, que deve ser considerada no âmbito da transformação para *Smart City*, especificamente da Cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, que foi escolhida para desenvolvimento da pesquisa e propositura de ações de política pública para promoção da igualdade pretendida, conforme preconizado na Lei municipal 9271/2018 (PDU). O trabalho, que apresenta uma análise bibliográfica e comparativa, tem como objetivo oferecer um conceito de cidade inteligente mais abrangente, a ser adotado no Brasil. Propõe-se uma releitura do Estatuto da Cidade e princípios democráticos, a partir dos quais deve ser idealizada a construção de políticas públicas para fazer efetivo o Direito Fundamental à inclusão de todos os habitantes da cidade em prol da melhoria da qualidade de vida.

Palavras–Chave: *smart city*; políticas públicas; combate à violência de gênero.

POLÍTICA PÚBLICA E ESTRUTURA ESTATAL DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL

Esmar Custodio Vencio Filho – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
esmarfilho@uol.com.br
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A tese pretende verificar a existência de políticas públicas e estrutura estatal de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e portador de transtornos mentais. Será procedida uma análise exploratória/documental a fim de levantar o conjunto positivo regulamentador do sistema de atendimento socioeducativo, especialmente o destinado à apuração de atos infracionais cometidos por adolescentes portadores de transtornos mentais. Este levantamento perpassará pelas normativas do Conselho Nacional da Justiça posto que as mesmas são editadas com a finalidade de dar efetividade às garantias de atendimento a estes cidadãos além de, da melhor forma possível, padronizar este serviço público no Poder Judiciário. Considerando a evolução do sistema de precedentes da justiça brasileira arrecadar-se-á material jurisdicional (súmulas, incidentes de demandas repetitivas, incidentes de assunção de competência, temas, julgamentos repetitivos etc) oriundo dos tribunais pátrios e que se refiram ao tema proposto. Sequencialmente será procedido um levantamento nos estados da estrutura física de atendimento a este adolescente especialmente no que se refere à rede multidisciplinar e infraestrutura física. O que já restou coletado é que os estados, até mesmo em face do princípio da federação e fortes distinções orçamentárias, populacionais, territoriais etc, possuem estruturas de atendimento bem diversas. Essa diversidade acaba por exteriorizar falhas e lacunas na prestação deste serviço. Há um esforço dos profissionais envolvidos (magistrados, defensores públicos, promotores de justiça, advogados e equipes interprofissionais) em dar cumprimento de forma mais fiel possível às previsões legais e direcionamentos jurisprudenciais, já que não há, de forma geral, estrutura minimamente adequada. A partir deste levantamento passa-se à verificação das consequências dessas fragilidades e seus reflexos no atendimento destes adolescentes e de seu tratamento e reinserção nos meios familiar e social. As boas práticas serão destacadas especialmente aquelas voltadas à observância do princípio antimanicomial também aplicável aos adolescentes em situações semelhantes.

Palavras–Chave: justiça socioeducativa; políticas públicas; rede de atendimento.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALOCAÇÃO DO BEM PÚBLICO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA

Antônio Alex Pinheiro – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
antonio09alex@gmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A pesquisa pretende analisar, a partir da participação social, em que medida a visão teórica tradicional do bem público espectro de radiofrequência, que orienta as políticas públicas de realocação desse bem público escasso, não é mais suficiente para alocação desse recurso pelo fato de o mesmo ter se tornado o grande objeto de desejo do século XXI. Para tanto, aplicando a técnica de Análise de Conteúdo Temática, a pesquisa analisa as contribuições inseridas nas consultas públicas da Anatel que subsidiaram a função normativa da agência na implantação das políticas públicas de comunicação móvel, para, assim, compreender o comportamento dos atores envolvidos com o processo. O trabalho aponta que, frente à complexidade adquirida pelo processo de realocação do bem público espectro de radiofrequência, que se tornou o objeto de desejo do século XXI, a visão teórica tradicional estanque desse bem público é insuficiente para nortear as políticas de leilões de radiofrequência. Com essa análise, a pesquisa pretende avaliar em que medida essa tradicional visão teórica do bem público espectro de radiofrequência necessita de ajustes para orientar as políticas públicas de realocação desse bem público escasso, que cada vez se tornam mais complexas. O trabalho destaca-se pela sua originalidade por submeter à prova uma visão teórica do bem público espectro de radiofrequência proposta há cem anos, antes da consolidação do rádio, da televisão aberta, do surgimento da internet e, principalmente, da convergência tecnológica.

Palavras–Chave: políticas públicas; espectro de radiofrequência; Anatel.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESJUDICIALIZAÇÃO: A MIGRAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Natália Granja Machado – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
nataliagranjamachado@sempreceub.com
Luiz Fux – CEUB, professor orientador
luiz.fux@uniceub.br

A tese é sobre o tema da Desjudicialização do processo de Execução Civil às Serventias Extrajudiciais de Notas e Registros. O tema atual é relevante, o qual está sendo tratado, por exemplo, no PL 6204/2019, que trata especificamente da desjudicialização do Processo de Execução aos Tabelionatos de Protesto de Títulos. Trata-se, ainda, de tema inserido nas Políticas Públicas de Desjudicialização, o que se alinha ao programa de Doutorado da CEUB. A ideia inicial seria pesquisar os impactos dessa transformação no Processo Civil sob o viés do aprimoramento das instituições ao cidadão, sua viabilidade jurídica e econômica, com análise de custo-benefício, perquirindo se tal modificação será mais eficiente, célere e menos onerosa aos jurisdicionados, ao mesmo tempo em que preserva as garantias constitucionais do devido processo legal, e quais procedimentos da execução poderiam ser migrados às Serventias Extrajudiciais, além de outros pontos relevantes.

Palavras–Chave: desjudicialização; processo de execução; tabelionatos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: RUMOS PARA SUA EFETIVIDADE

Marco Roberto Serra Lyrio – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
serralyrio@hotmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

Verificam-se avanços na implementação da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) em determinadas Comarcas do Estado de Mato Grosso devido à: A) formação de Comissões de Regularização Fundiária locais, integradas pelo Poder Executivo local, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, OAB e Serviço de Registro de Imóveis, que estuda quais são as diretrizes a serem tomadas para o bom andamento da Reurb da Comarca; B) cooperação entre Prefeitura e Serviço de Registro de Imóveis para levantamento da base documental (matrículas ou transcrições) dos imóveis urbanos atingidos; C) aprovação do Plano Diretor local pelos Vereadores da Câmara Municipal; D) possibilidade legal de distinção das modalidades da regularização fundiária urbana em: i) Reurb-S (regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda); e ii) Reurb-E (regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na Reurb-S). Porém, em determinadas Comarcas no Estado de Mato Grosso há entraves que geram problemas para implementação da Regularização Fundiária Urbana, como: A) reuniões extremamente espaçadas das Comissões de Regularização Fundiária locais, devido à morosidade de algumas Prefeituras para a elaboração obrigatória do projeto de regularização fundiária; B) ausência de apresentação de algumas Prefeituras do auto de demarcação urbanística (base do levantamento da situação da área a ser regularizada); C) divergência fática entre Planos Diretores aprovados e as realidades urbanas; D) falta de estudo pelos Poderes Públicos locais para distinguir os núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda ou não; e falta de acesso à informação aos beneficiários da regularização, mormente aos cidadãos hipossuficientes; O objetivo deste projeto de tese é analisar a efetividade Políticas Públicas para a regularização fundiária urbana. De forma mais específica, os objetivos do presente projeto são: I) Verificar a efetividade da implementação da Reurb (Regularização Fundiária Urbana) a partir da Lei nº 13.465/2017; II) Levantar e analisar as ações dos Poderes Executivos locais para concretização da Regularização Fundiária Urbana; III) Mapear os motivos pelos quais os núcleos urbanos informais a serem regularizados não estão sendo concluídos; IV) Identificar e analisar o papel dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na Política Pública Urbanística à luz da legislação pertinente; V) Observar o diálogo entre os Poderes Públicos locais (Atores) para a implementação efetiva da Política Pública urbana. A metodologia aqui utilizada avança na pesquisa indo das fontes mais objetivas às fontes mais subjetivas. A matéria-prima deste projeto é o texto jurídico, a legislação. Assim, se fará a análise normativa; seguida de um levantamento de dados documentais junto aos Poderes Públicos locais. Por fim, buscar-se-á a interpretação doutrinária, feita por uma revisão bibliográfica. Esta última tem um papel

fundamental para o estudo do direito, pois é um observador, um vigilante do trabalho dos legisladores e dos tribunais.

Palavras–Chave: regularização fundiária urbana; políticas públicas; efetividade.

POR UMA TEORIA DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA: MODELO DECISIONAL CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADO

Alexandre dos Santos Lopes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
aslopes.73@sempreceub.com
Sandro Lucio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O estudo busca apresentar elementos configuracionais de uma proposta de teoria da fundamentação da decisão administrativa, no contexto do sistema jus-administrativo brasileiro. Parte-se da identificação de um singular momento de mutações no cenário jurídico-administrativo, influenciado pelas transformações de uma nova ordem constitucional-administrativa. A fundamentação, em seu arquétipo garantístico, surge numa versão constitucionalizada, trazendo nova feição para a decisão administrativa, vez que no Estado Democrático Constitucional a fundamentação é o que legitima a decisão do Poder Público. Propõe-se uma teoria da fundamentação, a partir de um modelo decisional administrativo constitucionalmente adequado. As relações jurídico-administrativas, originárias do módulo processual administrativo (constitucionalizado), enquanto manifestação decisional que decorre da função atípica ("julgadora") da administração pública, manifesta-se de forma juridicizável, cuja incidência pressupõe à juridicidade. Exsurge uma função atípica da Administração Pública (juridicizada), a serviço da cooperação entre os Poderes; buscando a aplicação do direito no caso concreto, visando tutelar, no ambiente jus-administrativo, a concretização dos direitos e garantias fundamentais do cidadão-administrado. Ecoa uma ordem jurídica administrativa constitucionalizada (sob vértice constitucional), com ideal de imprescindibilidade da fundamentação na esfera pública. A tese apresenta as coordenadas para a configuração jurídico-constitucional de uma proposta de teoria, tendo como referência a fundamentação da decisão administrativa como garantia que decorre do Estado Democrático Constitucional. Busca-se conciliar uma abordagem teórica e dogmática, entre o "ser" e o "dever ser", analisando-se a relação entre direitos fundamentais, democracia e administração pública, para alcançar o referencial de processualização da atividade administrativa. Compreende-se a tomada de decisão como uma questão dilemática contemporânea, tematizando a questão sob a ótica da dimensão decisional administrativa. São identificados critérios intersubjetivos de controle da fundamentação nas relações jurídico-administrativas, afastando-se do paradigma silogístico-subsuntivo. Excursiona-se numa abordagem hermenêutica, a partir da invasão da linguagem no Direito e do giro linguístico, apresentado a importância destes fenômenos no processo decisório (administrativo). Sistematiza-se uma abordagem a partir da noção de (re)estruturação do núcleo dogmática da fundamentação no ordenamento jurídico, aprofundando a investigação de um conjunto de postulados (metanormas) que trazem reflexos no ambiente decisional, culminando em novas fronteiras da decisão administrativa em um cenário de múltiplas complexidades na esfera administrativa. Propõe-se uma alternativa à cultura de decisicionismo (sujeito solipsista) na administração pública, normalmente associado a uma visão distorcida de vinculação à legalidade, tendo como fator o apego disfuncional

ao normativismo decorrente de formulações teóricas do positivismo jurídico; apresentando-se uma reflexão global, compreendendo os três principais setores de incidência da administração pública: a organização administrativa, a atividade decisional administrativa e as garantias dos particulares. A concepção constitucional de fundamentação e o desenvolvimento de uma teoria decisional administrativa afastam o poder público da noção enraizada de que as decisões na esfera administrativa seriam meras manifestações de autoridade e de poder, que não precisariam ser justificadas. O Estado-Administração não deve agir de forma injustificada, ilegítima, inautêntica ou arbitrária, produzindo decisões sub–ótimas. A fundamentação é uma garantia inerente ao próprio Estado Democrático Constitucional; logo, a busca pela resposta (decisão) que seja adequada à Constituição é, sobretudo, um compromisso constitucional da administração pública do século XXI.

Palavras–Chave: fundamentação; decisão administrativa; teoria.

PRECEDENTES QUALIFICADOS E OS DESAFIOS DA SUA APLICABILIDADE: A REALIDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

Glacielle Borges Torquato – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
glacielletorquato@gmail.com
Patricia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O objetivo da tese é analisar os precedentes qualificados à luz da realidade do Tribunal de Justiça do Tocantins, demonstrando-se a importância da adesão do sistema de precedentes pelo Código de Processo Civil, mas também buscando identificar eventuais problemas na sua efetividade, com a apresentação de soluções necessárias à prolação de decisões que promovam, de fato, a garantia constitucional da igualdade, mantendo-se o seu caráter intertemporal e universalizável, refletindo-se direta e imediatamente na efetividade da prestação jurisdicional. Primeiramente apresenta-se o percurso histórico do precedente judicial, que alçou, a partir do CPC, de 2015, à fonte do direito. São abordados os desafios enfrentados pelo sistema de precedentes e a adaptação do TJ Tocantins à nova realidade. Em segundo plano, passa-se à análise da construção dos precedentes com a conjugação de fatores qualitativos e funcionais, assim como a escolha das variáveis de julgamento e a forma como tais precedentes reverberam na Corte de Justiça Tocantinense. Segue-se ao estudo dos desafios hermenêuticos da aplicabilidade dos precedentes vinculantes pelo TJ Tocantins para garantir a pretendida segurança jurídica. Finalmente, discute-se acerca do direito do futuro, sua construção democrática, gestão eficiente, mudança de cultura e redesenho das instituições, na busca pela coesão sistêmica. Conclui-se que há muito a ser aperfeiçoado no sistema de precedentes, especialmente no que concerne à sua adequada aplicação pelas Cortes Estaduais, nesta pesquisa representada pelo Tribunal de Justiça do Tocantins.

Palavras–Chave: precedentes qualificados; aplicabilidade; desafios.

PRESSUPOSTOS MATERIAIS DA RESPONSABILIZAÇÃO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS, CONSIDERADA A SUA AUTONOMIA CONSTITUCIONAL

Odilon Cavallari de Oliveira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
odiloncavallari@gmail.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – CEUB, professor orientador
carlos.britto@ceub.edu.br

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a responsabilização de agentes públicos e privados pelos Tribunais de Contas, no tocante aos seus pressupostos materiais, considerada a autonomia constitucional das Cortes de Contas e, por consequência, o seu microssistema de responsabilização, que requer regras e princípios adequados e coerentes com as suas especificidades. A identificação do regime jurídico que deve regular a responsabilização promovida pelos Tribunais de Contas tem sido um desafio em virtude de dois fatores: primeiro, a ausência de uma legislação específica sobre o tema; segundo, o fato de as decisões dos Tribunais de Contas que imputam responsabilidade serem de natureza genuinamente administrativo-financeira, quando emitem juízos de valor sobre as contas do agente público, mas serem assemelhadas ao direito civil, no caso de condenação à reparação de dano, e ao direito penal, quando aplicam sanções. A situação-problema ou problemática da pesquisa é: quais os pressupostos materiais do microssistema de responsabilização aplicado pelos Tribunais de Contas, dada a sua autonomia constitucional e a sua multiplicidade de atuação repressiva, que ocorre por meio de decisões que condenam à reparação de dano, aplicam sanções e exercem juízo valorativo sobre as contas dos agentes públicos, seja ao julgá-las, seja ao emitir parecer prévio, assemelhando a atuação das Cortes de Contas, a depender de cada caso, ao direito civil, ao direito penal e/ou ao direito administrativo-financeiro, e com possíveis implicações nos direitos políticos? A hipótese e tese central é no sentido de que a identificação dos pressupostos materiais do microssistema de responsabilização aplicado pelos Tribunais de Contas, dada a sua autonomia constitucional, não é viável pela simples importação de pressupostos de algum outro ramo do direito, mas, ao contrário, requer a construção sistêmica e coerente com as suas múltiplas atuações repressivas, com predominância do direito penal como fonte inspiradora do direito administrativo sancionador, sem, no entanto, excluir outras fontes, em questões pontuais desde que não disciplinadas pelo direito penal, a exemplo de alguns institutos próprios do direito civil. Desse modo, com base em pesquisa documental da legislação, doutrina e jurisprudência, segundo a vertente jurídico-dogmática, do tipo jurídico-interpretativo e exploratório, a conclusão da pesquisa, alcançada a partir do método dedutivo, é pela confirmação da hipótese.

Palavras–Chave: tribunais de contas; responsabilização; pressupostos.

PROCESSO PENAL PSICOEDUCATIVO

Luis Roberto Cavalieri Duarte – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
roberto.defensoria@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A tese tentará propor formas alternativas para o combate à violência doméstica e familiar contra mulher no âmbito judicial, por meio de inserção dos homens em grupos reflexivos, voltados para uma perspectiva de gênero, seja durante o procedimento de conhecimento, seja na fase de execução da pena. Apontará a hipótese após verificar a construção do ser por meio de masculinidade tóxica, que cria os fatores de risco e de violência. Apontadas as premissas da violência de gênero, fará uma análise acerca de como atualmente o Estado realiza o combate e a prevenção dos crimes domésticos, por meio das formas, das medidas e das consequências judiciais, a partir dos entendimentos jurisprudenciais sobre a Lei Maria da Penha. Apresentará os problemas que revitimizam a mulher e a família quando da utilização essencialmente do direito punitivo como a forma de enfrentamento judicial da violência de gênero, de modo a demonstrar a necessidade de inovação jurídica para a abordagem de novas técnicas e métodos para a erradicação ou mitigação das agressividades negativas. Assim, além de apontar os instrumentos já dispostos e implementados pela Lei Protetiva, ousa-se apresentar novos rumos de atendimento aos ofensores e às vítimas, visando contribuir para a efetiva redução da violência contra a mulher. De fato, nesse contexto, dará prosseguimento e aprofundamento à pesquisa de gênero.

Palavras–Chave: violência; mulher; luta.

QUIS CUSTODIET IPSOS CUSTODES: O PROBLEMA DAS DECISÕES ILEGAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dany Rafael Fonseca Mendes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rafael.dany@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Junior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

Partindo de uma discussão técnica sobre o papel do direito na sociedade, ou função social, este trabalho teve a pretensão de demonstrar que, seja lá de onde vier uma regra (do Poder Legislativo ou do Judiciário), os jurisdicionados vão reagir. Desta reação, tomada pelos agentes racionais, se extrai que, notadamente no Judiciário, as escolhas de técnicas de interpretação moldam as decisões, e estas (individuais ou colegiadas) geram efeitos na criação, modificação ou extinção de direitos. Em consequência, todos os envolvidos no processo (partes, seus representantes e magistrados de diferentes instâncias) tendem a reagir às decisões, não sendo incomum que as reações escapem do padrão imaginado no âmbito do Estado. Sendo o Superior Tribunal de Justiça (STJ) o órgão do Judiciário responsável pela uniformização da jurisprudência, a abrangência das decisões tomadas no STJ é, em termos de incentivos, consideravelmente relevante. Lastreada em jurisprudência (selecionada) do Superior Tribunal de Justiça que, nesta análise, estaria em desacordo com a legislação, esta pesquisa tem a pretensão de construir uma tese sobre a influência exercida pelo STJ no comportamento processual dos litigantes nos juízos *a quo*.

Palavras–Chave: hermenêutica; análise econômica do direito; jurisprudência.

REABILITAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO HOMEM AUTOR DA AGRESSÃO DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DESCONSTRUINDO O MITO DE "AMÉLIA" NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO

Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
cirlenemassis@gmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A questão central da pesquisa é a reabilitação e ressocialização do homem autor da agressão doméstica e tem, como problema, verificar qual a contribuição do Projeto "Desconstruindo o mito de "Amélia": práticas de reabilitação de pessoas agressoras nos casos de violência doméstica e familiar", para a reabilitação e ressocialização do homem autor da agressão doméstica, no âmbito do município de Palmas-TO?

Palavras–Chave: políticas públicas; ressocialização; violência.

REFORMA TRIBUTÁRIA E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Rachel Nogueira de Souza – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
rachelnsouza@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

Há que se atentar que o federalismo brasileiro surgiu de modo a fortalecer as heterogeneidades regionais brasileiras e sem mecanismos institucionais que pudessem compensar a deficiência das disparidades regionais. Esses mecanismos apenas puderam ser concebidos na Constituição de 1988, com a institucionalização do federalismo assimétrico e a incorporação das ideias de democracia e descentralização, buscando atenuar as desigualdades regionais. No Brasil, tem-se observado bastante a utilização da retórica da unidade, de modo a afastar a reflexão crítica quanto à necessidade de criação de mecanismos que busquem atenuar as grandes disparidades regionais. Ora, pelos arranjos vivenciados pelo texto constitucional, observa-se que os Estados-membros são tratados de forma igualitária, o que acaba por evidenciar a diversidade como complicador da coesão no regime federativo. Historicamente, o Federalismo Brasileiro desenvolveu-se como um movimento pendular entre a centralização e a descentralização. Verificou, em 1891, o seu efetivo surgimento juntamente com a revolução republicana, com o protagonismo do governo nacional. A Federação brasileira passou a ter três esferas de autonomia com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A opção pelo Município na organização político-administrativa do Estado brasileiro demonstra certa peculiaridade do modelo pátrio quando comparado com o que se convencionou como federalismo clássico. A leitura dos artigos 18, 29 e 30 da Carta Magna corresponde a ponto de partida para a compreensão do papel dos municípios na federação, sendo sempre interessante salientar que a sanção para o descumprimento destes dispositivos pelos Estados-membros é a intervenção federal, que lhes retira a autonomia, característica tão cara para entidades federativas. Sabe-se que as propostas de reforma que serão analisadas neste trabalho tiveram o condão de aprimorar o sistema, de modo a diminuir o caos tributário, uma vez que são mais 85 tipos de impostos, além de um excessivo número de regimes especiais, créditos presumidos, desonerações e outras exceções. Dessa forma, por meio da AED, busca-se utilizar a ciência da escolha humana para auxiliar na compreensão (diagnóstico) e na previsão (prognóstico) das consequências sociais de cada escolha. Destaca-se, na relevância da pesquisa que se pretende desenvolver, os altos valores que baseiam a nossa federação, analisando em que medida a proposta de mera simplificação tributária poderá afetar a seletividade e a autonomia dos entes federativos. Partindo-se deste ponto, analisar-se-á as propostas de Reforma Tributária em destaques atualmente no Congresso Nacional, especialmente as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) nº 45, de 03 de abril de 2019, e a nº 110, de 2019, de modo a verificar como podem impactar futuramente no sistema socioeconômico.

Palavras–Chave: federalismo; análise econômica do direito; reforma tributária.

REIFICAÇÃO DOS DADOS UNDER SKIN, SUA FUNÇÃO SOCIAL E SEUS LIMITES NO CONTROLE PENAL DA CRIMINALIDADE

Gisele Gomes Matos – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
matosgisa@gmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

1ª verificação – H0 (hipótese nula): A vigente legislação esparsa no Brasil que se relaciona com a regulação da propriedade dos próprios dados e também com o controle penal da criminalidade conforma-se ao princípio constitucional insculpido no art. 5º, XXII da CF/1988, que garante o direito à propriedade, no sentido de que a regra geral deve ser a propriedade privada desses dados; Ha (hipótese alternativa): Há no microssistema dessa mesma legislação esparsa dispositivos legais que, embora atendam à regra constitucional da reserva legal (art. 5º, LVIII, CF/1988), não possam ser considerados como limitação razoável e proporcional (SILVA, 2010, p. 169–178) à regra geral do direito à propriedade privada desses mesmos dados. 2ª verificação – H0 (hipótese nula): A repercussão do princípio da função social da propriedade na regulação da propriedade dos próprios dados e no controle penal da criminalidade pode servir, em conformidade com o art. 5º, XXIII da CF/1988, de contraponto no balanceamento de princípios em colisão no sentido de aferir a validade dos dispositivos normativos (SILVA, 2010, p. 51–56) que limitem uma diretriz geral da propriedade privada desses dados; Ha (hipótese alternativa): O mesmo princípio da função social da propriedade não poderia servir para contraposição ao direito de propriedade dos próprios dados no microssistema dessa mesma legislação esparsa que se intersecciona com o controle penal da criminalidade para o fim de aferir se seus dispositivos legais poderiam ser considerados válidos, ou seja, como limitação razoável e proporcional (SILVA, 2010, p. 169–178) à regra geral do direito à propriedade privada desses dados. 3ª verificação – H0 (hipótese nula): O microssistema nacional em que se interseccionam a legislação esparsa sobre a propriedade dos próprios dados e a que trata do controle penal da criminalidade não guarda correlação com normas de idêntico escopo de países do sistema da civil law, Espanha e Portugal na presente pesquisa; nem com as de países do sistema da common law, sendo os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido (UK) os paradigmas desta pesquisa; Ha (hipótese alternativa): Há uma possível importação de algum instituto jurídico posicionado nessa fronteira da regulação da propriedade dos próprios dados com a regulação do controle penal da criminalidade.

Palavras–Chave: políticas; públicas; segurança.

RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRATIVA REGRESSIVA: A QUEBRA DO PACTO SOCIAL

Bruno Ribeiro Marques – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
bruno.rmarques@sempreceub.com
Sandro Lucio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O direito administrativo mostra-se fragmentado em múltiplos dispositivos. Nem sempre foi assim. O direito administrativo nasce como um contrato do cidadão com seu soberano. Ocorre que os abusos do poder estatal demandaram uma série de dispositivos que objetivavam frear o poder estatal. O direito administrativo passa, assim, a ter duas perspectivas. A subjetiva, como direito do cidadão de ter seus recursos empregados no bem coletivo e a objetiva como ato emanado do Leviatã na concretização do bem público. A pergunta que se coloca é: o que fazer quando esse pacto é rompido, quem deveria ser responsabilizado? A problemática advém do fato de que o Estado é uma ficção jurídica, uma abstração descorporizada que não se sustenta sem seus agentes que deveriam de fato responder. O estudo foca as cortes de Contas nacionais, institucionalmente incumbidas de responsabilizar os agentes quando da inaplicação correta dos haveres coletivos. A metodologia aplicada será indutiva, isto é, parte-se de estudos de casos para se confirmar a hipótese de que a administração pública não tem responsabilizado adequadamente seus agentes quando da ruptura do pacto social, por meio da técnica de análise de discurso e conteúdo que objetiva analisar as decisões, votos e acórdãos proferidos para os mais diversos casos de inaplicação de haveres estatais. O objetivo geral é analisar se a administração pública tem responsabilizado adequadamente seus agentes e contratados, para tanto, os objetivos específicos de desdobram em: averiguar a responsabilização dos agentes estatais e investigar se nesta responsabilização a administração tem feito uso da melhor literatura. O capítulo 01 tratará do pacto social e estado liberal kantiano. Adotando-se uma metodologia dialética, o capítulo 02 abordará a escola de Frankfurt e seus pensadores Hegeliandos e suas relações do estado para com o cidadão. O capítulo 03 tratará do estado de bem-estar social provedor. Os capítulos 04 e 5 trabalharão os principais autores ítalo, franco-germânicos, tanto da responsabilidade civil, quanto do direito administrativo com o intuito de refazer a ponte do pacto social. O Capítulo 06 tratará dos estudos empíricos e o capítulo 07, por fim, trará as conclusões e confirmação ou refutação da tese.

Palavras–Chave: pacto social; rompimento do contrato social; direito administrativo.

RESPONSABILIDADE FISCAL E OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DELITOS CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM SOB O PONTO DE VISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Fabio Macedo Nascimento – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
fabiompdft@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

O trabalho pretende avaliar as organizações ocupadas de controlar, regular e fiscalizar os aspectos estratégicos relacionados ao enfrentamento dos delitos contra as finanças públicas, apontando a conveniência do *enforcement* estabelecido no país, para se identificar os possíveis pontos de alavancagem do sistema jurídico (*leverage points*) e a forma como devem eles ser trabalhados a fim de se propiciar uma ressignificação às sanções como reforçadoras aversivas da consequência inerente à prática desses ilícitos. A ideia é aferir se o sistema jurídico posto, enquanto sistema especializado na punição de comportamentos indesejados, está devidamente adaptado para realizar a sua função em relação às vedações preconizadas. Os problemas da pesquisa consistem em saber se, diante da falta de uma adequada conformação de arranjos institucionais para se efetivar a concretização das prescrições normativas, resta fragilizada a postura de combate a este tipo de criminalidade. As questões a se desvendar são: até que ponto o trabalho técnico dos corpos qualificados que subsidiam os tribunais de contas em suas decisões é respeitado num julgamento político de análise, aprovação e rejeição de contas? Afora as análises contábeis perpetradas no âmbito das cortes especializadas, as polícias e o Ministério Público comum possuem aparato voltado para investigar e perseguir os fatos que podem ensejar o amoldamento aos tipos penais previstos contra as finanças públicas? O Ministério Público que atua junto aos tribunais de contas possui efetiva independência para, além de efetivar os seus posicionamentos na seara do julgamento administrativo das contas, impor-se na esfera comum em face daquilo que ainda pode ser sindicado em âmbito judicial? A metodologia de trabalho compreende não apenas uma pesquisa jurídico-exploratória, em nível bibliográfico, mas também uma análise de conteúdo, em nível documental, especialmente aquele produzido pelas próprias instituições que respondem em nível prático pela aplicação do direito em torno do assunto, por seus portais e sítios eletrônicos, além de relatórios e dados disponibilizados publicamente. Objetiva-se comprovar que a conjugação dos padrões de comportamentos organizacionais responde, por meio da tensão e da dinâmica decorrente da interação entre as diferentes instituições, pela real configuração dos arranjos institucionais estabelecidos, os quais, ao menos em tese, devem/deveriam se conformar para se efetivar a concretização da prescrição normativa. A hipótese é a de que o modo como se apresentam entrelaçados os padrões comportamentais operados para se decidir sobre as vedações impostas, considerados o contexto, a motivação e as consequências, repercute estrategicamente no aumento ou na diminuição da probabilidade de ocorrência das infrações. A justificativa ou importância para a realização da pesquisa é o marco de 20 anos do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a sensação social de impunidade quanto aos corriqueiros desajustes de contas

percebidos ao longo dos mandatos de chefes do Poder Executivo e de seus ordenadores de despesas. Quanto ao ponto em que o trabalho se encontra, ressalta-se que tudo está ainda no início, na fase de pesquisa, e a maior dificuldade tem sido uma orientação mais efetiva e próxima, o que, no entanto, está sendo buscado por este aluno.

Palavras–Chave: finanças públicas; pedaladas fiscais; arranjos institucionais.

RETROCESSO DEMOCRÁTICO E (IN)CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

Vanessa Wendhausen Cavallazzi – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
vanessacavallazzi@gmail.com
Luís Roberto Barroso – CEUB, professor orientador
luis.barroso@uniceub.br

Discutir erosão democrática e as capacidades de que dispõem os *watchdogs* da democracia implica, necessariamente, em esclarecer a que espécie de democracia se refere a proposição. A pesquisa poderia partir, por exemplo, de um conceito minimalista, como aquele proposto por Adam Przeworski, para quem a existência de eleições livres, regulares e competitivas, a alternância no poder e a possibilidade de remoção de um governante por meio da escolha eleitoral seria suficiente para a caracterização do regime. A vantagem deste marco estaria na facilidade de identificação do retrocesso, ou seja, se ainda há a presença das funcionalidades formais mais básicas ou se nada sobrou. Ocorre que os conceitos minimalistas negligenciam atributos materiais igualmente essenciais, sem os quais a democracia não consegue ser operacionalizada, atributos esses que vêm sendo alvo de ataques sofisticados, realizados segundo as normas procedimentais do constitucionalismo democrático. Daí porque resgatar os argumentos de Robert Dahl, segundo o qual a democracia em sociedades complexas requer a presença de direitos e liberdades, como liberdade de expressão, associação e fontes alternativas de informação. Isso porque, em um traço mais raso, não há como viabilizar eleições justas, livres e competitivas, sem que os cidadãos tenham capacidade e possibilidade de formar juízos críticos sobre a política governamental, o que inclui acesso à educação, à saúde, à moradia, às mídias existentes, o respeito à pluralidade de identidades e ao direito das minorias (dentre outros). À concepção de Dahl, soma-se o pensamento de Amartya Sen, que adverte que os méritos do sistema democrático estão localizados na sua capacidade de promover: (i) a participação política e social como um valor intrínseco para a vida e o bem-estar social, uma vez que o exercício da liberdade política se coloca como parte essencial da liberdade humana; (ii) o aprimoramento da capacidade de escuta, expressão e defesa de demandas sociais pelos cidadãos com vistas à sua inserção na esfera de decisão política (valor instrumental da democracia); (iii) a construção de valores e prioridades sociais a partir da oportunidade de troca de informações, pontos de vista e saberes distintos. A verificação das hipóteses, de outro lado, será levada a termo pela via da teoria dos diálogos. A ideia de diálogos institucionais não recebe tratamento homogêneo da academia. Ao contrário, tem sido compreendida de diversas maneiras e com finalidades distintas. No Canadá, ela tem sido empregada por autores como Peter Hogg e Alisson A. Bushell para sinalizar o caráter não final das decisões judiciais sobre a Carta de Direitos e a possibilidade aberta ao Legislativo para a construção de novas soluções a partir dos parâmetros fornecidos pela Corte. Cristine Bateup, de outro lado, enfatiza a necessidade de estabelecimento de horizontalidade nas relações entre os poderes acerca da interpretação constitucional, destacando as possibilidades criativas e não necessariamente deferentes que se descortinam ao Legislativo, a partir da decisão judicial. Para Louis Fischer e Rosalind Dixon, no entanto, ressai o potencial de construção

coordenada de entendimentos constitucionais. De acordo com ambos, a metáfora dos diálogos constitucionais tem a capacidade de iluminar a dimensão comunicativa ou persuasiva empregada na construção das interpretações constitucionais e, de outra ponta, sublinhar as inúmeras rotas, formais e informais, pelas quais é possível sedimentar tais entendimentos entre os atores do processo. A transposição das ideias de Fischer e Dixon pode, portanto, auxiliar na avaliação de como são construídos os diálogos entre os organismos encarregados da defesa da democracia e como tais diálogos, inclusive com organismos transnacionais, podem contribuir para a edificação de barreiras de contenção aos processos recessivos. Serão utilizados, também, elementos referenciais embutidos no constitucionalismo em rede, estrutura teórica sistematizada por Patrícia Perrone Campos Mello a partir dos conceitos de constitucionalismo transformador e de *Ius Constitutionale Commune* na América Latina – ICCAL –, empregados por José Manuel Cepeda e por Armin von Bogdandy. Combina as ideias de supraestatalidade, pluralismo dialógico entre ordens nacionais e internacionais e a atuação judicial. Nessa perspectiva, o constitucionalismo em rede aponta para a operacionalização desses conceitos, apostando que os diversos atores ou "pontos de rede" enfrentam problemas semelhantes e, portanto, a interlocução entre eles permitiria a construção de entendimentos comuns e convergentes, que funcionariam como um mecanismo indutor da concretização de direitos e de proteção da democracia. A rede cumpriria funções dialógicas, definidoras de *standards*, motivacionais, de monitoramento e de cooperação recíproca, o que propiciaria a diluição de tensões focais sobre determinados *watchdogs* e otimizaria as condições de resiliência democrática.

Palavras–Chave: retrocesso; democracia; resiliência.

SAÚDE E TRABALHO: DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO TRABALHADOR BRASILEIRO E A SAÚDE FÍSICA E MENTAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Norma Regina Moreira Galvao – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
normamgalvao@yahoo.com.br
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O objetivo desta tese é analisar o que tem afetado a saúde física e mental dos trabalhadores do Poder Judiciário brasileiro, assim como os principais fatores que vêm contribuindo com o aumento de absenteísmo-doenças de magistrados e servidores no período de 2018 a 2022. Primeiro buscar-se-á identificar e discutir a relação dos direitos fundamentais constitucionais e sociais dos trabalhadores nas propostas dos tribunais brasileiros para melhorar a celeridade processual e produtividade. Em seguida, será realizada a coleta de dados através da análise dos relatórios e estatísticas sobre o absenteísmo-doença nos Tribunais de Justiça Estaduais, Federais e Justiça do Trabalho, com enfoque à saúde física e mental de magistrados e servidores. Em seguida, será analisada a estatística do Conselho Nacional de Justiça sobre a saúde física e mental de magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro (mapeamento e classificação dos casos de saúde física e mental). Na sequência, analisar-se-á as jurisprudências sobre a saúde no ambiente laboral do Poder Judiciário brasileiro. Finalmente, será discutida as principais propostas de mudanças no ambiente laboral dos Tribunais do Brasil, com enfoque a na qualidade de vida de magistrados e servidores, bem como se há ou não relação do afastamento por saúde-doença com a forma de trabalhar dos profissionais do Poder Judiciário, ou seja, ambiente laboral 100% digital, onde as atividades são desenvolvidas de forma virtual. Assim, a tese que pretende-se desenvolver é necessária e de grande utilidade e irá contribuir com o conhecimento e respeito aos direitos fundamentais constitucionais e sociais no ambiente laboral do Poder Judiciário brasileiro, bem como relação entre saúde física e mental dos trabalhadores diante do mundo digital, onde as atividades laborais estão cada dia mais sendo desenvolvidas de forma virtual, seja no ambiente de trabalho, seja em sistema home office ou teletrabalho.

Palavras–Chave: saúde; trabalho; direitos.

SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS QUE INTEGRAM O SISTEMAS: REFLEXÕES EM ABORDAGEM CONSTITUCIONAL

Wilson Simões de Lima Júnior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
wsljunior@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Os serviços sociais autônomos surgiram no Brasil no início do século XX e se deveu mormente à incapacidade estatal em formar profissionais qualificados nos mais diversos setores produtivos – indústria, comércio, transportes, rural – além de buscar suprir políticas de saúde, lazer e cultura à classe trabalhadora. Isto é, reconhecendo dificuldades e obstáculos para promover algumas políticas públicas que auxiliariam as pessoas jurídicas produtivas a desempenharem melhor, foi delegado às pessoas jurídicas de direito privado a possibilidade de tal papel, o qual se revelou importante à época dada as circunstâncias políticas e econômicas. Para tanto, os serviços sociais autônomos desempenharam esse papel, tendo sido custeado por meio de tributação sobre a folha de pagamento das próprias empresas (conforme setor de atividade). Por outro lado, a evolução legislativa e adequação a diferentes ordens constitucionais encerraram em várias críticas / polêmicas referentes ao "Sistema S" nos últimos anos. Cita-se algumas delas: indefinição do papel e campo de atuação das entidades do "Sistema S"; necessidade de transparência na gestão e distribuição de recursos; seleção na contratação de pessoal e nepotismo; finalidade, pertinência legal e conformidade temática na criação de entidades; imunidade tributária; corrupção; limites dos princípios e normas da Administração Pública; gratuidade na prestação de serviços e atividades desenvolvidas pelos serviços sociais autônomos, além de outros assuntos. É notório assumir que o objeto de estudo – serviços sociais autônomos que integram o "Sistema S" – está rodeado de incertezas e necessidade de profundas reflexões. A problematização deste presente projeto de pesquisa é direcionada à tais incertezas, na medida em que, se devidamente debatidas e refletidas, podem apresentar elementos teóricos aptos por formular, dentro da dogmática constitucional vigente, a correta determinação, compreensão e viabilidade do espaço jurídico-social ocupado pelos serviços sociais autônomos na atualidade. As hipóteses giram em torno da análise se os serviços sociais autônomos pertencem ou não à Administração Pública, interesse público, limites de atuação dos atores participantes e correspondência com o sistema dogmático-constitucional vigente. A metodologia é baseada em uma pesquisa exploratória, a qual requer pesquisa bibliográfica (com escolha dos que mais são referenciados sobre o assunto) e documental (banco de dados públicos como *leading cases* no STF e TCU que envolvam perspectivas de atuação dos serviços sociais e relatórios de gestão de serviços sociais autônomos). Em uma análise qualitativa, pretende-se chegar às conclusões por meio de análise crítica, utilizando a dogmática constitucional vigente como norte para coerência dos resultados.

Palavras–Chave: serviços sociais autônomos; natureza jurídica; ordem.

SISTEMA MULTIPORTAS: UM CAMINHO EM PROL DA EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA

Cristiano Miranda de Santana – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
cristianomirandasant@gmail.com
Luiz Edson Fachin – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

O exercício da jurisdição adotado no Brasil, preponderantemente através do processo clássico em que o juiz diz o direito para o caso, tem sido ineficiente para a garantia do direito fundamental de acesso efetivo à jurisdição. O número excessivo de demandas, quase sempre submetidas a um rito comum de heterocomposição, não tem dispensado aos sujeitos envolvidos o tratamento digno que merecem. Além disso, o formalismo do rito e a morosidade decorrente não contribuem para o cumprimento do direito fundamental da duração razoável do processo. Em consequência, aflições e frustrações são geradas nos usuários dos serviços jurisdicionais e nos agentes que materializam a jurisdição, desestimulando o acesso à justiça, mesmo quando necessário. Essa conjuntura demonstra a premente necessidade de revisão do sistema que impera, com a adoção de meios alternativos de resolução dos conflitos, a exemplo do denominado Sistema Multiportas de Justiça. Tal sistema surgiu a partir de uma iniciativa do professor Frank E. A. Sander, da Universidade de Harvard, que, em 1976, ao participar de uma conferência sobre a insatisfação do público com o sistema de justiça americano, apresentou um estudo para a ampliação do acesso à justiça, nominando-o de multi-door couthouse, ou seja, de Tribunal Multiportas. Tal sistema adota um novo modelo de composição de conflitos, que encaminha os casos judiciais ingressantes para os métodos mais adequados de resolução de litígio, dispensando, a cada caso, o meio mais apropriado para o tratamento da lide, propiciando a redução no tempo e no dinheiro despendidos na resolução dos conflitos. Nasce, assim, o problema de pesquisa que norteará este estudo: o Sistema Multiportas é um instrumento capaz de contribuir para a ampliação do acesso à Justiça no Brasil?

Palavras–Chave: acesso à justiça; tribunal multiportas; tratamento adequado dos conflitos.

SISTEMA PUNITIVO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: PARADOXO DAS PENAS RADICAIS

Wagner de Amorim Madoz – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
wmadoz@gmail.com
Inocêncio Mártires Coelho – CEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

A pesquisa aborda a relação entre o sistema punitivo e os direitos fundamentais, situando no centro da análise as penas criminais existentes no ordenamento jurídico brasileiro, em contraposição à proposta de limitação das penas radicais. Busca observar as penas previstas ou aplicadas em condenações criminais que estão em conflito com os princípios que a ordem constitucional procura salvaguardar, através da punição, e que pode revelar um desprezo ao direito à vida (biológica e social) do condenado criminalmente.

Palavras–Chave: direitos fundamentais; sistema punitivo; paradoxo.

ANAIS DO

V EnCUCA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PIBIC 2021/2022

CEUB

A (IN)FELICIDADE EM TEMPOS NEOLIBERAIS: RELAÇÕES COM MODOS DE EXISTÊNCIA NAS CIDADES

Natasha Tonetti Abdul Hak – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
natasha.tonetti@sempreceub.com
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello – CEUB, professor orientador
leonardo.mello@ceub.edu.br

Frente à contemporaneidade dos efeitos do neoliberalismo, é preciso investigar seus paradigmas, tendo em vista que tanto seus valores quanto suas normas perpassam pelos processos de individualização dos sujeitos. Nesse sentido, a felicidade se torna um instrumento de aprimoramento da produção e do desempenho, sendo vivenciada como uma obrigatoriedade. Diante desse cenário, a presente pesquisa buscou investigar como a cultura da felicidade no neoliberalismo se relaciona com os processos de sofrimento psíquico vivenciados pelos sujeitos nas cidades. Utilizou-se de uma metodologia qualitativa de pesquisa e, para a análise das informações, apoiou-se no referencial metodológico e epistemológico da Análise do Discurso (AD) de orientação francesa. Para investigar de que formas a cultura neoliberal de felicidade se articula com os modos de existência nas cidades, portanto, foi realizado um trabalho de campo em um território na região central da cidade de Brasília (DF), por um período de três meses. A partir da aproximação de vínculo entre a pesquisadora e os participantes, foram conduzidas três entrevistas do tipo semiestruturada, organizada por perguntas abertas e fechadas. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Pela metodologia da AD, a análise das informações qualitativas consistiu em traçar as hipóteses sobre os lugares ideológicos dos quais os participantes se manifestaram. Além disso, pelo fato da pesquisadora ter se inserido em campo, os resultados da pesquisa foram discutidos não apenas pelas vivências dos participantes e falas que emergiram das entrevistas, mas também das observações e impressões da pesquisadora enquanto praticante da cidade. Como uma forma de organizar as discussões realizadas, a análise foi dividida em dois eixos temáticos, sendo eles: i) a felicidade como um imperativo moral; e ii) as (in)felicidades existentes na cidade. Em relação ao primeiro eixo analisado, foi possível destacar as nuances sociais, culturais e psicológicas da felicidade como um imperativo moral do neoliberalismo, além de uma significativa negação das outras formas de sentimento. Já no que se refere ao segundo eixo temático, foram observadas as relações entre os modos de existência nas cidades e o imperativo neoliberal de felicidade, ressaltando, ainda, como esses ideais têm repercutido em formas de sofrimento psíquico para os sujeitos da cidade.

Palavras–Chave: felicidade; neoliberalismo; cidades.

A CORRELAÇÃO ENTRE MICROBIOTA INTESTINAL E DISTÚRBIOS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM ESTUDANTES DE MEDICINA

Jordana Lopes de Lucena – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
jordana.lopes@sempreceub.com.br
Rafael Maia de Almeida – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno voluntário
rafael.maia.almeida@sempreceub.com.br
Gerson Fernando Mendes Pereira – CEUB, professor orientador
gerson.pereira@ceub.edu.br

O presente estudo analisará a relação entre sintomas de disbiose e o funcionamento da microbiota intestinal com o aparecimento de sintomas de ansiedade e depressão em estudantes de medicina. Nos últimos anos, tornaram-se frequentes as pesquisas acerca da microbiota intestinal e sua relação com distúrbios de saúde mental, através de vários mecanismos já propostos, tais como estimulação do nervo vago, inflamação neural através de quebra da permeabilidade intestinal e produção de neurotransmissores, além da influência de citocinas inflamatórias. A ansiedade e depressão, por sua vez, são distúrbios frequentes em estudantes de medicina, vistos à vasta carga horária e cobrança em seus cotidianos. Para o estabelecimento da relação entre microbiota intestinal e os distúrbios em tal população, foram utilizados questionários para risco de Disbiose e sintomas de ansiedade e depressão, aplicados via *Google Forms*, para 128 estudantes de medicina de Brasília digitalmente, com o objetivo de esclarecer a influência da microbiota nesses sintomas em tais estudantes, obtendo dados acerca de hábitos de vida, permeabilidade intestinal e níveis de ansiedade e depressão, a fim de demonstrar a possibilidade da relação de maus hábitos de vida e o aparecimento dos distúrbios, além dos fatores de risco já citados, possibilitando a abordagem holística da saúde mental. Foi calculado o índice alfa de Cronbach, e após a validação dos questionários demonstrou-se altos índices de sinais de disbiose, ansiedade e depressão, com correlação direta entre estresse, uso de medicamentos tais como protetores gástricos e antibióticos, e tais sinais. Em suma, conclui-se que a relação é, direta ou indiretamente, forte entre sintomas de disbiose e distúrbios de ansiedade e depressão, porém, são necessárias mais evidências, com mais pesquisas na área estudantil médica, para estabelecer essa relação.

Palavras–Chave: microbiota; ansiedade; depressão; estudantes; medicina.

A DINÂMICA DO DATING VIOLENCE ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS NA CAPITAL FEDERAL BRASILEIRA

Catarina Maia Braga De Souza – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
catarina.maia@sempreceub.com
Yngridi Da Silva Paiva Costa Dos Santos – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
yngridipaiva@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio – CEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br

O *dating violence* ou violência no namoro caracteriza-se pela ocorrência de violência multifacetada que pode ser simbólica, verbal, psicológica, moral e física, ocasionadas de maneira isolada ou associada, que cause danos, sofrimento, abuso de poder e/ou morte ao parceiro íntimo. Essa tipificação da violência interpessoal ocorre entre adolescentes e jovens adultos que ainda estão em processo de amadurecimento da identidade, sexualidade e autoconfiança. O objetivo da presente pesquisa consistiu em analisar a dinâmica do dating violence entre os estudantes universitários da capital federal brasileira. Tratou-se de um estudo descritivo e transversal de abordagem quantitativa; a coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário estruturado composto por 54 questões utilizando a técnica ‘’Bola de Neve’’. Os resultados apontaram que dos 277 respondentes 82,3% eram do gênero feminino, estavam na faixa etária de 19 a 22 anos de idade (59,2%) e se autodeclararam heterossexuais (69,3%). A maioria dos universitários afirmou ter iniciado suas relações afetivo-sexuais dos 12 aos 18 anos (83%) e 57,1% relataram ter agredido verbalmente e 55% referiram ter sido vítimas de agressão verbal. Os dados despontaram 18% de vítimas de abuso sexual e 15,1% de vitimização por agressão física. A violência psicológica foi a mais referida, além disso, os estudantes reconhecem o ciúme como uma violência e a associação entre o *dating* e o baixo desempenho acadêmico. Nesse sentido, o espaço universitário é um ambiente propício para construção de um espaço dialógico e de implementação de medidas preventivas e protetivas contra a violência no namoro, dados os efeitos deletérios que esse tipo de conflito pode provocar na vida dos envolvidos.

Palavras–Chave: *dating violence*; violência entre parceiros íntimos; violência de gênero.

A HOSPITALIDADE COMO FATOR DE SUCESSO PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO

Daniel Alves Pinheiro – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
daniel.alves@sempreceub.com
Igor Guevara Loyola de Souza – CEUB, professor orientador
igor.souza@ceub.edu.br

A hospitalidade é um fator fundamental para o bom aproveitamento da experiência interpessoal entre indivíduos, no caso do estudo EAD tem sua importância na questão do aprendizado do docente. Este estudo adotou a escala de hospitalidade no ensino de Neves et al. (2020), na tentativa de relacionar esta variável com o desempenho individual do aluno. O desempenho individual foi aferido a partir da autoeficácia. O questionário foi disponibilizado para alunos de ensino superior, avaliando condições sociodemográficas e a análise de fatores que colaboram para o rendimento acadêmico. A escala de hospitalidade não apresentou confiabilidade adequada dos fatores. Quatro (de um total de cinco) fatores apresentaram baixa validade interna, aferidos pelo Alpha de Cronbach. A pesquisa feita verificou que o ambiente e organização (α = 0,728) tem significância quanto ao rendimento de uma matéria acadêmica, visto que cai de 75% para 25% a relação entre reprovação, que se tem material e adequação para o aprendizado da matéria ruim. Algumas conclusões foram relevantes neste estudo. Primeiramente, há a necessidade de aprimorar a medida de hospitalidade no ensino. Sugere-se que novos estudos realizem uma análise fatorial exploratória, já que não foi possível avaliar o mínimo de confiabilidade interna dos fatores. Segundo, o fator ambiente e organização demonstra evidências de validade interna e convergente. Pode-se inferir que este fator, por si só, constitui uma medida adequada para avaliação da hospitalidade em ensino à distância. Por fim, por haver resultados não positivos, sugere-se a elaboração de nova medida de hospitalidade, desde a análise teórica à análise estatística.

Palavras–Chave: hospitalidade; ensino EAD; autoeficácia.

A NATUREZA JURÍDICA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELO GOVERNO FEDERAL, POR MEIO DO INSTRUMENTO "COVAX FACILITY", E A SUJEIÇÃO A INTERESSES PRIVADOS PARA GARANTIR O INTERESSE PÚBLICO NA AQUISIÇÃO DE VACINAS

Marcelo Moreira Pacheco Savino – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
marcelo.savino@sempreceub.com
Carolina Reis Jatobá Coêlho – CEUB, professora orientadora
carolina.j.coelho@ceub.edu.br

O objetivo do projeto é a investigação da natureza jurídica dos contratos firmados pelo Governo Federal por meio do instrumento "COVAX facility" e sua possível natureza híbrida, com características de contrato administrativo e de contrato internacional de direito privado, com a hipótese inicial de uma possível prevalência de elementos de contratos privados. A metodologia do trabalho emprega principalmente análise de "sites" oficiais das entidades relacionadas ao instrumento, levantamento bibliográfico sobre o assunto, com leitura de livros e artigos relacionados ao tema, e análise documental. Os principais documentos analisados englobam a legislação pertinente, o Acórdão n.º 534/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU) e o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia. Não foi possível ter acesso aos contratos propriamente ditos, pois estavam sob cláusulas de confidencialidade. Utilizou-se o aparato teórico do Direito Internacional Público, do Direito Internacional Privado, do Direito Administrativo e do Direito Administrativo Global, mais especificamente sobre contratos administrativos e contratos internacionais. Para enfrentar a pandemia, foi criada uma estrutura de colaboração de caráter global, denominada "Access to COVID-19Tools Accelerator" (ACT-A), que reúne governos, cientistas, empresas, sociedade civil, filantropos e organizações de saúde global, focada no combate do coronavírus em três eixos: diagnósticos, tratamentos e vacinas. O "COVAX facility" é o eixo responsável pelo desenvolvimento, produção e acesso igualitário às vacinas, administrado pela Aliança Gavi, identificada no "site" oficial da internet como uma parceria público-privada. O instrumento foi aderido pelo Brasil por meio da Medida Provisória n.º 1003, de 2020, posteriormente convertida na Lei nº 14.121, de 1º de março de 2021. Essa Lei prevê que o "COVAX facility" será regido pelas normas da Aliança Gavi, de natureza eminentemente contratual, em detrimento das normas da Lei de Licitação e Contratos. A Lei n.º 14. 124/2021, de 10 de março de 2021, também trata da aquisição de vacinas, prevendo medidas excepcionais para aquisição de vacinas e insumos relacionados. Há então dois tipos de contratos de aquisição de vacinas. Os contratos firmados por meio do "COVAX facility" são regidos por normas eminentemente contratuais, caracterizando fontes normativas de origem não estatal. Essas normas não são publicizadas, apesar da aquisição de vacina consistir em um interesse público por excelência. Os contratos regidos pela Lei n.º 14.124/2021 são regidos pela Lei de Licitações e Contratos, prevendo somente casos de dispensa e cláusulas especiais, assemelhando-se aos tradicionais contratos administrativos.

Palavras–Chave: contratos; COVAX facility; COVID-19.

A PREVALÊNCIA E REPERCUSSÕES CLÍNICAS DA COVID-19EM PACIENTES TRANSPLANTADOS CARDÍACOS

Carolina Felix de Sousa Chaer – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
carolina.chaer@sempreceub.com
Mariana Camargo Afiune – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
mariana.afiune@sempreceub.com
Luciano Janussi Vacanti e Cristina Machado Camargo Afiune – CEUB, professor orientador
luciano.vacanti@ceub.edu.br
Cristina Machado Camargo Afiune – ICDF, colaboradora
mariana.afiune@sempreceub.com

Esta pesquisa teve como objetivo determinar a prevalência e as repercussões da COVID-19em pacientes receptores de transplante cardíaco atendidos no hospital cardiológico de referência no Distrito Federal, no período de março de 2020 a julho de 2022, identificando a gravidade e as repercussões clínicas apresentadas. A COVID-19é uma doença infectocontagiosa causada pelo SARS-COV-2, primeiramente identificada na China, em dezembro de 2019. Atualmente, atingiu aproximadamente 681.253 óbitos somente no Brasil. A maior mortalidade e gravidade da doença foi observada em idosos e pacientes com maior risco cardiovascular, devido a hipertensão arterial, diabetes e obesidade. Uma vez que receptores de transplante cardíaco apresentam elevada prevalência de comorbidades cardiovasculares e realizam terapia de imunossupressão contínua, acredita-se que sejam mais vulneráveis à COVID-19. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, qualitativa e observacional, não-experimental, realizada no Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal (ICTDF). Os dados foram coletados por meio de entrevistas telefônicas e acesso aos prontuários eletrônicos dos pacientes. Foram entrevistados 93 pacientes, dentre eles 13 crianças e 80 adultos transplantados cardíacos. Mensuraram-se os dados quantitativos pela ferramenta Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), para análise estatística. Quanto aos dados qualitativos, foram analisados de forma subjetiva pelos pesquisadores, sendo todos os dados separados em população adulta e pediátrica. A prevalência de COVID-19na população total de estudo foi 33,4%. A maioria dos pacientes adultos infectados era do sexo masculino, acima de 50 anos, e apresentava hipertensão, diabetes ou doença renal crônica. Os principais sintomas foram: febre (59%), tosse (52%), dispneia (41%), cefaleia (38%), mialgia (38%) e rinorreia (34%). A maioria dos pacientes teve a terapia imunossupressora mantida durante a infecção aguda. A taxa de hospitalização nos adultos foi de 17%. Apenas duas crianças foram infectadas pela COVID-19, uma delas com necessidade de hospitalização em UTI. As taxas de vacinação com pelo menos uma dose foram de 95% em adultos e 85% em crianças. Conclusão: A prevalência da COVID-19em pacientes receptores de transplante cardíaco foi duas vezes maior do que na população geral, entretanto, os desfechos clínicos encontrados não indicaram maior gravidade da doença nessa população.

Palavras–Chave: transplante cardíaco; COVID-19; repercussões clínicas.

A RELAÇÃO ENTRE O USO DO INSTAGRAM COMO COMPORTAMENTO DE RISCO ASSOCIADO AOS TRANSTORNOS ALIMENTARES EM JOVENS ADULTAS

Stephanie Popoff Scheidemantel Britto Funayama – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
stephanie.pf@sempreceub.com
Daniel Barbieri Freitas – CEUB, professor orientador
daniel.freitas@ceub.edu.br

O presente trabalho teve como finalidade identificar se a utilização do aplicativo Instagram configura-se como um comportamento de risco associado ao desenvolvimento de transtornos alimentares em jovens adultas. Atualmente, a utilização do Instagram tem crescido cada vez mais e, nesse sentido, é conveniente investigar de que maneira o uso dessa rede relaciona-se com a autoestima e a satisfação corporal de mulheres adultas, tendo em vista que a plataforma utiliza estritamente a imagem corporal como ferramenta de interação entre os usuários. Além disso, os transtornos alimentares configuram-se como psicopatologias que afetam negativamente os mais variados âmbitos da vida e têm como característica bastante demarcada a insatisfação corporal, sendo mais prevalentes em pacientes do sexo feminino. Participaram do estudo 118 mulheres adultas, acima de 18 anos e que utilizam o aplicativo Instagram diariamente. Foram coletados dados concernentes aos níveis de satisfação corporal e influência da mídia, bem como aos níveis de adicção e de engajamento das participantes ao Instagram. Para isso, foram utilizadas as escalas SATAQ–3, EBAI e ENGINST, respectivamente. Posteriormente, os dados foram analisados por meio do cálculo de correlações de Pearson entre as escalas. Obteve-se uma correlação positiva alta entre as escalas SATAQ–3 e EBAI, configurando-se como uma informação confirmatória da hipótese fundamental do estudo, isto é, mulheres insatisfeitas com os seus corpos tendem a ser adictas ao Instagram. Também constatou-se que participantes adictas à plataforma geralmente classificam-se como usuárias engajadas no Instagram. Por fim, obteve-se a informação de que usuárias insatisfeitas com a imagem corporal apresentam maiores níveis de engajamento no Instagram. Portanto, levando em consideração os dados encontrados, pode-se concluir que a utilização diária do aplicativo Instagram pode ser classificada como um potencial comportamento de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares em mulheres adultas, fato que confirma a hipótese central do presente estudo.

Palavras–Chave: transtornos alimentares; redes sociais; instagram.

A VIVÊNCIA DA MORTE NO CONTEXTO HOSPITALAR POR PSICÓLOGOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Arthur Piemonte Tufenkjian – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
arthur.piemonte@sempreceub.com
Janaína de Fátima Vidotti – CEUB, professora orientadora
janaina.vidotti@ceub.edu.br

A pandemia da COVID-19 teve início no começo do ano de 2020 e surpreendeu o mundo com um vírus que se propagou de forma rápida, infectando grande parte da população. Devido à gravidade dos sintomas, muitas pessoas contaminadas necessitaram de internação em instituições hospitalares e, em muitos casos, houve evolução para a morte. Este estudo objetivou compreender como psicólogos hospitalares vivenciaram a morte no contexto da pandemia da COVID-19, buscando conhecer as principais transformações que ocorreram no ambiente de trabalho e as mudanças nos processos de morte e luto na instituição hospitalar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Para a coleta de dados, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com psicólogos hospitalares que atuaram na linha de frente contra a COVID-19 durante o período pandêmico. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à Análise Temática. Os resultados foram divididos em quatro categorias temáticas, sendo elas: a formação em psicologia da saúde e hospitalar; rotina de trabalho; vivência da morte no hospital; e desafios e mudanças para a psicologia hospitalar. Os resultados mostram que a pandemia alterou de modo significativo a vivência da morte no contexto hospitalar e a relação destes profissionais com os processos de finitude, principalmente devido ao aumento significativo do número de óbitos diários e à imprevisibilidade na evolução da doença, que muitas vezes ocorria de modo rápido. A ausência de familiares no ambiente hospitalar promoveu alterações nos processos de despedida. Houve necessidade de adaptação às novas condições de trabalho, como uso de equipamentos de proteção individual e uso de tecnologias digitais para realização dos atendimentos aos familiares. A alta demanda nos serviços hospitalares, as mudanças no trabalho e o risco da própria contaminação e transmissão do vírus para entes queridos resultaram em desgaste na rotina de trabalho e aumento de riscos relacionados à saúde física e mental do profissional da saúde.

Palavras–Chave: COVID-19; psicologia hospitalar; morte.

ACESSO, ATENDIMENTO E CUIDADO À SAÚDE VOLTADA À POPULAÇÃO TRANSGÊNERA DA CAPITAL FEDERAL BRASILEIRA

Paula Bastos Antunes – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
pbastosantunes@gmail.com
Ester Mascarenhas Oliveira – CEUB, professora orientadora
ester.oliveira@sempreceub.com
Vanessa Alvarenga Pegoraro – CEUB, professora coorientadora
vanessa.pegoraro@ceub.edu.br
***Hellen Torres Coelho* – Hospital Santa Lúcia, colaboradora**
hellentorrescoelho@gmail.com
Luciana Neves da Silva Bampi – Universidade de Brasília, colaboradora
lbampi@unb.br

Pessoas transgêneras enfrentam, no geral, profundas iniquidades e estigmas no acesso aos serviços de saúde. O sistema de saúde, de viés heterocisnormativo, apresenta lacunas que desfavorecem o cuidado à saúde da pessoa transgênera, em sua individualidade. O presente estudo teve como objetivo conhecer as condições de acesso/atendimento e cuidado à saúde voltada à população transgênera do DF. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. Foram entrevistadas 5 pessoas trans, usuárias dos serviços de saúde voltados a essa população e 5 profissionais/gestores desses mesmos serviços. Utilizou-se a técnica de amostragem não probabilística Bola de Neve (snowball sampling). A coleta de dados foi realizada nos ambulatórios Trans da Secretaria de Saúde do DF (CEDIN/SES) e do Hospital Universitário de Brasília (HUB), a partir de aplicação de questionário e de entrevista semiestruturada. A participação no estudo se deu mediante assinatura do TCLE. Os resultados provenientes da entrevista foram processados pelo software Iramuteq alpha 2, organizados e analisados a partir de Bardin. Na busca pela mudança corporal, pela saúde mental e pelo acolhimento, as pessoas trans possuem condições de acesso e permanência nos serviços de saúde do DF pouco resolutivos e insatisfatórios. A existência de uma imensa fila de espera nos referidos serviços explicita o desequilíbrio entre demandas trans e assistência individualizada. Nesse sentido, o acesso/atendimento e cuidado à população transgênera do DF perpassam a incipiência de política de acesso e carência de profissionais nas equipes. Em meio às lacunas do sistema de saúde, a procura pela saúde trans inclusiva é latente e atravessa desafios para sustentar-se, pois, também envolve questões políticas. A Atenção Primária de Saúde (APS) e a figura da(o) enfermeira(o) apresentaram-se invisibilizadas, enquanto a assistência em saúde medicocentrada é a mais procurada. Nesse cenário, o desrespeito ao nome social é frequente, o que afasta a população trans dos serviços, por receio de estigma e preconceito. Sendo assim, a saúde física e mental do referido grupo se cruzam e se somam, expostas a uma realidade heteronormativa que exclui e pune o que é diferente.

Palavras–Chave: transgênero; saúde; enfermagem.

ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA CURTA E SEU PAPEL NA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DO CÂNCER COLORRETAL

Ana Luiza do Nascimento de Almeida – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
analuiza.na@sempreceub.com
Ana Lúcia Ribeiro Salomon – CEUB, professora orientadora
ana.salomon@ceub.edu.br

O câncer colorretal é o quarto tipo de câncer mais comumente diagnosticado e o terceiro mais mortal no mundo (GLOBOCAN, 2018). Estudos demonstram evidências de que os ácidos graxos de cadeia curta (AGCCs) podem prevenir o desenvolvimento do câncer de cólon no estado inflamado (SCHEPPACH et al., 1992; SCHEPPACH et al., 1997). A fibra dietética protege o intestino de compostos tóxicos e alterações carcinogênicas, possivelmente pela fermentação das fibras em AGCC (LE LEU et al., 2015). Sobre o amido resistente encontrou-se o mesmo resultado (DRONAMRAJU et al., 2009; HEIJNEN et al., 1998; VAN MUNSTER et al., 1994). Os AGCC favorecem a homeostase metabólica, promovem a proteção do cólon (ELAMIN et al., 2013) e têm efeitos diretos na imunomodulação pela inibição de histonas deacetilases e ativação de receptores acoplados à proteína G que resultam na diminuição da inflamação colônica (CORRÊA-OLIVEIRA et al., 2016) e têm repercussão anticarcinogênica neste tecido (HINNEBUSCH et al., 2002). Este estudo de intervenção do tipo ensaio clínico randomizado e controlado teve o objetivo de identificar se o aumento no consumo de fibra alimentar e amido resistente pode resultar em melhora da qualidade de vida (QdV) de pacientes portadores de câncer colorretal. Para tanto, foi utilizada uma amostra de trinta e dois (32) pacientes que se encontravam em tratamento antineoplásico e lhes foram aplicadas as seguintes ferramentas: questionário de frequência alimentar (QFA), recordatório alimentar de 24 horas (R24h), e WHOQOL-BREF (World Health Organization Quality of Life – Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde – versão abreviada). Na primeira etapa, objetivou-se conhecer o padrão alimentar dos participantes e a sua qualidade de vida antes da intervenção dietética. Na segunda etapa o grupo intervenção (n=16) recebeu orientações dietéticas para o aumento do consumo de alimentos fonte de fibra alimentar e amido resistente e o grupo controle (n=16) recebeu orientações dietéticas gerais sobre a alimentação saudável. Na terceira etapa, o QFA e o WHOQOL-BREF foram aplicados novamente para comparar os resultados de antes e depois da intervenção. Pela falta de dados pós-intervenção, não foi possível avaliar se a intervenção dietética foi capaz de melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Os dados levantados pré-intervenção, entretanto, permitiram identificar um padrão alimentar prejudicial à QdV do grupo avaliado, com baixo teor de fibras alimentares, amido resistente e aminoácidos, e alto consumo de alimentos gordurosos, ultraprocessados, carnes vermelhas e açúcares. Ao passo que também puderam ser constatadas a insatisfação dos participantes com a própria qualidade de vida, a vulnerabilidade psicológica, problemas de autoestima e falta de suporte, além das limitações experimentadas pela dor e indisposição físicas. Não foi possível concluir se o

aumento no consumo de fibra alimentar e amido resistente pode resultar em melhora da qualidade de vida (QdV) de pacientes portadores de câncer colorretal.

Palavras–Chave: câncer colorretal; ácidos graxos de cadeia curta; qualidade de vida.

ANÁLISE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, PRESSÃO ARTERIAL SISTÊMICA, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO, LACTATO SANGUÍNEO, GLICEMIA E A CAPACIDADE CARDIORRESPIRATÓRIA EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS USUÁRIOS CRÔNICOS DE NARGUILE E CIGARRO ELETRÔNICO

Fernanda Reis Provasi – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
fernanda.provasi@sempreceub.com
Filipe Santana – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno voluntário
filipe.santana@sempreceub.com
Márcio Rabelo Mota – CEUB, professor orientador
marcio.mota@ceub.edu.br

O objetivo do presente estudo é observar os malefícios causados em jovens pelo uso exacerbado de produtos derivados do tabaco, como o narguilé e cigarros eletrônicos (vaper e pod) que estão cada vez mais presentes na rotina dos jovens universitários. Dessa forma, a intenção é alertar a população usuária acerca das possíveis doenças relacionadas com o uso destes. Logo, o objetivo é analisar e comparar as variáveis clínicas, como: frequência cardíaca, pressão arterial sistêmica, saturação de oxigênio, lactato sanguíneo, glicemia e capacidade pulmonar, entre 20 jovens universitários, na faixa etária de 18 a 30 anos de idade. Foram divididos em 2 grupos: usuários frequentes e não usuários de narguilé, tabaco e cigarro eletrônico, em que foi aplicado uma adaptação rampada do protocolo de bruce em esteira ergométrica, análise cardiopulmonar e escala de borg. Foram realizadas coletas a partir de uma gota de sangue feito por pulsão da falange distal do dedo anelar a fim de analisar a variação das taxas de lactato e glicemia antes, durante e após o teste físico. As respostas hemodinâmicas tais como: pressão arterial, taxa de saturação de oxigênio e capacidade pulmonar foram acompanhadas ao longo do estudo, com os equipamentos adequados, sendo colhidas pré, após a realização do teste em esteira ergométrica e a cada 4 intervalos de 15 minutos. Dessa forma, encontrou-se uma divergência entre as variações clínicas dos 2 grupos. Em que notou-se que após o teste o grupo não fumante teve um desempenho melhor na recuperação do que o grupo fumante.

Palavras–Chave: cigarro eletrônico; narguilé; vaping.

ANÁLISE DA MORBIDADE CAUSADA PELA DEMORA NA REALIZAÇÃO DA COLECISTECTOMIA NA LITÍASE BILIAR – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Bruna Moreno Barbosa – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
brunamorenob@sempreceub.com
Mayara Maranhão Jorge – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
mayaramaranhaoj@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

O presente estudo é uma revisão bibliográfica narrativa que tem como objetivo apresentar e discutir os estudos mais recentes e relevantes a respeito do tratamento cirúrgico através da colecistectomia dos pacientes diagnosticados com litíase biliar e com indicação cirúrgica, a qual sendo uma indicação eletiva de cirurgia, apresenta a problemática relacionada com o tempo de espera prolongado das cirurgias eletivas no Brasil. O estudo partiu da pergunta norteadora "Quais os fatores que levam ao tempo de espera prolongado dos pacientes diagnosticados com colelitíase, e com indicação cirúrgica, até a realização da colecistectomia e as possíveis complicações, devido a essa espera prolongada?", sendo realizado a revisão bibliográfica dos artigos mais relevantes. O estudo mostra as consequências advindas dessa espera prolongada até o ato cirúrgico, demonstrando um maior número de internações ou reinternações desses pacientes, além do aparecimento de complicações consequentes da história natural da litíase biliar (colecistite e pancreatite) que poderiam ser evitadas com uma intervenção cirúrgica precoce. A revisão bibliográfica também mostra uma complicação tardia devido a essa alteração da arquitetura da vesícula biliar, que é o câncer de vesícula biliar. Com isso, além dessas consequências fisiopatológicas no organismo, esse atraso nas cirurgias eletivas também leva a um comprometimento psicológico importante dos pacientes. O atual estudo também elenca as possíveis causas que podem contribuir para o atraso da realização da colecistectomia, como questões gerenciais da fila de espera do SUS das cirurgias eletivas, questões financeiras e a organização da própria equipe que realizará a cirurgia. Dessa forma, foi concluído a necessidade de reestruturação da organização das filas de cirurgia eletiva nacional e maiores estudos demonstrando como o andamento dessas listas pode ser feito de forma mais eficaz.

Palavras–Chave: colecistectomia; litíase biliar; atraso cirurgias eletivas.

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA VILA DE SÃO JORGE, ALTO PARAÍSO, GO, EM RELAÇÃO AO IMPACTO DE CÃES DOMÉSTICOS EM ÁREAS PROTEGIDAS COMO SUBSÍDIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Isabela Rios Rodrigues – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
isabela.rios@sempreceub.com
Vitória Isabela Maia Reis – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
vitoria.isabela@sempreceub.com
Fabricio Escarlate Tavares – CEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

Espécies exóticas e invasoras (EEI) representam atualmente uma das principais ameaças à biodiversidade mundial. A maior dificuldade em resolver o problema das EEI se encontra na necessidade de uma grande logística para reverter o estabelecimento e os danos causados à fauna e flora local, além dos grandes impactos econômicos. O Bioma Cerrado apresenta uma vasta riqueza de espécies endêmicas, ocupa cerca de um quarto do território nacional e é considerado um Hotspot de biodiversidade. Muitas dessas espécies não são percebidas pela população humana como espécies invasoras, e um dos maiores exemplos são os cães domésticos. No Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado na Vila de São Jorge, Alto Paraíso, GO, a ocorrência de cães domésticos dentro da UC tem resultado em problemas, como o ataque aos animais silvestres que vivem ali. Os cães domésticos (*Canis lupus familiaris*) não costumam possuir hábitos relacionados à caça ou predação de animais silvestres, mas podem acabar se tornando animais invasores ao permanecerem sozinhos nessas áreas. Essa interação desarmônica pode trazer o desequilíbrio ambiental, causando prejuízos à fauna e à flora local. O presente estudo teve como objetivo identificar como os moradores da Vila de São Jorge se relacionam com os cães e como percebem as interações destes animais com o ambiente natural. O estudo evidenciou que os moradores da Vila de São Jorge reconhecem os cães como uma problemática a ser resolvida, porém não os associam com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e nem como potenciais ameaças à fauna nativa. Além disso, percebeu-se que os moradores muitas vezes se isentam da responsabilidade de serem tutores de animais domésticos, o que contribui para a pauta dos cães como espécies invasoras.

Palavras–Chave: educação ambiental; espécies invasoras; cães domésticos.

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE ADESÃO À DIETA SEM GLÚTEN NA POPULAÇÃO SAUDÁVEL

Maria Clara Ibrahim Saraiva – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
maria.saraiva@sempreceub.com
Juliana Azevedo de Vasconcelos – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
juliana.azevedo@sempreceub.com
Luciana Teixeira de Campos – CEUB, professora orientadora
luciana.campos@ceub.edu.br

A dieta com restrição de glúten tem ganhado popularidade nos últimos anos, sendo motivada principalmente pela tendência de busca pela perda de peso e pela crença equivocada de que produtos sem glúten significariam uma alimentação mais saudável. Além disso, a percepção de sintomas extra e intra gastrointestinais com o consumo de alimentos com esse composto e a redução dos mesmos ao interromper o seu uso pode ter contribuído para posicionar o glúten em uma perspectiva negativa na sociedade. Levando esse contexto em consideração, a pesquisa buscou analisar a prevalência de pessoas que realizam essa dieta na ausência de um diagnóstico que justifique essa restrição ou orientação por profissional capacitado, compreendendo seu perfil epidemiológico e motivação para retirar o glúten da alimentação. A investigação foi conduzida a partir de um questionário disponibilizado online e divulgado para a população definida na amostragem, sendo adotado como critério de inclusão a matrícula obrigatória no UniCEUB e como critério de exclusão o diagnóstico prévio de doença celíaca, alergia ao trigo ou síndrome do intestino irritável. Foram coletadas um total de 288 respostas, e estabelecida uma prevalência de 16% de adesão à dieta sem glúten na amostra. Do total de participantes que realizam a dieta, 40% afirmaram realizá-la por conta própria e as principais motivações identificadas foram o desejo de perder peso e a busca por uma alimentação mais saudável. A presença de sintomas após o consumo do de produtos com glúten foi a terceira principal motivação, sendo relatada por 50% dos participantes com frequência. Os sintomas de destaque foram distensão, intestino preso e fraqueza. Todos esses participantes afirmaram a redução da frequência ou desaparecimento completo desses agravos após o início da restrição. Diante do exposto, observa-se que o objetivo principal do estudo foi alcançado ao definir a prevalência da dieta na população escolhida (16%). O valor encontrado foi consideravelmente maior do que o valor esperado, inclusive ao ser comparado com outros países da América Latina. As motivações identificadas corroboram com o resultado esperado, considerando que a busca pelo corpo perfeito e alimentação saudável têm grande impacto para o aumento da prevalência dessa dieta. Já a presença da redução de sintomas com a interrupção do consumo sugere a presença de sensibilidade ao glúten não-celíaca, sendo imperativo o estabelecimento de uma estratégia de diagnóstico mais resolutiva.

Palavras–Chave: dieta livre de glúten; sensibilidade ao glúten não-celíaca; prevalência.

ANÁLISE DO INTERVALO ENTRE O DIAGNÓSTICO E O TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA

Joao de Sousa Pinheiro Barbosa – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
sarah.godoi@sempreceub.com
Felipe Lopes de Freitas – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno voluntário
felipe.lf@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa – CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br
***Sandra Lucia Branco Mendes Coutinho – CEUB*, colaboradora**
sandra.coutinho@ceub.edu.br

O câncer de mama corresponde à neoplasia que mais acomete as mulheres e é o segundo tipo mais frequente no mundo, representando 28% dos novos casos anuais, atrás apenas do câncer de pele não melanoma. Sabe-se que a taxa de sobrevida de pacientes com câncer de mama depende de aspectos como o tipo do tumor e a gravidade da doença no momento em que ela é detectada, mas também está sujeita à evolução da neoplasia, o que está direta e/ou indiretamente relacionado ao rastreamento e acompanhamento nos serviços de saúde. Dessa forma, é de extrema importância a avaliação dos fatores que interferem na detecção precoce e no início do tratamento. Nesse sentido, realizou-se um estudo epidemiológico transversal de análise documental, com avaliação de cunho retrospectivo e quantitativo. Foram utilizados 222 prontuários de pacientes mulheres que realizaram biópsia no ano de 2020, por meio dos quais se buscou identificar e analisar alguns intervalos transcorridos entre o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama. As informações obtidas foram preenchidas em um formulário do Google e, em seguida, os dados foram organizados em gráficos para análise visual e estatística, incluindo medidas de tendência central (média e mediana) e de variabilidade (desvio padrão). Os intervalos escolhidos foram seis, sendo eles: intervalo entre o pedido médico de exames e a realização da mamografia inicial; intervalo entre o resultado da mamografia inicial e a realização da biópsia; intervalo entre a realização da biópsia e seu resultado (laudo da anatomia patológica); intervalo entre o resultado anatomopatológico da biópsia e o resultado da imunológico; intervalo entre o resultado final da biópsia e o início do tratamento; intervalo entre a cirurgia e o resultado do estadiamento anatomopatológico. Além disso, o estudo também coletou informações acerca da faixa etária, do tipo de câncer mais comumente detectado dentro da amostra disponibilizada e do prognóstico/desfecho das pacientes, até o momento da realização da pesquisa, considerando cinco possíveis respostas: em tratamento, tratados, cuidados paliativos, óbito e não informado. Em sua grande maioria, os resultados da pesquisa foram condizentes com dados da literatura científica atual, cuja análise do principal período (análise entre a realização da biópsia e o seu resultado) foi compatível com a Lei 13. 869/19. Contudo, os demais intervalos foram maiores do que o esperado. Ademais, a partir das variações desses períodos de análise, correlacionando-os com os prognósticos e desfechos encontrados, foi possível debater sobre possíveis melhorias na assistência a esse público feminino.

Palavras–Chave: câncer de mama; diagnóstico; neoplasia da mama.

ANÁLISE DO POTENCIAL ENZIMÁTICO DE FUNGOS FILAMENTOSOS VISANDO A BIORREMEDIAÇÃO DE SOLOS TRATADOS COM GLIFOSATO E 2-4D

Letícia Helena Oliveira – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
leticia.helena@sempreceub.com
***Clara Pancieri da Fonseca* – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária**
clara.pancieri@sempreceub.com
Cláudio Henrique Cerri e Silva – CEUB, professor orientador
claudio.silva@ceub.edu.br

Herbicidas são produtos de defesa agrícola responsáveis por matar plantas consideradas daninhas e que podem atrapalhar o crescimento de culturas de interesse. Em vista do amplo uso de tais agroquímicos, eles podem se acumular no ambiente, causando impactos diversos, desde à saúde humana até à saúde do meio ambiente. Os fungos são conhecidos por sua alta capacidade de degradação de diversas moléculas, o que indica o alto potencial desses organismos de promoverem a biorremediação. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo testar a tolerância, por meio do cultivo dos microrganismos, em meio cultura CZAPECK contendo apenas os herbicidas como fonte de carbono, o potencial enzimático, por meio do método do açúcar redutor e a dosagem de proteínas, por meio do método de Peterson (1977), de fungos filamentosos do solo, tratados com dois dos herbicidas mais utilizados no mundo, o glifosato e o ácido 2,4-Diclorofenoxiacético. Foram encontrados um total de 20 fungos, isolados a partir das amostras de solo. Não foi evidenciada tolerância ao glifosato, visto que praticamente não houve variação no halo de crescimento das morfologias na concentração de 1% do produto. Por outro lado, a tolerância ao aminol foi mais pronunciada, tendo em vista que houve crescimento fúngico em placas contendo aminol até a concentração de 7%. Várias amostras apresentaram resultado positivo para atividade de xilanase, amilase e celulase, porém as três atividades não foram evidenciadas em todas as morfologias isoladas. Apesar do maior crescimento dos fungos ser encontrado nos meios contendo aminol, os resultados maiores para atividade de celulase foram obtidos a partir do crescimento fúngico no meio contendo o glifosato. Os resultados encontrados sugerem que os fungos filamentosos isolados neste trabalho, apresentam potencial para uso em processos de biorremediação que visam descontaminar áreas contendo glifosato ou 2,4-D.

Palavras–Chave: biorremediação de herbicidas; celulase e xilanase; glifosato e aminol.

AS REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL MASCULINA NA VIDA ADULTA

Isabela Neres Ferreira – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
isabela.neres@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral – CEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. No entanto, a falta de visibilidade de episódios de abuso sexual masculino contribui para a disseminação de um pensamento de que esses casos não existem ou que são raros, o que não é verdade. A partir do exposto, a presente pesquisa buscou abordar o fenômeno da violência sexual infantil masculina e suas repercussões na vida adulta. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual foram entrevistados cinco homens vítimas de violência sexual na infância e um psicólogo atuante na área de combate ao abuso sexual masculino. A partir das entrevistas realizadas e da literatura que fundamentou este estudo, foi possível compreender a dinâmica da violência sexual na infância, as repercussões subjetivas na vida adulta, as possíveis formas de enfrentamento e ressignificação da violência, além das interfaces com os estudos de gênero. Foram identificadas repercussões psicológicas graves do abuso sexual infantil na vida adulta, tais como ansiedade e depressão, dificuldades de estabelecimento de vínculos em relacionamentos amorosos, bem como comportamentos sexuais ansiogênicos. Os impactos subjetivos mais significativos na vida desses homens dizem respeito às sequelas traumáticas da vivência de abuso no seio familiar, dado que é frequente o abuso nas relações familiares ou por pessoas próximas de seus familiares. Por fim, como estratégias de cuidado na vida adulta essenciais para os entrevistados, há grupos de apoio sobre o tema e a psicoterapia individual.

Palavras–Chave: violência sexual masculina; gênero; masculinidades.

AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DE ENFERMEIROS RELACIONADAS À ESPIRITUALIDADE EM CUIDADOS PALIATIVOS

Flaus Limoeiro Pereira – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
flaus.limoeiro@sempreceub.com
Roberto Nascimento de Albuquerque – CEUB, professor orientador
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

Nos últimos anos, pesquisas no âmbito da saúde têm apontado que a fé e a esperança representam aspectos imprescindíveis para a apreensão do processo de recuperação da saúde e o enfrentamento das doenças. Assim, a espiritualidade tem se configurado como uma variável relevante na composição do indicador de saúde na busca da promoção de um cuidado integral. O cuidado paliativo remete à melhoria da qualidade de vida das pessoas e suas famílias que enfrentam condições ameaçadoras da vida, por meio do diagnóstico precoce e tratamento de sintomas físicos, psicossociais e espirituais. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar as competências de enfermeiros relacionadas às necessidades e cuidados espirituais de pacientes internados em unidades de cuidados paliativos. Tratou-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e exploratória, com 17 enfermeiros lotados em um hospital de referência em cuidados paliativos do Distrito Federal. Foram utilizados dois questionários: um questionário sociodemográfico e profissional e a *Spiritual Care Competence Scale* (SCCS), validada no Brasil em 2020. Verificou-se que a maioria dos sujeitos da pesquisa era do sexo feminino (64,7%), acima de 42 anos de idade (70,5%), autodeclarada parda (41,2%), casada (70,6%), católica (52,9%), residindo com seus cônjuges/companheiros (52,9%), com filhos (76,5%), possuía pós-graduação *lato sensu* (64,7%), era formada há mais de 15 anos (70,58%) e tinha experiência com cuidados paliativos há mais de 10 anos (58,8%). Em relação à SCCS, a pesquisa revelou que os enfermeiros possuem níveis moderadamente altos de competência para o cuidado espiritual; conseguem prestar apoio e aconselhamento individualizado ao paciente e familiares, bem como possuem atitudes extremamente positivas em relação à espiritualidade. Apesar dos enfermeiros, de uma maneira geral, conseguirem avaliar e implementar os cuidados espirituais, ainda sentem dificuldades em registrá-los em um plano de cuidados; apontaram dificuldades em capacitar outros profissionais para o cuidado espiritual, bem como propor projetos de melhoria dos cuidados espirituais nas políticas institucionais; relataram dificuldades na realização de uma avaliação multiprofissional voltada aos cuidados espirituais e; não souberam responder se conseguem avaliar o cuidado espiritual em conjunto com a equipe de saúde. Frente ao exposto, acredita-se que esta pesquisa tenha ampliado a discussão sobre a espiritualidade e a importância dos cuidados espirituais no âmbito da enfermagem e dos cuidados paliativos. Além disso, espera-se que os resultados desta pesquisa possam auxiliar instituições a traçar novas estratégias de implantação, implementação e avaliação das necessidades/cuidados espirituais no âmbito da saúde e da enfermagem em cuidados paliativos.

Palavras–Chave: espiritualidade; cuidados paliativos; enfermagem.

AVALIAÇÃO DE TRANSTORNOS NUTRICIONAIS EM PACIENTES COM SOBREPESO E OBESOS PORTADORES DE DOENÇA INFLAMATÓRIA INTESTINAL

Maria Paula Goulart de Abreu Catta Preta – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
mpcattapreta@sempreceub.com
Priscila Chaves Cruz – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
priscilacruz@sempreceub.com
Ricardo Jacarandá de Faria – CEUB, professor orientador
ricardo.faria@ceub.edu.br
Letícia Caetano Adorno – HUB, colaboradora
leticiacaetano05@gmail.com

A Doença Inflamatório Intestinal (DII) é uma patologia crônica que causa inflamação do trato gastrointestinal. É representada pela Doença de Crohn (DC) e Retocolite Ulcerativa (RCU), tendo como principal diferença entre elas a localização da inflamação. A inflamação crônica provocada pela DII predispõe déficit nutricional, visto que acelera o trânsito intestinal, limitando o tempo de contato dos nutrientes com a mucosa do TGI e, consequentemente, diminuindo a absorção. Ademais, o sobrepeso/obesidade induzem um estado inflamatório importante, liberando citocinas inflamatórias e predispondo a uma disbiose que piora o estado do paciente e contribuem ainda mais para o déficit nutricional. O estudo teve como objetivo principal avaliar a prevalência dos transtornos nutricionais nos pacientes obesos com DII em um hospital universitário de Brasília. A pesquisa foi realizada por meio de estudo observacional retrospectivo, descritivo, analítico e comparativo e os dados foram coletados de prontuários eletrônicos de um hospital universitário em Brasília. Os pacientes foram divididos em 4 grupos: obesos/sobrepeso com DII, não obesos/sem sobrepeso com DII, obesos/sobrepeso sem DII; não obesos/sem sobrepeso sem DII. Os parâmetros analisados foram: hemograma, PCR, VHS, Na, K, Mg, P, Ca, vitamina D, ácido fólico, ferro, ferritina e albumina, bem como dados clínicos: idade, peso, altura, data de diagnóstico, tratamento atual e prévio, colonoscopia, endoscopia e biópsia. A análise foi realizada pelo software SAS 9.4, correlacionando os grupos de pacientes. Ao contrário do esperado, obtiveram p significativo ($p < 0,05$) apenas os marcadores ferro e hemoglobina, que apresentaram-se alterados nos pacientes com IMC <25 (não obesos/sem sobrepeso). Diante disso, infere-se que alguns fatores enviesaram a pesquisa, tais quais a não separação dos pacientes com RCU e DC para análise, visto que a localização da inflamação no TGI interfere no nível de absorção nutricional. Além disso, a maioria dos pacientes estava realizando tratamento com uso de biológicos e tendo acesso a acompanhamento em grande hospital, bem como suplementando alguns nutrientes como vitamina D, vitamina B12 e ferro, melhorando significativamente a inflamação e o transtorno nutricional. Conclui-se então a necessidade de separar os estudos de acordo com a doença do paciente – RCU ou DC; bem como os tipos de tratamento e suplementação nutricional.

Palavras–Chave: doença inflamatória intestinal; transtornos nutricionais; obesidade.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE CIMENTO PORTLAND PELA CINZA DE CASCA DE ARROZ E DIÓXIDO DE TITÂNIO NAS PROPRIEDADES FÍSICAS DE ARGAMASSA

Giovana Machado Clovandi – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
giovana.clovandi@sempreceub.com
Isabelle Valença de Carvalho – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
isabelle.valenca@sempreceub.com
Maria José de Souza Serafim – CEUB, professora orientadora
maria.serafim@ceub.edu.br

A casca de arroz é um material encontrado com grande facilidade no Brasil, mas não existe uma utilidade para esse resíduo. Dessa forma, estudos atuais aliam o uso da Cinza de Casca de Arroz (CCA) com o preparo de argamassas e concretos, em razão das suas propriedades pozolânicas. O dióxido de Titânio (TiO2) também é um material encontrado com facilidade e de baixo custo, ele é encontrado em diferentes formas cristalinas e não é um material tóxico. Neste trabalho substituiu-se parcialmente o cimento por Cinza de Casca de Arroz nas porcentagens de 4%, 9% e 15% e foi adicionado o dióxido de titânio em duas formas cristalinas, Anatase e Rutilo, ambas com substituição do material cimentício com uma porcentagem de 5%. Os corpos de prova de argamassa foram ensaiados para análise resistência, à compressão e tração por compressão diametral com idades de 7, 14, 28 e 42 dias e, também, foram realizados os ensaios de absorção de água, massas específicas, índices de vazios com os corpos de prova com 42 dias de idade. Em relação à resistência à compressão foi observado melhor resultado nos corpos de prova com substituição de 4% de CCA (em todas as idades), em ambas as formas cristalinas do TiO2, os resultados da resistência foram iguais ou superiores aos corpos de prova de referência. Quanto à resistência à tração por compressão diametral o melhor resultado foi com 9% de CCA (em todas as idades) tanto na forma cristalina rutilo quanto na anatase. Foram observadas algumas diferenças de resultado nas formas cristalinas rutilo e anatase, pois a anatase apresentou melhores resultados em relação à resistencia à compressão e o rutilo melhores resultados a tração por compressão diametral. Ambas as formas cristalinas e as diferentes porcentagens de CCA obtiveram resultados satisfatórios quanto à índice de vazios, massa específica e absorção de água.

Palavras–Chave: cinza de casca de arroz; dióxido de titânio; argamassas.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO NA AUTOIMAGEM E AUTOESTIMA

João Vitor Elias Machado – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
joao.emachado@sempreceub.com
Marina Sales Fiuza – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
marinasfiuza@sempreceub.com
Phaedra Castro Oliveira – CEUB, professora orientadora
phaedra.oliveira@ceub.edu.br

O Lúpus eritematoso sistêmico (LES) é uma doença reumática crônica de origem autoimune, cujos sintomas se manifestam em diversos órgãos e sistemas. Tendo em vista que o LES é uma doença sistêmica que abrange inúmeros aspectos da vida da população feminina, uma perspectiva intrínseca que demonstra a particularidade da autopercepção da mulher sobre sua doença e a amplitude das consequências do LES na qualidade de vida, se faz necessária. Dentre as manifestações, as cutâneas e de mucosa são de significativa relevância, pois interferem na percepção pessoal dos pacientes quanto a seus corpos. Diante do exposto, neste estudo qualitativo, realizar-se-á uma análise acerca dos impactos do LES na autoimagem e autoestima dos pacientes diagnosticados. A investigação se dará através da revisão da bibliografia e documentação nas bases de dados Scielo, PubMed, GoogleAcademics. Em síntese, dada a importância da percepção das mulheres em relação aos impactos do Lúpus eritematoso sistêmico (LES) para o contexto hodierno, principalmente no comprometimento na autoimagem e autoestima, a pesquisa traz notoriedade e relevância para o aprofundamento do conhecimento sobre as reverberações no contexto de cada paciente e reflexão das repercussões sociais e psicológicas tendo como enfoque a percepção dos pacientes sobre seus corpos após o diagnóstico, bem como as repercussões do tratamento.

Palavras–Chave: lúpus eritematoso sistêmico; mulher; imagem corporal.

AVALIAÇÃO POSTURAL E DA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA EM PACIENTES SUBMETIDAS À MASTECTOMIA

Ariadne Isis Sousa dos Santos – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
ariadne.isis@sempreceub.com
Eduarda de Oliveira Zilse – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
eduarda.zilse@sempreceub.com
Flávia Ladeira Ventura Caixeta – CEUB, professora orientadora
flavia.caixeta@ceub.edu.br

O câncer de mama é o mais prevalente nas mulheres no mundo e no Brasil, tem vários tipos e fatores de risco associados, ele representa um grave problema de saúde pública e é a principal causa de mortalidade na população feminina. Uma das formas de tratamento é a cirurgia, que é o método mais utilizado, e pode causar diversas alterações como: linfedema, dor, diminuição na amplitude de movimento, problemas emocionais, alterações respiratórias e posturais. Por isso é de extrema importância a atuação da fisioterapia tanto no pré como no pós-operatório dessas mulheres. Objetivo: verificar as alterações da força muscular respiratória e o padrão postural presente no pré e pós-operatório de mulheres mastectomizadas. Método: o presente estudo é um estudo piloto feito por meio de relato de casos, realizado no ambulatório de fisioterapia do Hospital Regional de Taguatinga, no Estado do Distrito Federal-DF, foram incluídas nesta pesquisa 2 pacientes com idades de 35 e 45 anos, abordadas para a avaliação no pré e pós-operatório de mastectomia. A força dos músculos respiratórios foi mensurada por através da PImax e PEmax utilizando a manovacometria. A avaliação postural foi feita por meio do aplicativo Physio Code Posture, as imagens foram realizadas nas vistas anterior, posterior e lateral. Resultados: após a avaliação e comparação entre a força muscular respiratória medida no pré e pós-operatório das participantes, foi observado uma redução nos valores pressóricos da PImax enquanto os da PEmax se mantiveram em relação aos resultados obtidos na primeira análise. Por meio da avaliação postural, foi perceptível verificar o impacto da retirada da mama no alinhamento postural. Conclusão: com os resultados obtidos foi observado que o tratamento de mastectomia ocasiona alterações no corpo da mulher, com isso acarretando prejuízo para a força muscular respiratória e a biomecânica postural das mesmas.

Palavras–Chave: carcinoma de mama; mastectomia; alterações posturais.

CADÊ A COMIDA QUE ESTAVA AQUI? ANÁLISE DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA POPULAÇÃO VULNERÁVEL DO DISTRITO FEDERAL

Lorrany Freire de Holanda – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
lorranyfrh@sempreceub.com
Dayanne da Costa Maynard – CEUB, professora orientadora
dayanne.maynard@ceub.edu.br

A segurança alimentar, caracterizada pelo direito ao acesso permanente e regular do indivíduo a alimentos com garantia de qualidade e quantidade que supram as necessidades nutricionais respeitando a pluralidade econômica, cultural, social e ambiental, foi comprometida durante o período da pandemia da COVID-19. O desemprego e o prejuízo em relação ao poder aquisitivo da população, foram limitados em decorrência de fatores como o distanciamento social e aumento dos preços dos alimentos e produtos em geral, o que impactou diretamente no padrão alimentar. Diante dessa situação, o Estado atuou com medidas de proteção social, como os auxílios emergenciais para amenizar as consequências da pandemia. Sendo assim, o estudo descritivo e intervencionista desenvolvido visou avaliar a prevalência de insegurança alimentar em duas creches na região administrativa da Estrutural, no Distrito Federal por meio de questionários compostos pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), e atividades de intervenção nutricional. Assim, foi observado que 83% na creche 1 e 92% na creche 2 do público aferido se encontra em algum nível de insegurança alimentar, sendo a insegurança alimentar leve mais prevalente. Por isso, foram implementadas atividades de educação alimentar e nutricional com as crianças e responsáveis com o objetivo de promover escolhas alimentares mais benéficas a saúde e noções de higiene, sendo elas o “Teatro das frutas”, construção de uma horta vertical de garrafas pet, “Como lavar as mãos” e a oficina “Monte seu lanche” que contou com a participação de pais e responsáveis, assim como a disponibilização de um livreto e *e-book* de receitas de lanches infantis. Em tese, é evidente que a falta de assistência governamental, renda insuficiente e falta de informação, são fatores que cooperam para a insegurança alimentar observada e um acompanhamento mais regular acerca do padrão alimentar das crianças se faz necessário para amenizar as questões de seletividade alimentar presente nas creches.

Palavras–Chave: insegurança alimentar; creche; educação alimentar e nutricional.

COMPLETUDE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO EM TUBERCULOSE: UM ESTUDO ECOLÓGICO DO PERÍODO DE 2010 A 2019 NO DISTRITO FEDERAL

Gabriela Melo Ximenes Damásio – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
gabriellamx@sempreceub.com
Arminda Gomes Sesana – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
arminda.sesana@sempreceub.com
Conrado Carvalho Horta Barbosa – CEUB, professor orientador
conrado.barbosa@ceub.edu.br

A tuberculose (TB) é uma doença infectocontagiosa, que afeta prioritariamente os pulmões e está ligada a condições socioeconômicas, como pobreza e crescimento desordenado, além de ser comum a sua coinfecção com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). O Brasil está entre os 30 países de alta carga da doença, e o DF obteve um alto número de casos novos em 2019. Este estudo teve como objetivo avaliar a completude dos dados do SINAN de TB no Distrito Federal em um período de 10 anos (2010–2019), de forma a demonstrar a necessidade de melhoria da qualidade das informações do SINAN, justificando a relevância desse sistema de informação para a tomada de ações em vigilância epidemiológica. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, transversal, de abordagem ecológica, que utilizou dados dos casos de TB registrados na base de dados do SINAN do Distrito Federal, no período de 2010 a 2019, então foi feita uma análise da completude de variáveis essenciais dos campos da Ficha de Notificação/Investigação e Boletim de Acompanhamento, segundo escore proposto pelo SINAN em: "excelente" (≥ 95%), "boa" (90–95%), "regular" (70–89%), "ruim" (50–69%) e "muito ruim" (< 50%). Foi utilizado o software Tabwin (programa para análise local de base de dados do SINAN Net (versão 3.6b). Os dados encontrados foram organizados em uma planilha eletrônica no software Microsoft Office Excel® 2019, onde foram calculadas a porcentagem de completude por ano (100% – incompletude) e completude dos dados acumulados. Nos anos de 2010 a 2019, a completude acumulada de preenchimento da variável Raça foi considerada "excelente" (90,5%) e da Escolaridade, "ruim" (66,1%). Para Beneficiários do Programa de Transferência de Renda, Teste Rápido Molecular de TB (TRM-TB), Teste de Sensibilidade a Antimicrobianos (TSA) e Tratamento de HIV, somente foram calculados a partir de 2014, quando foram implementados na Ficha de Notificação e obtiveram uma completude acumulada "regular" (72,5%), "regular" (83,2%), "muito ruim" (24,9%) e "regular" (76,8%), respectivamente. No referente aos anos de 2010 a 2019, tanto Histopatologia, como Radiografia de Tórax foram classificadas como "excelente", com as respectivas taxas de preenchimento: 97,9% e 98,8%. Em acompanhamento, as completudes médias foram analisadas Baciloscopia do 2º mês, com 71,1% (regular); Baciloscopia do 4º mês, com 64,4% (ruim); Baciloscopia do 6º mês, com 62% (ruim); e Tratamento Diretamente Observado, com 80,4% (regular). Os dados encontrados reforçam a necessidade de um preenchimento adequado das Fichas de Notificação, uma vez que a incompletude diminui a qualidade dos dados e informações produzidas, consequentemente, interfere na tomada de decisão referente à vigilância epidemiológica. Dessa forma, recomenda-

se que o DF utilize ferramentas que proporcionem a verificação periódica das fichas preenchidas e análise sistemática de sua completude, além da emissão de relatórios de acompanhamento e da capacitação e educação dos profissionais de saúde para o adequado preenchimento e conscientização desses profissionais acerca da importância do SINAN para a vigilância epidemiológica e controle da TB.

Palavras–Chave: tuberculose; análise de completude; notificação.

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NA AVALIAÇÃO DE PRODUTOS

Lorena Gonçalves Rodrigues – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
lorena.goncalves@sempreceub.com
Paulo Roberto Cavalcanti – CEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

Os aspectos do ambiente influenciam o comportamento do consumidor, sendo esse determinado por motivações operacionais, em que as consequências podem parecer mais ou menos punidas quando entra em contato com os estímulos discriminativos. Sendo assim, a variável dependente desses estudos é decorrente do percurso de aprendizagem de cada pessoa e deve ser relacionado com o estilo de compra do sujeito. Nesse sentido, os *atmospherics* do ambiente de consumo, como: iluminação e cores, podem ser de extremo impacto nesse espaço, já que manipulam o ambiente por meio da atenção. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi compreender quais os efeitos dos *atmospherics* de uma cor fria (i.e., azul) e cor quente (i.e., laranja) no padrão de comportamento do consumidor ao se avaliar um produto. A amostra final foi composta por 90 pessoas divididas em três grupos de acordo com a cor de fundo do site e do formulário, sendo esses: laranja (cf. código hexadecimal #FF8C00), azul (cf. código hexadecimal #00C3FF) e branco (cf. código hexadecimal #FFFFFF). Os participantes avaliaram cinco produtos eletrônicos a partir de uma videochamada com a pesquisadora. Após analisar o produto e sua descrição, foram direcionados para um formulário com dez afirmativas formuladas a partir do *Behavioral Perspective Model* (BPM). Desse modo, correspondiam a itens de natureza utilitária, informativa e intenção de compra. O tempo individual de realização do experimento foi contabilizado. Os resultados mostraram que o grupo azul obteve as maiores médias informativas e utilitárias e que houve uma alta correlação entre os itens de natureza informativa, utilitária e intenção de compra. Exibindo, assim, que os padrões de resposta são estáveis entre os indivíduos. Logo, as condições atreladas ao status social de um produto estão diretamente ligadas aos benefícios econômicos e funcionais que aquele objeto possui e também à motivação para comprar tal produto. A partir do BPM foi possível compreender que os participantes do grupo laranja realizaram a tarefa com mais dificuldade, pois demoraram, em média, um tempo significativo ao se comparar com os outros grupos. Assim, para esses participantes a avaliação dos produtos se tornou uma tarefa aversiva. Foram conduzidas análises de regressão linear que mostraram que mais de 50% da intenção de compra é determinada por fatores informativos e utilitários, do qual o nível informativo tem peso maior que o utilitário. Logo, os fatores atrelados à autoestima do sujeito ao adquirir algum produto são mais determinantes que a funcionalidade do mesmo. Por fim, conclui-se que as previsões gerais do BPM se sustentam apesar da variação de cor, mas ainda sim foram encontradas diferenças das medidas aferidas para utilitário, informativo e intenção de compra ao analisar individualmente cada produto entre os três grupos. Por isso, levanta-se a hipótese de que as variáveis cores possam exercer algum tipo de efeito no comportamento do consumidor. O estudo contribui para as áreas de Marketing e Psicologia acerca dos

efeitos das cores no ambiente de compra e acrescenta, sobretudo, à literatura nacional, já que existe um número limitado de estudos brasileiros com objetivos semelhantes.

Palavras–Chave: *atmospherics*; cores; *Behavioral Perspective Model*.

COMPREENDER OS IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DAS FACULDADES DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL NO CENÁRIO DA PANDEMIA DE COVID-19

Carla Thaysa de Melo Cerqueira – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
carla.thaysa@sempreceub.com
Rebeca d'Aquino e Silva Corrêa Machado – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
rebecadaquino@sempreceub.com
Phaedra Castro Oliveira – CEUB, professora orientadora
phaedra.oliveira@ceub.edu.br

O cenário pandêmico trouxe adaptações em todas as instituições de ensino de Brasília. Adaptação da grade horária e a implantação de aulas remotas, autorizadas pelo MEC. O curso de Medicina prevê atividades teóricas e práticas e, diante da adequação do ensino remoto, observamos mudanças na rotina acadêmica, alterando o processo de ensino e aprendizagem. O presente estudo analisou como as adaptações repentinas foram percebidas pelos docentes e discentes das faculdades de Medicina do Distrito Federal, a interferência desse modelo de ensino nos mecanismos de ensino-aprendizagem e quais seus principais benefícios e prejuízos. O estudo tem natureza básica, cria, estende e redefine a teoria, em busca de gerar novos conhecimentos para ciência. Definido como uma pesquisa quantitativa, utiliza dados numéricos para analisar os impactos do ensino remoto no processo ensino-aprendizagem das faculdades de Medicina do Distrito Federal na pandemia de COVID-19, já a pesquisa qualitativa analisa como tal fato foi vivenciado pelos participantes. A pesquisa quanti-qualitativa usa ambas as ferramentas como método de estudo, abordando tanto o lado objetivo quanto subjetivo. Analisou-se a percepção dos docentes, dos 15 participantes, todos tinham internet de qualidade, 53,3% acharam as aulas remotas suficientes, 80% tiveram cursos oferecidos pelas instituições para uso dos instrumentos de ensino. Para 46,7% dos professores o nível de atenção dos alunos estava um pouco pior, 33,3% muito pior e 13,3% igual. Em relação às aulas práticas, 46,7% ministraram aulas presenciais, desses, 77,3% afirmaram que a carga horária não foi equivalente, da reposição destas, 60% foram feitas durante o semestre, enquanto, 40% apenas ao final do semestre, promovendo danos como falta de contato com pacientes, dificuldade para realizar procedimentos simples, prejuízos nas práticas clínicas e cirúrgicas. Em relação ao ensino, os pontos positivos: aprendizado com as Tecnologias da informação e Comunicação (TIC's), melhor uso do *Google Meet* e *Forms*, e pontos negativos: dificuldade com as novas tecnologias, menor interação professor-aluno-paciente. Foram analisados 58 discentes, entre o 4º e o 11º semestres, desses, 2 não tinham acesso à internet de boa qualidade. Apenas 15 não tiveram aula online em 1º/2020, 6 em 2º/2020, 4 em 1º/2021 e 18 no 2º semestre de 2021, este já retratando o retorno das atividades presenciais, 51 participantes tiveram aulas práticas, 38 apenas ao final do semestre, como reposição, e 26 desses não se sentiam seguros. Qualidade inferior das aulas online, distância entre as aulas teóricas e as práticas, dificuldade de manter a concentração, densidade do conteúdo, diminuição da carga horária das práticas e distanciamento gerado pelo ensino remoto emergencial (ERE)

entre alunos e professores gerou danos no aprendizado, insatisfação dos alunos e afetou a curva de aprendizado. Praticidade, menores gastos com deslocamentos e maior acessibilidade a eventos remotos foram considerados positivos. Por fim, considera-se o ERE de grande valia para situações emergenciais e acredita-se que o ensino remoto teórico pode agregar à graduação de medicina mediante aperfeiçoamento.

Palavras–Chave: educação médica; ensino; Pandemia COVID-19.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SEXISMO E O RACISMO NA CULTURA BRASILEIRA: PSICANÁLISE, GÊNERO E RAÇA

Ana Beatriz Lira de Andrade – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
anabia@sempreceub.com
Lívia Campos e Silva – CEUB, professora orientadora
livia.campos@ceub.edu.br

Os impactos do racismo e do sexismo são inegáveis e atravessam a vida das mulheres negras significativamente. A história presente da sociedade brasileira evidencia a realidade latente de um período escravocrata que não deixou de existir. O presente trabalho teve como objetivo investigar como os fenômenos do racismo e do sexismo se articulam no contexto brasileiro, bem como analisar o impacto desses fenômenos no processo de estruturação subjetiva e identificar os processos de sofrimento psíquico experienciado por mulheres negras, tendo como base teórica a psicanálise. Inicialmente, na fundamentação teórica, foram abordados os conceitos de feminilidade e a questão do sexismo. Em seguida, reflexões sobre o racismo e suas consequências, também foram trazidos conceitos da teoria psicanalítica para uma melhor compreensão dos aspectos psíquicos. Depois, foram pontuadas as articulações entre racismo e sexismo, ressaltando a importância de debater e investigar sobre interseccionalidade, considerando que essas realidades não se anulam, e sim se somam e se anunciam de modo único em cada uma das mulheres. Para o alcance dos objetivos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e individuais, com seis mulheres negras, entre 23 e 33 anos. Então, utilizando-se da estratégia metodológica da "análise de discurso" foram analisadas as falas das entrevistadas. Com isso, foi possível notar como os discursos compartilhados abordavam questões de sofrimento, luta e medo, e como esses sentimentos ganharam forma na vida dessas mulheres. Além disso, foi permitido compreender como essas violências geram sofrimento psíquico e seus impactos na experiência subjetiva de mulheres negras. Por fim, através das experiências compartilhadas pelas entrevistadas percebeu-se que o cotidiano das mesmas é perpassado por diversas opressões simbólicas e não só físicas.

Palavras–Chave: racismo; sexismo; psicanálise.

EFEITO DA CONVERSÃO DE HABITATS SOBRE A DIVERSIDADE DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO (INSECTA, APIDAE, MELIPONINI) NO DISTRITO FEDERAL

Filipe Carloni Mota – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
carloni@sempreceub.com
Fabricio Escarlate Tavares – CEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

As abelhas são os principais invertebrados que executam o indispensável serviço ecológico da polinização, serviço esse que permite a variabilidade genética em plantas com flores e assim garantem a viabilidade da vegetação. Apesar disso, nos dias atuais, esses seres se veem ameaçados por grandes perdas de habitat e a utilização de defensivos agrícolas em grandes plantios. Em especial aquelas que se encontram dentro do bioma Cerrado, visto que este sofre diariamente com a degradação de grandes áreas e possui apenas uma pequena parcela de seu território protegida por força de lei. Dentre todos os grupos de abelhas podemos ressaltar as Meliponini, abelhas nativas de zonas tropicais que evolutivamente perderam a capacidade de usar o ferrão como forma de defesa. Em geral, invertebrados são afetados por essa intensa perda de habitat, porém pouco se sabe sobre como as abelhas nativas sem-ferrão (ANSF) se comportam diante de tal pressão negativa. Esse estudo procura entender como a diversidade de Meliponini se comporta diante da perda de habitat para urbanização e para agropecuária no Distrito Federal. Para a amostragem dos espécimes foram utilizadas armadilhas do tipo pan-traps, sendo 15 unidades distribuídas com distância de 5 metros entre cada uma por ponto amostrado, além disso foram utilizados dados da plataforma de ciência cidadã iNaturalist e informações sobre a localização de colônias de moradores locais. Foram documentadas 73 colônias de 15 espécies ao total, apresentando um Índice de diversidade de Shannon de H=2,03 sendo as Áreas Rural (H'=2,08) e Preservada (H'=1,79) as mais diversas. As espécies mais amostradas foram Tetragonisca angustula (n=25) seguida de Scaptotrigona postica (n=21), ambas com a maior parte das colônias catalogadas em ambiente urbano, mostrando uma alta adaptabilidade das espécies citadas a altos níveis de alterações antrópicas. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significantes entre a área urbana e a área rural (p=0,154). A baixa quantidade de dados contidos na plataforma de ciência cidadã e por terceiros inviabilizou amostragem suficiente para análises da área preservada, entretanto foi possível a realização de uma lista inicial de espécies que ocorrem na área, visto que não existem dados similares para a área.

Palavras–Chave: meliponini; abelhas; diversidade.

EFEITO DA MASSAGEM DO TECIDO CONJUNTIVO EM MULHERES COM ENXAQUECA

***Patrick Ferreira da Silva* – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno voluntário**
patrick.ferreira@sempreceub.com
Leticia Martins Paiva – CEUB, professora orientadora
leticia.paiva@ceub.edu.br

A massagem do tecido conjuntivo (MTC) é um método terapêutico que por meio de uma massagem profunda estimula uma resposta aferente devido a um reflexo víscero cutâneo. A enxaqueca é uma das doenças mais incapacitantes do mundo cuja característica é a dor de cabeça pulsante unilateral ou bilateral, fotofobia, náusea, fonofobia e osmofobia, sendo sua prevalência é maior no sexo feminino. O objetivo geral deste estudo foi, então, avaliar os efeitos da MTC como tratamento de enxaqueca, em mulheres que utilizam medicação analgésica para o alívio da dor. Para isso, realizou-se um estudo experimental em 13 mulheres entre 18 a 50 anos de idade, acometidas por crises de enxaqueca e que não estavam sob nenhum tipo de tratamento contínuo, farmacológico ou não. Foi utilizado um questionário confeccionado especificamente para este estudo e a escala visual analógica (EVA). Ambos realizados no início da pesquisa e no final, após oito sessões propostas para atendimento. A massagem foi realizada nas zonas cefálicas de Head até obter hiperemia local. Logo após as primeiras sessões as voluntárias apresentaram melhora no quadro de dor e frequência da crise. A amostra foi composta por 13 mulheres com a idade média de 28 anos, onde 53,8% (n = 7) apresentavam náuseas e vômitos durante as crises de enxaqueca, 84,6% (n = 11) dificuldade de olhar em direção a claridade, 53,8% (n = 7) agitação ou inquietação, 53,8% (n = 7) tontura ou vertigem. Após a MTC foi observado diminuição desses sintomas durante as crises, onde 30,8% (n = 4) queixaram ainda ter náuseas e vômitos, 46,2% (n = 6) dificuldade de olhar em direção a claridade, 30,8% (n = 4) agitação ou inquietação, 30,8% (n = 4) tontura ou vertigem. Antes da MTC, 46,2% (n = 6) das voluntárias apresentavam crises toda semana, 38,5% (n = 5) todo mês e 15,4% (n = 2) todos os dias. Após a MTC, 69,2% (n = 9) das voluntárias apresentavam crises mensais, 15,4% (n = 2) semanais e 15,4% (n = 2) relataram não ter mais dores. Quanto a ingestão de medicamentos para dor, n = 7 (53,8%) diminuíram a quantidade e 38,5% (n = 5) pararam de consumir. 46,2% (n = 6) relataram dor 7 pela antes da MTC e após 53,8% (n = 7) apontavam graduação 5 associado a diminuição da frequência das crises ($p<0.05$). O estudo conclui que a MTC pode ser uma terapia alternativa para o tratamento de enxaqueca.

Palavras–Chave: massagem; transtornos de enxaqueca; terapia de área reflexa.

EFEITO DO RUÍDO RODOVIÁRIO NO CANTO DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*)

Donner Abreu de Lara Resende – CEUB, PIBIC–CNPq /CEUB, aluno bolsista
donner@sempreceub.com
Laura Melo de Lima Gonçalves – CEUB, PIBIC–CNPq /CEUB, aluna voluntária
laura.goncalves@sempreceub.com
Raphael Igor da Silva Corrêa Dias – CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

Com o crescente avanço urbano, se faz necessário o uso de linhas de transporte para suprir a necessidade de transportar pessoas e mercadorias pelo país. A presença humana se faz sentir no meio natural pela expansão das rodovias, que trazem consigo a fragmentação de habitats, a redução de qualidade ambiental, níveis elevados de mortalidade da fauna em colisões com veículos, e a poluição sonora. O presente trabalho teve como objetivo avaliar, por meio de um estudo observacional, os impactos dos ruídos rodoviários na comunicação de uma ave territorial, a choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*), investigando se eles ocasionam mudanças nos parâmetros acústicos de suas vocalizações e se as aves evitam áreas com maiores níveis de ruído. O estudo foi realizado na Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE), localizada a cerca de 40km de Brasília, na região administrativa de Planaltina. Os indivíduos da choca-de-asa-vermelha foram capturados, marcados e monitorados em áreas próximas e distantes de rodovias. Os indivíduos foram localizados através de busca ativa e *playbacks* de suas vocalizações. Além das gravações das vocalizações, foi realizado o monitoramento da pressão acústica nas zonas habitadas pela espécie. Observou-se que as áreas localizadas no entorno da ESECAE apresentam maior nível de ruído e são ocupadas por um número menor de indivíduos, diferentemente das áreas no interior da ESECAE, que apresentam baixa influência da poluição sonora. Os resultados observados sugerem que o nível de ruído urbano pode influenciar negativamente as populações da espécie, especialmente devido a potenciais mudanças comportamentais na seleção de habitat e na comunicação intraespecífica.

Palavras–Chave: bioacústica; ruído urbano; seleção de habitat.

EFEITO DO TREINAMENTO DE FORÇA ASSOCIADO AO TREINAMENTO AERÓBICO NA FORÇA, FUNCIONALIDADE, PERCEPÇÃO DE FADIGA E QUALIDADE DE VIDA DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA

Gabriel Silva de Oliveira – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno bolsista
gabrieloliveira@sempreceub.com
Filipe Dinato de Lima – CEUB, professor orientador
filipe.dinato@ceub.edu.br

Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças, que compartilham o mesmo mecanismo fisiopatológico: a proliferação celular desordenada. Após instaurado, tanto o câncer quanto o seu tratamento promovem o surgimento de efeitos adversos que podem perdurar por até 10 anos. A prática de atividade física é uma estratégia eficaz para reduzir os efeitos colaterais tardios e persistentes. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi analisar os efeitos de 8 semanas de treinamento de força associado ao treinamento aeróbico na força, resistência à fadiga, funcionalidade, percepção de fadiga e qualidade de vida de sobreviventes de câncer de mama. Para isso, 5 mulheres sobreviventes de câncer de mama foram avaliadas quanto à percepção de fadiga, à qualidade de vida e à força muscular antes e depois de um protocolo de treinamento de força de 8 semanas. Nas variáveis relacionadas à percepção de fadiga, houve uma redução da fadiga geral, da fadiga física, da fadiga mental, da redução da motivação e da redução da atividade. Por sua vez, houve um aumento da qualidade de vida nos domínios, exceto no estado geral de saúde. Por sua vez, não houve alteração na força muscular máxima de membros superiores ou no índice de massa corporal. Conclui-se que, a partir dos resultados da presente pesquisa, o treinamento de força proporciona redução da percepção de fadiga e aumento da qualidade de vida de sobreviventes de câncer de mama. Entretanto, este treinamento não foi capaz de aumentar a força muscular de membros superiores ou influenciar o índice de massa corporal.

Palavras–Chave: câncer de mama; treinamento resistido; força muscular.

ESTUDO COMPARATIVO DAS ALTERAÇÕES ANATOMOPATOLÓGICAS DA APENDICITE AGUDA ENTRE PACIENTES IDOSOS E JOVENS

Anne Caroline Castro Pereira – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
anne.cp@sempreceub.com
Bruna Paiva de França – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
bruna.paiva@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

A apendicite aguda (AA) é uma das causas mais prevalentes de dor abdominal e ocorre mais comumente em pacientes abaixo de 30 anos. O diagnóstico dessa condição pode ser desafiador em grupos que fogem a apresentação típica, contribuindo para um diagnóstico tardio e complicações. Dessa forma, torna-se necessário melhor entendimento da AA nos idosos, uma vez que o aumento da expectativa de vida faz com que os médicos se deparem cada vez mais com essa condição no grupo de faixa etária avançada. Por apresentarem resposta fisiológica alterada e achados clínicos diferentes, o diagnóstico da AA e seu tratamento em idosos cursam com atraso. Além disso, a progressão para uma apendicite perfurada também aumenta com a idade. No entanto, ainda não é conhecido se isso se deve à apresentação tardia da condição ou a um curso mais agressivo da doença. Sabe-se, porém, que a associação desses contextos leva à alta morbimortalidade da doença nessa faixa etária. Foi feito um estudo observacional, com análise dos aspectos anatomopatológicos e sintomatológicos de pacientes acima de 60 anos operados de AA em 4 hospitais do Distrito Federal: Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), Hospital Regional de Taguatinga (HRT), Hospital Regional da Ceilândia (HRC) e Hospital Regional do Gama (HRG). Para constituir o grupo-controle, foram procurados pacientes com AA entre 18 e 30 anos operados no mesmo período. Foi aplicado um questionário que avaliava condições relacionadas à doença, internação e progressão, sendo preenchido por respostas dos pacientes e a partir de análise da base de dados do hospital. Tentou-se realizar uma busca ativa dos pacientes, por meio de contato com a clínica cirúrgica dos hospitais, sendo alcançados 4 pacientes (3 idosos e 1 jovem). Em 50% dos casos, o 1º sintoma foi dor abdominal difusa, enquanto dor abdominal no quadrante inferior direito foi um sintoma comum a todos. Apenas o jovem teve febre e parada de eliminação de flatos. O intervalo entre sintomas e procura pelo médico variou de 12 horas a 7 dias. Dois idosos apresentaram leucocitose e creatinina sérica elevada. Todos os pacientes foram submetidos a tomografias computadorizadas (TC) de abdome, sendo necessária ultrassonografia em 1 idoso. O achado anatomopatológico comum entre os 3 idosos foi presença de lúmen estreito do apêndice e outros achados neles foram infiltração gordurosa e necrose. Como complicações dos idosos, um teve achado de neoplasia benigna. O tempo de internação variou de 24 a 48 horas. A partir do estudo comparativo, apesar da menor precisão devido à reduzida amostra, concluiu-se que idoso cursa com clínica menos clássica que jovem, prolongando o tempo diagnóstico. No entanto, a AA foi identificada e a cirurgia realizada rapidamente. Ademais, a presença unânime de estreitamento do lúmen, processo comum ao envelhecimento, favorece a patologia e complicações. As limitações do estudo incluíram curto tempo de

duração, o acesso limitado aos pacientes e o reduzido tempo de internação pós-apendicectomia. Contudo, o conteúdo da pesquisa é promissor, tendo em vista que no limitado grupo participante já notaram-se diferenças da anatomopatologia de jovem e de idoso.

Palavras–Chave: apendicite; patologia; idoso.

ESTUDO COMPARATIVO DOS USOS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DA CIDADE DONA SARAH KUBITSCHEK DE BRASÍLIA O CENTRAL PARK DE NOVA YORK

Maria Julia Almeida de Araújo – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
maju.124@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

Este estudo analisou os dados referentes ao Parque Sarah Kubitschek em comparação ao Central Park para alcançar um entendimento de como o uso e a manutenção do parque podem trazer mais visitantes e um potencial turístico para o parque. O Central Park, inaugurado em 1858, é um dos parques mais importantes da sociedade, seu interesse público é tão grande que pode ser visto em diversas produções culturais, além de possuir monumentos históricos e áreas que fizeram parte da construção do que hoje é a cidade de Nova York e seus moradores. Entende-se a importância da sua conservação como uma forma de garantir a qualidade de vida dos moradores e de analisar o potencial econômico que ele possui a partir da atração de turistas interessados no parque. O Parque Dona Sarah Kubitschek, de 1978, foi construído décadas depois do Central Park e sua concepção foi influenciada pelos movimentos artísticos de seu tempo, Burle Marx desenhou um plano paisagístico modernista com seus desenhos abstratos e atividades distribuídas por todo o parque, possui quase 100 hectares a mais de extenção do que o Central Park, apesar disso ele não se encontra em tamanha grandeza de importância mundial nem valorização do público e administração para o manter e revitalizar, por isso esse estudo busca demonstrar a potencialidade dele como polo turístico de Brasília. A partir das análises estatísticas de ambos os parques, a conclusão foi que os parques possuem uma diferente forma de entender a atividade dos visitantes, enquanto o parque Dona Sarah Kubitschek busca proporcionar atividades ativas das mais variadas e de qualidade, mesmo que deixando de lado alguns aspectos de equipamentos. O Central Park busca manter sua paisagem bucólica com sua beleza artística para que o visitante tenha seu refúgio na cidade. Por isso, o Central Park faz manutenção em sua paisagem e em seus equipamentos comuns como banheiros, calçadas e iluminação, para garantir um bom passeio.

Palavras–Chave: parque Sarah Kubitschek; Central Park; usos e manutenção.

ESTUDO DAS REAÇÕES ADVERSAS DAS VACINAS DE COVID-19 EM INDIVÍDUOS VACINADOS NO DISTRITO FEDERAL

Luísa Manrique Costa Carvalho – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
luisa.mcarvalho@sempreceub.com
Thalita Elen Pereira Silva – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
thalita.elen@sempreceub.com
Kelly Cristina Rodrigues Simi – CEUB, professora orientadora
kelly.simi@ceub.edu.br

A vacinação estimula a resposta imune adaptativa ao expor às formas não patogênicas do microrganismo, a fim de gerar imunidade, que é o estado de proteção contra o patógeno. A estimulação do sistema imunológico, pelas vacinas, proporciona resultados importantes para o mundo no decorrer dos dois últimos séculos, permitindo a erradicação de várias doenças. Devido a pandemia, foi necessário abordar essa temática para contrapor as desinformações e divulgar a importância da vacinação para a população brasileira. A presente pesquisa objetivou estudar e analisar as reações adversas relacionadas à vacina de COVID-19 no DF. Devido ao COVID-19, houve decréscimo populacional do DF, o que destaca ainda mais a importância da imunização na população. Porém, pelo medo e pela desinformação, alguns indivíduos acabam optando pela não vacinação, uma vez que não sabem o que é efeito adverso. A reação adversa vacinal é um evento indesejado ao corpo decorrente da imunização, podendo ser um sintoma, como dor local, ou achado laboratorial incomum. Os efeitos adversos podem ser divididos em toxicidade normal e resposta inadequada, ambos podem apresentar sintomas locais e/ou sistêmicos, sendo o de resposta inadequada mais raros. No DF, foram disponibilizados quatro tipos de vacinas, a partir disso, foi levantado um estudo das reações adversas para observar os efeitos colaterais apresentados na amostra selecionada. Diante disso, foi levantado uma pesquisa de inquérito através do *Forms* e questionários presenciais, por ser um estudo transversal com componente descritivo com abordagem qualitativa e bibliográfica, e com objetivo explicativo datado entre agosto de 2021 e novembro de 2022. A pesquisa evidenciou efeitos mais comuns como dor local, dor muscular, cansaço/letargia e febre, sendo que na primeira dose das vacinas contra COVID-19apresentaram dor local em 64,57%, cansaço/letargia em 32,6%, dor muscular em 29,15% e febre em 25,07%. Na segunda dose, por sua vez, foram manifestados dor local em 57,60%, cansaço/letargia em 22,18%, dor muscular em 21,05% e febre em 18,42%. Revelou também uma reação adversa de resposta inadequada, afetando somente um vacinado numa amostra de 319 voluntários. Além dessa análise, foi realizada uma análise correlacionando o perfil socioepidemiológico, conhecimento populacional acerca do assunto e cada tipo de vacina disponibilizada com os efeitos adversos manifestados nos participantes da presente pesquisa. Após o estudo, ficou notório que a grande parte das reações adversas apresentadas foram de toxicidade normal, e aqueles de resposta inadequada foram bem menos comuns e temporárias, ao contrário das sequelas decorrentes do contágio de COVID, que são mais frequentes e muitas vezes são permanentes.

Palavras–Chave: COVID-19; Distrito Federal; vacina.

ESTUDO DE CORREDORES VERDES PARA O ESCOAMENTO DA SOJA NO BRASIL

João Vitor dos Santos Lucas – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
jvitordsl@sempreceub.com
Monica Soares Velloso – CEUB, professora orientadora
monica.velloso@ceub.edu.br

No Brasil, o agronegócio se destaca comparado aos demais setores. A soja, mais especificamente, é uma das maiores responsáveis pelo crescimento da economia brasileira e completa aproximadamente um século e meio de cultura. É de se observar que a produção da soja – commoditie, esse que é objeto de estudo, acontece fortemente no Centro-Oeste com ênfase nos estados de Mato Grosso e Goiás. Esses estados são localizados na região central do território brasileiro e, portanto, não possuem litorais e áreas portuárias de curta distância, demandando, assim, uma qualidade de transporte no escoamento desse grão. O preço final desta oleaginosa é consequência direta da qualidade da infraestrutura e da logística de transportes que, por suas vezes, definem fatores como o tempo de percurso, custo de logística, desperdícios, entre outros. Para isso, a intermodalidade, isto é, a utilização de dois ou mais modais no transporte de mercadorias, se apresenta como possível solução na redução destes custos já que são utilizadas as respectivas vantagens operacionais de cada modal. Entretanto, no que se refere à emissão de poluentes, a intermodalidade deve ser pensada de forma estratégica já que o modal rodoviário, modal este de maior utilização no transporte de cargas, é o que emite maior taxa de poluentes ao ser comparado com o modal ferroviário e hidroviário. Em 2007, o conceito de “corredores verdes” foi apresentado pela União Europeia e foi definida pela implantação de novas tecnologias junto com a cooperação entre os modais de transporte têm pleno potencial para transformar um corredor de escoamento em corredor verde. Para isso, ele deve apresentar eficiência energética, produtividade e sustentabilidade ambiental. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as rotas de escoamento de soja dos polos de produção do Centro-Oeste aos portos de exportação, identificar os modais utilizados para este transporte, os custos de transporte e finalmente identificar os possíveis corredores verdes.

Palavras–Chave: transportes de carga; escoamento de grão; corredor verde.

ESTUDO DE PACIENTES ACOMETIDOS POR COVID-19 EM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

Regina Tavares Carmona – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
regina.carmona@sempreceub.com
Nicole de Almeida Castro Kammoun – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
nicole.kammoun@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – CEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

O vírus SARS-CoV-2 alcançou repercussão mundial e ainda causa um grande impacto em diversos âmbitos da sociedade. A doença causada por esse novo vírus, a COVID-19, é uma doença nova, potencialmente fatal e de alta infectividade, com pior prognóstico para pacientes de idade avançada, com comorbidades e maior acometimento pulmonar. As manifestações clínicas podem ser classificadas como leve, moderada e grave. A necessidade de internação depende do quadro clínico do paciente, além das alterações laboratoriais que são capazes de indicar o prognóstico da doença. A epidemiologia a partir da coleta de dados e suas interpretações auxiliam a definir condutas e protocolos mais adequados às doenças. Este trabalho objetivou identificar o perfil epidemiológico de pacientes internados por COVID-19 no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Trata-se de estudo transversal de caráter retrospectivo com dados coletados de prontuários eletrônicos de pacientes diagnosticados com infecção por COVID-19 no HRAN, entre maio de 2020 e junho de 2021. Foram incluídos pacientes portadores de COVID 19, comprovados por exame de RT-PCR positivo, de ambos os sexos, e foram excluídos pacientes internados na UTI e BOX de emergência. Foram investigadas as variáveis sexo, idade, tempo de internação, desfecho clínico, comorbidades, exames laboratoriais e terapia medicamentosa. A amostra total foi composta por 963 pacientes, sendo a média de idade de 56,68±15,37 anos, sexo feminino 52,03% e masculino 47,97%, com período médio de internação de 11,41±8,04 dias. As altas representaram 99,07%. As principais comorbidades presentes nos pacientes hospitalizados foram Hipertensão Arterial Sistêmica, diabetes e obesidade. Exames laboratoriais como dosagem de PCR, AST, ALT, DHL, ferritina e Gama GT apresentaram níveis elevados, enquanto níveis de linfócitos demonstraram-se reduzidos. Quanto ao tratamento farmacológico, a maioria dos pacientes receberam Azitromicina e Ceftriaxona. Os corticosteroides foram utilizados em 95,11% e os anticoagulantes em 97,3% dos pacientes. Entendemos que este trabalho, pode colaborar com a consolidação do perfil epidemiológico, fatores de risco para o desfecho clínico, principais alterações laboratoriais relacionadas à infecção por COVID-19 e ainda a terapia farmacológica instituída por um hospital referência no tratamento da COVID-19.

Palavras–Chave: COVID-19; epidemiologia; hospitalização.

IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTIDIROFILÁRIA EM CÃES RESIDENTES DO DISTRITO FEDERAL

Isabella Soares da Silva – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
isabelha.soares@sempreceub.com
Luana de Carvalho Santos – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno voluntário
luana.csantos@sempreceub.com
Lucas Edel Donato – CEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br

A dirofilariose é uma doença zoonótica causada por nematóides do gênero Dirofilaria, cuja adaptabilidade tornou o parasita objeto de endemias no Brasil, principalmente por conta das condições abaixo do ideal de saneamento básico, desmatamento e crescimento importante da população de cães e gatos. A doença é considerada negligenciada e afere-se que a exposição humana seja mais recorrente do que é de conhecimento entre a comunidade científica. O presente estudo objetiva detectar a presença de anticorpos contra a dirofilária em cães residentes do Distrito Federal e relacioná-la com a ocorrência do mosquito *Aedes aegypti*. Foram utilizadas 60 amostras de cães atendidos pela Diretoria de Vigilância Ambiental em Saúde (DIVAL) no Distrito Federal e entorno, coletadas nos meses de agosto e novembro do ano de 2019. Buscou-se associar as características clínicas dos animais com as condições de tropismo que o *Aedes aegypti* apresenta para realização do repasto sanguíneo e transmissão do parasito. Para obtenção dos resultados foram utilizados soros que avaliam por meio do ensaio imunocromatográfico a detecção qualitativa *in vitro* do anticorpo contra a *Dirofilaria immitis*. Cerca de 17,65% dos animais residentes em áreas de risco para *Aedes aegypti* testaram positivo para a presença do anticorpo contra dirofilária, enquanto 19,23% testaram positivo em áreas em que o risco não era considerado relevante. Além disso, foi estudada uma relação entre os resultados positivos e as características clínicas – para sexo, tipo de pelagem, idade, raça, região administrativa em que é residente e tipo de lugar em que o cão é mantido – dos animais dos quais as amostras foram coletadas. Com base nessa avaliação, a literatura corroborou com a maior parte das informações, diferindo apenas quanto aos resultados relacionados ao sexo, tipo de pelagem e o local em que o animal passa a maior parte do dia, uma vez que houve maior incidência em animais do sexo feminino, de animais com faixa etária entre 1 e 3 anos, de animais considerados de pelagem de tamanho médio e em animais mantidos em canis. As regiões administrativas contempladas com animais com resultados positivos para presença de anticorpos antidirofilaria foram Asa Sul, Brazlândia, Jardim Botânico, Samambaia, Sobradinho, Vale do Amanhecer e Valparaíso.

Palavras–Chave: dengue; *canis lupus familiaris*; dirofilaria.

IMPACTO DO TREINAMENTO DE OCLUSÃO VASCULAR PARCIAL DE BAIXA INTENSIDADE EM PACIENTES COM OSTEOARTRITE DE JOELHO: ENSAIO CLÍNICO RANDOMIZADO

Maria Tarcilene Santos Pereira Lima – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
maria.tarcilene@sempreceub.com
Luana de Oliveira Rodrigues – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
luana.rodrigues@sempreceub.com
Felipe Alves Machado – CEUB, professor orientador
felipe.machado@ceub.edu.br

A fraqueza do quadríceps é um achado característico de pacientes com Osteoartrite (OA) de joelho, sobretudo em idosos, devido à sarcopenia, afetando a função física através da diminuição da força e massa muscular. O treinamento com oclusão vascular parcial de baixa intensidade pode ser uma ferramenta bastante útil na reabilitação muscular de pacientes que não toleram altas cargas. Porém, trata-se de um método não bem difundido na prática clínica, requerendo mais ensaios clínicos que demonstrem o impacto desse tipo de tratamento na função física e qualidade de vida dos indivíduos submetidos a essa terapêutica. Diante do exposto, o objetivo foi verificar a efetividade do treinamento muscular de baixa intensidade com oclusão vascular parcial da coxa de pacientes com osteoartrite de joelho na melhora da função física e qualidade de vida. Foram incluídos 24 indivíduos de ambos os sexos, com idade entre 30 a 63 anos, com diagnóstico clínico de OA, foram randomizados para o treinamento de baixa intensidade COM e SEM Oclusão Vascular Parcial (OVP). A força de quadríceps, dor, qualidade de vida e função física dos participantes foram avaliadas antes e após 12 semanas de treinamento, por meio de testes e questionários quantitativos e qualitativos. Dos 24 participantes randomizados, 18 completaram o programa. Concluímos que houve diferenças significativas entre os grupos para: força, amplitude de movimento (ADM), porém, encontramos resultados significantes maior para: dor, funcionalidade e qualidade de vida para o grupo OVP. Entretanto, não encontramos aumento significativo do treinamento com e sem oclusão vascular para a variável força. Contudo, apresentou maior índice de qualidade de vida, capacidade funcional e diminuição de dor no grupo OVP.

Palavras–Chave: osteoartrite de joelho; oclusão vascular; qualidade de vida.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE A COBERTURA VACINAL DE SARAMPO NO BRASIL 2020–2021

Bruna Arese – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno bolsista
bruna.arese@sempreceub.com
***Natalia Vieira* – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno voluntário**
natalia.vieira@sempreceub.com
Gerson Fernando Mendes Pereira – CEUB, professor orientador
gerson.pereira@aids.gov.br

O sarampo é uma infecção viral, com elevada transmissibilidade e altas taxas de morbimortalidade. Atualmente, sua imunidade é fornecida pela vacina tríplice viral. Devido ao seu alto potencial de contágio, diversas campanhas de vacinação foram realizadas no Brasil, ao longo dos anos, com o objetivo de controlar e eliminar a doença. Em 2016, o Brasil recebeu da Organização Pan-Americana de Saúde o certificado de sua erradicação. Entretanto, observa-se uma queda na cobertura vacinal dessa doença nos últimos anos, provocando a reentrada do vírus e ocorrência de novos surtos no país em 2018. Com o início da pandemia do vírus COVID-19, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde pública mundial foi impactada negativamente, em diversas esferas, afetando com isso as vacinações de rotina. Dessa forma, com a existência simultânea de um cenário pandêmico e de um contexto preexistente de diminuição da vacinação, é imprescindível a necessidade de avaliar o atual estado da cobertura vacinal de sarampo no país. Assim, essa pesquisa busca compreender o impacto produzido pela pandemia de COVID-19 na taxa de cobertura vacinal de sarampo no Brasil. Trata-se de um estudo de caráter quantitativo descritivo, realizado por meio de coleta em bases de dados estatísticos, como DATASUS, SINAN e SNI-PI. Ao analisar os dados coletados, constata-se acentuado decréscimo da cobertura vacinal na pandemia, resultando, em 2021, no menor índice de cobertura (62,59%) do período analisado (2010–2021). Ademais, também houve diminuição do número de imunização com a tríplice viral nesse período, com aproximadamente 6 milhões de doses aplicadas em 2021, em comparação com os 17 milhões de imunizantes aplicados em 2019. Assim, observa-se a redução da cobertura vacinal e do número de imunizações durante o período pandêmico, justificados pelo medo de exposição ao coronavírus, direcionamento de recursos para as demandas dos sistemas de saúde e a disseminação de informações falsas a respeito das vacinas. Logo, evidencia-se a influência direta dos eventos da pandemia de COVID-19 com o a redução nos índices de cobertura vacinal de sarampo no Brasil, reforçando a importância de medidas para prevenção e controle da doença, a fim de evitar uma nova epidemia de sarampo no país.

Palavras–Chave: sarampo; cobertura vacinal; COVID-19.

IMPACTOS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EM UM RESTAURANTE COMUNITÁRIO DO DF EM TEMPOS DE PANDEMIA

Isabella da Silva Braga de Paiva – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
isabella.paiva@sempreceub.com
Marina Oliveira Dutra – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
marina.od@sempreceub.com
Ana Cristina de Castro Pereira Santos – CEUB, professora orientadora
ana.cristinasantos@ceub.edu.br

Diante do contexto de pandemia causada pela COVID-19, as autoridades adotaram intervenções não farmacológicas, para que os governos pudessem incluir medidas de alcance ambiental, individual e comunitário e, com isso, intensificou-se a preocupação da vigilância sanitária, principalmente na área alimentícia, para evitar a disseminação do vírus. A partir das boas práticas de fabricação são adotados os procedimentos corretos que devem ser seguidos desde a produção até a distribuição das refeições aos comensais, possibilitando o desenvolvimento de atividades que garantam a perfeita condição higiênico-sanitária e a manutenção da qualidade dos alimentos e, consequentemente, a saúde do consumidor. Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva e transversal, realizada com os manipuladores de um restaurante comunitário do Distrito Federal. As informações coletadas foram obtidas a partir de um *check list* baseado nas RDCs 275, 216 e IN 16 e um questionário elaborado e aplicado no *Google Forms* por meio de entrevistas antes e após um treinamento feito com o resultado dos *check lists*, foram analisados através do programa Excel e posteriormente apresentado por meio de tabelas e gráficos, com média aritmética simples. Por meio dos resultados obtidos nota-se que os manipuladores adquiriram conhecimento após o treinamento e tiveram uma melhora significativa no pós teste, assim também, agrupando o restaurante no grupo 2 de itens atendidos. Portanto, os dados adquiridos neste trabalho proporcionaram a identificação do retrato do manipulador de alimentos, a capacidade e conhecimento sobre as boas práticas de manipulação e observar que esses procedimentos se tornam cruciais para que tenha a segurança alimentar adequada aos comensais.

Palavras–Chave: legislação; pandemia; boas práticas de fabricação.

INCIDÊNCIA DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS RESPIRATÓRIAS APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA A PROPAGAÇÃO DA COVID-19

Júlia Dourado Paiva – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
julia.dourado@sempreceub.com
Marina Basili Amoroso – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
marina.basili@sempreceub.com
Fabiola Fernandes dos Santos Castro – CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

O Sars-CoV-2 é um vírus respiratório transmitido por contato direto ou indireto por gotículas e aerossóis liberados por pessoas infectadas. Tendo em vista sua alta transmissibilidade e seu grande potencial de gravidade, os órgãos de saúde mundiais propuseram medidas de prevenção e controle de contato, como o uso de máscaras faciais, higienização de mãos e distanciamento social. Por consequência disso, espera-se que a maioria das infecções causadas por microrganismos altamente transmissíveis pela via respiratória sejam prevenidas, já que essas medidas também agem como ações protetivas contra o contágio por contato direto e indireto dessas afecções. Dessa forma, este estudo teve como objetivo comparar a incidência de doenças infectocontagiosas respiratórias antes e depois da implementação das medidas protetivas contra a COVID-19. A pesquisa realizada para a confecção desse artigo foi de cunho explicativo, transversal e retrospectivo, analisando dados do LACEN-DF (Laboratório Central do Distrito Federal), laboratório parceiro, provenientes do período de janeiro de 2019 a junho de 2021, com o objetivo de realizar um comparativo entre os dados do período de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020, anteriormente à quarentena, e de março de 2020 a junho de 2021, após a institucionalização de medidas preventivas. Com isso, foi possível avaliar os valores absolutos de resultados positivos do painel viral por ano, observando-se uma redução de, aproximadamente, 32% de 2019 para 2020. E, com base nos resultados encontrados, é possível afirmar que as medidas preventivas, aplicadas pela pandemia da COVID-19, têm impacto socioeconômico importante, além de contribuir na compreensão e prevenção em situação de saúde futura, especialmente em épocas de crise.

Palavras–Chave: novo coronavírus; doenças infectocontagiosas; medidas de prevenção.

INIBIDORES DE BOMBA DE PRÓTONS, SEGURANÇA E EFEITOS ADVERSOS: REVISÃO SISTEMÁTICA

Arthur Bispo de Almeida Pinto – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
arthur.bispo@sempreceub.com
Luis Otávio Amarante Franco – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno voluntário
luisotavio04@sempreceub.com
Ricardo Jacarandá de Faria – CEUB, professor orientador
ricardo.faria@ceub.edu.br

Os inibidores da bomba de prótons (IBPs) atuam suprimindo a acidez gástrica, sendo extremamente eficientes e uma das classes medicamentosas mais prescritas no mundo. Apesar de sua popularidade, o seu uso prolongado pode acarretar em degeneração no organismo, como o aumento do risco de demência, alterações ósseas e risco cardiovascular. Este trabalho tem como objetivo compreender os principais efeitos adversos relacionados ao uso dos inibidores da bomba de prótons a longo prazo. Para este trabalho, conduziu-se uma revisão sistemática, com base no protocolo PRISMA, o qual objetiva amplificar a qualidade de revisões sistemáticas. Foram identificados 694 estudos, dos quais 32 foram incluídos nesta revisão. Todos os estudos foram realizados em humanos e foram classificados em alta qualidade metodológica conforme as ferramentas da JBI. A maior parte dos estudos foi conduzida nos Estados Unidos (25%, n=8), sendo que não houve muita distinção quanto ao tipo de IBP utilizado. Os eventos cardiovasculares foram os mais estudados (53,1%, n=17), apresentando uma íntima associação com os IBPs, principalmente quando associados a anticoagulantes orais, como o clopidogrel. A relação entre a classe medicamentosa com alterações ósseas (28,1%, n=9) corroborou com o que já é bem consolidado na literatura, podendo ser evidenciada, inclusive, em pacientes que já possuíam patologias de base, como hepatite C. Os estudos que analisaram o vínculo entre os IBPs e a demência foram mínimos (25%, n=8), dos quais a maioria obteve resultados em que tal associação não se mostrou estatisticamente significativa. Conclui-se, portanto, que os achados desta revisão corroboram com o que já é estabelecido na literatura. O uso de IBPs deve ser realizado com cautela e conforme receita médica. Além disto, cabe à classe médica prescrever tal medicação apenas quando bem indicada, se atendo, principalmente, à dose, duração e polifarmácia, a fim de se evitar os efeitos adversos estudados nesta pesquisa.

Palavras–Chave: inibidores de bomba de prótons; osteoporose; demência.

INTERFACES ENTRE GÊNERO E PSICANÁLISE: MASCULINIDADES, SOFRIMENTO PSÍQUICO E VIOLÊNCIA

Tamna do Nascimento Batista – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
tamna.batista@sempreceub.com
Lívia Campos e Silva – CEUB, professora orientadora
livia.campos@ceub.edu.br

Os homens são, além de principais agentes, os principais alvos dos atos violentos cometidos por outros homens e como alvo também se inclui a violência contra a mulher, o que se confirma com os índices elevados de violência tanto contra a mulher quanto entre os homens. O impacto perturbador dos altos índices existentes ressalta, então, a necessidade urgente de direcionar um olhar mais acurado aos processos de adesão dos homens a certos padrões hegemônicos de masculinidade, de modo a examinar as dinâmicas que estão em jogo na produção de comportamentos e discursos violentos. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é investigar o lugar que a violência possui na constituição das masculinidades no contexto dos processos de subjetivação dos homens. Trata-se de examinar os fatores que estão em jogo nos comportamentos e discursos agressivos que os homens direcionam às mulheres, e também a outros homens, a fim de compreender as possíveis relações do fenômeno da violência com os processos de transformação sócio-histórico-cultural das masculinidades, bem como com as dinâmicas subjetivas de internalização de ideais normativos relacionados ao masculino e com os modos de sofrimento psíquico que advém como efeito desse processo. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco homens cisgêneros e heterossexuais, entre 18 e 60 anos de diferentes classes sociais e analisadas a partir da metodologia da Análise do Discurso em articulação com a psicanálise. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas a fim de facilitar o processo de análise. Portanto, as análises foram planejadas por meio de dois eixos: “a naturalização da violência” e “a ausência de lugar diante das crises contemporâneas das masculinidades”. Em relação ao primeiro eixo, foi possível verificar que a violência é uma manifestação das relações de poder entre homens e referente às mulheres, além de uma permissibilidade em utilizá-la para expressar os sentimentos, especialmente a raiva, em diversos contextos baseado nas exigências advindas de uma masculinidade hegemônica e uma tentativa de resgate identitário frente a feridas narcísicas. Já em relação ao segundo eixo, analisa-se as crises das masculinidades diante a desconstrução do masculino, gerando sofrimento diante uma identificação de culpabilização com o masculino, sendo essa culpa alimentada pela própria neurose do indivíduo que o conduz para um não lugar que o silencia e o deixa acuado.

Palavras–Chave: masculinidades; psicanálise; violência.

JORNALISMO POLICIAL: O COMPONENTE RACIAL NA EDITORIA DO "MONITOR DA VIOLÊNCIA" DO PORTAL G1

Mayariane Rodrigues Chaves Castro – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
mayariane.castro@sempreceub.com
Luiz Claudio Ferreira – CEUB, professor orientador
luiz.ferreira@ceub.edu.br

Este trabalho tem como principal objetivo analisar reportagens publicadas na editoria especial "Monitor da Violência", do portal G1, e o teor de reportagens construídas diante de um ponto de vista crítico-racial. A editoria especial tem como foco reportagens de cobertura jornalística policial e pautas que tem como tema a violência e criminalidade no Brasil. O Monitor da Violência é uma parceria entre o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e foi criada em setembro de 2017. Esta pesquisa busca realizar uma análise detalhada das reportagens escolhidas e entender a construção jornalística diante da desigualdade social e uma minoria como foco do texto. Entre os resultados obtidos, pode-se destacar que dentro da editoria a linguagem acadêmica é dissolvida e reformulada com a linguagem coloquial, uma vez que o jornalismo é uma das formas mais eficazes que a imprensa tem para se aproximar da cidadania, conforme explica Felipe Pena. Também dentro dos resultados, é possível observar que dentro da editoria, diferentes tipos de desigualdades sociais são abordados juntamente com o tópico de violência e criminalidade. Os critérios de noticiabilidade, não obstante, são mais relacionados com a ocorrência dos crimes do que com as causas das ocorrências ou mesmo eventuais soluções, uma vez que a apuração do fato e construção do texto diferem de tema para tema. Isso reveste-se de fundamental importância levando-se em conta de que se trata de um veículo com reportagens especiais e não apenas com conteúdos factuais, tendo como ponto de partida a necessidade da criação de uma editoria especial para abordar os temas de criminalidade e violência com profundidade.

Palavras–Chave: jornalismo; racismo; violência.

LOBBY AMBIENTAL: DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DA REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE DESMATAMENTO E INTERESSES ENTRE 2019 E 2020

Ana Paula Canova Abinajm – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno bolsista
ana.abinajm@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne – CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

O lobby é considerado um mecanismo para o exercício de pressão sobre agentes com poderes para tomada de decisão. Apesar de sua importância, não detém uma regulamentação no Brasil. Com as recentes tragédias ambientais relacionadas com as queimadas na Amazônia, buscou-se avaliar a incidência de lobby sobre o Ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o Presidente do IBAMA, Eduardo Bim, a partir de suas agendas públicas, ante possíveis omissões na atuação de tais autoridades. As perguntas dessa pesquisa foram: O cruzamento das agendas públicas do Ministro do Meio Ambiente e do Presidente de IBAMA, no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, com as autuações ambientais do IBAMA, são lobbies que afetam as políticas públicas ambientais da Amazônia? Caso positivo, as propostas em tramitação do lobby podem contribuir com a redução dos interesses ilegítimos contrários ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado? Para respondê-las, foi feita revisão bibliográfica acerca do lobby e das queimadas na Amazônia. Posteriormente, na fase quantitativa, foram analisados 1.442 compromissos das agendas públicas. Só 2% das agendas do Presidente do IBAMA, e 5% da agenda do Ex-Ministro do Meio Ambiente, continham assunto. As informações lançadas pela autoridade não correspondem à realidade. Do cruzamento de agendas, pode-se identificar 20 registros do Ministério, enquanto o Ibama teria 69 encontros. Do confronto das informações das agendas, foram identificados e analisados 31 processos administrativos sancionadores ambientais. Percebeu-se indícios de lobby, ante o arquivado, após a agenda, por ausência de comprovação de danos ambientais. Em outros dois, os valores da multa ambiental foram reduzidos substancialmente. A pesquisa demonstrou a dificuldade de identificar o lobby sem o apoio de um mecanismo denso e confiável de disponibilização de informações. Ao analisar 24 proposições legislativas que propõem a regulamentação do lobby, identificou-se um déficit de propostas legislativas que contenham elementos relacionados à transparência. Percebeu-se, ainda, com a análise das agendas, primeiramente, um enorme déficit informacional, verificando omissões na publicação de compromissos, bem como a ausência de elementos de suma relevância para identificação do lobby sobre os agentes públicos. Com esse estudo, espera-se contribuir com a regulamentação do lobby no Brasil, além de apresentar as agendas públicas como um espaço de incremento na concretização do direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Palavras–Chave: lobby; meio ambiente; agenda pública.

MANEJO CLÍNICO E TERAPÊUTICO DE PACIENTES GRAVES ACOMETIDOS POR COVID-19 EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Carolina Martins Hummel – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
carolinamhummel@gmail.com
Maria Clara Rocha Zica – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
mariaclararzica@gmail.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – CEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A doença causada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19) se caracteriza por uma Síndrome Respiratória Aguda Grave e devido ao seu alto poder de transmissibilidade e o aumento de casos em escala mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou-a como pandemia em março de 2020. O quadro clínico é variável, apresentando-se desde quadros assintomáticos a graves. Dentre as complicações dos quadros graves podemos citar a insuficiência respiratória, choque séptico e/ou falência de múltiplos órgãos, tromboembolismo pulmonar, doença neurológica e cardíaca. Os fatores de risco para o pior prognóstico incluem pacientes maiores de 50 anos, cardiopatas e pneumopatas graves ou descompensados, imunodeprimidos, obesidade mórbida, hipertensão arterial, doentes renais crônicos em estágio avançado, diabéticos e gestantes. Apesar de estar apresentando maior controle no último ano, após a introdução da vacinação, os casos de COVID-19 persistem, o que instiga maiores pesquisas para geração de dados, análises e protocolos de prevenção, detecção e tratamentos. O presente estudo teve como objetivo investigar o manejo clínico e terapêutico de pacientes graves acometidos por COVID-19, traçando seu perfil epidemiológico, alterações em exames laboratoriais e de imagem, fatores de morbimortalidade associados e as principais formas de tratamento instituídas. Para isso realizou-se um estudo transversal, descritivo, de caráter retrospectivo, com revisão de prontuários de pacientes graves acometidos por COVID-19 no Box de Emergência e na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) no período de janeiro a julho/2021. O perfil epidemiológico dos pacientes apontou que a maioria dos acometidos com casos graves tem acima de 50 anos, com uma média de internação de 20 dias, com predomínio do sexo feminino. As principais comorbidades encontradas foram: obesidade, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica e doenças cardiovasculares. A maioria das tomografias computadorizadas realizadas apresentou comprometimento bilateral e padrão de vidro fosco. Houve necessidade de ventilação mecânica em 88,15% dos pacientes. Os achados laboratoriais dessa pesquisa, para ambos os desfechos, têm como resultado a presença de anemia, leucocitose; PCR, VHS e ferritina com elevação importante; TGO, TGP, FAL e GGT aumentados, apontando para comprometimento hepático, e hiperbilirrubinemia às custas de bilirrubina indireta. Não foram evidenciadas alterações significativas na contagem de plaquetas. Os valores de D-dímero foram elevados, assim como os de CPK e LDH. Da amostra, 94,7% dos pacientes fizeram o uso de um ou mais antimicrobianos, sendo os principais o meropenem, ceftriaxona e piperacilina/tazobactam. O uso de corticosteroides foi observado em 93,4% dos pacientes, enquanto o uso de anticoagulantes foi observado em 96,1%. Não foi

encontrado nenhum paciente em uso de cloroquina, o que está condizente com os tratamentos propostos atualmente. Os achados deste trabalho almejam colaborar com as equipes de assistência em saúde e comunidade científica no manejo do paciente grave acometido por COVID-19, para tanto apontamos em nossos resultados o perfil dos pacientes graves acometidos por COVID-19, as principais comorbidades, as alterações mais importantes encontradas nos exames laboratoriais, os comprometimentos pulmonares mais frequentes e os principais tratamentos instituídos em um hospital público referência no tratamento.

Palavras–Chave: COVID-19; UTI; box de emergência.

MANIFESTAÇÕES CARDIOVASCULARES PELO CONSUMO EM EXCESSO DE PRODUTOS CONTENDO TAURINA E/OU CAFEÍNA

Julia de Oliveira Melo – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
julia.oliveira.meloo@sempreceub.com
***Juliana Késia Araújo da Fonseca* – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária**
juliana.kesia@sempreceub.com
Antoinette Oliveira Blackman – CEUB, professora orientadora
antoinette.blackman@ceub.edu.br

A cafeína e a taurina são substâncias psicoativas mundialmente difundidas e amplamente consumidas pela maioria dos estudantes. Estudos indicam que sua ingestão em grande quantidade traz malefícios à saúde. No requisito cardiovascular foram relatados aumento do risco relativo de doença cardiovascular, infarto agudo do miocárdio, arritmias, parada cardíaca súbita, acidente vascular encefálico e hipertensão arterial sistêmica. Além disso, o consumo de bebidas energéticas foi correlacionado com hepatites agudas, insuficiência renal aguda, convulsões, cefaleia, ansiedade, dentre outros. O presente projeto objetivou principalmente avaliar a associação entre o consumo excessivo de cafeína e taurina e suas manifestações cardiovasculares. Além disso, visou: identificar a ocorrência de alterações eletrocardiográficas associadas ao consumo desses compostos; correlacionar as alterações obtidas de cada paciente aos seus parâmetros pessoais (idade, IMC, sexo, medicamentos de uso regular, histórico familiar de eventos cardiovasculares/cardiopatias, bem como seus hábitos de ingestão; relacionar o consumo desses produtos e a apresentação de sinais ou sintomas clínicos cardiovasculares (taquicardia, taquipneia, palpitações, dor torácica e dispneia). Foi realizado um estudo intervencionista, o qual consistiu na ingesta de cafeína e taurina por um grupo de universitários de medicina em Brasília-DF. Os voluntários foram submetidos a realização de uma pesquisa via *Google Forms* para coleta dos dados. A partir disso, foram excluídos os participantes que não se enquadraram nos critérios de seleção da pesquisa e os demais foram selecionados de forma randomizada para a realização da segunda etapa. Esta foi realizada em uma clínica particular onde os pacientes foram submetidos ao exame Holter 24 horas em dois momentos (um exame controle e outro associado ao consumo de cafeína e taurina). Os exames foram laudados por um médico cardiologista da própria clínica e analisados pelas pesquisadoras. Obtivemos no total 113 respostas. 36,3% dos estudantes afirmaram consumir café diariamente. Os tipos de café mais consumidos foram o café coado (67,3%) e o expresso (48,6%). Desses, 41,6% relataram o consumo de 50–100 ml em 24 horas e a principal motivação foi manter-se acordado (69%). Em relação a taurina, 16,8% relataram consumo 1 vez por semana, 26,5% consumindo entre 101 a 300 ml. A principal motivação foi para manter-se acordado (41,6%) e ao frequentar festas, bares e comemorações (42,5%). Foi relatado o uso de cafeína e/ou taurina associado a vodka em 65,5% e gin em 55,8%. Dentre os principais sintomas relatados 56,6% queixaram-se de aumento da frequência cardíaca, 48,7% ansiedade, 44,2% palpitação. Após interrupção do uso, 29,2% relataram aumento da sonolência e 27,4% a intensificação do cansaço. Foram efetuados 16 holters controles nos quais não houveram alterações

basais. Até o momento, a clínica forneceu 2 laudos do segundo Holter, nos quais não foram apresentadas alterações eletrocardiográficas ou sintomas clínicos após a ingestão de cápsula contendo cafeína e taurina. Concluindo, de acordo com o formulário aplicado, o uso desses produtos entre estudantes é extremamente prevalente e está associado a alterações cardiovasculares clínicas relatadas pelos mesmos. A confirmação da presença de alterações eletrocardiográficas através do Holter 24 horas só poderá ocorrer após a liberação dos demais laudos pela clínica.

Palavras–Chave: cafeína; taurina; cardiovascular.

NEGACIONISMO CIENTÍFICO, FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E PÓS–VERDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E DE SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO DA NECROPOLÍTICA BRASILEIRA

Daniela Soares Marreiros Martins – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
daniella.martins@sempreceub.com
Bruna Kreutz Ames – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
bruna.k.ames@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagoas – CEUB, professor orientador
juliano.lagoas@ceub.edu.br

Esta pesquisa, de metodologia qualitativa, teve como objetivo investigar as relações entre o negacionismo científico e fundamentalismo religioso na gestão da pandemia no Brasil, buscando compreender o papel das massas digitais nos processos de subjetivação e de sofrimento psíquico vivenciados pela população. Além disso, tratou-se de verificar os impactos do fenômeno da "pós-verdade" nas subjetividades contemporâneas e identificar algumas das consequências psicossociais da necropolítica brasileira. Para isso, foi elaborado um formulário digital, amplamente divulgado em meios digitais, para a obtenção de relatos e opiniões sobre materiais de cunho negacionista e/ou fundamentalista. Posteriormente, foram selecionados quatro respondentes para participação em entrevistas individuais semiestruturadas, conduzidas pelas pesquisadoras por meio da ferramenta digital *Google Meet*, em torno das temáticas abordadas pela pesquisa. Para analisar os discursos obtidos, foi utilizada a metodologia da análise de discurso, em conjunto com os preceitos da pesquisa psicanalítica, permitindo assim uma compreensão das produções discursivas dos participantes acerca dos temas investigados. A partir das análises realizadas, considerou-se que, em razão de uma recusa da dimensão do desamparo na pandemia, foram criadas estratégias psíquicas compartilhadas em uma tentativa de desvinculação da experiência do terror pandêmico. Dessa forma, a partir de variados mecanismos, indissociáveis da realidade política, social e econômica do Brasil, vimos que a manifestação do negacionismo científico, em suas variadas formas, implica uma dimensão de defesa psíquica contra o insuportável. Dentre as principais estratégias psíquicas de defesa identificadas e analisadas no âmbito desta pesquisa, destacamos os mecanismos paranoicos de projeção e negação do desamparo, a busca por uma verdade-toda e a banalização do terror pandêmico.

Palavras–Chave: negacionismo científico; necropolítica; pós-verdade.

O DIREITO À ÁGUA E A TAXA DE MORTALIDADE POR COVID-19 NAS REGIÕES AMAZÔNICAS: UM ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS MAIS ATINGIDOS EM CADA REGIÃO INTEGRADA PARAENSE

Julia Eduarda Dias Vaz – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
juhvaz1310@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne – CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

A região Norte concentra 80% da água disponível no Brasil. Apesar disso, somente 57,4% da população é abastecida com água tratada. A pandemia agravou esse problema, visto que uma das maiores recomendações da OMS é lavar as mãos como medida de contenção do vírus. Nesse contexto, a pesquisa buscou responder se a negativa do direito à água implicaria na elevação de mortes por COVID-19 nas Regiões Amazônicas. Para isso, foi utilizado como objeto de pesquisa o Pará, tendo em vista que esse Estado corresponde a 30% da região amazônica. A metodologia de pesquisa conjugou revisão bibliográfica com levantamento de dados. Foi realizado o levantamento de dados no sítio eletrônico da Secretaria de Saúde do Pará, em janeiro de 2022, para, assim, verificar quais municípios de cada Região de Integração do Pará possuíam a maior taxa de mortalidade por COVID-19. Após isso, foram usados os dados da plataforma do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), sobre o saneamento básico da região. Os pedidos de acesso à informação endereçados aos municípios revelaram a ausência de dados locais sobre a política pública de água e esgoto. A pesquisa analisou as informações disponíveis do abastecimento de água em cada um dos municípios mais atingidos pelo novo coronavírus. Ao final, foi feita uma correlação dos dados levantados para verificar se o não abastecimento poderia implicar na elevação da taxa de mortalidade. A pesquisa confirmou essa correlação. Como exemplo, pode-se citar o município de São João do Araguaia, com apenas 27,63% de sua população atendida pelo abastecimento de água e 11,54% de mortalidade decorrente da COVID-19. Com os dados dessa pesquisa, espera-se reafirmar que a negativa do direito à água tratada implica na elevação de mortes por COVID-19 nas regiões amazônicas. Essa pesquisa busca trazer subsídios para a criação de políticas públicas, novos marcos legais e medidas de enfrentamento à COVID-19 nas regiões amazônicas. Os desafios identificados, contudo, são gigantescos, e confirmam uma necropolítica, visto que parte dos municípios paraenses nem ao menos detém essas informações no SNIS, o que parece essencial para uma política pública efetiva do direito fundamental à água e ao saneamento básico.

Palavras–Chave: direito à água no Pará; morte por COVID-19; saneamento básico.

O IMPACTO DA MASTECTOMIA NA QUALIDADE DE VIDA DE HOMENS TRANS ESTUDO EM UM INSTITUTO PARTICULAR DE BRASÍLIA

Juliana Janiques de Matos Recch – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
juliana.janiques@sempreceub.com
Giovanna Costa Mouro Velho – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
giovanna.costamoura@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

A mastectomia bilateral pode ter grande efeito na qualidade de vida de um homem trans. Os pacientes transgêneros frequentemente apresentam disforia de gênero, a qual está intimamente relacionada à transtornos mentais, como ansiedade, depressão e até suicídio. Além disso, a terapia hormonal não possui muita ação nas mamas e os pacientes recorrem ao uso de bandagens. Estas pioram a qualidade de vida por não serem confortáveis, causar calor e não oferecer liberdade ao frequentar praias ou piscinas e nem em relações sexuais. As bandagens podem causar ptose mamária, prejudicar a cicatrização e diminuir a elasticidade da pele. Por isso, estudos já demonstram o grande impacto positivo dessa cirurgia na vida de homens trans. Entretanto, no Brasil há poucos estudos sobre esse assunto e pouca acessibilidade à cirurgia, até mesmo em clínicas particulares. O presente estudo possui como objetivo analisar o impacto da mastectomia bilateral na qualidade de vida de homens transgênero. Desse modo, a pesquisa foi realizada por meio do envio de questionários para os pacientes de um instituto particular que realiza a cirurgia. O formulário é composto por perguntas de autoria das pesquisadoras e perguntas do questionário BODY-Q, o qual é reconhecido internacionalmente e avalia a percepção e aceitação do próprio corpo. Foram utilizados 2 módulos deste questionário (*Body Image* e *Sexual Function*). As perguntas englobam questões sobre a aparência e a qualidade de vida do paciente, permitindo a avaliação quantitativa e qualitativa dos resultados. Os participantes foram divididos em 2 grupos: pacientes que realizaram a mastectomia há pelo menos 2 meses; e pacientes que ainda não realizaram a cirurgia. Após os critérios de inclusão e exclusão, foram utilizadas as respostas de 58 questionários, as quais demonstraram que os participantes que realizaram a mastectomia bilateral possuem melhor percepção e relação com o próprio corpo a respeito dos que ainda não realizaram. Além disso, o grupo 1 também demonstrou maior realização pessoal e felicidade. Portanto, conclui-se que a mastectomia é uma ferramenta importante para diminuir a disforia de gênero nos pacientes e consequentemente diminuir as taxas de ansiedade, depressão e até de suicídio na população trans. Por fim, é necessário que mais estudos nessa área sejam realizados, para estimular cada vez mais o protagonismo trans nas pesquisas científicas e demonstrar a importância e necessidade da ampliação da oferta dessa cirurgia no SUS.

Palavras–Chave: mastectomia; transgênero; homens trans.

O IMPACTO DA PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO NO BEM-ESTAR SUBJETIVO

Luiza Maria Aristides Santos – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
luiza.santos@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

A corrupção é um grave problema mundial, mas, em função dos diversos escândalos dentro da política brasileira, o tema ganha realce no Brasil. A presente pesquisa investigou o impacto da percepção da corrupção no bem-estar subjetivo, bem como analisou o efeito moderador da percepção de punição na relação entre corrupção e bem-estar, tendo como base o Modelo Analítico da Corrupção (MAC). Participaram da pesquisa 183 pessoas, com diferentes tipos de vínculo empregatício, sendo 75% residentes do Distrito Federal e 56,3% que possuem ensino superior completo ou já finalizaram a pós-graduação. Todos os participantes responderam à Escala de Bem-Estar Subjetivo, a medida de percepção de corrupção, a medida de percepção de punição e um questionário sociodemográfico. Os instrumentos foram apresentados na respectiva ordem. Por meio do teste de correlação de Pearson, foi identificado uma relação significativa entre a percepção de corrupção e afetos negativos, assim como, uma relação significativa entre percepção de punição e afetos positivos. O efeito moderador da percepção de punição entre corrupção e bem-estar subjetivo, testado por meio do Modelo 1 do *PROCESS*, não foi corroborado. De maneira geral, entende-se que a corrupção contribui para maiores índices de afetos negativos, ou seja, ela impacta negativamente o bem-estar subjetivo dos indivíduos independente da percepção de punição. Isso significa que mesmo que existam políticas voltadas ao combate às práticas corruptas (percepção de punição), a percepção de corrupção é danosa para o bem-estar das pessoas. Tais achados evidenciam que, além de perdas monetárias, um ambiente corrupto pode ser danoso para o bem-estar subjetivo de pessoas inseridas nesse contexto.

Palavras–Chave: corrupção; bem-estar subjetivo; percepção de punição.

O IMPACTO DAS ILHAS DE CALOR NA ESCALA GREGÁRIA DE BRASÍLIA

Gabriela Naves Rocha – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
gabrielanavesrosa@gmail.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuaria – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

A expansão urbana de Brasília reduziu espaços abertos e trouxe efeitos bioclimáticos com a criação de ilhas de calor e o reflexo nos microclimas, impactando na qualidade do conforto ambiental dos seus habitantes. Este estudo avaliou os efeitos de edificações com superfícies reflexivas comparadas com áreas de parques urbanos com vegetação abundante e sua capacidade de absorver, modificar ou diminuir a radiação solar. Foram coletados dados com auxílio de uma câmera termográfica (modelo FLIR C2) e termômetro termo-higrômetro digital (modelo MTH–1360) que captam informações de temperatura e umidade, em nove localidades, fragmentos do centro de Brasília, na escala gregária, bem como parques urbanos. Para a medição da posição geográfica, foi utilizado GPS marca Garmin (modelo GPS12) e a coleta de dados ocorreu em três momentos do dia, às 9:00, as 15:00 e as 21:00, por dois dias consecutivos. Observou-se diferenças nas médias de temperatura entre os horários do dia, com elevação máxima da temperatura às 15:00. Quando comparou-se as temperaturas entre os dados coletados as 15:00 e as 9:00, maior diferença nas médias de temperatura foi observada face nordeste da Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida (ponto 2), que obtém grande incidência solar por ter a fachada mais espelhada, com elevação média de 7,40oC (35,65–28,25oC). As menores diferenças nas médias de temperatura entre as 9:00 e 15:00, foram observadas no Parque da Cidade (pontos 6 e 7). Os dados corroboram com outros estudos, sugerindo que os locais que possuem maior área de vegetação obtêm maior sombreamento, menor amplitude térmica e aumento na umidade justificada pelo processo de evapotranspiração. A adequada quantidade de vegetação deve ser considerada na composição dos projetos urbanísticos para melhorar a qualidade de vida na cidade de Brasília.

Palavras–Chave: ilhas de calor; microclima urbano; escala gregária.

O MEIO AMBIENTE, A SUSTENTABILIDADE E O CONSUMO: UMA ANÁLISE DESSA INTER–RELAÇÃO COM O MERCADO EMPREENDEDOR E SUAS PERSPECTIVAS NO DISTRITO FEDERAL

Nicoly Machado Sousa – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
nicoly.machado@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano – CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

A sustentabilidade tem ganhado grande visibilidade nos últimos anos em várias esferas diferentes, seja na arquitetura, na farmacologia, na cosmetologia, na área têxtil e no ramo alimentício e pode-se atribuir essa visibilidade às redes sociais, meios de comunicação, incentivo fiscal da parte do estado às empresas e a conscientização que aos poucos a população tem desenvolvido que têm abordado o termo cada vez com mais intensidade, fazendo com que o tema seja frequentemente mais buscado e aplicado. Sabendo disso, o projeto visou analisar as estratégias do comércio sustentável do Distrito Federal, assim como o perfil dos seus consumidores. Para isso, a pesquisa inicialmente foi dividia em duas fases, em que a primeira era encarregada de realizar um levantamento bibliográfico, por meio de pesquisas realizadas em sites jurídicos na internet, de micro e empresas de pequeno porte que apresentam características sustentáveis, a fim de verificar quais são as ações e estratégias associadas às práticas de responsabilidade socioambiental empregadas por esses estabelecimentos. Em seguida, fez-se o levantamento do perfil dos consumidores residentes no Distrito Federal, por meio de um questionário aplicado via *Google Forms*, em que o voluntário era convidado a responder perguntas associadas ao seu próprio tipo de consumo, sendo sustentável ou não, e o que entendia sobre o tema e a repercussão que tem ganhado a cada dia. Sendo assim, diante das duas etapas aplicadas durante a elaboração da pesquisa, conseguiu-se levantar 27 empresas que atuam no DF com características sustentáveis e um recolhimento de participações de 70 voluntários. Então, com os dados coletados, foi possível concluir que na região do Distrito Federal, com aproximadamente 131.472 Microempresas ou Pequenas Empresas (MPE) ativas, a porcentagem de empresas com um viés sustentável é baixa, cerca de 0,02%, e o número de pessoas que de fato fomentam esse mercado com escolhas sustentáveis é pequeno, sendo aproximadamente 1,4% dos voluntários totais os que buscam ter um consumo sustentável independente do valor cobrado pelo produto. Dessa forma, entende-se que o mercado sustentável do Distrito Federal está em desenvolvimento, por apresentar um acervo de empresas sustentáveis limitado e um público consumidor pouco envolvido à causa, o que mostra que estratégias de auxílio às MPEs na adesão e na atualização do mercado relacionado a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável são de suma importância, visando uma inovação no ramo, com o propósito de conscientizar os consumidores e aumentar a produção de produtos e a oferta de mão de obra que compreendem a importância de se desenvolver um pensamento sustentável.

Palavras–Chave: empreendedorismo; socioambiental; sustentabilidade.

O MUNDO DO DIREITO PERCEBIDO À DISTÂNCIA E A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM EM CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ETNOGRAFIA SOBRE SOCIABILIDADES REMOTAS ENTRE JOVENS ESTUDANTES DE DIREITO

Marcelo Mourão Motta Grossi – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno bolsista
marcelo.grossi@sempreceub.br
Rodrigo Augusto Lima de Medeiros – CEUB, professor orientador
rodrigo.medeiros@ceub.edu.br

Este relatório final foi elaborado a partir de investigação de caráter antropológico sobre sociabilidades remotas que calouras e calouros do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília (CEUB) estabeleciam entre si e com o corpo docente da instituição, entre março de 2021 e julho de 2022, portanto, na vigência da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2). Desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIC) 2021-2022 do CEUB, a pesquisa consistiu, metodologicamente, em investigação centrada na observação participante, tanto remotamente, em aplicativos e plataformas na internet, quanto presencialmente, no campus, e, também, em revisão bibliográfica, além de entrevistas. Na parte introdutória do presente documento, expõem-se a gênese do projeto de pesquisa, seus determinantes e, também, seus limites. Apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa, com revisão bibliográfica sobre juventude e sociabilidade pandêmica. Em seguida, tem-se reflexões sobre peculiaridades da observação participante levada a cabo na Internet e, a partir do fim do ensino remoto pandêmico, no campus do CEUB, bem como outras questões metodológicas. Posteriormente, perscrutam-se as inter-relações desses jovens estudantes entre si e deles com os docentes na consecução de suas atividades acadêmicas, no início da sua jornada pelo mundo do Direito percebido à distância. Finalmente, discute-se a relação ensino-aprendizagem e possíveis desdobramentos do ensino remoto pandêmico na formação acadêmica de futuros operadores do Direito.

Palavras–Chave: ensino remoto; sociabilidade; etnografia.

O PAPEL MEDIADOR DO AUTORITARISMO DE DIREITA NA RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE POLÍTICA E RACISMO REVITIMIZADOR

Amanda Leite Alves – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
amanda.alves@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

O racismo é um grave problema vivenciado no Brasil, podendo ser expresso de diferentes formas. Recentemente, tem despertado o interesse de pesquisadores uma forma de racismo chamada revitimizador, que entende que pessoas racistas acusariam negros de "vitimismo". Entendemos que essa forma de racismo parece ter crescido nos últimos anos, de forma simultânea ao incremento de posições autoritárias de direita e ameaça aos direitos de grupos minoritários. Tendo isso em vista, a presente pesquisa buscou analisar o efeito mediador do autoritarismo de direita na relação entre a identidade política e o racismo revitimizador. A pesquisa contou com 161 participantes, que responderam a um formulário online no qual constava a Escala de Racismo Revitimizador (ERR), a Escala de Autoritarismo de Direita adaptada ao contexto Brasileiro (EAD) e informaram dados sociodemográficos. Encontrou-se uma mediação parcial do Autoritarismo de Direita entre a identidade política e o racismo revitimizador, em que, quanto mais à direita maiores os níveis de autoritarismo e, por sua vez, quanto maiores os índices de autoritarismo maiores os índices de racismo revitimizador. Apesar do efeito de mediação, verificou-se também uma relação direta entre identidade política e racismo revitimizador, em que quanto mais identificado com a direita, maiores os índices de racismo. Concluiu-se que, ainda que o autoritarismo de direita seja um preditor de diferentes formas de racismo conforme a literatura, a identidade política também pode predizer e explicar o racismo. Sugere-se que essa pesquisa seja replicada em um momento de menor polarização política de modo que seja analisado se a identidade política permanece como preditor do autoritarismo e do racismo.

Palavras–Chave: identidade política; racismo; autoritarismo.

OCUPAÇÕES INFORMAIS DO DISTRITO FEDERAL: MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Camila Carneiro Lima – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
camiliima@sempreceub.com
Ludmila de Araujo Correia – CEUB, professor orientador
ludmila.correia@ceub.edu.br

Ocupações informais podem ser categorizadas como loteamentos clandestinos ou irregulares, ocupações em terras privadas ou em terras públicas, e também assentamentos inseridos em uma zona de interesse social. As ocupações informais podem ser vistas como um reflexo do déficit habitacional observado no Brasil desde o século XX, com o crescimento urbano acelerado. Portanto, vê-se uma necessidade de discussão a respeito do tema, uma vez que o direito à moradia é um direito estabelecido pela constituição federal. A pesquisa teve como principais objetivos a realização do mapeamento das ocupações com insegurança de posse no Distrito Federal em situação de vulnerabilidade, assim como a análise do atendimento aos preceitos dos direitos humanos. A metodologia baseou-se em pesquisa exploratória, consulta documental, que teve por base os dados fornecidos pela Campanha Despejo Zero, dados do Geoportal, dados do portal da regularização, assim como o levantamento desse pela Clínica de Direitos Humanos do CEUB (CDH). Foi realizado o mapeamento dos dados resultantes da consulta documental, assim como o cruzamento desses para maior clareza da pesquisa. A pesquisa teve como principais objetivos a realização do mapeamento das ocupações com insegurança de posse no Distrito Federal em situação de vulnerabilidade, assim como a análise do atendimento aos preceitos dos direitos humanos. Os cruzamentos de dados demonstraram uma intensa concentração de ocupações dentro do Plano Piloto, apesar da distância entre as Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) mais próximas ao Plano Piloto estar acima de 10 km. Muitas das ocupações encontram-se fora das ARIS, e a maior parte não se encontram nas áreas de risco. Há discrepância entre ARIS e Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINE), essa demonstrando maior extensão de forma significativa. Há baixa presença de ocupações em áreas de preservação ou risco ambiental, incluindo ocupações inseridas em uma área passível de regularização, fora de qualquer área de risco ou ambiental, e que constam como informais. A maioria das ocupações removidas ou em ameaça encontram-se em âmbito urbano. Também há grande discrepância entre o andamento das ARINES cuja regularização já foi iniciada, e ARIS na mesma situação. Diante aos resultados, pode-se concluir que grande maioria das famílias que estão na informalidade estão fora de áreas de proteção ou risco ambiental. Sendo assim, cabe análise da regularização dessas ocupações, uma vez que não apresentam risco à vida dos indivíduos ou ameaça ao meio ambiente. Observa-se uma grande distância das áreas de regularização de interesse social com o Plano Piloto, que abrange grande parte dos locais de emprego dos cidadãos de Brasília, inferindo o caráter segregador do centro da capital, sendo necessário reavaliação desse cenário para que seja disponibilizado tanto possibilidade de moradia para famílias mais pobres no Plano Piloto, quanto uma infraestrutura adequada nas demais regiões administrativas. Por fim, apesar de uma

notória urgência de habitações de interesse social, observa-se predominância de regularização nas áreas de interesse específico, evidenciando o privilégio da população que se encontra em melhor condição social.

Palavras–Chave: ocupações informais; mapeamento; vulnerabilidade.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO USO DE PSICOTRÓPICOS POR UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE

João Borges Esteves Tovani – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
joao.tovani@sempreceub.com
Eliana Mendonça Vilar Trindade – CEUB, professora orientadora
eliana.trindade@ceub.edu.br

Esta pesquisa teve por objetivo realizar um levantamento do padrão de uso de substâncias psicoativas de universitários de cursos da área da saúde do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) frente à Pandemia de COVID-19, bem como efetuar uma análise comparativa do uso de psicotrópicos em relação ao período pré-pandêmico. Trata-se de um estudo transversal com comparação de banco de dados de uma pesquisa anterior. A amostra da etapa quantitativa foi de 355 estudantes, de 17 a 66 anos, dos cursos de Psicologia, Medicina, Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia. Empregou-se, para a coleta de dados, o questionário adaptado do "I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool e Outras Drogas entre universitários das 27 Capitais Brasileiras". Os resultados apontam que as substâncias psicotrópicas mais utilizadas pelos participantes são: álcool, produtos de tabaco e maconha/haxixe/skank, além de tranquilizantes e ansiolíticos. Além disso, em comparação com outros cursos, Psicologia liderou o uso drogas em geral, seguido de Enfermagem e Medicina. A faixa etária que fez maior consumo recente de drogas é a dos 17-30 anos. O sexo masculino apresentou maior prevalência de manuseio de drogas, exceto em relação ao álcool. O uso de substâncias continuou com uma prevalência elevada entre os estudantes da área da saúde. Houve impacto relevante da Pandemia no uso de psicotrópicos, com redução no uso global de substâncias em comparação ao período pré-pandêmico, especialmente em relação à tabaco, maconha, cocaína, ayahuasca e anfetamínicos. Álcool foi a substância com menor redução percentual de uso ao longo da Pandemia de SARS-COV-2, sendo a droga mais longitudinal neste processo.

Palavras–Chave: uso de psicotrópicos; pandemia; COVID-19.

OUVINDO AS PARLAMENTARES: UM ESTUDO PARA O INCREMENTO DA REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NO CONGRESSO NACIONAL

Gabriela Fernandes Colnago – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
gabriela.colnago@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne – CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

Há uma sub-representação feminina na política brasileira. A Constituição estabeleceu a igualdade de direito entre mulheres e homens. Há cotas para mulheres na política, reforçada por decisão do Supremo Tribunal Federal. Apesar disso, há uma enorme desproporcionalidade na representação das mulheres nos espaços de poder. Por meio de entrevista às parlamentares federais eleitas em 2018, e a análise dos projetos de lei sobre igualdade de gênero na política, esta pesquisa buscou contribuir com o incremento da presença feminina dentro do parlamento a partir do conceito de democracia representativa e da questão de representatividade de minorias para a efetivação de direitos fundamentais. A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica, entrevistas, e a análise documental legislativa. O trabalhou analisou 73 projetos de lei sobre emancipação política de gênero, em tramitação nas casas legislativas, a partir das variáveis: quem é autora do projeto, seu conteúdo e o status. 68,49% dos projetos militam pela emancipação das mulheres, mas há um empate entre homens e mulheres na propositura sobre a pauta. Mulheres parlamentares propõem retrocessos na emancipação política. A pesquisa por meio de entrevistas mostrou a dificuldade de acesso às mulheres parlamentares. Da pesquisa empírica, qualitativa e quantitativa, o trabalho só conseguiu obter 5 respostas a partir de um formulário destinado às parlamentares. Foram realizadas visitas ao Congresso Nacional, ligações aos gabinetes, sem respostas. Poucas vezes se consegue ouvi-las. A falta de respostas também é um resultado da dificuldade de acesso de gênero na política. Das respostas recebidas, pode-se perceber o reconhecimento das cotas como instrumento para maior participação das mulheres na política. Como óbices, elas relatam a violência política de gênero e o investimento desigual entre homens e mulheres candidatos. A pesquisa aferiu, diante do baixo número de respostas e as repetidas tentativas, uma ausência de espaço para a academia contribuir com a pauta. O principal resultado da pesquisa foi perceber que há mulheres, dentro da política, contra a pauta de gênero. Nem todas as parlamentares apoiam a igualdade de gênero ou elaboram propostas sobre o tema. Não basta, portanto, votar em mulheres para mudar. É necessário conhecer a sua pauta política. Com tais achados, esta pesquisa busca reforçar a importância de ter mulheres na vida política atuando pela igualdade de gênero.

Palavras–Chave: democracia representativa; mulheres; poder legislativo federal.

PERCEPÇÃO DE JUSTIÇA FRENTE À PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Talitha Serra Ferreira Batista – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
talitha.serrafb@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

A incidência de relacionamentos abusivos que resultam em feminicídios é alarmante no Brasil. Apesar disso, é recorrente a culpabilização das mulheres que estão nesse tipo de relacionamento. Esse processo de julgamento de uma vítima de violência pode ser compreendido à luz da Teoria do Mundo Justo. Essa teoria postula que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm, de modo a avaliar os acontecimentos com base em razões boas e compreensíveis. Nessa perspectiva, o objetivo da presente pesquisa foi investigar a influência das crenças no mundo justo (CMJ) na culpabilização das vítimas que permanecem, em decorrência de diferentes tipos de dependência, dentro de um relacionamento abusivo. Participaram 243 pessoas que responderam à Escala Global de CMJ, avaliaram a responsabilidade de uma vítima de feminicídio e informaram seus dados sociodemográficos. Os participantes eram distribuídos em 3 condições experimentais distintas (tipo de dependência): i) financeira; ii) afetiva; iii) saída da relação. Verificou-se que vítimas que permanecem em uma relação por uma dependência emocional são mais responsabilizadas que vítimas com dependência financeira e do que vítimas que saíram da relação abusiva ($F(2,240)=15,15$, $p<0,001$, $\eta^2p = 0,11$). Além disso, identificou-se que a CMJ exerceu um efeito no índice de responsabilização de todos os tipos de vítimas, indicando a relevância do construto na compreensão dos processos de responsabilização de mulheres em relacionamentos abusivos. Cabe citar que a CMJ têm sido um preditor da culpabilização da vítima. Os achados da presente pesquisa se somam a esse conjunto de estudos anteriores ao apresentar evidências do seu poder preditivo para a análise da permanência em relações abusivas.

Palavras–Chave: crenças no mundo justo; responsabilização; relacionamentos abusivos.

PERCEPÇÃO DOS PAIS ACERCA DA ANSIEDADE DOS FILHOS AUTISTAS DURANTE A PANDEMIA

Isadora Oliveira Costa – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
isadora.costa@sempreceub.com
Manuela Ramos Caldas Lins – CEUB, professora orientadora
manuela.lins@ceub.edu.br

A COVID-19 impactou enormemente a vida de adultos e crianças que se viram obrigados a se adaptarem a uma realidade completamente desconhecida no ineditismo de enfrentamento de uma pandemia. Inicialmente foram suspensas todas as ações que pudessem resultar em aglomeração praticamente determinando que os cidadãos ficassem isolados em casa por tempo indeterminado. As crianças autistas, objeto desse estudo, de repente se viram afastadas fisicamente das escolas e do convívio diário de seus amigos e colegas, enfrentando sérios problemas psicológicos, exigindo cuidados e atenção especial. Dessa forma, esta pesquisa teve por objetivo analisar a percepção dos pais acerca da variação dos níveis de ansiedade de seus filhos autistas durante a pandemia. Participaram 5 mães de crianças autistas, as quais responderam uma entrevista semiestruturada. Após a transcrição, esses dados passaram por tratamento e foram divididos em 3 categorias: aumento de ansiedade, comportamentos estereotipados e quebra de rotina. Os resultados indicaram aumento da ansiedade infantil, a qual se manifestou por meio de comportamentos de agressividade e inquietação. Percebeu-se que esse aumento foi decorrente da quebra da rotina e das diversas mudanças experienciadas no período como, por exemplo, a falta de contato com colegas/professores e/ou profissionais que as atendiam. Identificou-se ainda que a percepção da ansiedade em crianças atípicas não é mensurada da mesma maneira que as crianças típicas. Em sua maioria, as crianças autistas não expressam a ansiedade por meio da fala e sim por meio de comportamentos estereotipados. Recomenda-se que futuras pesquisas busquem aprimorar instrumentos que possam mensurar a ansiedade dessas crianças, principalmente as que não verbalizam.

Palavras–Chave: pandemia; ansiedade; autismo.

PERFIL DAS ALTERAÇÕES HEMATOLÓGICAS, CITOGENÉTICAS E IMUNOFENOTÍPICAS DE PACIENTES COM SÍNDROMES MIELODISPLÁSICAS

Alexandra Zendersky – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
alexandra.zr@sempreceub.com
Perla Mascarenhas – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
perla.ms@sempreceub.com
Milton Rego de Paula Júnior – CEUB, professor orientador
milton.junior@ceub.edu.br
Thays de Andrade Morais – Hospital de Base–IGESDF, colaboradora
thays.moaris@igesdf.org.br

A síndrome mielodisplásica (SMD) representa um grupo heterogêneo de linhagem mieloide de doenças hematopoiéticas clonais caracterizadas por citopenias periféricas, insuficiência medular óssea progressiva com alterações displasias em uma ou mais linhagens celulares. Por ter um diagnóstico complexo, o objetivo geral deste projeto foi identificar o perfil imunofenotípico, citogenético e hematológico de pacientes diagnosticados com a SMD. Foi realizado um estudo transversal, de amostra por conveniência pela análise de prontuários onde foram obtidos os seguintes resultados de 29 pacientes: a idade mínima foi de 21 anos e a máxima de 90 anos, e média 65. Houve um predomínio do gênero feminino, cerca de 69%, e 31% pertencem ao gênero masculino. No perfil imunofenotípico 55% (16) apresentaram medula óssea (MO) hipercelular, 19% (6) MO normocelular, 12% (4) medula óssea heterogênea, 7% (2) médula óssea hipocelular e 7% (2 pacientes) não foi disponibilizado nos prontuários. Já no perfil citogenético 52% (15) apresentaram o cariótipo alterado, 27% (8) cariótipo normal e 21% (6) não foi encontrado esse dado nos prontuários. No hematológico foi constatado que 67% apresentaram plaquetopenia, 33% pancitopenia e 44% leucopenia. O sexo feminino apresentou uma média de 8 g/dl de hemoglobina e o devio padrão foi de 4 g/dl. O sexo masculino apresentou uma média de 11 g/dl de hemoglobina e o desvio padrão foi de 6 g/dl. Os pacientes apresentaram uma média de 4.327 mm3 de leucócitos e o desvio padrão foi de 3.389 mm3. Nas plaquetas eles apresentaram uma média de 120.822 mm3 e o desvio padrão foi de 148.730 mm3. Concluiu-se que o maior predomínio da SMD foi no gênero feminino.

Palavras–Chave: síndrome mielodisplásica; hematológico; citogenético e imunofenotípico.

PERFIL DOS MARCADORES LABORATORIAIS DE PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAIS DO DISTRITO FEDERAL E SUA IMPORTÂNCIA PROGNÓSTICA

Éverton Chaves Correia Filho – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
everton.filho@sempreceub.com
Marjorie Thomaz Moreira – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno voluntário
marjoriethomaz@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

Com a disseminação em escala global do novo coronavírus, a Organização Mundial da Saúde reconheceu o COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Sabe-se que a doença pode causar uma inflamação severa, provocando complicações nos pacientes, como dispneia, inflamação de órgãos e sistemas, eventos tromboembólicos, sepse, uso de ventilação mecânica e evolução com um pior prognóstico. Neste trabalho, objetivou-se analisar os marcadores laboratoriais que tiveram correlação com as complicações nos pacientes graves em ambiente de UTI e sua importância para prevenir, monitorar e tratar esses adequadamente. Além disso, estabeleceu o perfil dos pacientes admitidos nas unidades de tratamento intensivo. Estudo observacional e transversal, com coorte retrospectiva de pacientes com diagnóstico de COVID-19. No qual se baseia em pacientes admitidos na unidade de tratamento intensivo entre março de 2020 e agosto de 2020, em hospital particular da Rede D'Or, Santa Luiza. Os dados foram coletados via sistema eletrônico de prontuário da unidade de saúde, TAZI®. Nos prontuários foram analisadas as seguintes variáveis: sexo, idade, comorbidade, data do diagnóstico da doença, data de admissão em UTI, necessidade de ventilação mecânica e eventos tromboembolicos associado ao COVID-19. Exames laboratoriais e microbiológicos realizados: pesquisa de SARS-CoV-2 por Rt-PCR; painel viral; hemograma; TP; TTPa; marcadores de atividade inflamatória/fase aguda: PCR, DHL, ferritina, D-dímero, uréia sérica, creatinina sérica, além de culturas bacterianas, associada ou não a protocolo de sepse. A população estudada foi de 87 pacientes, a idade mediana foi de 60 anos; 45 (52%) eram do sexo masculino, e 68 (78%) tinham pelo menos uma comorbidade. Quase metade dos pacientes (49%) apresentou hipertensão arterial (HAS) e ou doença coronariana. Seguido de diabetes mellitus (DM2) 20 (28%), dislipidemia 11 (15%), obesidade 8 (11%), asma 8(11%). A prevalência de sepse foi de 13 (15%) pacientes, os quais 9 (10%) tiveram uma admissão na UTI já em sepse. Foram encontrados 8 (9,1%) doentes admitidos em UTI com insuficiência respiratória (IR) que necessitaram de ventilação mecânica, nos quais o tempo médio de evolução foi de 11 dias, e uma mediana de 4,5 dias. Quanto às coinfecções, 63 (73%) pacientes foram submetidos à análise de cultura bacteriana, sendo colhidas amostras de hemocultura, urocultura, secreção de orofaringe e ponta de cateter de acesso central. Os resultados foram de 15% com cultura positiva, e com crescimento de *S. aureus, K. pneumoniae, Enterococcus* e *E.coli*. Houve a prevalência de 4 (4,5%) eventos tromboembólicos, dos quais: 2 acidentes vasculares cerebrais, 1 tromboembolismo pulmonar, e 1 trombose venosa profunda. Em nossa população, as comorbidades (diabetes, hipertensão e

obesidade) foram o maior preditor de insuficiência respiratória, sepse, necessidade de ventilação mecânica e gravidade do paciente. Além dos testes convencionais de coagulação, vários biomarcadores avaliaram o risco de trombose e o prognóstico em pacientes com COVID-19. Pesquisas futuras devem se basear nessas descobertas investigando fatores relacionados à gravidade da doença, bem como novos marcadores laboratoriais para auxiliar na conduta médica e evitar prognósticos ruins.

Palavras–Chave: SARS-CoV-2; COVID-19; insuficiência respiratória.

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS: PESQUISA SOBRE CONHECIMENTO E CONSUMO NA REGIÃO DE BRASÍLIA-DF

Isabella Borges de Sousa – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
bellaborges703@sempreceub.com
Alessandra Santos dos Santos – CEUB, professora orientadora
alessandra.santos@ceub.edu.br
***Bruna Cristina Zacante Ramos* – *Faculdade Anhanguera*, colaboradora**
brunazacante@hotmail.com

Plantas alimentícias não convencionais (PANC) são caracterizadas por espécies de plantas que detém partes comestíveis, mas que são geralmente desconhecidas e não são habitualmente inseridas dentro da alimentação convencional da maioria da população, com exceção de alguns hábitos regionais. Posto isso, esta pesquisa teve como objetivo analisar o conhecimento e consumo de residentes do Distrito Federal, região com característica transregional, no intuito de analisar e definir o grau de impacto que as PANC possuem localmente. Foi aplicado um questionário com 23 perguntas, como o conhecimento acerca das PANC, frequência do seu consumo, aproveitamento de partes comestíveis de alimentos, espécies mais consumidas e análise das formas de preparo. Ainda, abordou-se sobre locais de compra, principais feiras, motivação para o consumo desta espécie de alimento e interesse no conhecimento sobre estes alimentos. Concluiu-se que o consumo de PANC contribui com a melhora da segurança alimentar da região, em razão do estímulo à alimentação saudável e equilibrada que naturalmente a inserção de hortaliças na rotina alimentar produz. Ainda, há a necessidade de um melhor acesso ao conhecimento científico sobre espécies e formas de preparo e consumo destes alimentos.

Palavras–Chave: PANCs; biodiversidade; segurança alimentar.

PREVALÊNCIA DE PANCREATITE AGUDA IDIOPÁTICA EM UM AMBULATÓRIO DE PÂNCREAS EM HOSPITAL PÚBLICO TERCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Lara Prata Silva Albuquerque – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
lara.prata@sempreceub.com
Laura Oliveira Melo – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
laura.melo@sempreceub.com
Ricardo Jacarandá de Faria – CEUB, professor orientador
ricardo.faria@ceub.edu.br

A pancreatite aguda idiopática (PAI) é vista como um problema de saúde com elevada incidência dentro dos hospitais de nosso país e no mundo. Seu diagnóstico é estabelecido quando, após uma intensa investigação etiológica padrão, não encontrou-se uma causa para o quadro de pancreatite aguda (PA). Somando-se a isso, a variedade de causas para PA é grande, dificultando ainda mais o seu diagnóstico. Consequentemente, estudos revelaram que a PAI está diretamente relacionada com a pancreatite aguda recorrente e cronificação da pancreatite, gerando inúmeros prejuízos sociais aos pacientes, pelas complicações associadas, e econômico aos sistemas de saúde, principalmente. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo demonstrar a prevalência de PAI em um hospital terciário do Distrito Federal e apresentará os fatores etiológicos eventualmente encontrados nos pacientes anteriormente diagnosticados com pancreatite aguda idiopática e o impacto trazido ao paciente pela não detecção da condição de base, demonstrando a importância da extensa investigação da pancreatite aguda. A metodologia do estudo baseou-se em um estudo transversal, retrospectivo, de método quantitativo. Foi feita uma análise estatística de prontuários de pacientes com diagnóstico de pancreatite aguda do ambulatório de pâncreas, obtidos por meio do sistema eletrônico do hospital terciário do DF. A amostra delimitada foi de 100 pacientes e a coleta aconteceu por meio de uma ficha de coleta de dados, padronizada e elaborada pelos pesquisadores, que continha as seguintes variáveis: gênero, idade, etilismo, tabagismo, diabetes, cirurgias prévias, data da primeira crise, etiologia, tempo de internação, intensidade da dor, medicações em uso, reinternação, óbito, exames complementares e exames de imagem. Todas as análises foram realizadas utilizando o Pacote Estatístico para Ciências Sociais (IBM SPSS, IBM Corporation, Armonk, NY, EUA, 25.0). Os dados encontrados na coleta revelaram que a etiologia mais comum da pancreatite aguda foi alcoólica, representando 47% dos casos, seguido da autoimunidade (20% dos casos), o que diverge de muitas literaturas, e biliar (15,8% dos casos). A incidência no sexo masculino foi maior que no sexo feminino (54% e 46%, respectivamente), corroborando com pesquisas científicas preexistentes. Ainda, a incidência de PA dada como idiopática (37% dos casos) foi maior do que o encontrado normalmente em base de dados de outros locais (20%). Dessa forma, tal dado pode ser explicado pela carência de disponibilidade de mais recursos diagnósticos necessários para uma extensa avaliação etiológica, como visto em inúmeros estudos. No estudo a seguir concluiu-se que a prevalência de PAI em um hospital público terciário do Distrito Federal está acima da média quando comparada a outras pesquisas. Além disso, a prevalência da pancreatite aguda demonstrou ser maior em homens, divergindo

também de outras pesquisas que revelaram ser mais prevalentes no sexo feminino. Finalmente, foi constatado que as etiologias mais comuns foram a alcoólica, autoimune e biliar.

Palavras–Chave: pancreatite aguda; pancreatite aguda idiopática; epidemiologia.

PREVALÊNCIA DO USO DE DROGAS DE DESEMPENHO ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADA DE BRASÍLIA

Ana Paula Vilela Miranda – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
vilela.paula@sempreceub.com
Maria Carolina de Araújo Seixas – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
maria.seixas@sempreceub.com
Alexsandro Barreto Almeida – CEUB, professor orientador
alexsandro.almeida@ceub.edu.br

Os psicoestimulantes são substâncias que atuam por mecanismos que favorecem o aprendizado, memória e concentração. Eles podem ter origem natural ou sintética, que necessitam ou não de prescrição médica para seu uso. Os principais estimulantes encontrados em nosso meio são a cafeína, bebidas energéticas, pó de guaraná e metilfenidato. Essas "smart drugs" são consumidas com frequência por estudantes e no meio acadêmico, o uso é encontrado em prevalência entre os estudantes de medicina. Isso se deve à possibilidade desses fármacos aumentarem o desempenho do aluno, efeito muito desejado visto a excessiva carga horária do curso, bem como a abundância de conteúdo e provas extensas. Assim, nota-se a alta procura pelas drogas, mesmo que essas tragam efeitos colaterais e possibilidade de dependência e tolerabilidade. O presente estudo teve como objetivo analisar a prevalência do uso de drogas de desempenho entre estudantes de medicina e descrever os principais efeitos colaterais percebidos pelos estudantes. Foi realizado, portanto, um estudo de caráter observacional e transversal, utilizando dados obtidos a partir de questionário anônimo disponibilizado pela plataforma *Google Forms*. Foi obtido uma amostra de 143 alunos do curso de medicina de uma universidade privada de Brasília, matriculados entre o 1º e 12º semestre. Foi encontrado a prevalência do sexo feminino e principal faixa etária entre 17 e 26 anos. Observou-se a prevalência do consumo de cafeína (83,92%) e bebidas energéticas (70,63%) na amostra, seguidas de pó de guaraná e metilfenidato, sendo que deste último, consumido por 16,78% dos estudantes, apenas 40% possuem prescrição para o uso. Em todos os estimulantes foi observado que o início do uso se deu antes da faculdade e a motivação principal foi a inibição do sono bem como o aumento da concentração. Os estudantes que consomem cafeína foram os que mais necessitam do aumento de dose para obter o mesmo efeito desde que iniciou o consumo e 62% percebem melhora no rendimento acadêmico após seu uso. Em contraponto, os usuários de todos os outros estimulantes analisados não compõem a maioria na percepção de melhora do rendimento. Ademais, os principais efeitos colaterais percebidos pelos alunos após o consumo dos fármacos são a cefaleia, taquicardia, ansiedade e tremores nas mãos. Sendo assim, foi possível observar a prática comum do uso de substâncias estimulantes entre os acadêmicos de medicina, bem como o aumento da utilização antes do período de avaliações, como encontrado nas principais pesquisas acerca do assunto. Infere-se a importância do debate acerca do uso descontrolado dessas substâncias, visto que, mesmo na presença de efeitos colaterais indesejados, a procura pelo consumo continua sendo prática recorrente entre os estudantes da área.

Palavras–Chave: psicoestimulantes; drogas de desempenho; *smart drugs*.

REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA: A PERCEPÇÃO DE MÉDICOS DO DISTRITO FEDERAL

Mariana Carvalho Ambrósio – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
mariana.ambrosio@sempreceub.com
Thiago de Matos Pinto Pereira – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno voluntário
thiago.mppereira@sempreceub.com
Luciana Benevides Ferreira – CEUB, professora orientadora
luciana.benevides@ceub.edu.br

O Sistema de Referência e Contrarreferência é um mecanismo que auxilia o funcionamento do princípio da integralidade dos pacientes dentro do Sistema Único de Saúde – SUS, devendo ser capaz de interligar os diferentes níveis de atenção à saúde. O sistema de referência e contrarreferência deve ser capaz de ligar as diversas especialidades da área da saúde para atender aos pacientes de forma multidisciplinar, desde a prevenção até a conclusão do tratamento, de forma holística. Trata-se de um estudo qualitativo embasado na descrição e análise das respostas de médicos que atuam no Distrito Federal a respeito dos mecanismos de como este sistema é implementado na prática e a vivência desses profissionais. O estudo foi realizado através de um questionário aplicado virtualmente a esses médicos. Para a interpretação dos dados utilizou-se análise temática embasada nos fundamentos teóricos do SUS. Algumas das dificuldades relatadas pelos participantes foram relacionadas às comunicações e articulações entre os diferentes níveis de atenção à saúde. Esses entraves foram observados também pela forma em que são obtidas as informações sobre os pacientes. Observou-se, ainda, que este sistema crucial para o bom funcionamento do SUS é mal avaliado pelos médicos em suas práticas diárias, que apresentam queixas sobre seu funcionamento e a demanda por um sistema de informações articulado entre os diferentes níveis de saúde. Dessa forma, recomenda-se propiciar condições e tecnologias para um melhor acesso às informações entre as diversas unidades de serviço à saúde, a fim de garantir uma efetividade entre a integralidade e a continuidade de atenção aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Palavras–Chave: referência; sistema único de saúde; integralidade em saúde.

RELAÇÕES SOCIAIS E ESPAÇO PÚBLICO ENTRE INFLUÊNCIAS MÚTUAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

Gabriela Ribeiro Rodrigues – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
gabriela.ribeiro@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

Desde os primeiros aglomerados urbanos industriais insalubres formados a partir da Revolução Industrial, o espaço público urbano resultante passou a ser objeto de discussão contínua em busca de soluções para as problemáticas que se apresentavam, não apenas do ponto de vista físico, mas também em relação aos aspectos sociais. Dentro desse contexto, apesar do enorme valor arquitetônico, urbanístico, artístico e histórico que carrega, o Plano Piloto de Brasília, símbolo do Modernismo, passa, assim como qualquer outra cidade, por transformações em seus espaços e nas relações sociais entre seus habitantes se adaptando a essas mudanças, em maior ou menor grau. Tendo em vista o exposto, a presente pesquisa aqui apresentada consistiu em identificar, como seu principal objetivo, algumas dessas mudanças em categorias específicas de espaço público do Plano Piloto de Brasília; tais mudanças foram analisadas em sua dimensão socioespacial, pelo fato de a pesquisa ter correlacionado a influência mútua entre mudanças no espaço e mudanças nas relações sociais – esta escolha da localidade estudada se justifica, sobretudo, pelas especificidades do Plano Piloto, que permitem perceber com nitidez a aplicação de todos os conceitos do movimento modernista. A pesquisa objetivou identificar, também, como mudanças no espaço público urbano influenciam na interação entre os indivíduos que vivenciam suas consequências diária ou frequentemente, a partir da análise de 3 tipologias urbanas que marcam a singularidade do projeto de Brasília, e que foram selecionados como os objetos de investigação: os pilotis, as passagens subterrâneas de pedestres e o Parque da Cidade. Como metodologia para esta investigação, foram utilizados referencial bibliográfico, visitas técnicas, registros fotográficos e um questionário misto de perguntas fechadas e abertas aplicado por meio de plataforma digitais voltado ao público do Distrito Federal. Entre os resultados alcançados, além de correlações socioespaciais encontradas nessas três categorias de espaços investigadas, foi possível, também, criar um banco de imagens sobre tais espacialidades e de opiniões do público participante da pesquisa.

Palavras–Chave: espaço público urbano; relações socioespaciais; Plano Piloto de Brasília.

REPERTÓRIO VOCAL DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*) E SEU PAPEL NA COMUNICAÇÃO INTRAESPECÍFICA

Gabriel Lima de Medeiros – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno bolsista
gabriel.lmedeiros@sempreceub.com
Christyne Xerfan Colares – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
christyne.xc@sempreceub.com
Raphael Igor da Silva Corrêa Dias – CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

A comunicação é uma importante ferramenta que permite que muitas espécies, de diversos grupos taxonômicos, se comuniquem entre seus pares e com outros organismos. Nas aves da ordem Passeriformes, ambos os grupos Tyranni e Passeri possuem estratégias de comunicação vocal diferentes e esse primeiro grupo tem poucos estudos em comparação com as aves do segundo, muito presentes na América do Norte. A ave *Thamnophilus torquatus* (*Subordem Tyranni*) é um bom modelo de estudo de comunicação acústica por apresentar diferentes vocalizações e responder bem à *playbacks*. O objetivo do estudo foi caracterizar o repertório vocal da espécie e investigar possíveis diferenças entre os sexos. O estudo foi realizado na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE) em Brasília/DF. Os indivíduos foram capturados, marcados e monitorados entre os anos de 2021 e 2022. As vocalizações foram caracterizadas de acordo com o número de notas, a frequência dominante e a duração. Além disso, foram registradas informações de contexto, em especial se o indivíduo que vocalizou estava sozinho ou com parceiro, assim com a distância entre eles. Observou-se que o repertório vocal da espécie é composto por um canto territorial e outras quatro vocalizações utilizadas em contextos diferentes. A vocalização mais comum na espécie é o canto utilizado no contexto de defesa de território. Apesar de produzirem as mesmas vocalizações, machos e fêmeas apresentaram diferenças significativas na estrutura da vocalização territorial e no grito de agonia. Essas diferenças têm o potencial de sinalizar informações sobre o emissor e podem ser utilizadas num contexto de reconhecimento de indivíduos.

Palavras–Chave: repertório acústico; *Thamnophilidae*; vocalização de alerta.

RESÍDUOS SÓLIDOS NO DF E NOVO MARCO DO SANEAMENTO: UM ESTUDO DA CONCESSÃO ALIADO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Renato Gabriel Alencar da Veiga – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
renato.veiga@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne – CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

A falta de saneamento básico pode resultar em diversos problemas para a população. Para fomentar sua implementação, o novo marco de saneamento buscou alternativas para a universalização eficiente do serviço. Por meio de estudo de caso da concessão dos serviços de gestão do aterro sanitário de Brasília, com a implantação de unidade de triagem mecânica de resíduos, unidade de recuperação energética de rejeitos, adequação da unidade de tratamento de chorume e aproveitamento energético de gases de aterro, lançada pelo PMI Nº 02/2021 – SEPE a pesquisa analisou a concretização do desenvolvimentos sustentável, em suas facetas social, ambiental, territorial, econômico e político, partindo da teoria de Sachs. Sabe-se que um contrato de concessão exige um tempo longo para proporcionar um retorno financeiro para o investidor. No entanto, não é claro se dentro desse período o concessionário irá atuar para promover o desenvolvimento sustentável. A premissa desta pesquisa foi averiguar se existiriam dimensões do desenvolvimento negligenciadas no projeto frente aos interesses do concessionário e se as necessidades dos catadores cooperados teriam relevância na elaboração do contrato de concessão. Para respondê-las, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre a situação dos resíduos sólidos e dos catadores no Distrito Federal. Houve ainda a análise documental do projeto. Em seguida, foram entrevistados dois gestores distritais e três catadores sobre o projeto. Isso possibilitou identificar conflitos entre o concessionário e as cooperativas a partir de questionários e entrevistas com esses agentes públicos. Constatou-se que o projeto pode acentuar a precária situação dos catadores por estabelecer diretrizes que sejam atraentes para o investidor, mas que acabaram impactando na geração de renda, no trabalho e na dignidade desses indivíduos que estão em estado de vulnerabilidade. Percebeu, com isso, que a dimensão do desenvolvimento sustentável mais impactada foi a social, materializada pelas novas formas de se relacionar com o resíduo, ao deixar de ser um bem que promove a emancipação dos catadores para se tornar um recurso comercial. Com tais achados, esta pesquisa visa dar luz ao interesse das cooperativas, associações, entre outras formas de organização de pessoas com baixa renda frente às mudanças na área de resíduos sólidos.

Palavras–Chave: resíduos sólidos; novo marco de saneamento; catadores.

SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE MENTAL: PERCEPÇÃO DO IMPACTO A PARTIR DAS MUDANÇAS EXIGIDAS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM FUNÇÃO DA PANDEMIA

Beatriz Reis Afonso – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno bolsista
beatriz.reis@sempreceub.com
Marina Coleta Drago – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno voluntário
ninadrago@sempreceub.com
Tania Inessa Martins de Resende – CEUB, professora orientadora
tania.resende@ceub.edu.br

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente a saúde mental da população mundial. Os profissionais de saúde, por estarem na linha de frente, sob estresse constante, também adoeceram nesse período. Além disso, pesquisas apontam que profissionais de saúde mental, por lidarem com o sofrimento psíquico diariamente, são mais vulneráveis ao adoecimento mental que a média da população, tendo em vista que há uma maior carga emocional demandada por eles. Com isso, o objetivo da presente pesquisa foi analisar a percepção dos profissionais da saúde mental acerca de sua própria saúde mental no contexto de pandemia, descrevendo se houve correlação, na percepção dos profissionais, entre o trabalho em saúde mental e a piora do adoecimento desses. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 trabalhadores de saúde mental do Distrito Federal; tendo como área de atuação psiquiatras, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais; que trabalham em serviços de saúde públicos e privados; devendo ter mais de 5 anos de atuação na saúde mental. Para realizar a análise das entrevistas, foi utilizada a Hermenêutica de Profundidade, uma metodologia para pesquisas qualitativas. Os resultados sugerem aumento dos casos de sofrimento psíquico na população em geral, com predomínio de sintomas depressivos e de ansiedade, fato que contribuiu para o aumento na demanda por serviços de saúde mental. Além disso, o presente trabalho identificou que os profissionais que atuam na área da saúde mental foram afetados psicologicamente de diversas formas pela pandemia do COVID-19 e constatou que não houve, na percepção dos entrevistados, nenhuma ação por parte do governo que ajudasse tais trabalhadores nesse quesito, contribuindo para o adoecimento desses. Por fim, a análise realizada das entrevistas sugere, em algumas circunstâncias, uma dificuldade dos profissionais para reconhecer o próprio sofrimento psíquico, fato que ratifica a existência ainda de estigma existente na área da saúde acerca da saúde mental dos trabalhadores. Dessa forma, é necessário que haja mudanças no cotidiano dos serviços e, também, ações de promoção à saúde mental dos profissionais, sendo um exemplo a capacitação continuada dos servidores. Para que, deste modo, exista o cuidado com os cuidadores, sem negligenciar a saúde dessa parcela da população.

Palavras–Chave: profissional de saúde mental; sofrimento psíquico; COVID-19.

SERPENTES DA FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA: DIVERSIDADE E ECOLOGIA

Luis Felipe Carvalho de Lima – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno bolsista
luiscarvalhobio@sempreceub.com
Raphael Igor da Silva Corrêa Dias – CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

A alta diversidade, ainda pouco conhecida, de serpentes do cerrado é fruto da grande complexidade ambiental do bioma. A substituição da vegetação nativa por silvicultura é uma das diversas ameaças ao bioma. No geral, a herpetofauna é afetada por alterações no habitat, mas pouco se sabe sobre como as serpentes do cerrado respondem a essa pressão. Este estudo visa entender como as comunidades de serpentes se moldam através das alterações na vegetação e como isso afeta sua diversidade. Adicionalmente, é apresentada a lista de espécies de serpentes da Floresta Nacional de Brasília (FLONA), uma unidade de conservação de uso sustentável que teve parte de sua vegetação substituída por silviculturas. Para captura de serpentes foram utilizadas armadilhas pitfall distribuídas entre os tipos de vegetação, realizadas buscas visuais e considerados encontros ocasionais e registros por terceiros. As comunidades foram comparadas através de análises de beta diversidade. As diversidades alfa das áreas foram obtidas e comparadas através do índice de Shannon-Wiener. A riqueza da área foi estimada através de estimadores não paramétricos. Foram registradas 20 espécies de serpentes que apresentaram grande heterogeneidade de composição entre as comunidades. A riqueza amostrada foi menor que as estimadas. Fitofisionomias abertas apresentaram maior diversidade. Não houve diferença significativa entre diversidade de áreas alteradas e não alteradas. Áreas alteradas têm menos espécies, implicando para a necessidade da recuperação da vegetação nativa. Possivelmente, a menor complexidade ambiental dos plantios beneficia espécies generalistas. Embora tomada por silvicultura, a FLONA de Brasília abriga diversidade relevante de serpentes, com espécies raras e ameaçadas.

Palavras–Chave: diversidade; comunidades; silvicultura.

SÍNDROME DE COMPRESSÃO MEDULAR METASTÁTICA: AS BARREIRAS QUE IMPEDEM A DESCOMPRESSÃO CIRÚRGICA PRECOCE E O SEU IMPACTO NO QUADRO NEUROLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES

Gabriela Ferreira Alfama – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
gabialfama@sempreceub.com
Bruna Moreno Barbosa – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
brunamorenob@sempreceub.com
Marcello Oliveira Barbosa – CEUB, professor orientador
marcello.barbosa@ceub.edu.br

A Síndrome de Compressão Medular Metastática (SCMM) é uma das complicações mais temidas e debilitantes do câncer. Essa situação se configura como uma verdadeira urgência oncológica, pois se não for reconhecida e manejada prontamente, usualmente leva à paraplegia irreversível, perda de função esfincteriana e dor severa. O tratamento cirúrgico é o único capaz de resolver a compressão de modo imediato e pacientes com déficits motores devem ser submetidos ao procedimento o quanto antes, a fim de evitar deterioração neurológica adicional e melhorar a probabilidade de preservação/restauração da mobilidade. O objetivo da pesquisa foi investigar os fatores que concorrem para a demora na intervenção cirúrgica da SCMM, assim como definir o impacto desse atraso no prognóstico neurológico dos pacientes. Foi realizado um estudo básico, de natureza observacional, abordagem quantitativa analítica e delineamento longitudinal retrospectivo, com pesquisa documental através da exploração de prontuários eletrônicos. Foram incluídos pacientes operados por SCMM, entre janeiro de 2017 a dezembro de 2021, no hospital de referência em cirurgia da coluna do Distrito Federal. As variáveis avaliadas foram: características demográficas e clínicas, informações relativas ao diagnóstico pela Ressonância Magnética (RM), intervalo de tempo entre todas etapas da suspeita clínica à cirurgia descompressiva – documentando dificuldades logísticas registradas, informações quanto a cirurgia, assim como o estado neurológico pré e pós-operatório (avaliado pela capacidade de deambulação e Escala de Frankel descrita nos prontuários) e, por fim, a melhora ou não do déficit motor e da dor após a cirurgia. A análise estatística descritiva, de associação e de regressão logística múltipla foi realizada com o auxílio do programa IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 23. O nível de significância utilizado em todo estudo foi de 5%. No total, o estudo abrangeu 34 pacientes elegíveis. O tempo médio para realização de RM após a suspeita clínica foi de 11,82 dias. Após o diagnóstico a média de espera até o ato operatório foi de 16,13 dias. No pré-operatório 97% dos pacientes apresentavam algum prejuízo motor e 67% dos pacientes já haviam perdido completamente a capacidade de deambular. Após a cirurgia 40,63% tiveram melhora do déficit motor e em 79,31% dos casos houve melhora da dor. Encontramos uma mudança significativa da Escala de Frankel no pós-operatório e 39,09% dos pacientes obtiveram um aumento de pelo menos 1 nível nessa classificação. No entanto, não houve mudança significativa da capacidade de deambulação após a cirurgia. Como em outros estudos, constatamos que o estado neurológico no pré-operatório e a capacidade de andar são os fatores prognósticos mais importantes no desfecho neurológico dos pacientes com SCMM. Os

resultados mostraram que em nossa prática clínica, ocorrem atrasos substanciais no diagnóstico, encaminhamento e tratamento dos pacientes com SCMM. Os dados desta pesquisa auxiliaram a compreender as particularidades em que a SCMM ocorre na população brasileira, fornecendo informações importantes sobre as dificuldades específicas que foram encontradas, para que estas enfim sejam superadas.

Palavras–Chave: câncer; compressão da medula espinhal; déficit motor.

SONHOS EM UM ESTADO SUICIDÁRIO: EFEITOS DA IMPOSSIBILIDADE DO LUTO NAS SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

Fernanda Guerra Roman Náufel do Amaral – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
fernanda.guerra@sempreceub.com
Pamela de Castro Nogueira – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
pamelanogueira@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagoas – CEUB, professor orientador
juliano.lagoas@ceub.edu.br

O presente trabalho teve como objetivo investigar os efeitos da pandemia da COVID-19 nas manifestações oníricas das subjetividades brasileiras, procurando compreender o impacto das práticas de gestão de crise adotadas pelo Estado brasileiro na elaboração do luto e na produção de mal-estar no Brasil contemporâneo. Para isso, partimos da compreensão psicanalítica de que os sonhos se apresentam como uma via privilegiada de acesso ao inconsciente, sendo, consequentemente, um índice experiencial profícuo para a investigação de determinado tempo histórico e de seus efeitos nos sujeitos por ele atravessados. A metodologia aplicada foi de natureza qualitativa e exploratória, apoiando-se nos princípios metodológicos da Análise do discurso, em articulação com a teoria psicanalítica dos sonhos. Tomamos como objeto de análise, inicialmente, o discurso do Estado, categorizando e discutindo as estratégias necropolíticas adotadas durante a gestão da crise pandêmica. A partir dessa discussão, evidenciaram-se algumas das modalidades de assujeitamento, invisibilização e violência com as quais o Estado operou para gerir a vida e morte, bem como alguns dos efeitos dessa gestão no engendramento do trauma e do empobrecimento simbólico em nível coletivo. Em um segundo momento, debruçamo-nos sobre os sonhos relatados por brasileiros ao longo da pandemia, tentando tecer articulações entre as manifestações oníricas, o trauma e o luto interditado socialmente ao longo dos últimos dois anos. Em meio a um contexto simbolicamente empobrecido, atravessado por um momento de profunda transformação social, e frente à desvalorização da atividade de sonhar na contemporaneidade, os sonhos se mostraram uma via de resistência ao assujeitamento. Nesse contexto, a tarefa de recuperar a capacidade de sonhar e de fazer do sonho um exercício de cidadania se impõe ao sujeito contemporâneo como um desafio ético e uma forma de resistência ao cenário crítico que o país atualmente atravessa. Valorizar os sonhos em sua potencialidade de elaboração dos traumas e de construção de uma memória histórica coletiva, significa, antes de mais nada, dar lugar e voz àquilo que o sujeito tem de mais singular: seu desejo.

Palavras–Chave: sonhos; pandemia; luto.

UM OLHAR SOBRE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: ESTUDO SOBRE AS CALÇADAS DA ASA NORTE

Yasmin Fernandes Castor – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
yasmin.fernandes@sempreceub.com
Carolina Jorge Matias Pereira – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
carolinajmpereira@sempreceub.com
Mônica Soares Velloso – CEUB, professora orientadora
monica.velloso@ceub.edu.br

Sabe-se da atual conjuntura do transporte brasileiro, caracterizada majoritariamente por veículos individuais e um pobre sistema de transporte público, causando o aumento de poluição ao meio ambiente e saturação de vias. Para que esse sistema seja reformulado é necessário que calçadas e ciclovias sejam atraentes o suficiente para que o indivíduo deixe de optar por não utilizar veículos motorizados e sim utilizar a sua energia corporal. Quando falamos de calçadas, espera-se que essas sejam capazes de fornecer acessibilidade universal, a fim de romper com barreiras de aspectos tanto físico quanto psicológico de pessoas que possuem algum nível de dificuldade de locomoção. Dessa forma, definiu-se como alvo do presente estudo, as calçadas das Asa Norte, localizada no Plano Piloto de Brasília. Para tal, foram definidas três etapas: aplicação de questionário, coleta de dados em campo e comparação e análise dos dados obtidos. A primeira etapa constitui em aplicar um questionário para usuários de calçadas da Asa Norte, moradores ou não moradores do bairro, a fim de registar e entender as motivações e frustrações de cada participante ao seguir um trajeto a pé nas calçadas-alvo. A segunda etapa consiste em traçar possíveis trajetos interligando um local com alta atração de viagens a um sistema de transporte público e realizar uma análise comparativa com normas vigente com o olhar voltado para acessibilidade. Os locais definidos como alvo da análise representam alguma motivação para o deslocamento, como educação, saúde, lazer etc., sendo eles: Centro de Ensino Fundamental – 104 Norte, Escola Parque – 303/304 Norte, Escola Classe – 411 Norte e Escola Classe – 115 Norte, o Centro Universitário de Brasília, Hospital Regional da Asa Norte e Hospital Universitário de Brasília, Parque Olhos d'Água, o Teatro Nacional Cláudio Santoro e a Sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Por fim, compara-se os dados obtido nas duas etapas anteriores, compreendendo o que precisa ser melhorado ou adaptado para que o objetivo final seja atingido. Com o presente estudo foi possível perceber, de forma generalista, que as calçadas da Asa Norte carecem de acessibilidade, sendo os pontos com piso tátil específicos e escassos, sofrem muito impacto de vegetações próximas, causando rachaduras e elevações e não apresenta boa fluidez já que suas calçadas apresentam poucos rebaixamentos para acesso de faixas de pedestre.

Palavras–Chave: calçada; acessibilidade; mobilidade urbana.

USO DE MODELO PREDITIVO EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA NA UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM ZOONOSES DO DISTRITO FEDERAL-DF

Fabio Zacheu Conti – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno bolsista
fabio.conti@sempreceub.br
Guilherme Augusto Alves Nascimento – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluno voluntário
guilherme.dutch430@sempreceub.com
Lucas Edel Donato – CEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br

O Brasil posiciona-se como o maior notificador de casos humanos infectados por Leishmania spp. nas Américas. A leishmaniose visceral canina (LVC) permanece um desafio constante na rotina de médicos veterinários, pela sintomatologia diversificada e complexa, sendo seu diagnóstico instigante aos profissionais de saúde. As metodologias disponíveis na identificação da infecção em cães são geralmente associações entre observação de sinais clínicos, testes imunocromatográficos, imunoenzimáticos e parasitológicos. Obter uma identificação ágil pode definir o prognóstico dos animais e atuação no controle zoonótico, para tal torna-se importante a construção de modelos de predição baseados em exames oportunos e viáveis em toda a disposição territorial do país, inclusive nas áreas mais remotas. Alguns sintomas são frequentes na rotina clínica, porém os diagnósticos diferenciais são numerosos. Alterações hepáticas e renais apresentam-se com o curso sistêmico da doença, e dependem de análises laboratoriais para sua determinação. Emagrecimento/caquexia, lesões ulcerativas, descamações, atrofia muscular, dermatites e onicogrifoses são sintomas frequentes. Em modelos preditivos são dispostos escores a cada sintoma, com verificação de sensibilidade, especificidade e valores preditivos positivos e negativos, gerados a partir de estatística da razão de chances entre a associação dos fatores examinados. Essa técnica pode incluir ainda critérios laboratoriais como resultados de testes rápidos, hematológicos e bioquímicos. O entendimento destes exames auxilia ainda na patogenia da doença, falhas de sistemas ou órgãos, sintomas e modificação em elementos basais. A onicogrifose é citada em 40% a 63% dos animais sintomáticos, porém sua definição comum é de crescimento exagerado das garras. No entanto, além do avanço superior a 1,9mm por semana, a curvatura demonstrou-se fator relevante em sua identificação. A comparação com o desenvolvimento deste fenômeno em humanos, trouxe o questionamento da interferência de concentrações séricas de cálcio e ferro. Outros achados com relações importantes ao progresso anormal das garras são descamações e ulcerações dérmicas. As técnicas de previsibilidade da doença verificadas apresentaram respostas práticas aos resultados esperados das amostras analisadas, indicando, porém, a necessidade de introdução de novas variáveis com compreensão avançada. Este trabalho considerou bastante significativo os conhecimentos produzidos, e estimula o desenvolvimento de novos estudos na construção de novos modelos.

Palavras–Chave: leishmaniose; diagnóstico; modelo preditivo.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS CONTRA BACTÉRIAS CAUSADORAS DE DERMATITES EM CÃES

Beatriz Campos Linhares Lima – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
beatrizcampos@sempreceub.com
Alyssa Victoria Ribeiro Salomon Zaban – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
alyssa.zaban@sempreceub.com
Francislete Rodrigues Melo – CEUB, professora orientadora
francislete.melo@ceub.edu.br

O uso das plantas medicinais, também conhecido como fitoterapia, é um recurso terapêutico utilizado desde a antiguidade, com o objetivo de prevenir ou tratar enfermidades nos animais de estimação. A vantagem de utilizar a fitoterapia como tratamento é o seu baixo custo e menor ocorrência de efeitos adversos. Atualmente, uma das doenças mais comuns e recorrentes nos cães são as dermatites. O uso indiscriminado de antibióticos e as falhas de posologia têm sido o principal motivo da observação de alta resistência em casos de dermatites bacterianas em cães. As bactérias mais comumente encontradas colonizando a pele de cães são: *Staphylococcus pseudintermedius* e *Clostridium* spp. O objetivo dessa pesquisa foi verificar a atividade antibacteriana de extratos etanólicos das plantas medicinais *Lippia spp* (Alecrim), *Ruta graveolens* (Arruda) e o óleo essencial de *Hydrastis canadensis L* (Hidraste) contra a bactéria *Staphylococcus* aureus causadora de dermatite canina. Nesse sentido, foi feito um estudo experimental, com o desenvolvimento de extrato hidroalcoólico de Alecrim a 10%, bem como extratos de Arruda a 10%. O óleo essencial de e Hidraste foi obtido comercialmente da empresa Laszlo, MG–Brasil. Os extratos foram usados em testes de inibição de crescimento bacteriano do tipo disco difusão contra cepas de *Staphylococcus* aureus e posteriormente foram verificados seus efeitos, em comparação à ampicilina. Os resultados demonstraram efeitos inibitórios semelhantes dos extratos de Arruda e Alecrim em relação à ampicilina. Já o óleo essencial de hidraste não causou nenhuma inibição contra as bactérias testadas. Recomenda-se a realização de pesquisas adicionais utilizando diferentes solventes na tentativa de otimizar os métodos extrativos e repetição dos testes antibacterianos.

Palavras–Chave: *Ruta graveolens*; *Staphylococcus aureus*; *Lippia ssp*.

USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE OS ENFERMEIROS QUE ESTÃO/ESTIVERAM NA LINHA DE FRENTE DA COVID-19

Mylena Gabriella de Souza Leite – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
mylena.leite@sempreceub.com
LAÍS MIRELA DE OLIVEIRA COELHO – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
lais.mirela@sempreceub.com
Ester Mascarenhas Oliveira e Vanessa Alvarenga Pegoraro – CEUB, professora orientadora
vanessa.pegoraro@ceub.edu.br
***Thais Alfaia de Santana Pardo* – HUB, colaboradora**
thaisalfaia601@gmail.com

Substância psicoativa é um termo científico contemporâneo para definir os compostos, extratos, plantas, pílulas, bebidas, pós, gases e qualquer substrato que contenham moléculas às quais possuem propriedades de alterar a fisiologia do sistema nervoso, a percepção ou a consciência humana. O uso de substâncias entre enfermeiros é um problema que ameaça os padrões profissionais e a prestação de um cuidado de qualidade aos pacientes. Se comparado com a realidade pandêmica, houve aumento da carga horária, escassez quanto aos insumos e, consequentemente, maior risco de contaminação pelas variantes do coronavírus, dentre outros desafios. Objetivou-se identificar o uso/abuso de substâncias psicoativas entre os enfermeiros (as) que atuam/atuaram na linha de frente contra a COVID-19. Tratou-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa. O público-alvo da presente pesquisa foram 25 enfermeiros, trabalhadores de um hospital universitário do Distrito Federal. Os enfermeiros entrevistados foram questionados quanto ao desenvolvimento de algum tipo de transtorno mental durante a atual pandemia pela COVID-19 e 32% deles responderam de forma afirmativa. Também foram questionados quanto ao uso de substâncias psicoativas, 56% dos enfermeiros confirmaram o uso. Já quanto ao uso de álcool, obteve-se 24% das respostas afirmativas, seguido de 8% para uso de ansiolíticos e para psicotrópicos e 16% para antidepressivos. 32% dos entrevistados informaram que o uso iniciou-se durante a pandemia de COVID-19. Apesar das limitações evidenciadas neste estudo, como uma baixa amostra de participantes e o estigma sobre o tema abordado, foi possível compreender os fatores de risco que podem levar o profissional enfermeiro ao uso destas substâncias. Sendo eles: tempo de descanso reduzido, jornadas de trabalho longas e exaustivas, baixa remuneração e valorização profissional, preocupação com sua contaminação e de seus familiares, vivência constante com o sofrimento humano e morte.

Palavras–Chave: substância; psicoativa; enfermagem.

UTILIZAÇÃO DA ESCALA DE ALVARADO NO DIAGNÓSTICO DA APENDICITE AGUDA EM PACIENTES IDOSOS

Nathalia Moura Ramos – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna bolsista
nathalia.moura@sempreceub.com
Eduarda Luz Barbosa Alarcão – CEUB, PIC Institucional do CEUB, aluna voluntária
eduardaalarcao@sempreceub.com
Alberto Vilar Trindade – CEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

A apendicite aguda (AA) é a causa mais comum de abdome agudo cirúrgico e representa cerca de 20% das intervenções cirúrgicas, com 5% a 10% dos casos ocorrendo nos idosos. Nesse grupo, a apresentação atípica ou inespecífica da doença prejudica o diagnóstico precoce, que pode ser feito através do Escore de Alvarado. A relevância de investigar a AA nos idosos justifica-se pelo aumento na incidência da doença, peculiaridades na apresentação clínica, diagnóstico e tratamento desafiadores, bem como por maiores taxas de complicações, maior tempo de hospitalização, pior prognóstico e maior morbimortalidade em comparação aos jovens. Trata-se de um estudo prospectivo, observacional e descritivo, no qual se analisou a utilização do Escore de Alvarado no diagnóstico de AA em pacientes acima de 60 anos operados de AA (grupo amostra) e comparou-se com dados semelhantes em pacientes de 18 a 30 anos, também operados de AA (grupo controle), em quatro hospitais regionais do Distrito Federal. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário composto por informações de identificação, pela Escala de Alvarado e perguntas acerca do tempo de investigação diagnóstica, bem como o prontuário eletrônico para demais informações necessárias. Segundo os critérios analisados pela escala, os sintomas mais prevalentes na amostra foram dor em quadrante inferior direito e náuseas e/ou vômitos (100%), seguidos por sinal de Blumberg presente e anorexia (66,6%), leucocitose e dor abdominal migratória (33,3%). Nenhum paciente apresentou neutrofilia e febre, em concordância com os resultados do grupo controle, no qual também não se observou febre. Dentre os idosos analisados, 33,3% apresentaram baixa probabilidade de apendicite, 33,3% possível chance de AA e 33,3% provável caso de AA. Em contraste, 100% do grupo controle apresentou apendicite quase confirmada. Ademais, na amostra, o tempo médio do início dos sintomas até a internação foi de 90,6 horas, com intervalo de 24 a 168 horas, enquanto o período da internação até a terapêutica apresentou alta variação, considerando que 66,6% foram operados precocemente, em menos de 5 horas, e 33,3% de forma tardia, em mais de 24 horas. A duração média da internação foi de 32 horas. Dessa forma, é perceptível a importância de um maior entendimento e análise particular dos pacientes idosos com apendicite aguda, além de estratégias e métodos que melhorem a acurácia e propiciem um diagnóstico precoce dessa patologia. Sabe-se que a utilização da Escala de Alvarado é bem documentada e validada em pacientes jovens, entretanto, nos idosos, maiores estudos são necessários para confirmar a eficácia da mesma como ferramenta complementar e, assim, propor possíveis modificações nos parâmetros de interpretação, visando o diagnóstico precoce neste grupo. Apesar da limitação da amostra, o presente estudo demonstrou que pacientes de faixa etária

avançada com AA apresentam menores pontuações na Escala de Alvarado em comparação aos pacientes jovens, achado concordante com a literatura atual, o que reforça a necessidade de maior atenção a esses grupos, considerando suas particularidades, que tornam o diagnóstico precoce e a terapêutica um desafio.

Palavras–Chave: apendicite; idoso; diagnóstico.

UTILIZAÇÃO DE ANTICORPOS MONOCLONAIS NO TRATAMENTO DE ENXAQUECAS

Izabella Sena de Oliveira – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna bolsista
izabella.sena@sempreceub.com
Amyr Abadala Gomes – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno voluntário
abdalagomes10@gmail.com
Milton Rego de Paula Júnior – CEUB, professor orientador
milton.junior@ceub.edu.br

A enxaqueca se enquadra como uma das doenças mais prevalentes na população mundial e, além disso, é uma das principais doenças incapacitantes devido a sua longa duração, difícil tratamento e pela possível presença de aura, pródromo e pós-drome, possuindo um impacto negativo na qualidade de vida do portador. A enxaqueca vai atingir principalmente indivíduos em idade economicamente ativa, reduzindo a produtividade dos mesmos e impactando todo o mercado de trabalho. Os anticorpos monoclonais foram descritos pela primeira vez em 1975, e atuam por meio de um mecanismo de ação altamente específico, gerando alta resposta medicamentosa e poucos efeitos colaterais. No campo de terapias contra a enxaqueca destacam-se os anticorpos monoclonais que inibem o Peptídeo Relacionado ao Gene da Calcitonina (CGRP), o qual se mostra fortemente relacionado com a fisiopatologia por trás das crises de enxaqueca. Dessa forma, o presente trabalho visa a investigação da literatura para revisar e elucidar o tratamento de enxaquecas com o uso de anticorpos monoclonais, analisando prognóstico e melhora dos pacientes submetidos. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, produzida entre setembro de 2021 e abril de 2022 por dois pesquisadores independentes. Foram identificados 1.105 artigos, dos quais 33 se incluíram nos critérios de inclusão, sendo, então, analisados. O uso dos anticorpos monoclonais, Erenumabe, Eptinezumabe, Fremanezumabe e Galcanezumabe evidenciaram em todos os parâmetros analisados melhores resultados quando comparados aos grupos placebo. Todos eles demonstraram redução no número de dias médios de enxaquecas por mês, diminuição no número de dias com crise, redução do uso de medicação aguda e melhora nos escores aplicados de avaliação de qualidade de vida. Conclui-se que os anticorpos monoclonais são uma terapia inovadora para enxaqueca e surgem como opções preventivas com boa tolerabilidade quanto aos efeitos adversos e eficácia. Novas pesquisas devem ser feitas, visando novas avaliações de eficácia e segurança a longo prazo devido a recente introdução dessa terapia, assim como também o constante desenvolvimento de novas drogas de mesma linha.

Palavras–Chave: migrânea; anticorpos monoclonais; eficácia.

VALIDAÇÃO DO PROTOCOLO 4–C MORTALITY SCORE NA ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO DA COVID-19 EM PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE (HRAN)

Leonardo Joaquim Soares de Lima – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluno bolsista
leojolima98@sempreceub.com
Victoria Piantino – CEUB, PIBIC–CNPq/CEUB, aluna voluntária
victoria.piantino@sempreceub.com
Tarquino Erastides Gavilanes Sánchez – CEUB, professor orientador
tarquino88@gmail.com

A pandemia da COVID-19 trouxe consigo diversos desafios, entre esses a sobrelotação e oneração dos sistemas de saúde no Brasil e no mundo. Assim, o 4-C *Mortality Score* foi desenvolvido como ferramenta de predição de risco em pacientes infectados pelo Sars-CoV-2, sendo útil no momento de decisão clínica pelos profissionais de saúde. Tal ferramenta foi amplamente analisada em países estrangeiros e mostrou-se eficaz. Contudo, em uma população urbana do Brasil, ainda há uma carência de estudos que demonstram sua acurácia no momento da triagem baseando-se na situação epidemiológica do país. Dessa forma, este estudo de coorte retrospectivo analisou 177 pacientes internados em um hospital público do Distrito Federal devido a COVID por meio da aplicação do escore e da observação do desfecho clínico (alta hospitalar ou morte) e analisou a acurácia do teste de predição neste hospital nacional. Foi observado um percentual de 15,25% de mortes totais na amostra, destes 12,99% são referentes aos grupos de risco alto e muito alto determinados pelo escore. A área abaixo da curva (AUC) calculada a partir dos 4 grupos de risco foi de 0,748 (0,641 – 0,855) e demonstrou-se muito semelhante às demais pesquisas elaboradas em outros países. Dessa forma, o estudo demonstrou que a ferramenta 4-C *Mortality Score* pode ser utilizada para estimativa de prognóstico em pacientes com COVID-19 apoiando a tomada de decisão mais segura aos profissionais de saúde. Entretanto, mais estudos devem ser elaborados em diferentes regiões do país para ampliar essa afirmação e o estudo não levou em consideração a imunização dos pacientes contra a COVID-19.

Palavras–Chave: 4–c *mortality score*; regra de predição clínica; COVID-19.

ANAIS DO

V EnCUCA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PIBITI 2021/2022

2022

CEUB

A INFLUÊNCIA DA ELETROESTIMULAÇÃO NO CONTROLE DE GLICEMIA DE PACIENTES COM DIABETES MELLITUS DO TIPO II

Letícia Nathielly Cunha Ferreira – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluna bolsista
leticia.nathielly@sempreceub.com
Karoline Pereira Pires – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluna voluntária
karoline.pires@sempreceub.com
Allan Keyser de Souza Raimundo – CEUB, professor orientador
allan.raimundo@ceub.edu.br

Diabetes mellitus (DM) é uma doença metabólica, bastante comum e de incidência crescente caracterizada pela hiperglicemia e, pode estar associada a complicações como, por exemplo, neuropatia diabética, obesidade, retinopatia diabética, amputações de membros, doenças cardiovasculares e diversas outras podendo levar o indivíduo a um quadro de morbidade e até mesmo à óbito. O objetivo deste estudo foi analisar e entender a influência da eletroestimulação na redução da glicemia em pacientes com DM tipo II que se caracteriza pela deficiência de insulina e da incapacidade das células de responder ante a mesma. A metodologia utilizada foi qualitativa, exploratória e experimental que incluiu 13 (treze) participantes voluntários que foram selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão. Os participantes foram convidados a comparecer ao Centro de Atendimento Comunitário (CAC) onde eles forneceram o consentimento de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e em seguida, após a coleta de dados, foram submetidos à eletroestimulação transcraniana. As sessões compunham um encontro apenas, com três momentos para verificação de glicemia e dois momentos de eletroestimulação transcraniana, distribuídos em verificação inicial, aplicação da terapêutica, verificação glicemia imediatamente após a intervenção e verificação glicemia 30 minutos após a intervenção. Os resultados foram variados, de maneira geral 7 pacientes foram beneficiados com a terapêutica apresentando redução da glicemia imediatamente após a realização da intervenção, e 7 pacientes apresentaram redução 30 minutos após a terapêutica. Conclui-se que a eletroestimulação transcraniana para controle glicêmico promoveu benefícios clínicos para os pacientes, apresentando redução das taxas glicêmicas após a intervenção, embora o valor de p seja divergente do considerado estatisticamente significativo.

Palavras–Chave: diabetes mellitus; eletroestimulação; glicemia.

ANÁLISE COMPARATIVA DE PERFIL CICATRICIAL UTILIZANDO EXTRATO SUCUPIRA BRANCA (*PTERODON PUBESCENS*) EM PACIENTE COM DIABETES MELLITUS II

Vivian Rodrigues – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluna bolsista
vivian.rodrigues@sempreceub.com
Artur Bomtempo Brito – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluno voluntário
arturbomtempo@sempreceub.com
Lelia Cristina Tenorio Leoi Romeiro – CEUB, professora orientadora
lelia.romeiro@ceub.edu.br

O envelhecimento comporta uma série de alterações morfológicas, funcionais e bioquímicas, que com o passar do tempo tornam o organismo mais suscetível à perda funcional. Apesar do processo de envelhecimento não estar, necessariamente, relacionado a doenças e incapacidades, as doenças crônico-degenerativas são frequentemente encontradas nos idosos, dentre elas o Diabetes mellitus (DM). Dentre as complicações incapacitantes do DM destaca-se a neuropatia diabética periférica, podendo aparecer associada à vasculopatia nos membros inferiores, presença de infecção com ulceração, destruição ou não de tecidos profundos e doença vascular periférica em vários graus. Nessas situações de ulcerações, o foco principal passa a ser tratamento de lesões da pele, com objetivo a evitar a amputação e prevenir recorrência. A descoberta e o desenvolvimento de novas estratégias terapêuticas, tratamentos preventivos e curativos por meio propriedades medicinais, temos a sucupira branca (*Pterodon pubescens*) amplamente utilizada por ação anti-inflamatória. A hipótese concentra-se em avaliar os efeitos do uso do extrato associado às terapias convencionais (simples limpeza da ferida com soro fisiológico e troca de bandagens), realizada em ambos os locais da pesquisa, com o extrato de *Pterodon pubescens*, na formação de cicatrizes fortes, alinhadas e protegidas de eventos adversos como infecções, deiscências e recidivas. Essa pesquisa teve por objetivo avaliar o perfil cicatricial de pacientes com pé diabético sob uso de formulações oleosas contendo extrato hexânico de Pterodon pubescens (LDT-PPH) junto com o protocolo padrão realizado na casa de repouso. Este projeto foi um estudo experimental que analisou por 4 semanas o perfil cicatricial, tempo de cicatrização de úlceras venosas crônicas de paciente com DM-II institucionalizado. As formulações de LDT-PPH foram preparadas pela diluição do extrato em mistura de ácidos graxos que compõem o produto comercial Dersani® em concentração final de 1%. Devido ao tamanho da úlcera venosa crônica do paciente de 93 anos, com DM II, HAS e doenças vasculares, estar em fase inflamatória da cicatrização foi optado pela dosagem de 04 gotas de LDT-PPH 1%, sendo este aplicado após a limpeza e no leito da ferida, e o hidrogel com alginato de cálcio na região de esfacelo e tecido de necrose. Por cima da cobertura primária, foi utilizado gaze estéril e ocluído com atadura e esparadrapo como cobertura secundária. Após quatro semanas de aplicação do extrato foi observado uma taxa de cicatrização na ordem de 36,72%, com grau de retração e formação de tecido cicatricial, diminuição do exsudato bem como do odor característico das feridas crônicas. O uso da solução LDT-PPH comprovou ser escolha favorável para o processo cicatricial difícil ao aumentar a vascularização e diminuir a inflamação, fazendo com que o leito da lesão apresentasse tecido vermelho vivo e

brilhoso. Os resultados sugerem que o extrato LDT-PPH 1% em mistura de ácidos graxos que compõem o produto comercial Dersani® tem grande potencial no processo cicatricial de úlceras crônicas, especialmente em fase inflamatória e com tecido de granulação, auxiliando direta e indiretamente no processo proliferativo e vascularização do leito da ferida.

Palavras–Chave: cicatrização de feridas; úlcera venosa crônica; *Pterodon pubescens*.

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ACERCA DA PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO (PEP) PARA HIV EM UM HOSPITAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (DF)

Letícia Sampaio Castro – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluno bolsista
leticia.sampaioc@sempreceub.com
Isabelle Cristina Abreu Bilio – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluno voluntário
isabelleabreu@sempreceub.com
Gerson Fernando Mendes Pereira – CEUB, professor orientador
gerson.pereira@aids.gov.br

A profilaxia pós-exposição (PEP) ao HIV é uma estratégia adotada pelo Ministério da Saúde que consiste na administração da terapia antirretroviral (TARV) por 28 dias após eventos com risco de transmissão de HIV, apresentando extrema importância no contexto de acidentes ocupacionais com materiais biológicos, frequentes, principalmente, na rotina de profissionais de saúde. Tendo em vista a importância do assunto no contexto desses trabalhadores, o objetivo do presente estudo foi avaliar o conhecimento acerca da PEP ao HIV e suas especificidades por profissionais de saúde do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), bem como demonstrar a frequência de ocorrência de acidentes ocupacionais e condutas relacionadas à PEP no contexto desses profissionais. Para isso, foi realizada uma pesquisa do tipo descritiva, transversal e de levantamento no período de 1º de setembro de 2021 a 30 de julho de 2022. Por amostragem de conveniência, foram selecionados 82 profissionais da saúde que responderam a questões referentes à ocupação, treinamento em relação a PEP, além de suas particularidades. Ademais, foram questionados em relação a acidentes ocupacionais e uso prévio da PEP. Com isso, observou-se médicos e enfermeiros como os principais profissionais entrevistados, representando 28% (23) e 26,8% (22) da amostra, respectivamente. 82,9% (68) dos participantes afirmaram já terem ouvido falar sobre a PEP, porém apenas 54,9% (45) afirmaram conhecer a diretriz do Ministério da Saúde sobre o assunto e 50% (41) tiveram treinamento específico. Em relação às peculiaridades do tema, 74,4% (61) responderam corretamente pelo menos uma situação de indicação da PEP. Entretanto, em relação ao atraso máximo para tomar a PEP, apenas 46,3% (38) sabiam o tempo correto. 39% (32) dos profissionais sabiam quantos e quais os medicamentos do esquema preferencial, porém 29,3% (24) não sabiam responder ambas as questões. A duração do esquema foi respondida apropriadamente por 53,7% (44) dos participantes. Apesar do conhecimento escasso em relação ao tema por alguma parte dos profissionais, 82,9% (68) se consideram em risco de contrair HIV em seu local de trabalho e 54,9% (45) referem ter apresentado pelo menos uma exposição ocupacional, sendo os acidentes os mais relatados, correspondendo a 86,6% (39) dos casos. Desses, os imprevistos com picadas de agulhas e respingos de sangue/fluidos foram os mais frequentes, com 71,1% (32) e 62,2% (28), respectivamente. Dos profissionais que sofreram acidentes, apenas 57,7% (26) realizaram teste para detecção de HIV e 51,1% (23) não receberam o esquema, sendo o principal motivo para tal fato do paciente-fonte ter teste negativo para HIV, relatado por 47,8% (11) da amostra. Portanto, apesar do desempenho satisfatório nas respostas

relacionadas a algumas especificidades, ainda existe uma lacuna no conhecimento acerca do tema. Ainda, condutas de extrema importância como testagem e adesão ao esquema apresentaram frequência baixa, reforçando a necessidade de fixação do conhecimento acerca do assunto, visando a adoção das medidas apropriadas frente a essas situações. Para que isso seja alcançado, reforça-se a necessidade de treinamentos periódicos e equipe de suporte para essas situações.

Palavras–Chave: profilaxia pós-exposição; HIV; profissionais de saúde.

ESTRATÉGIA MOLECULAR PARA O DESENVOLVIMENTO DE INSUMO PARA DIAGNÓSTICO E/OU VACINA DO VÍRUS CHIKUNGUNYA

Vinícius Aredez Diniz – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluno bolsista
vinicius.aredes@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano – CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Bergmann Morais Ribeiro – Universidade de Brasília – UnB, colaborador
bergmann.ribeiro@unb.br
Leonardo Assis da Silva – Universidade de Brasília – UnB, colaborador

Os mosquitos Aedes sp. são vetores importantes para doenças emergentes causadas por arbovírus, como o Chikungunya. As principais espécies transmissoras desses vírus são Ae. aegypti e Ae. albopictus, que estão presentes em áreas climáticas tropicais e temperadas. O vírus Chikungunya é um patógeno transmitido por mosquito, classificado como um Alfavírus da família Togaviridae, que possui um envelope e RNA de cadeia simples como ácidos nucléicos. De acordo com o Ministério da Saúde, a saúde pública no Brasil tem relatado um aumento na incidência de doenças tropicais "negligenciadas" emergentes e reemergentes causadas por arbovírus, como o vírus Chikungunya. Agências responsáveis no Brasil vêm demonstrando grande preocupação com todos os dados epidemiológicos recentes associados a esse vírus, uma vez que não há tratamento específico disponível ou vacina para seus programas públicos de imunização. Dessa forma, este projeto teve como objetivo expressar proteínas do vírus CHIKV em um sistema de expressão de proteínas heterólogas, utilizando o baculovírus, com intuito de obter antígenos específicos para testes imunológicos. Após a síntese de oligonucleotídeos específicos para a região de interesse do vírus Chikungunya, analisamos a expressão dos epítopos específicos de proteínas do vírus, que foram fusionados à proteína poliedrina do baculovírus. Esse sistema de expressão de proteínas recombinante em células de inseto é um modelo de expressão bem estabelecido na literatura. Em seguida, foi construído um baculovírus recombinante contendo os epítopos do vírus Chikungunya, a confirmação se deu por sequenciamento e por fim, analisamos a expressão da proteína de interesse por *western blot*, assim como, realizamos testes preliminares para verificar possível reação cruzada entre outros arbovírus. O vírus recombinante construído foi utilizado para infectar células de inseto para a expressão da proteína recombinante. Esse vírus recombinante possui os genes E2 e NSP3, que foi usado para infectar células de insetos (Tn5B) usando a estratégia bac-to-bac. A proteína expressa por este vírus recombinante foi então analisada por SDS PAGE e detectada por *western blot*, que confirmou a sua expressão, apresentando o tamanho esperado da proteína recombinante de 37 kDa. Ensaio de ELISA apontou que não houve reação cruzada com outros arbovírus. Sabe-se que as regiões do gene E2 e NSP3 do Chikungunya já foram expressas em estudos anteriores, no entanto, nenhuma delas utilizou as mesmas regiões antigênicas utilizadas como repetições descritas neste trabalho, as quais apresentaram uma significativa expressão em células de inseto e demonstrou ser reconhecido por antissoro contra as propriedades imunogênicas do vírus Chikungunya. Os resultados apontaram que a estratégia é promissora, utilizando

regiões imunogênicas específicas do vírus Chikungunya, que podem ser utilizadas para produzir um kit de diagnóstico, bem como, para outras aplicações biotecnológicas, como auxiliar na produção de uma potencial vacina subunitária.

Palavras–Chave: chikungunya; baculovírus recombinante; expressão de proteínas heterólogas.

MODELO DE TALHER AUTORREGULADOR INTELIGENTE PARA PACIENTES COM PARKINSON UTILIZANDO MICROCONTROLADOR ATMEGA328-P

Davi Mogrovejo Brasil – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluno bolsista
davi.mbrasil@sempreceub.com
Francisco Javier De Obaldía Díaz – CEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

Pacientes que apresentam o sintoma de tremor involuntário característico do mal de Parkinson tem dificuldade na alimentação quando levam o alimento à boca utilizando um talher. O tremor nas mãos ocasiona a queda do alimento contido no talher. Foi desenvolvido um talher autorregulador utilizando servomotores, microcontrolador ATmega328-P, giroscópio MPU-6050 e peças fabricadas utilizando impressão 3D para reposicionar a ponta do talher, impedindo que a comida caia do talher durante o tremor nas mãos do paciente. Esse talher se mantém paralelo em relação ao chão, permitindo que a comida se mantenha no talher mesmo durante o evento de inclinação quando ocorre o tremor. O talher foi testado em pacientes e apresentou resultados satisfatórios para pacientes com tremores pequenos e leves. As simulações foram feitas utilizando o talher, onde o paciente levou a comida à boca e simulou o processo de alimentação. Foi desenvolvido, também, um sistema de medição de inclinação, com uso de um giroscópio, para estudar o comportamento do tremor da mão dos pacientes e para que o protótipo tenha resultados mais assertivos. O giroscópio foi acoplado à uma estrutura para que o paciente o segure ao haver tremor, os dados foram recebidos, podendo assim analisar a característica do tremor nos três eixos de rotação. Os pacientes participaram de testes levando comida à boca e foi verificado se o talher cumpriria sua função, também foi estudado o comportamento de tremor, analisando melhor quais eixos de rotação são mais influentes e quais são menos influentes no tremor das mãos dos pacientes. O talher foi capaz de impedir que a comida caia ao haver um leve tremor na mão do usuário. As peças foram impressas em uma impressora 3D para adaptação dos circuitos, motores e anatomia da mão, para melhor uso dos pacientes. O software foi capaz de identificar a angulação referencial do circuito e com os servomotores, foi capaz de regular o talher. Simulações foram feitas utilizando o protótipo, de forma que comprovaram que o talher é estabilizado ao haver tremor.

Palavras–Chave: Parkinson; tremor; giroscópio.

PONTOS DE ALAGAMENTO NO DF: UM WEBSITE EM CONSTRUÇÃO

Rodrigo Silva Almeida Lima – CEUB, PIBITI Institucional do CEUB, aluno bolsista
rodrigo.lima@sempreceub.com
Mônica Igreja do Prado – CEUB, professora orientadora
monica.prado@ceub.edu.br

O Distrito Federal enfrenta alagamentos a cada período chuvoso. Alagamento, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), é um desastre hidrológico e está tipificado como "a extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas". Este projeto de iniciação científica tem por objetivo geral publicar um website que sinalize os pontos de alagamento no Distrito Federal, a fim de proporcionar informação sistematizada à população que utiliza meios de transporte público ou privado no período chuvoso. O projeto Alagamentos no DF é uma pesquisa aplicada e de caráter exploratório com interface entre Comunicação e Computação e que utiliza documentos jornalísticos (notícias de veículos de imprensa) como suporte para compor as informações dos blocos de conteúdo do website. A pesquisa é aplicada e seu objetivo é que o resultado possa ser utilizado pelas pessoas na solução de problemas, como alagamentos urbanos, para sua autoproteção. A coleta de dados se deu a partir de material publicado em veículos jornalísticos de maior circulação no Distrito Federal. A coleta empregou os jornais Correio Braziliense, G1 e Metrópoles, buscando por matérias informativas que se enquadram nas palavras–chaves: alagamentos e chuvas. Foram selecionadas 28 matérias, sendo 12 do jornal Correio Braziliense, 8 do jornal G1 e 8 do jornal Metrópoles. Um quadro com nome do veículo, link da matéria, título da matéria, data da reportagem, locais reportados de alagamentos e endereço ou localização do alagamento foi construído, o que permitiu observar a repetição nos locais informados durante todo o período de outubro de 2021 a abril de 2022. Com base nesse quadro é possível afirmar que Taguatinga e Vicente Pires são os locais que mais se repetem nas matérias coletadas. O website contém quatro áreas: Início (capa), Locais Recorrentes, Conhecendo o Projeto e Projeto de Pesquisa. A capa é a apresentação do projeto que conta com um formulário para contato. Para Locais Recorrentes foram selecionadas seis localidades: comércio e as tesourinhas da 202/402 Norte, Vila Cauhy (Núcleo Bandeirante), entrada sob o viaduto para o Guará I, Vicente Pires, Taguatinga, São Sebastião. A aba 'Conhecendo o Projeto' explica o intuito da concepção do projeto, além de resumir como o problema dos alagamentos acaba afetando os moradores das diversas regiões do Distrito Federal. Como resultado externo, o projeto de iniciação científica contribui com informação sobre desastres urbanos que impactam a vida das pessoas (moradores do Distrito Federal) em determinadas épocas do ano. Esses alagamentos causam prejuízos materiais e dissabores aos moradores. O projeto pode ser visitado no endereço: https://rodrigolima948.wixsite.com/dfalagamentos.

Palavras–Chave: alagamento; Distrito Federal; proteção e defesa civil

ANAIS DO

V EnCUCA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PARCEIROS 2021/2022

2022

CEUB

"POR QUE ELAS VOLTAM?" – UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE VIVÊNCIAS E AFETOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Elisa de Pennafort Rabelo – CEUB, PIC Parceiros– Instituto Avaliação, aluna bolsista
elisa.pennafort@sempreceub.com
Tatiana Freitas Leitão Lima – CEUB, PIC Parceiros– Instituto Avaliação, aluna voluntária
tatianafllima@sempreceub.com
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello – CEUB, professor orientador
leonardo.mello@ceub.edu.br

Sabe-se que o Distrito Federal é uma área privilegiada em termos de riscos ambientais, porém, os conflitos de regulamentação fundiária, seja em função de obras de infraestrutura e urbanização, seja em defesa do direito à propriedade, protagonizam o cenário de emergências e desastres para a população vulnerável. A pesquisa em questão visa compreender os sentidos produzidos por pessoas em situações de risco social e ambiental, emergências e desastres (sociais e ambientais) na cidade de Brasília/DF. Foram investigados aspectos subjetivos (afetos, sentidos, concepções) de pessoas que passaram ou passam por contextos de abrigamentos e desabrigamentos em contextos de risco, que passaram por remoções de territórios em função de um conjunto complexo de fatores e os processos que fazem essas pessoas, em muitas situações, retornarem para a área originalmente pautada como arriscada. Para isso utilizou-se como base teórica a Psicologia Ambiental e a Psicologia de Emergências e Desastres. Foram entrevistadas duas mulheres ocupantes que passaram por situação de despejo, utilizando como método a cartografia e a observação participante, tanto com elas quanto com uma comunidade do Sol Nascente em situação semelhante. Identificou-se que as alternativas propostas pelo Estado são vistas de forma negativa pelo público uma vez que não atendem suas necessidades, sendo muitas vezes sinônimo de conflitos e violência, o que acaba influenciando o percurso de voltar para a situação de risco da qual saíram, para, também, pressionar o Estado por respostas melhores e reivindicar por seus direitos. Além disso, foram identificadas questões micropolíticas relacionadas ao vínculo ao lugar e identidade cultural, social e pessoal, que também parecem mantê-las ali e que ainda são desconsideradas pelas políticas públicas oferecidas. Estas devem considerar a construção de um lugar que preserve, minimamente, um apego aos mosaicos e fragmentos que constituem essas pessoas, as histórias do lugar, as imagens, os objetos. O que seria praticamente impossível em lugares transitórios como abrigos

Palavras–Chave: ocupações; despejo; emergência e desastre.

ANÁLISE DE MATERIAIS E ESTRUTURAS DE PROJETO DE ABRIGO PÓS-DESASTRES

Iather Magalhaes Fontenele – CEUB, PIC Parceiros– Instituto Avaliação, aluno bolsista
iather.fontenele@sempreceu.br
Eugenia Cornils Monteiro da Silva – CEUB, professor orientador
eugenia.araujo@ceub.edu.br

Esse trabalho tem como objetivo orientar a realização dos ensaios nos materiais de abrigos temporários levando em consideração as normas brasileiras e internacionais relacionadas aos materiais da residência do projeto Projeto BRA/12/017– Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil. Os materiais utilizados foram blocos de *Oriented Strand Board* (OSB) associado com tirantes de aço e com uma base de polímeros. A norma de desempenho NBR ABNT 15575 foi considerada como essencial para definição dos ensaios, porém para essa tecnologia construtiva que é inovadora no contexto nacional, tiveram que ser consultadas normas internacionais como a ASTM 143 para definição dos tipos de ensaios a serem realizados. No estudo foi identificado que não existe um grupo de normas específicas para todos os abrigos pós desastre ou moradias populares, que é necessário identificar os materiais e os ensaios a serem realizados.

Palavras–Chave: moradia pós-desastre; protótipo de moradia pós desastre; ensaios em abrigos.

ANÁLISE DO VALOR PREDITIVO DO QUESTIONÁRIO "HAGOS" NA EFICÁCIA DO TRATAMENTO CONSERVADOR DA SÍNDROME DO IMPACTO FEMOROACETABULAR

Raquel Skaf Nacfur Santana – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluna bolsista
raquel.skaf@sempreceub.com
Mauro Souza Tagliatte – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluno voluntário
Mauro.tagliatte@sempreceub.com
Maria Beatriz Silva e Borges – CEUB, professora orientadora
maria.borges@ceub.edu.br

A articulação do quadril (fêmur-acetábulo) é uma articulação esférica que permite uma grande amplitude de movimentos, composta pela fossa acetabular do osso ilíaco e pela cabeça do fêmur. Por ser uma articulação de muita mobilidade, fica suscetível a algumas patologias como, por exemplo, o impacto femoroacetabular (IFA). O impacto femoroacetabular é considerado como o contato entre o rebordo acetabular e o fêmur proximal. Na presença de uma anatomia normal, o impacto pode ocorrer em amplitudes de movimento máximo. Porém, quando existem sutis alterações na morfologia dessas estruturas ósseas, o "choque" torna-se frequente, ocasionando dor. Procuramos avaliar prospectivamente a evolução de pacientes portadores de síndrome do impacto femoroacetabular, submetidos ao tratamento conservador, com a finalidade de definir se o questionário HAGOS tem a capacidade de predizer a eficácia do tratamento de acordo com o escore obtido pelo paciente. Tratou-se do estudo, de uma série de casos, analítico e prospectivo, no qual foram avaliados pacientes com diagnóstico de Síndrome do Impacto Femoroacetabular (SIFA) e direcionados ao tratamento conservador, acompanhados no hospital HOME, no período entre agosto de 2021 e agosto de 2022. Foram incluídos pacientes com idade de 18 a 50 anos, com diagnóstico de SIFA e que concordaram em participar da pesquisa. Em relação ao recrutamento de pacientes: pacientes ambulatoriais que apresentaram diagnóstico clínico e radiológico de SIFA e que foram encaminhados para tratamento conservador pelos médicos assistentes do hospital. Os pesquisadores não tiveram acesso ao prontuário. Foi aplicado aos participantes o questionário The *Copenhagen Hip and Groin Outcome Score* (HAGOS), como forma de avaliar e predizer o benefício do tratamento conservador. Houve uma prevalência de idade entre 34 e 51 anos. Além disso, com as respostas analisadas notamos que a maioria dos pacientes analisados apresentam algum tipo de dor no quadril. Em relação aos sintomas 66,7% dos pacientes apresentam dor no quadril frequentemente e 66,7% apresentam dor toda semana e 33,7% dor todos os dias. Em relação às atividades físicas, 50% dos pacientes apresentam pouca dor ao correr e 16,7% deles moderada, grande e muito grande. Em relação às tarefas domésticas pesadas, cerca de 50% dos pacientes relataram pouca dor. Já em relação à qualidade de vida, 66,7% se sentem limitados pelos seus problemas no quadril, 16,7% o tempo todo e 16,7% de modo nenhum. Ainda não foi possível chegar a conclusões definitivas devido ao baixo número de pacientes analisados. Dessa forma, ainda não é possível predizer o benefício do questionário HAGOS no auxílio dos profissionais na melhor conduta terapêutica do paciente.

Palavras–Chave: articulação do quadril; síndrome do impacto femoroacetabular; questionário hagos.

AVALIAÇÃO DA ABORDAGEM ENDOVASCULAR EM ANEURISMAS INTRACRANIANOS GIGANTES TRATADOS COM "STENTS" DE FLUXO VS EMBOLIZAÇÃO COM MICROMOLAS

Clara Demeneck Pereira – CEUB, PIC Parceiros – Neuroclínica, aluno bolsista
clarademeneck@gmail.com
Denis Carvalho Parry – CEUB, professor orientador
denis.parry@ceub.edu.br
Eduardo Siqueira Waihrich – Brasília Neuroclínica, colaborador
eduwaihrich@gmail.com
Bruno de Sousa Mendes Parente – Brasília Neuroclínica, colaborador
brunoparente@doctor.com

Os aneurismas intracranianos gigantes (AIG) acima de 25 mm são raros subgrupos que geralmente se apresentam com a clínica de efeito de massa. Normalmente observa-se diminuição da acuidade visual, neuralgias, disfunção da motricidade ocular, entre outros. As opções terapêuticas incluem microcirurgia com trapping da artéria parental e as múltiplas estratégias endovasculares. Em decorrência da baixa frequência da doença, carecem evidências científicas que apontem a melhor estratégia tendo em vista diminuir o risco de sangramentos e resolver os efeitos de massa. Dessa maneira, o estudo objetivou avaliar a melhora clínica de Aneurismas Intracranianos Gigantes com uso de técnicas reconstrutivas vasculares – uso de *stents* de fluxo e embolização com micromolas, e das técnicas destrutivas – oclusão da artéria parental. Corte retrospectiva com dados coletados do prontuário e entrevista de 28 pacientes. Os critérios avaliados foram: queixa principal, antecedentes pessoais, tabagismo, diabetes, hipertensão arterial e colesterol, características angiográficas do aneurisma, como tamanho e colo, e técnica cirúrgica. Os pacientes foram avaliados no pós-operatório e em consulta de retorno para análise da resolução do efeito de massa. Os aneurismas gigantes podem levar a déficits neurológicos importantes, em decorrência do efeito de massa, eventos isquêmicos ou hemorragias subaracnóideas. Dentre os sintomas, destacam-se a diminuição da acuidade visual, por compressão do nervo óptico, dor facial nos territórios do nervo trigêmeo, disfunção da motricidade ocular, síndrome de frontalização, pele efeito de massa sobre o lobo frontal, disfunção hipotalâmica, por compressão direta sobre o hipotálamo, e hidrocefalia, por obstrução do fluxo liquórico. A estratégia de tratamento é planejada de acordo com diversos fatores, como idade, comorbidades, tamanho, localização, morfologia, projeção do aneurisma, relação colo-domus, características aneurismáticas, circulação colateral e a presença de ramos perfurantes na parede do saco aneurismático. Os *stents* intracranianos de fluxo são cilindros de fios metálicos trançados, com fenestrações diminutas, que ao serem implantados possibilitam a passagem de sangue para os ramos penetrantes, evitando assim déficits neurológicos, e bloqueiam a entrada de sangue no saco aneurismático, levando a trombose e redução do seu volume. Já a embolização com micromolas, outra técnica endovascular, é realizada por intermédio de cateteres inseridos à distância, posicionando-se dentro do saco aneurismático, em que são introduzidos micromolas, preenchendo o seu interior e causando trombose. Sua finalidade é ocluir total ou

subtotal o interior do aneurisma, reduzindo o seu risco de ruptura e consequentemente de hemorragia cerebral. O estudo sugere que o tratamento endovascular por oclusão com micromolas ou uso de *stent* de Fluxo em AIGs na vigência de um efeito de massa é viável e pode ser realizado com taxas de complicações relativamente baixas, com desfechos clínicos e radiográficos de longo prazo moderados.

Palavras–Chave: aneurisma gigante; "stent" de fluxo; oclusão com micromola.

AVALIAÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA LUXAÇÃO ACROMIOCLAVICULAR COMPLETA EM CASOS AGUDOS: ARTIGO DE ATUALIZAÇÃO

Ana Luísa Barbosa Gouvêia – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluna bolsista
analuisa.gouveia@sempreceub.com
***Luana de Oliveira Rodrigues* – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluna voluntária**
luana.rodrigues@sempreceub.com
Marcio de Paulo Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A luxação acromioclavicular (LAC) representa cerca de 17% das lesões do ombro, sendo essas mais comumente em homens quando comparadas às mulheres, onde a maior prevalência ocorre em atletas, preferencialmente em esportes de contato como hóquei, luta e rugby. Avaliar, diagnosticar, tratar e reabilitar a LAC ainda é um desafio na traumatologia nos dias atuais visto a inconsistência quanto à forma de tratamento (cirúrgico vs. não cirúrgico), escassez da literatura no âmbito da fisioterapia, variadas formas de avaliação na prática clínica e, por fim, carência de critérios clínicos que podem nortear a alta do paciente. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão narrativa de atualização sobre a avaliação, diagnóstico e tratamento da LAC para dar subsídio clínico e científico a profissionais e/ou estudantes da área que tenham interesse em se aprofundar na referida temática. O estudo foi conduzido como revisão descritiva, fornecendo uma visão geral das estratégias de avaliação da articulação acromioclavicular (AC), por meio de escalas e questionários funcionais; diagnóstico por imagem, testes irritativos que contribuem para a constatação e classificação da LAC, testes funcionais, e, por fim, as atuais perspectivas do tratamento conservador e cirúrgico referente à LAC.

Palavras–Chave: articulação acromioclavicular; luxação acromioclavicular; tratamento cirúrgico.

DOPING NO CONTEXTO DO FUTEBOL

Matheus Macedo da Silva – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluno bolsista
matheussmacedo1@gmail.com
Hugo Fernandes de Paula – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluno voluntário
hugo.fernandes@sempreceub.com
Márcio de Paula Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Desde a China antiga, atletas recorrem a substâncias para obtenção de melhora na performance esportiva. Destarte, com o avanço da ciência, observou-se a necessidade de impor restrições ao uso de algumas. Nesse cenário, a dopagem se caracteriza pelo uso de estimulantes ou qualquer substância proibida, com objetivo de provocar, artificialmente, mudança de rendimento mental ou físico de um atleta. Dessa forma, em 1966, a Federação Internacional de Futebol introduziu o controle de doping em suas partidas, buscando defender e preservar a ética do esporte, resguardar a saúde física e a integridade mental dos jogadores, bem como garantir que todos os atletas e adversários tivessem a mesma oportunidade. A partir disso, confederações, federações nacionais e outras entidades, sob análise e gestão da FIFA, começaram a exercer, em seus respectivos campeonatos, controles próprios sobre o doping. Ainda assim, as amostras de urina, sangue, ou ambos, devem ser ponderadas em laboratórios credenciados pela FIFA/Agência Mundial Antidoping (WADA) e essa, anualmente, atualiza a lista com as substâncias e métodos proibidos. Além do contexto da parte técnica no controle de drogas no esporte, pesquisas demonstraram variáveis psicológicas relacionadas aos comportamentos relacionados ao doping, com destaque para as diferentes razões pelos quais os atletas concordam em usá-lo; entre eles estão: demandas externas objetivando sucesso ou fama esportiva a qualquer preço, pressão devido a contratos ou quantias de dinheiro. Apesar da Agência Mundial Antidoping redigir uma lista das substâncias proibidas e métodos específicos para que as competições se tornem mais igualitárias, o uso de doping persiste no contexto futebolístico. Diante do exposto, se faz necessário o aprimoramento da logística de detecção desse problema. O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa, cujo objetivo é conscientizar o público acerca do doping, esclarecer quais substâncias são proibidas no futebol, assim como analisar historicamente o uso de substâncias para melhoria da performance esportiva.

Palavras–Chave: doping; futebol; esporte.

EFEITO DA SUPLEMENTAÇÃO DA INSULINA TRANSFERRINA SELÊNIO (ITS) NA PRODUÇÃO E QUALIDADE DE EMBRIÕES BOVINOS

DANIELLE BARBARA PEREIRA DE CASTRO – CEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA, aluna bolsista
danielle.castro@sempreceub.com
HALLYA BEATRIZ SOUSA AMARAL – CEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA, aluna voluntária
sousahallya@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – CEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br
***Margot Alves Nunes Dode* – *Embrapa*, colaboradora**
margot.dode@embrapa.br

Visto que o Brasil é um importante país no desenvolvimento da produção *in vitro* de embriões (PIVE) bovinos, a eficiência dessa biotécnica ainda possui algumas limitações como por exemplo, o estresse oxidativo gerado pela produção exacerbada de radicais livres. Os radicais livres são produzidos naturalmente pelo metabolismo, mas quando em altas concentrações geram danos ao sistema biológico, podendo causar apoptose e lipoperoxidação lipídica, consequentemente influenciando nas baixas taxas de produção de embriões e diminuindo a qualidade embrionária. Portanto, torna-se necessário buscar alternativas para minimizar os problemas causados pelo estresse oxidativo, como por exemplo o uso de antioxidantes eficientes, estáveis, seguros e não tóxicos para a suplementação dos meios utilizados para produção de embriões. Tendo em vista nisso foi testado o uso da insulina transferrina e selênio (ITS) como antioxidantes em ovócitos coletados de ovários oriundos de abatedouro através de quatro tratamentos: T1: –CIS –ITS; T2: +CIS –ITS; T3: +CIS +ITS; T4: –CIS +ITS do meio de maturação in vitro. Esses ovócitos foram submetidos ao restante das etapas de produção in vitro de embriões, fecundação e cultivo in vitro. No primeiro experimento foi visualizado as taxas de produção de embriões de cada tratamento. Já no segundo experimento foi aferido a qualidade dos embriões a partir da coloração diferencial realizada em cada embrião produzido. Sendo possível avaliar se a presença do ITS ou não interferiu na produção e qualidade dos embriões produzidos. Em ambos os experimentos a presença do ITS na maturação in vitro não influenciou de forma significativa a produção e qualidade embrionária ($p>0,05$). Portanto há uma necessidade de mais estudos para avaliar outras formas de suplementação com ITS e associações onde tal complexo pode ser funcional, seja em outras concentrações ou em vias de uso como no cultivo *in vitro*, ou associação de seu uso nas duas etapas, maturação e cultivo *in vitro*.

Palavras–Chave: antioxidantes; radicais livres; estresse oxidativo.

EFETIVIDADE DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL INSTRUMENTAL PARA RECUPERAÇÃO MUSCULAR EM ATLETAS DE SUBMISSION: ESTUDO RANDOMIZADO CONTROLADO

Clara Flôres Nazaré – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluna bolsista
clara.nazare@sempreceub.com
Lucas Batista Ferreira – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluno voluntário
lucas.bf@sempreceub.com
Márcio de Paula Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

O presente estudo tem como intuito analisar, em atletas de jiu-jitsu sem kimono (*submission*), a eficácia da pistola de massagem percussiva (Hypervolt®) na recuperação muscular. Com o principal objetivo de promover relaxamento muscular, buscou-se também evidenciar seus efeitos para alguns parâmetros fisiológicos, funcionais e bioquímicos. Os atletas foram submetidos a um treino intenso da modalidade citada e avaliados em quatro (4) coletas de dados distintas (questionários e exames de sangue), sendo elas: pré e pós treino, 24h (vinte e quatro horas), e 48h (quarenta e oito horas), analisando-se os seguintes critérios: a dosagem sanguínea de *creana quinase* (CK) e lactato desidrogenase (LDH), intensidade da dor, autopercepção de recuperação e a força de preensão manual. Os desfechos supracitados foram obtidos, respectivamente, por meio de amostras sanguíneas (coletadas por uma equipe especializada), escalas funcionais (*Visual Analogue Scale* – VAS e Likert) e dinamometria. A análise dos dados foi feita de forma randomizada e comparada entre um grupo intervenção, que recebeu a massagem percussiva logo após o treino e um grupo controle, que realizou um descanso passivo durante a mesma quantidade de tempo da aplicação da massagem no grupo intervenção. Até o momento foram avaliados 14 atletas, todos homens com graduação mínima de faixa azul, idade média de aproximadamente 29,15 anos e praticantes do jiu-jitsu sem kimono a pelo menos três (3) anos. Apesar de ainda não haver um desfecho concreto do estudo, a intervenção está apresentando resultados positivos quanto à aceleração da recuperação muscular após um treino intenso.

Palavras–Chave: massagem percussiva; recuperação muscular; jiu-jitsu.

.

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DAS ALTERAÇÕES ORAIS EM CÃES DE RAÇAS TOYS NO DISTRITO FEDERAL

Beatriz Domingues Bressan Lopes Guimaraes Vidal – CEUB, PIC Parceiros – ODONTOZOO, aluna bolsista
beatrizbvidal@sempreceub.com
***Gabrielle Moura Nascimento* – CEUB, PIC Parceiros – ODONTOZOO, aluna voluntária**
gabrielle.moura@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Gláucia Mansur Balsamão Dias – Laboratório Santé, colaboradora
glaucia@santelaboratorio.com.br

A odontologia veterinária está entre as especialidades que mais cresce nos últimos anos devido à grande importância das alterações que acometem a cavidade oral dos animais de companhia. Cães de raças toys possuem fatores de riscos que predispõem a diversas doenças dentárias, como o formato do crânio, que influencia no posicionamento dos dentes, deixando-os mais próximos. Com intuito de conferir aos dentistas veterinários informações que os permita traçar medidas preventivas e terapêuticas mais eficazes, além da escassez de estudos descritos na região do Distrito Federal (DF), este trabalho visou avaliar a prevalência e o comportamento das enfermidades que acometem a cavidade oral de cães de raças toys no Distrito Federal, pela extrapolação do histórico de atendimentos de uma clínica especializada em odontologia veterinária. O estudo foi realizado por meio da tabulação em planilha eletrônica de dados de prontuários obtidos nesta clínca, no qual foram avaliadas características como alterações dentárias, raça, sexo, idade e castração. As informações coletadas passaram por análises estatísticas onde foram realizados o teste qui-quadrado com correção de Yates com nível de confiança de 5%, assim como o coeficiente de correlação de Pearson, para determinar correlação entre o sexo dos pacientes e a ocorrência de doença periodontal, por meio do software Bioestat 5.3. Os resultados foram analisados e confrontados com a literatura, visando determinar quais afecções possuíam maior prevalência. Dos 206 prontuários incluídos no estudo, 52,91% (109) dos cães eram fêmeas e 47,09% (97) machos, os quais apresentavam idades entre 1 mês e 17 anos. Com relação a castração, 68,93% (142) dos cães eram castrados, enquanto 26,70% (55) eram inteiros e 4,37% (9) não possuíam esta informação. Entre as raças mais observadas, 18,93% (39) eram Spitz Alemão, 17,48% (36) sem raça definida, 14,08% (29) Shih Tzus e Yorkshire Terrier, e 5,34% (11) Dachshund. A respeito das alterações orais, 96,10% não apresentaram hiperplasia gengival, 22,81% (47) apresentaram gengivite, 68,45% (141) cálculo dentário, 6,8% (15) neoplasias orais, enquanto a doença periodontal houve classificação conforme o grau da doença, em que 50,00% (68) dos cães possuíam grau leve, 10,29% (14) grau leve a moderado, 24,26% (33) grau moderado, 8,82% (12) grau moderado a grave, 38,97% (53) grau grave e 19,12% (26) não possuíam a doença. Destes animais com doença periodontal, 48 possuíam outras alterações, sendo 37,50% (18) com persistência dentária, 33,33% (16) com exposição de furca, 12,50% (6) com má oclusão, 6,25% (3) com fístulas infraorbitárias, 4,17% (2) com ausência dentária e 2,08% (1) com

abscesso periapical. Com base nos resultados obtidos, conclui-se que a maioria dos animais são acometidos com afecções dentárias, sendo a doença periodontal a de maior ocorrência e que nem todas essas afecções podem ser associadas com os fatores de risco, indo de encontro à literatura. Além disso, torna-se necessário estudos epidemiológicos mais aprofundados acerca do tema e a orientação por parte dos profissionais aos tutores para evitar o acometimento dessas afecções.

Palavras–Chave: canídeos; doença periodontal; odontologia veterinária.

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES HISTOPATOLÓGICAS TESTICULARES EM CÃES DO DISTRITO FEDERAL

Pedro Henrique Martins de Melo – CEUB, PIC Parceiros – HistoPato, aluno bolsista
pedrohmartinsdemelo@gmail.com
Pedro Henrique Soares de Souza da Silva – CEUB, PIC Parceiros – HistoPato, aluno voluntário
pedrogtg@gmail.com
Bruno Alvarenga dos Santos – CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Rômulo S. Adjuto Eloi – HistoPato Análise Anatomopatológica Veterinária, colaborador
histopato.bsb@gmail.com

Na medicina veterinária é comum encontrar patologias relacionadas aos órgãos reprodutores dos animais. Nos cães do sexo masculino, as principais alterações encontradas são as neoplasias testiculares, orquite, epididimite, criptorquidismo, degeneração e atrofia testicular. Para diagnosticar a saúde do sistema genital e o potencial reprodutivo do animal, há a realização do exame andrológico, com a realização da anamnese e exame físico, onde todas as estruturas que compõem o sistema reprodutor são avaliadas através de inspeção e palpação. O escroto deve apresentar mobilidade e possuir espessura uniforme. Os testículos, epidídimo e cordões espermáticos são analisados, principalmente em termos de localização, dimensões, mobilidade e sensibilidade. O pênis também deve ser avaliado, sendo exposto para detectar se há presença de inflamação, secreção ou neoformações. Caso alguma alteração seja encontrada, o exame histopatológico pode ser utilizado para auxiliar na conclusão de um diagnóstico e do protocolo terapêutico do paciente. O objetivo dessa pesquisa foi determinar a prevalência das alterações histopatológicas testiculares em cães do Distrito Federal. Foi realizada uma análise de 206 laudos emitidos por um laboratório da região, onde foi possível determinar as alterações mais prevalentes. Dentre os exames tabulados, a alteração com maior prevalência foram as neoplasias, que aparecem 202 (67%) vezes, onde essas alterações foram encontradas principalmente em cães da raça Shih Tzu e sem raça definida, ambos com 17% de incidência. Além disso, a associação ou correlação das alterações com o sexo e/ou idade dos animais foi analisada através da realização dos testes Qui-quadrado e gráfico de tendência. O presente estudo, observou haver uma relação entre o aumento da idade dos pacientes e o surgimento de neoplasias testiculares, além da necessidade em padronizar as requisições enviadas por médicos solicitantes as quais, em grande parte, careciam de alguma informação sobre a caracterização do paciente ou da lesão, que poderiam auxiliar no diagnóstico.

Palavras–Chave: neoplasias; exame andrológico; sistema reprodutor.

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES PRÉ-ANALITICAS DE EXAMES LABORATORIAIS DE GATOS DOMÉSTICOS DO DISTRITO FEDERAL

Beatriz Victor dos Santos Vicente – CEUB, PIC Parceiros – SANTÉ, aluna bolsista
beatriz.victor@sempreceub.com
***Raquel Bertoli Freire* – CEUB, PIC Parceiros – SANTÉ, aluna voluntária**
raquel.bertoli@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Gláucia Mansur Balsamão Dias – Santé Laboratório, colaboradora
glaucia@santelaboratorio.com.br

Dentro da rotina veterinária, os exames laboratoriais estão cada vez mais presentes por auxiliarem em um diagnóstico mais preciso. Eles são divididos em três fases, sendo iniciados pela etapa pré-analítica, seguida da analítica e por fim, a pós-analítica. Dentre elas, a primeira é onde centraliza-se o maior número de falhas, as quais podem ocorrer por diversos fatores, como por exemplo o estresse sofrido pelo animal no momento da coleta, jejum prolongado, a escolha dos materiais utilizados, o preparo do profissional que realizará a punção, além do armazenamento e transporte das amostras. O propósito desta pesquisa foi analisar a prevalência dos principais erros pré-analíticos em exames laboratoriais providos por um laboratório que abrange toda a região do Distrito Federal, estabelecendo correlações entre as alterações encontradas e as variáveis de idade e/ou sexo dos pacientes. No total, foram analisados 1320 exames onde foi possível estabelecer as alterações mais prevalentes e realizar as correlações através do teste Qui-quadrado, com correção de Yates de 5%, e a associação pelo teste de Pearson. A alteração mais prevalente foi a agregação plaquetária, estando presente em 40,60% dos exames, no entanto, não foi possível estabelecer qualquer correlação da agregação com as variáveis avaliadas. Ademais, neste estudo, foi observado que 11,20% dos exames apresentavam plasma hemolisado, 5,07% plasma lipêmico, 0,57% apresentaram coágulos, 0,82% tinham microcoágulos e 8,50% tinham baixo volume de sangue coletado, fatores que influenciam na viabilidade da amostra. Consoante aos resultados adquiridos, este projeto reforça a necessidade de aprimoramento profissional, a fim de diminuir a prevalência de erros gerados na fase pré-analíticas, como falhas de identificação, coleta e armazenamento da amostra, fatores que podem ser relacionados a um despreparo técnico.

Palavras–Chave: felinos; patologia clínica; agregado plaquetário.

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COM FOCO EM ALTERAÇÕES DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL DE GATOS DOMÉSTICOS DO DISTRITO FEDERAL

Letícia Queiroz Landim de Almeida – CEUB, PIC Parceiros – SCAN, aluna bolsista
llandim@sempreceub.com
***Renata Borges Feliciano de Lima* – CEUB, PIC Parceiros – SCAN, aluna voluntária**
renatalaport@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
João Ricardo Nardotto – SCAN, colaborador
scandiagnosticos.com.br

Os exames de imagem estão ganhando cada vez mais notoriedade na medicina veterinária devido sua contribuição no diagnóstico de diversas enfermidades. Dentre estes a ressonância magnética (RM), que permite uma avaliação criteriosa de estruturas de tecidos moles. Esta desenvolve-se como o método de diagnóstico mais utilizado na avaliação do sistema nervoso central (SNC) de felinos, além de ser de rápida execução e específica no diagnóstico de anomalias de crânio e coluna destes pacientes. Apesar da sua relevante contribuição, a RM ainda é subutilizada na medicina veterinária no Brasil, em função do baixo número de equipamentos no país e da falta de profissionais qualificados na área, resultando em uma escassa quantidade de dados estatísticos e estudos disponíveis. Com o intuito de delinear o perfil de incidência de alterações no SNC de felinos, neste estudo de prevalência foi realizado uma coleta do histórico de laudos de ressonância magnética de crânio e coluna de pacientes felinos de um centro de diagnóstico por imagem em Brasília – DF, que ocorreram entre agosto de 2021 e abril de 2022. Dos pacientes submetidos ao exame 90 (49 machos e 41 fêmeas) realizaram RM de crânio e 57 de coluna (31 machos e 26 fêmeas). Os resultados apontaram que os animais sem raça definida apresentaram a maior incidência no estudo, fato que pode estar associado a este grupo representar a maior população de felinos do DF. Foram realizados cálculos de prevalência e testes Qui-Quadrado, com nível de confiança de 5%, a fim de buscar correlações tanto de sexo quanto idade com as principais alterações observadas, e constatou-se que não existe correlação entre o sexo dos pacientes e as alterações ponderadas nos estudos. Em relação à idade, tanto os resultados de crânio, quanto os de coluna, mostram uma maior casuística de felinos entre 1 a 10 anos sendo submetidos ao exame. No que concerne às alterações, foi possível notar que nos exames de crânio as principais alterações foram encontradas no sistema ventricular, já nos exames de coluna as alterações foram predominantemente observadas no segmento lombo-sacral, além disso, não foram observadas correlações significativas entre o sexo dos animais e as alterações observadas. Além disso, não foram encontrados achados significativos em 21 exames. De forma a sugerir que são necessários estudos epidemiológicos, a fim de determinar a existência de associações entre as alterações e outros fatores, como sexo e predisposição racial. Cabe ainda ressaltar a importância da solicitação correta de métodos diagnósticos por parte dos médicos veterinários, a fim

de evitar a ocorrência de laudos sem achados significativos, levando a determinação do diagnóstico de forma mais rápida e precisa.

Palavras–Chave: felinos; diagnóstico por imagem; crânio.

EXPRESSÃO HETERÓLOGA DAS PROTEÍNAS GDF9 E BMP15 DE BOVINOS EM SISTEMA PROCARIOTO PARA IMUNIZAÇÃO DE FÊMEAS *HYDROCHOERUS HYDROCHAERIS* CAPIVARA

Bruna Martins da Silva – CEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA, aluna bolsista
bruna.ms@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – CEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br
Eduardo de Oliveira Melo – Embrapa Cenargen, colaborador
eduardo.melo@embrapa.br

A espécie bacteriana *Escherichia coli* foi a primeira a ser utilizada para a produção de moléculas com a tecnologia de DNA recombinante. Na atualidade várias cepas do microrganismo citado podem ser utilizadas para a fabricação de proteínas recombinantes. Exemplos de polipeptídios que podem ser fabricados com a tecnologia supracitada são GDF9 e o BMP15 que desempenham um papel crucial no desenvolvimento do folículo ovariano podendo assim atuar como método contraceptivo não invasivo em animais. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi expressar os genes GDF9 e BMP15 de bovinos utilizando bactérias E. coli. As proteínas supracitadas com um valor de banda entre 15 e 19 KDa foram bem expressas, fato verificado com a técnica de eletroforese SDS-PAGE, porém deparou-se com o obstáculo da formação de corpos de inclusão e agregados proteicos precipitados, levando assim a adoção de novas abordagens no experimento a fim de minimizar esses problemas e manter uma alta expressão das proteínas em sua forma solúvel em meio fisiológico. Para reduzir o problema da precipitação das proteínas foram testadas 6 linhagens de E. coli com genótipo e características distintas. Verificou-se que para as 6 cepas utilizadas a temperatura de 20°C por um período de 16 a 18h conhecido por overnight apresentava uma ótima expressão. A quantidade de indutor isopropil β-d-1-tiogalactopiranósido ideal para cada estirpe variou uma vez que não há uma estratégia universal para todos os casos de expressão. Acerca da solubilidade das proteínas, foi verificado que para as cepas testadas que as alterações de protocolo foram benéficas. Mais experimentos precisam ser realizados a fim de purificar as proteínas alvo contornando a problemática da expressão heteróloga e assim dando continuidade ao projeto.

Palavras–Chave: GDF9; BMP15; expressão heteróloga.

IMPLANTAÇÃO DE REASSENTAMENTOS DE COMUNIDADES EM VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ASPECTOS DE DESENHO URBANO E CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA

Ana Beatriz Tavares Gwyer de Azevedo – CEUB, PIC Parceiros– Instituto Avaliação, aluna bolsista
anabeatrizgwyer@sempreceub.com
Ludmila de Araujo Correia – CEUB, professora orientadora
ludmila.correia@ceub.edu.br

Diante de inúmeros momentos históricos marcantes como as guerras mundiais e a revolução industrial, percebeu-se a necessidade de salvaguardar os recursos naturais, pois apesar de suas características de regeneração constante, deve-se extraí-los conscientemente pensando no tempo necessário de renovação e que a vida humana depende de um meio harmonioso com a natureza, criando um ecossistema o mais equilibrado possível. Levando para a arquitetura e para a construção civil, o modo de se construir começou a ser mais criticamente elaborado e associando à sustentabilidade. Pensamento que adentrou o tema de vulnerabilidade socioambiental, compreendendo como o inadequado planejamento do desenho urbano afeta a qualidade de vida comunitária e dificulta a locação de assentamentos mais seguros para a sociedade. Nesta pesquisa, pretendeu-se obter como objetivo principal a sistematização de diretrizes voltadas para o desenho urbano e para a convivência comunitária, no âmbito dos reassentamentos de grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental. Buscou-se identificar os fundamentos legais para reassentamentos de comunidades em situações de vulnerabilidade socioambiental, analisar os reassentamentos já realizados e finalmente sistematizar diretrizes propostas por diferentes autores. O conteúdo da pesquisa constrói-se através de pesquisas bibliográficas, da análise de parâmetros legais e normativos, do estudo histórico dos assentamentos no Brasil e no mundo, da elaboração de um conjunto de diretrizes. Apoiando-se nos dados levantados, foi possível evidenciar as diretrizes consideradas mais importantes para implantação de reassentamentos de comunidades em vulnerabilidade socioambiental, visando trazer condições de vida e moradia dignas a essas comunidades. Como resultados, ao fim da discussão, foram apresentadas as estratégias direcionadas à realocação das famílias, analisando os impactos causados pelo processo de planejamento e execução da intervenção. As diretrizes propostas foram agrupadas em temas centrais para cada etapa necessária no processo de projeto de reassentamento, sendo elas: Diagnóstico das demandas, Análise do terreno, Implantação do edifício, Parcelamento, Implantação e Monitoramento. A pesquisa em questão fornece informações significativas para que se entenda o quadro atual da população em situação de vulnerabilidade socioambiental, que muitas vezes se encontra à mercê de ações governamentais com equipe reduzida para o suporte de famílias em assentamentos precários. Contudo, cada família possui um tempo particular de auxílio de acordo com as necessidades demandadas que não podem ser deixadas em espera, sendo fundamental o apoio dado a entidades da sociedade civil para que o processo seja adequadamente desenvolvido.

Palavras–Chave: realocação de vítimas de desastres; desenho urbano sustentável; convivência comunitária.

INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DE TRANSGÊNERO NO DISTRITO FEDERAL

Iasmim e Silva Penha – CEUB, PIC Parceiros – Ambulatório Trans, aluna bolsista
iasmim.penha@sempreceub.com
Júlia Vinhaes dos Reis – CEUB, PIC Parceiros – Ambulatório Trans, aluna voluntária
julia.vinhaes@sempreceub.com
Márcio Garrison Dytz – CEUB, professor orientador
marcio.dytz@ceub.edu.br
Leidijany Paz – Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal, colaboradora
leidipaz@gmail.com

O cuidado integral do paciente transgênero é um desafio na área da saúde uma vez que requer a preparação das instituições para prestar um serviço de qualidade e demanda a participação dos profissionais no processo de superação da desinformação, seguido da avaliação pré-tratamento, o que inclui uma análise do perfil psicológico e metabólico. Dessa forma, o presente trabalho analisou o perfil epidemiológico da população transgênero do Ambulatório de Assistência Especializada para Pessoas Travestis e Transgênero do Distrito Federal do Hospital Dia (Brasília-DF) com o objetivo de: compreender os indicadores epidemiológicos relacionados aos hábitos de vida como fumar e ingerir bebida alcoólica, a taxa de desemprego, as expectativas em relação a hormonioterapia e a pretensão de realizar o tratamento cirúrgico; investigar o contexto social do paciente e de que forma tais parâmetros se relacionam com o índice de depressão avaliado pelo Questionário sobre a Saúde do Paciente (PHQ-9). Foi realizado um estudo transversal e observacional, por meio da busca ativa de pacientes, com intuito de desenvolver uma abordagem descritiva dos dados coletados referentes ao perfil epidemiológico de pacientes transgênero acompanhados pelo serviço de endocrinologia do Ambulatório Trans do DF. O perfil epidemiológico dos 59 pacientes analisados na pesquisa permitiu a conclusão que a faixa etária mais prevalente está entre 20-29 anos (67,8%), 81,3% são moradores do DF, 71,2% estão empregados, 61% consome bebida alcoólica, 67,8% busca mudanças corporais e 91,5% percebeu o afastamento de pessoas do convívio social. Acerca dos parâmetros menos prevalentes, constatou-se que 32,2% é tabagista, 47,5% fez uso de hormônio antes da consulta no ambulatório, 40,7% realizou procedimento cirúrgico. Nota-se que a idade entre 20-29 anos, o consumo de bebida alcoólica e o tabagismo apresentam relação com a gravidade do sintoma de depressão. Outro fator relevante diz respeito ao grupo de pacientes que realizou o tratamento cirúrgico, em que a gravidade dos sintomas de depressão foi menor do que no grupo que não realizou intervenção, contudo, em ambos os casos o índice se manteve elevado. Portanto, infere-se o elevado número de distúrbios psiquiátricos na população transgênero e o impacto dos elementos mencionados com a análise do Questionário sobre a Saúde do Paciente (PHQ-9). Concluiu-se que esse campo de estudo carece de pesquisas mais profundas e com dados mais sólidos. Este trabalho buscou demonstrar a importância de se investir em pesquisa e incentivar a criação de políticas públicas na área de saúde trans.

Palavras–Chave: transgênero; epidemiologia; distúrbios psiquiátricos.

O DIREITO À MORADIA À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL: UMA APLICAÇÃO DAS ZEIS E DA LEI Nº 13.465/2017 COMO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA PARA CONTRIBUIR COM O ATENDIMENTO HABITACIONAL A VÍTIMAS DE DESASTRES

Mário Talles Mendes Passos – CEUB, PIC Parceiros – Instituto Avaliação, aluno bolsista
mario.tmendesp@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne – CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

O direito à moradia é constitucionalmente previsto no ordenamento jurídico brasileiro. A dignidade da pessoa humana fundamenta o Estado brasileiro. Apesar disso, os desastres e a falta de moradia são uma realidade no Brasil. A partir da interseção entre o princípio da fraternidade e o direito à moradia essa pesquisa buscou contribuir com os desafios do enfrentamento aos desastres. A pesquisa traçou, então, as diferenças do tratamento jurídico entre a posse e a propriedade. Identificou, ainda, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre os desastres. Estudou ainda, os planos diretores das 26 capitais dos Estados brasileiros e do Distrito Federal para identificar as regulamentações de prevenção e reparação aos danos dos desastres e como estes eventos afetam o direito à moradia. Buscou entender como ocorrem os repasses de verbas pelo Governo Federal em contextos de desastres, não somente na compensação, mas também na prevenção dos possíveis impactos. Tais estudos buscaram subsidiar o Instituto Avaliação no desenvolvimento e na construção de casas sociais para pessoas sem abrigo, devido ao acontecimento de desastres. A metodologia eleita foi a revisão bibliográfica conjugada com levantamento de decisões judiciais e de normas municipais e distrital. Como resposta, a pesquisa concluiu que a dicotomia entre posse e propriedade tem impactos na interpretação da função social e dificulta o cumprimento do direito à moradia. A pesquisa se pautou na dignidade da pessoa humana como fator substancial para o alcance do direito à habitação e concluiu que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não contribui com a sua concretização. Apesar de identificar a ADPF 828, como julgado relevante sobre o direito à habitação no contexto de pandemia, percebeu-se que esse precedente nem sempre garante a proteção do direito à moradia e dos vulneráveis. Em apenas metade dos casos a ADPF 828 impediu as reintegrações de posse. O Superior Tribunal de Justiça só tem 3 julgados sobre desastres, que não protegem o direito à moradia e à dignidade humana. A pesquisa analisou o plano diretor de 26 capitais e o DF. Percebeu que tais normas são um instrumento recente e com sérias dificuldades de efetividade na sua revisão normativa. 33 das capitais só aprovaram seus planos diretores entre 2011 a 2020. Apesar da previsão federal sobre os municípios regularem a prevenção de desastres, a análise dos planos diretores atestou que 42% dos planos diretores só falam de risco. A escolha conceitual reduz a capacidade de formular políticas públicas. Somente 24% dos planos diretores tratam de desastres, mas ao restringir a regulamentação sobre reassentamento, apenas 17% das capitais estabeleceram medidas. A pesquisa ainda verificou que no caso de reassentamentos, ou realocações em casos de acontecimentos

dos desastres, somente 7 capitais mencionaram o direito à moradia. A pesquisa identificou a deficiência regulatória das normas municipais e distrital, em seus planos diretores, sobre a prevenção e a reparação dos desastres. Espera-se instigar outras pesquisas para as melhorias do desenho legislativo e das medidas administrativas necessárias para lidar com os desastres e concretizar o direito à moradia digna.

Palavras–Chave: direito à moradia; desastres; plano diretor.

TRADUÇÃO, ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E ANÁLISE DAS PROPRIEDADES DE MEDIDA DA VERSÃO BRASILEIRA DO QUESTIONÁRIO HOSPITAL FOR SPECIAL SURGERY – KNEE SURGERY EXPECTATIONS SURVEY (HSS KNEE SURGERY)

Mateus Moreira Magalhães Cézar – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluno bolsista
mayaramjorge@gmail.com
Mayara Maranhão Jorge – CEUB, PIC Parceiros – IPE–HOME, aluna voluntária
mayaramaranhaoj@sempreceub.com
Márcio de Paula Oliveira – CEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Observa-se uma relação positiva entre as expectativas do paciente e a satisfação com os resultados do procedimento cirúrgico e ter um instrumento de avaliação de alta qualidade é fundamental para a otimização do entendimento da expectativa do paciente frente ao resultado do tratamento. A fim de possibilitar estudos multicêntricos nacionais e internacionais é crucial ter uma versão do Brasil desenvolvida por meio de um método padronizado e validado cientificamente. Este estudo tem como objetivo traduzir, adaptar transculturalmente e analisar as propriedades de medida, com intuito de validar a versão brasileira do questionário HSS *Knee Surgery* para indivíduos que passarão por procedimentos cirúrgicos ortopédicos no joelho, exceto artroplastia. Com as recomendações de Beaton, 1993, a versão original foi submetida ao processo de tradução, síntese, retrotradução, versão consenso e teste da versão pré–final, de acordo com as diretrizes recomendadas na literatura. Foi realizado o estudo Delphi para efetivar a adaptação transcultural e a versão-teste foi aplicada em 30 indivíduos saudáveis. A versão final foi aplicada em 29 indivíduos indicados para a cirurgia de joelho do Hospital Home e assim, realizada a análise da validade e confiabilidade do HSS *Knee Surgery*–Brasil. A amostra de indivíduos possuía uma idade média de 35 anos e a patologia mais frequente foi lesão do ligamento cruzado anterior (34%) com indicação cirúrgica de artroscopia para todos os casos apresentados. O índice de *Spearman* obteve um valor de 0.98 na reprodutibilidade inter examinador e 0.93 na reprodutibilidade intra examinadora. O questionário HSS *Knee Surgery* foi traduzido e adaptado para a língua português e atendeu aos critérios de confiabilidade e validade na medição da expectativa do paciente frente ao procedimento cirúrgico de joelho, sendo de fácil administração e aplicação além de ser um instrumento útil para o esclarecimento das expectativas do paciente pré–cirúrgica.

Palavras–Chave: *knee surgery*; expectativa do paciente; artroscopia do joelho.

ANAIS DO

V EnCUCA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/VOLUNTÁRIO 2021/2022

CEUB

A INFLUÊNCIA MICROCLIMÁTICA DA VEGETAÇÃO NA ESCALA RESIDENCIAL DE BRASÍLIA

Júlia Almeida Gonçalves – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
julia.almeidag@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuaria – CEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

Este trabalho consiste em trazer uma reflexão acerca da influência da vegetação na geração de microclimas. Abordando conceitos e analisando elementos como a disposição da vegetação no meio urbano e sua influência na temperatura e umidade relativa do ar. Também é considerado o entendimento de que para usufruir o melhor que a vegetação pode oferecer nas cidades é necessário manutenção e espaço planejado para que se solidifique, gerando qualidade de vida, amenizando temperaturas, embelezando as cidades. Hoje cerca de 85% da população brasileira vive em cidades, por isso a importância das áreas urbanas serem bem cuidadas. A vegetação traz vários benefícios para a qualidade de vida, por amenizar a temperatura reduzindo a amplitude térmica, que é a diferença da temperatura nas horas mais quentes e mais frias do dia, ou seja, a vegetação reduz essa amplitude fazendo com que essas diferenças de temperatura sejam mais próximas, propiciando áreas mais agradáveis. Há quatro fatores climáticos que sofrem alteração com a presença ou ausência da vegetação; são eles: umidade do ar, temperatura do ar, velocidade do ar e radiação solar. A vegetação promove nos ambientes urbanos, melhora nas condições de conforto térmico por controlar a temperatura e umidade. Todos esses fatores condicionam a criação de ambientes termicamente favoráveis à saúde, seja na escala residencial ou nos grandes centros urbanos. É necessário plantar mais nas cidades de forma organizada, para que se possa desfrutar de todos os benefícios que a vegetação traz na geração de microclimas agradáveis. O resultado da pesquisa pontua a presença da vegetação como um elemento importante para amenizar a temperatura e umidade relativa do ar nas superquadras 308 sul e 308 norte de Brasília.

Palavras–Chave: vegetação urbana; ilhas de calor; escala residencial.

A PSICOLOGIA DAS CORES NA ARQUITETURA COMO A UTILIZAÇÃO DAS CORES DENTRO DA ARQUITETURA EM DUAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS INFLUENCIA O COMPORTAMENTO HUMANO – ESTUDOS DE CASO

Constance Bukvar Miketen – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
constance.bm@sempreceub.com
Mariana Menck Mafra – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
mariana.mafra@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araujo – CEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br

A cor pode ajudar a estética de um ambiente arquitetônico, tanto interno quanto externo. Entretanto, as suas funções também podem ser outras. Ela faz parte da vida cotidiana das pessoas, mesmo que às vezes passando despercebida ou sem a tamanha importância que apresenta. Em hospitais, a cor branca é usada para trazer a sensação de limpeza e higiene, além de que, quando associada à uma iluminação adequada, traz também a sensação de calma. Junto ao branco, o azul, o roxo e o verde também podem aparecer em ambientes ligados à saúde, ou em escolas, escritórios e agências bancárias. Todavia, um espaço que apresente somente a coloração branca pode causar problemas caso haja uma permanência constante, ainda com o quesito da iluminação, gerando uma carga muito grande no ambiente. A coloração rosa utilizada em celas de prisões na Suíça foi escolhida por conta da provocação de calma que ela causa, visando tranquilizar os agressivos. Por outro lado, o vermelho, o laranja e o amarelo são muito comuns em espaços comerciais, pois evidenciam impulso, energia e criatividade, com a intenção da intensidade do consumo. Nos ambientes escolares, a capacidade de absorção do que é ensinado em uma sala de aula, pode ser extremamente influenciada pelo uso de cores e de iluminação correta: a concentração, o ânimo, a fadiga, muitos aspectos emocionais do indivíduo podem ser influenciados apenas pelo modo que o conforto arquitetônico é planejado. Assim, tendo em vista que o processo de aprendizagem é algo de suma importância em instituições de ensino, o estudo de como a arquitetura pode auxiliar a um melhor desenvolvimento escolar se torna algo interessante e essencial a ser estudado. Entretanto, por mais que seja um tema que pode ser observado no cotidiano, não é um tema muito estudado e pesquisado, sendo este um dos motivos para que fosse escolhido como objeto de pesquisa, além de sua importância para um contexto individual, que ao ser aplicado corretamente no dia a dia, pode trazer benefícios emocionais e até físicos para a pessoa.

Palavras–Chave: neuroarquitetura; arquitetura escolar; psicologia das cores.

AVALIAÇÃO DA GRAVIDADE DOS SINAIS E SINTOMAS DA COVID-19 EM PACIENTES SUBMETIDOS A CIRURGIA BARIÁTRICA

Marcela Togawa Alencastro Rabello – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
marcela.togawa@sempreceub.com
Sofia Prado – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
sofia.prado@sempreceub.com
Alessandro de Oliveira Silva – CEUB, professor orientador
alessandro.silva@ceub.edu.br

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia pelo SARS-CoV-2. A obesidade e suas comorbidades relacionadas foram descritas como fatores de risco para o desenvolvimento de doença grave pela COVID-19. A cirurgia bariátrica é uma alternativa para pacientes obesos, que resulta na perda de peso e melhora das principais comorbidades associadas à obesidade. Entretanto, pouco se sabe sobre a gravidade dos sinais e sintomas da COVID-19 em pacientes submetidos à cirurgia bariátrica no Brasil. Portanto, este estudo objetivou avaliar a gravidade dos sinais e sintomas nesses pacientes, identificar os sinais e sintomas mais incidentes, a necessidade de internação, ventilação mecânica não invasiva e de intubação. Trata-se de um estudo de natureza básica, objetivo descritivo e abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada com pacientes que efetuaram cirurgia entre os anos de 2002 e 2019. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online. Os dados coletados foram analisados utilizando o Pacote Estatístico para Ciências Sociais (IBM SPSS, IBM Corporation, Armonk, NY, EUA, 25.0). A avaliação da gravidade dos sinais e sintomas da infecção por SARS-CoV-2 dos pacientes foi feita por meio do manual "Orientações para manejo de pacientes com COVID-19", publicado pelo Ministério de Saúde do Brasil, que os classifica em leves, moderados e graves. Um total de 60 pacientes, que foram infectados por SARS-CoV-2 antes de receber a vacina, participaram do estudo. A idade média dos pacientes foi de 45,6 (± 9,4 anos), 70% eram do sexo feminino (n=42), 88,3% realizaram Bypass gástrico e tinham IMC médio de 29 (± 4,9). Em relação à gravidade dos sinais e sintomas, 60% dos casos foram classificados como graves (n=36), seguidos de 33,3% leves (n=20) e 6,7% moderados (n=4). Apesar da maioria dos pacientes terem relatado sinais e sintomas graves, somente 4 pacientes (6,7%) necessitaram de internação hospitalar e ventilação mecânica não invasiva, não havendo nenhum relato de intubação. Todos os casos que necessitaram de internação e ventilação mecânica, eram pertencentes ao grupo sobrepeso/obesidade. Apesar desta associação não ser estatisticamente significante, observou-se através da razão de chances, um aumento do risco em pertencer ao grupo sobrepeso/obesidade para aqueles que necessitaram de internação e ventilação mecânica (OR = 1,333; IC = 1,114 – 1,554). Com relação aos sintomas apresentados pelos pacientes, a fadiga foi o mais relatado (90%; n=54), seguido pela cefaleia (81,7%; n=49), congestão nasal (63,3%; n=38), mialgia (61,7%; n=37) e tosse (60%; n=36). A presença de tosse foi associada ao sobrepeso/obesidade (OR = 3,720; IC = 1,060 – 13,050; p = 0,034).

Palavras–Chave: COVID-19; cirurgia bariátrica; obesidade.

AVALIAÇÃO DA MOTIVAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTE UNIVERSITÁRIOS

Rafael Passos de Melo – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
rafael.pmelo@sempreceub.com
Alice Ghirardello Artuso Rodrigues – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
alice.ghirardello@sempreceub.com
Roberto Nascimento de Albuquerque – CEUB, professor orientador
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

A motivação é um dos principais fatores determinantes para o aumento da aprendizagem, além de ser um excelente precursor para a reflexão e a criticidade dos assuntos abordados. Nesse contexto, avaliar a motivação dos estudantes é uma tarefa complexa, mas fundamental para entender os fatores que podem contribuir ou dificultar o processo de aquisição de conhecimentos. Assim, conhecer os fatores motivacionais e desmotivacionais dos estudantes universitários, desde o primeiro ano do curso até sua conclusão, poderá trazer subsídios importantes para traçar estratégias motivacionais que possam garantir sua permanência ativa, crítica e reflexiva durante a formação, principalmente neste momento tão delicado de pandemia de COVID-19. Frente ao exposto, o presente estudo teve como objetivo avaliar a motivação acadêmica de estudantes universitários de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Tratou-se de uma pesquisa quantitativa, por meio de um estudo descritivo, a qual foram aplicados dois questionários: um sociodemográfico e acadêmico e a Escala de Motivação Acadêmica (EMA), validada no Brasil em 2016. Participaram 350 acadêmicos de Enfermagem regularmente matriculados na instituição analisada. A pesquisa revelou que a motivação dos acadêmicos de enfermagem diminuiu no período pandêmico, contudo, não pensaram em trancar ou abandonar o curso – as aulas remotas e a dificuldade em se adaptar a este novo modelo de estudo foram os principais motivos desmotivacionais desses sujeitos. Em relação à EMA, a pesquisa apontou que acadêmicos do 4º ano do curso estavam mais desmotivados em comparação aos demais estudantes. Acadêmicos dos anos iniciais do curso apresentaram maior índice de motivação intrínseca em relação aos demais. Em contrapartida, alunos do 4º ano do curso apresentaram maior motivação extrínseca, especialmente a motivação voltada para regulação externa (precisar vir à universidade devido frequência obrigatória) e regulação introjetada (mostrar para si mesmo e para o outro o quanto é capaz, mesmo desmotivados). Nesse contexto, foi evidente que a motivação muda no decorrer da formação acadêmica – nos anos iniciais evidencia-se a motivação intrínseca; nos anos finais, a motivação extrínseca. Desse modo, as universidades devem ter diferentes estratégias motivacionais para manter o estudante em todo o processo formativo. Caso contrário, este poderá apresentar maiores índices desmotivacionais, principalmente acadêmicos do quarto ano do curso. Portanto, espera-se que outros estudos possam ser realizados para fomentar a discussão sobre a motivação acadêmica e as diferentes estratégias motivacionais no âmbito universitário.

Palavras–Chave: motivação; estudantes; universidades.

AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES GLICÊMICAS BASEADAS NA HEMOGLOBINA GLICADA E GLICEMIA MÉDIA ESTIMADA EM PACIENTES DO CENTRO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO DO UNICEUB (CAC)

Anna Luiza Pompéia de Souza Pereira – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
anna.lp@sempreceub.com
Fadi Amado Bittar – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
fadibittar@sempreceub.com
Tania Cristina Santos Andrade – CEUB, professora orientadora
tania.andrade@ceub.edu.br

A diabetes mellitus (DM) é uma doença crônica não transmissível (DCNT) de grande importância mundial e de saúde pública que tem se tornado cada vez mais frequente e vem desencadeando diversas patologias secundárias e, consequentemente, aumentando o número de mortes dentro da população. Tal distúrbio possui algumas formas de diagnóstico, podendo ser através da glicemia de jejum (GJ), testes de sobrecarga glicêmica ou pela hemoglobina glicada (HbA1c). A hemoglobina glicada é formada a partir da ligação da glicose à hemoglobina dentro das hemácias e, com isso, é possível avaliar a glicemia de pacientes com até 4 meses de antecedência, através do cálculo da glicemia média estimada (GME). Esse método é considerado padrão ouro para controle da glicemia e tem grande relevância, precisão e facilidade de execução. O objetivo desse estudo foi calcular a glicemia média estimada de pacientes do Laboratório Escola do CEUB através da hemoglobina glicada e correlacionar com resultados da glicemia de jejum (GJ) para avaliar as alterações glicêmicas evidenciadas pelo resultado dos dois exames e verificar a possibilidade de avaliação glicêmica sem a necessidade do jejum para a coleta de material biológico. Para a análise estatística, foi utilizada a plataforma Bioestat 5.3 que comparou GJ com a GME através do teste T. Foi evidenciado que o descarte do jejum não é possível para os pacientes, apesar de os valores para a glicemia de jejum igual ou acima de 126 g/dL tenham apresentado valor de correlação um pouco mais expressivo, diferente dos resultados mostrados em outras comparações examinadas.

Palavras–Chave: hemoglobina glicada; glicemia média estimada; glicemia jejum.

CONSUMO VERDE: PEGADAS HÍDRICA E DE CARBONO EM CARDÁPIOS DE RESTAURANTES DO DISTRITO FEDERAL

Maria Luiza Torres – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
mluiza.torres@sempreceub.com
Dayanne da Costa Maynard – CEUB, professora orientadora
dayanne.maynard@ceub.edu.br

Avaliado como o sexto maior emissor de gases estufa pelo *Climate Watch*, plataforma do *World Resource Institute*, o Brasil foi um dos focos da 26ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP–26), que ocorreu na Escócia entre os meses de outubro e novembro de 2021, e teve como objetivo debater a regulamentação da chamada Pegada de Carbono (PC) e sua aplicabilidade prática nos países. A maior parte, referente a 44% das emissões totais produzidas no Brasil, é relativa às atividades ligadas à mudança do uso da terra e desmatamento, enquanto 28% referem-se à agricultura e pecuária e 24% à energia e à indústria. A PC mede a quantidade total das emissões de gases de efeito estufa que são causadas por uma atividade ou são acumuladas no decorrer do ciclo de vida de um produto, direta ou indiretamente. Portanto, é possível, por meio desse cálculo, estimar o impacto ambiental das ações individuais e coletivas que realizamos no cotidiano. A água, recurso fundamental, está envolvida em toda a cadeia produtiva de cultivo e processamento de alimentos também e o Brasil é o quarto país do mundo em consumo de água. A Pegada Hídrica (PH) de um país é definida como o volume total de água que é utilizada para produzir os bens e serviços consumidos pela população. O objetivo deste trabalho foi avaliar as pegadas hídricas e de carbono em serviços de alimentação do Distrito Federal e propor uma redução da utilização de alimentos de origem animal no cardápio. As pegadas foram calculadas em cardápios servidos em dez creches do Distrito Federal, no período de uma semana (segunda à sexta), em cinco refeições, sendo elas: café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. As estimativas de PC e PH foram realizadas com base no banco de dados compilado por Garzillo et al. (2019), padronizando todos os alimentos oferecidos em porções de 100g de alimento, a fim de facilitar a comparação. Como resultado, foi constatado que a creche contribui com os maiores valores de PC e PH totais em dias que é maior a oferta de carne vermelha na instituição. Quanto à avaliação da PH nos cardápios, foi identificada a PH média para a formação do cardápio das creches de 15064 litros por semana, sendo 3012 litros/dia. Já em relação à PC nos cardápios, o resultado obtido foi de uma PC média de 14794 gCO2eq por semana, sendo 2995 gCO2eq/dia. Como proposta de redução da utilização de alimentos de origem animal, foi elaborado um cardápio nutricionalmente adequado vegetariano e, com a substituição, foi possível observar que a mudança para um cardápio baseado em plantas apenas uma vez durante a semana é capaz de reduzir em até 28% a Pegada Hídrica do cardápio e até 37% da Pegada de Carbono semanais. O nutricionista responsável pelo planejamento do cardápio deve levar em conta a cadeia produtiva do alimento a fim de preconizar um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável.

Palavras–Chave: pegada de carbono; pegada hídrica; sustentabilidade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: BENS NATURAIS E CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Gabriella Carmona Granado Lima – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
gabriella.carmona@sempreceub.com
Luíza Cassimiro Rêgo – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
luiza.cassimiro@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br
Natália Helen Araújo de Sousa – CEUB, colaboradora
natalia.helen@sempreceub.com
Júlia de Castro Mello Bueno Leal – CEUB, colaboradora
julia.leal@sempreceub.com

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o Distrito Federal abordado a partir de bens culturais e naturais identificados nas trinta e três RA´s (regiões administrativas) que o constituem. O objetivo geral deste esforço de pesquisa foi desenvolver um instrumento vinculado a ações de educação patrimonial e ambiental, especificamente este instrumento consistiu em uma plataforma eletrônica de acesso livre para divulgação de bens representativos da natureza e da cultura material e imaterial do referido território. No que se refere à metodologia adotada para o alcance deste objetivo, cabe especificar que o mapeamento foi criado a partir da seleções de bens pelos participantes da pesquisa e também da opinião pública envolvida na pesquisa por meio de um questionário misto voltado a moradores e frequentadores do DF e encaminhado virtualmente; e, após essas referências, foram elaboradas, pelas pesquisadoras, dezenas de representações gráficas produzidas por técnicas das mais distintas, que foram experimentadas pelas quatro alunas bolsistas e colaboradoras que participaram da pesquisa. Ainda que não tenha sido possível representar bens de todas as trinta e três regiões administrativas do Distrito Federal, as mais de vinte regiões administrativas presente na pesquisa, por meio de bens culturais e ambientais selecionados pelos pesquisadores e pelo público participante, representados graficamente e divulgados no mapa eletrônico, permitem contribuir a um processo de compartilhamento de conhecimentos e afetos. Considera-se que os resultados desta pesquisa favorecem tanto um maior conhecimento de bens culturais e naturais do Distrito Federal quanto a exploração de técnicas de representação gráfica para representá-los, valorizá-los e divulgá-los.

Palavras–Chave: bens culturais; bens naturais; mapeamento cultural e ambiental.

ESTUDO COMPARATIVO DA MEMÓRIA DE CURTO PRAZO EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM COVID-19 E CONTROLES NÃO INFECTADOS

Amanda Mayon Neiva Flores – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
amanda.flores@sempreceub.com
Sergio Henrique de Souza Alves – CEUB, professor orientador
sergio.alves@ceub.edu.br

A presente pesquisa teve como objetivo comparar indicadores de qualidade da memória de curto prazo entre pacientes que foram diagnosticados com COVID-19, ou seja, com manifestação sintomática da doença, e controle de indivíduos que nunca foram infectados com o vírus. Foi estudada uma amostra de 116 indivíduos, sendo que 76 dos participantes já haviam sido diagnosticados com COVID-19 e 46 participantes não possuíam histórico de diagnóstico desta doença. A metodologia baseou-se na aplicação online de um questionário sistematizado para estudo da memória de curto prazo chamado Conjunto de Testes da Habilidade de Memória (CTMC), por meio de uma plataforma chamada *ispring*. Foi observado que a variável estudada (infecção por COVID-19) impactou negativamente em relação à memória de curto prazo da amostra selecionada na pesquisa, sendo a taxa de impacto de 24,95%. Além disso, foi possível identificar um declínio maior em relação à memória associativa do que a memória visual, que teve a taxa de impacto de 44%.

Palavras–Chave: memória; curto-prazo; COVID-19.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A TÉCNICA DE LICHTENSTEIN E A TÉCNICA VIDEOLAPAROSCÓPICA NA ABORDAGEM TERAPÊUTICA DE HÉRNIA INGUINAL, TENDO POR ESCOPO A AVALIAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE RECIDIVAS E COMPLICAÇÕES

Lucas Tôrres de Avellar – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
lucas.avellar@sempreceub.com
Alexandre Magalhães Sette Tôrres – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
xande7t@sempreceub.com
Daniel Amaro Sousa – CEUB, professor orientador
daniel.amaro@ceub.edu.br
Dirceu de Castro Rezende Junior – IGESDF, colaborador
dirceuprocto@gmail.com

O reparo da hérnia inguinal é um dos procedimentos mais realizados no Brasil em adultos. Estima-se que o risco de desenvolvimento de uma hérnia é de 27% para homens e 3% para mulheres. Diversas formas de cirurgias são empregadas para correção das hérnias inguinais, sendo as mais comuns as realizadas pelo método convencional (de Lichtenstein) e pelo método laparoscópico. Portanto, objetivou-se mensurar as principais diferenças pós-operatórias entre estes dois métodos, avaliando principalmente o índice de recidivas, queixa de dor crônica e outras principais complicações como seroma, hematoma e infecção local. Desta forma, com a seleção de artigos a serem utilizados nessa revisão busca-se responder dentre as técnicas disponíveis para tratamento da hérnia inguinal, qual apresenta menor probabilidade de recidiva e complicações. Assim, ao final do estudo percebeu-se que a cirurgia por via laparoscópica apresentou um índice de recidiva relativamente menor quando comparada ao reparo aberto, sendo 2,32% e 4,45%, respectivamente. Ainda, outro dado que favorável à herniorrafia videolaparoscópica, nos estudos selecionados, refere-se a queixa de dor crônica no período pós-operatório, tendo sido relatada em 17 (2,63%) pacientes submetidos a laparoscopia e 54 (9,15%) pacientes submetidos à técnica de Lichtenstein. Concluiu-se que a técnica videolaparoscópica tem sido uma ótima escolha, contribuindo também para uma recuperação pós cirúrgica mais precoce e menos dolorosa do paciente. Contudo é necessário um maior tempo para o médico aperfeiçoar o procedimento laparoscópico quando comparado à cirurgia aberta, o que pode contribuir para que, ainda que tenha se mostrado mais benéfica, não seja a abordagem mais utilizada, além de exigir um maior amparo tecnológico, não disponível nas localizações de menor infraestrutura.

Palavras–Chave: hérnia inguinal; laparoscopia; Lichtenstein.

ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE RISCOS DE MANIPULADORES, GERENTES E /OU RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DE RESTAURANTES A RESPEITO DAS DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS

Luan Maicá Klier Guimarães – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
luan.maica@sempreceub.br
Eduardo César Dourado de Oliveira – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
eduardo.deoliveira@sempreceub.br
Maria Cláudia da Silva – CEUB, professora orientadora
maria.silva@ceub.edu.br

A percepção de risco é a forma como os não especialistas, leigos ou públicos entendem e pensam sobre o risco e pode ser influenciado por um conjunto de crenças e valores que dão significado a um acontecimento implícito, mas que é real, de uma forma objetiva para além do modo que é percebido. A avaliação da percepção de risco vem sendo aplicada em diversas ciências, dentre elas as sociais, psicologia social permitindo a polissemia do termo risco abrindo a possibilidade de abordagem múltipla de risco. Este trabalho teve como objetivo traçar a percepção de riscos de manipuladores e gerentes e ou responsáveis técnicos de restaurantes para as doenças transmitidas por alimentos com a aplicação de instrumentos elaborados. A aplicação dos instrumentos de coleta foi realizada on-line, formulário Google, foram elaborados dois instrumentos, um para manipuladores e outro para os gerentes ou responsáveis técnicos de estabelecimentos produtores de alimentos. Os instrumentos foram elaborados aplicando o método de Delphi após passar pelos juízes, foi devidamente validado com profissionais com o mesmo perfil do público-alvo da pesquisa. Porém a quantidade de questionários que foi respondido ficou muito abaixo da expectativa, talvez pela insegurança dos profissionais quanto ao conteúdo, contudo foi possível perceber que as respostas obtidas foram na maioria satisfatórias, enquanto as respostas não satisfatórias ou parcialmente satisfatórias quase não correram. Devido à baixa adesão à pesquisa, seria importante que o instrumento fosse aplicado de forma presencial, para que os profissionais se sintam mais motivados para responder ao instrumento.

Palavras–Chave: instrumento; percepção de riscos.; segurança alimentar.

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EFETIVIDADE DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA REDUÇÃO DOS ÓBITOS PELAS PRINCIPAIS PARASITOSES INTESTINAIS INFANTIS NA REGIÃO NORDESTE

Mariana de Salles Moreira Borges – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
mariana.borges@sempreceub.com
Mayara Gomes Ferreira de Moura Esposito – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
mayara.moura@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva – CEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

As parasitoses intestinais continuam a representar um problema de saúde pública que acomete grande parte dos brasileiros, especialmente crianças. Tais infecções estão relacionadas às condições sanitárias, econômicas e sociais do infanto, sendo prevalentes em populações com menor poder aquisitivo. Em adição, é importante salientar, que para o sucesso na prevenção das helmintíases, é fundamental o acompanhamento da população pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), base da atenção primária. O modelo em redes de atenção à saúde, adotado atualmente no Brasil, é focado no estabelecimento da promoção, prevenção e recuperação da saúde, a partir do cuidado integral da comunidade. O presente trabalho tem o objetivo de identificar o perfil dos óbitos das principais parasitoses intestinais infantis no Nordeste do Brasil e sua correlação com a cobertura da atenção primária à saúde. Para tanto, foram analisados dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), disponíveis no Tabnet – DATASUS, de óbitos pelas principais parasitoses na região: ancilostomíase (B76), ascaridíase (B77), giardíase (A07.1), amebíase (A06) e estrongiloidíase (B78), entre os anos de 2010 e 2019, em especial em menores de 5 anos. Não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre coeficientes de mortalidade das parasitoses em estados nordestinos e a cobertura de agentes comunitários de saúde nos mesmos locais. Por fim, percebeu-se que houve um declínio da cobertura de agentes de saúde na maioria dos estados dentro do período estudado. Como possível limitação ao escopo deste trabalho, considera-se a possibilidade de subnotificação de óbitos em razão, sobretudo, da concomitância entre as doenças estudadas e outras condições.

Palavras–Chave: parasitoses; infantis; atenção básica.

IMPACTO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DEVIDO À PANDEMIA DE COVID-19 NO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL DOS ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL

Henrique Ramalho de Araújo Lemos Vieira – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
hr.vieira.21@sempreceub.com
Eduardo Salloum Filho – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
eduardo.salloum@sempreceub.com
Andrea Duarte Nascimento Jácomo – CEUB, professora orientadora
andrea.jacomo@ceub.edu.br

A adolescência consiste em um período da vida que ocorrem mudanças, não só corporais, mas também psicológicas, sociais, comportamentais e culturais. Esta é uma população de risco para diversas patologias, dentre elas, a obesidade, a qual estima-se que 32% a 59% apresentam sobrepeso ou obesidade. Em 2019, com o aparecimento do vírus Sars-Cov-2, surgiu um novo fator de risco para o desenvolvimento de obesidade neste público, visto que aconteceram mudanças importantes nos hábitos de vida, decorrente do isolamento social, como a dieta, práticas de exercício físico, horas de sono, uso de substâncias e transtornos psiquiátricos. O objetivo deste estudo foi analisar o aumento da prevalência de obesidade na adolescência induzida por fatores relacionados ao isolamento social no período da pandemia de COVID-19 por meio de análises quantitativas e comparativas na população abordada, a fim de identificar os principais fatores de risco para obesidade relacionadas a este período. Este estudo foi realizado por meio do preenchimento de formulários eletrônicos por adolescentes de 10 a 19 anos, os quais foram divulgados por meio da colocação de banners em locais públicos com grande fluxo de adolescentes, além de busca ativa, e os resultados foram analisados por meio de planilhas e gráficos. Dentre os resultados encontrados, os participantes em 2020, encontravam-se com 20,5% de sobrepeso, 8,6% de obesidade e 2% de obesidade grave, já em 2022, foram observadas pequenas alterações nos dados sendo 15,9% de sobrepeso, 6% de obesidade e 1,3% de obesidade grave. Conclui-se que, apesar da alta prevalência do excesso de peso na população avaliada, nessa pesquisa não houve um aumento considerável devido às condições da pandemia de COVID-19, sendo observado inclusive discreta redução desses índices.

Palavras–Chave: adolescentes; obesidade; COVID-19.

IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL INFANTIL

Lia Feitosa Beaklini – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
lia.beaklini@sempreceub.com
Manuela Ramos Caldas Lins – CEUB, professora orientadora
manuela.lins@ceub.edu.br

Os primeiros seis anos de vida são considerados fundamentais para o desenvolvimento infantil. O isolamento social, imposto como consequência do cenário pandêmico, pode ter afetado o desenvolvimento socioemocional de crianças pequenas. Assim, essa pesquisa objetivou investigar aspectos do desenvolvimento emocional e social, nos períodos antes, durante e após o isolamento social. O estudo foi conduzido com cinco mães de crianças entre 3 e 5 anos de vida, via questionário indexado na plataforma Google Formulários. Os dados foram analisados por estatística descritiva. Os resultados indicaram que a rotina das crianças foi significativamente alterada tanto no início do período pandêmico quanto após a flexibilização das atividades e retorno à rotina. Identificou-se uma redução no contato social durante o período de maior restrição, com aumento no uso de telas, o qual se manteve após o retorno às atividades normais. Como consequência, houve diminuição no interesse pela brincadeira, embora sem alteração no foco. Não foram identificadas alterações no padrão emocional, tendo em vista que não se observou sinais de apatia, tristeza ou choro sem motivo aparente. Acredita-se que isso aconteceu, pois na amostra o contato com os genitores se intensificou, o que pode ter sido percebido, para esse grupo, como um ponto favorável. Apesar dos dados, não foi possível separar os efeitos do isolamento social do efeito do desenvolvimento natural na amostra devido à dificuldade das respondentes de lembrarem de algumas características de seus filhos antes e durante a pandemia. Pesquisas futuras para investigar os efeitos da pandemia de COVID-19 podem se beneficiar de outras metodologias de pesquisa, como observação direta do comportamento das crianças.

Palavras–Chave: pandemia; socialização; infância.

MEMÓRIA E AFETIVIDADE: CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DE UM MAPA GASTRONÔMICO DE BRASÍLIA-DF

Bruna Louredo de Sousa – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
bruna.louredo@sempreceub.com
Maria Fernanda Perez Lucas Oliveira – CEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
fernandalucas@sempreceub.com
Alessandra Santos dos Santos – CEUB, professora orientadora
alessandra.santos@ceub.edu.br
Bruna Cristina Zacante Ramos – Faculdade Anhanguera, colaboradora
brunazacante@hotmail.com

A pluralidade e mutabilidade cultural apresentada em Brasília torna incapaz a identificação de uma cultura típica alimentar brasiliense, com insumos e pratos característicos. Porém, é observado uma cultura alimentar própria brasiliense, influenciada pela afetividade, em que estabelecimentos alimentares, muitas das vezes relacionados com a história da cidade, ganham o patamar de identidade alimentar do brasiliense. Sendo assim, o objetivo central do trabalho é a criação, com o auxílio da comunidade, de um mapa que possa selecionar os principais estabelecimentos alimentares citados pelos moradores que são representantes de Brasília. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, realizada por meio da aplicação de um questionário online, no qual obteve um total de 168 participantes. Mediante aos resultados alcançados, pode-se elencar 39 empreendimentos alimentícios, sendo distribuídos em 10 representantes de bares e restaurantes, 10 cafeterias e padarias, 10 sorveterias e lanchonetes e 9 comidas de rua. Considerando a nova tendência da utilização da gastronomia como atrativo turístico, a criação de um mapa contendo empreendimentos alimentares e que também aborda a relação afetiva dos indivíduos com estes é de extrema relevância para o reconhecimento da comida como símbolo cultural e identitário, uma vez que, como citado anteriormente, Brasília não possui uma cultura alimentar bem definida em virtude da diversidade presente em seus habitantes. Em síntese, a realização deste trabalho possibilitou investigar quais estabelecimentos são comumente mencionados pelos moradores de Brasília como representantes da cultura alimentar. Dito isto, nota-se que a memória afetiva dos participantes se relacionou de forma direta com a escolha dos empreendimentos.

Palavras–Chave: afetividade; mapa gastronômico; Brasília-DF.

O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PODCASTS DA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA

João Carlos Magalhães Teles – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
jmagalhaesteles@sempreceub.com
Gilberto Gonçalves Costa – CEUB, professor orientador
gilberto.costa@ceub.edu.br

O trabalho teve como objetivo analisar qual foi o foco da grande imprensa brasileira na cobertura do Auxílio Emergencial levando em conta os podcasts de notícias. O objetivo é entender qual enquadramento foi mais importante para os jornalistas que falaram sobre o Auxílio Emergencial, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e pago pelo Governo Federal durante 12 meses de 2020 por causa da pandemia de COVID-19. A premissa, que se confirmou, é de que a abordagem política e econômica (fiscalista) do auxílio emergencial se sobressaiu em relação à importância social do auxílio e às questões sanitárias. Os programas de notícias de quatro grandes veículos de comunicação, G1, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e CNN foram resgatados e submetidos a uma análise quantitativa e qualitativa.

Palavras–Chave: auxílio emergencial; enquadramento noticioso; podcast.

PELA INCLUSÃO DAS DIFERENÇAS: UM ESTUDO SOBRE O RECONHECIMENTO E A VALORIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS EMERGENTES E MARGINALIZADOS NO DISTRITO FEDERAL

Giovanna Vidigal Manfrim – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
giovanna.vidigal@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

Nos pautando em uma busca de conceitos diversos sobre território, cultura e religiosidade, a pesquisa aqui descrita busca relacionar esses termos à dinâmica presente na relação da territorialidade desses locais de culturalidade e religiosidade afro-brasileira, e de que maneira as mesmas se manifestam, quais são elementos chave dentro dessas expressões aqui reunidas, as localidades em que estão dispostas e que razões para tal, dentro do escopo escolhido que é o Distrito Federal. Por meio de uma fundamentação teórica distinta, correlacionando diferentes áreas de conhecimento, como geografia, antropologia, arquitetura, urbanismo, patrimônio, e outras, para que essa pesquisa consiga englobar o tema em toda a sua potencialidade múltipla e complexa. Buscando mapear então esses locais para gerar uma maior visibilidade e interesse, pelos mesmos e também gerar uma discussão sobre mais iniciativas de apoio aos centros e também sobre questões relacionadas à preservação e proteção desses espaços, cujos territórios por muitas vezes não conseguem seu reconhecimento devido, mesmo estando dentro ou tão próximas de um espaço tombado de valorização mundial, como Brasília. Uma análise sob um viés geográfico, urbanístico e arquitetônico, para o aprofundamento desse tema e para uma conexão com a natureza arquitetônica e patrimonial, que por muitas vezes pode ser pouco contemplada em relação a esses locais, dissertando sobre sua organização espacial, seus símbolos e como todos esses elementos configuram um espaço rico de representatividade e história. E, dessa maneira, reafirmando a necessidade de valorização das mesmas, por sua importância como representantes de uma culturalidade milenar e que ainda sofre uma extrema discriminação até os dias atuais.

Palavras–Chave: território cultural; cultura afro-brasileira; religiosidade afro-brasileira.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CONCEITO DE NEUROARQUITETURA EM ESPACIALIDADES NO DISTRITO FEDERAL NA CONTEMPORANEIDADE

Evelyn Rodrigues de Lima Neto – CEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
evelyn.rn@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

A neuroarquitetura, sendo uma ciência que aos poucos veio ganhando espaço dentro dos aspectos de conforto ambiental na arquitetura, foi desenvolvida a partir das fundamentações da neuroplasticidade, ciência que é voltada para estrutura função do cérebro e firmada para a recuperação funcional dele, ou seja, trazer de volta aos seus funcionamentos padrões. A ciência debatida em questão, neuroarquitetura, veio para ajudar a reparar esses danos e até mesmo evitá-los. As pesquisas sobre neuroarquitetura vem ganhando espaço desde a década de 70, o que mostra o quão novo é o assunto que está sendo abordado. Arquitetos que usam como base a neuroarquitetura, devem ter em mente que cada indivíduo usa e decodifica cada estímulo causado de forma diferente um dos outros, sendo um estímulo único. É possível passar muitas vezes por um local e até mesmo ficar um determinado tempo de espera nele, que não notará todas as coisas presentes, seja porque não há interesse ou até mesmo pelas sensações que o local em questão passa. Numa sala de aula, por exemplo, pode acontecer de mudarem uma lâmpada incandescente por uma led e não notar a diferença na iluminação, caso o espaço tenha uma cor clara predominante, além de afetar a saúde dos olhos, ambientes muito claros nem sempre são uma melhor opção para aconchegar as pessoas e dar um significado de acolhimento nos espaços, nem sempre uma boa recepção é a resposta. Com isso dá para se entender o porquê a neuroarquitetura é importante na hora que estamos projetando e até mesmo reformando um edifício de grande escala ou até mesmo um cômodo de uma casa.

Palavras–Chave: neuroarquitetura; fenomenologia; conforto ambiental.

PERFIL HEMATOLÓGICO, IMUNOFENOTÍPICO E CITOGENÉTICO DE PACIENTES COM LEUCEMIA LINFÓIDE AGUDA (LLA)

Lucas Batista Ferreira – CEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
lucas.bf@sempreceub.com
Milton Rego de Paula Júnior – CEUB, professor orientador
milton.junior@ceub.edu.br
Thays de Andrade Morais – IGESDF, colaboradora
thays.morais@igesdf.org.br

As leucemias são definidas conforme o tipo celular envolvido e o nível de maturação destas células. Na Leucemia Linfoide Aguda (LLA) destacam-se as alterações no crescimento e na proliferação das células linfoides. Os indivíduos acometidos por esse câncer apresentam número elevado de células jovens indiferenciadas, chamadas de blastos. Nas LLAs o diagnóstico tem início com a suspeita do quadro clínico e com avaliação de amostras sanguíneas, oriundas da circulação periférica e da medula óssea. Apesar da caracterização morfológica ser bom fundamento para o diagnóstico, existem técnicas adicionais, como: imunofenotipagem, avaliação citogenética e técnicas de genética molecular, que são essenciais e, em determinados casos, ferramentas complementares obrigatórias. Esta pesquisa analisa as características hematológicas, citogenéticas e imunofenotípicas de pacientes diagnosticados com Leucemia Linfoide Aguda (LLA) e atendidos em hospital público de atenção terciária, referência em Brasília-DF. A análise descritiva simples e retrospectiva foi feita com os prontuários dos pacientes atendidos nesta instituição. As variáveis analisadas foram: sexo, idade, aspectos clínicos e resultados de exames que auxiliem na identificação do perfil hematológico, imunofenotípico e citogenético. O perfil hematológico dos pacientes evidenciou uma prevalência de LLA-B (61,0%), enquanto o principal relato citogenético referido foi a presença do cromossomo Philadelphia nestes pacientes (25,0%). Ainda, a caracterização imunofenotípica está de acordo com a literatura para os perfis dos diferentes subtipos de LLA. Através desses resultados, espera-se que o entendimento da importância de uma caracterização hematológica, citogenética e imunofenotípica das Leucemias Linfoides Agudas direcione os profissionais da saúde ao desenho mais adequado de uma terapêutica eficiente para cada caso particular.

Palavras–Chave: leucemia linfoide; imunofenotipagem; citogenética.

SUBJETIVIDADE, PSICOTERAPIA E RELAÇÕES CONJUGAIS: DESAFIOS ATUAIS E FUTUROS DA TERAPIA DE CASAIS EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA

João Gabriel Araújo Pimenta – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
joao.pimenta@sempreceub.com
Valeria Deusdará Mori – CEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

Levando em consideração términos de relacionamentos e separações, o objetivo deste trabalho foi compreender de que maneira o momento pandêmico vivido em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) impactou as relações conjugais e como essa situação foi trabalhada pelo psicólogo no espaço psicoterapêutico. Considerou-se nesse estudo o referencial teórico da Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa, de Fernando González Rey. Os processos metodológicos desta pesquisa seguiram o método construtivo-interpretativo, sendo utilizada a dinâmica conversacional como instrumento. Os resultados e a conclusão apontam para a ideia de que apesar de todos os desafios quanto à problemática das relações conjugais durante a pandemia, esse momento não provocou grandes mudanças no que diz respeito ao olhar do psicólogo quando do atendimento de casais no contexto psicoterapêutico. Apesar das dificuldades pelo momento vivido, a concepção inicial de que a pandemia havia sido algo ruim para os casamentos na verdade se apresentou como uma oportunidade para os casais de reconfigurar o casamento. Sob o ponto de vista do psicoterapeuta e não do casal, nada mudou, pois com pandemia ou sem ela, os problemas na relação e a forma de trabalhar com as demandas dos casais seguiram inalteradas, ainda que uma maior emocionalidade nos desentendimentos e na convivência tenha sido relatada pelos casais. É válido citar, ainda, outra reflexão que este trabalho permitiu, inclusive para debates futuros sobre o tema – a importância do amadurecimento da relação e dos indivíduos que a constituem, pois é a partir desse amadurecimento e de um diálogo franco e constante que a saúde de um casamento pode ser restaurada e mantida.

Palavras–Chave: subjetividade; psicoterapia; relações de casais.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E SUBJETIVIDADE: DESAFIOS PARA A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Daniel Moura Ribeiro – CEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
danmoura@sempreceub.com
Valeria Deusdará Mori – CEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

Esta pesquisa teve como objetivo investigar e analisar efeitos subjetivos que o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) possam vir a exercer sobre a constituição da subjetividade e a saúde de sujeitos contemporâneos. Utilizou-se uma metodologia qualitativa. O método de investigação foi o construtivo-interpretativo, da Epistemologia Qualitativa, proposto por González Rey. Realizaram-se duas dinâmicas conversacionais, com dois cidadãos do Distrito Federal, ambos usuários ativos das TICs. As informações construídas durante as dinâmicas conversacionais foram submetidas à análise do pesquisador que, a partir de pontes entre o teórico, o empírico e sua própria subjetividade, chegou a alguns resultados: a) conteúdos superficiais disseminados nas redes sociais têm produzido subjetividades superficiais; b) muitas pessoas estão desenvolvendo dependência das TICs, o que tem afetado seriamente sua saúde física, psíquica e social; c) a subjetividade social da escola não tem formado bem os alunos. Consequência: pessoas mal formadas tendem a cuidar mal de si mesmas e, entre outras coisas, fazer um mau uso das TICs, emitindo opiniões sem embasamento, espalhando *fake news*, distribuindo *hatings*, etc.; d) mais importante que as tecnologias em si é o ser humano que as utiliza. Assim como qualquer outra ferramenta, elas podem ser usadas tanto para benefício como para prejuízo próprio, dos outros e do mundo. Por isso, pode ser que pessoas com melhor formação as utilizem para se desenvolver, evoluir, trabalhar, ensinar, inspirar os outros, etc. Assim sendo, é imprescindível que, entre outros profissionais, os psicólogos estejam atentos a essa temática.

Palavras–Chave: contemporaneidade; tecnologia; subjetividade.